

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Emiliano Côrtes Barbosa

**Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na
Bahia Republicana (1896 – 1920)**

**Dissertação apresentada ao curso de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para
obtenção do título de mestre. Área de concentração:
Poder e Idéias Políticas.**

Orientador: Théo Lobarinhas Piñeiro

NITERÓI

2010

EMILIANO CÔRTEZ BARBOSA

**Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na
Bahia Republicana (1896 – 1920)**

**Dissertação apresentada ao curso de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para
obtenção do título de mestre. Área de concentração:
Poder e Idéias Políticas.**

Orientador: Théo Lobarinhas Piñeiro

NITERÓI, 2010

EMILIANO CÔRTEZ BARBOSA

**Escola Politécnica da Bahia: Poder, política e educação na
Bahia Republicana (1896 – 1920)**

**Dissertação apresentada ao curso de Pós-
Graduação em História Social da Universidade
Federal Fluminense, como requisito para
obtenção do título de mestre. Área de concentração:
Poder e Idéias Políticas.**

BANCA EXAMINADORA

**PROF. DR. Théo Lobarinhas Piñeiro
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF (ORIENTADOR)**

**PROF. (A) DR.(A) Sônia Regina de Mendonça
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF (ARGUIDOR)**

**PROF. DR. Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST-RJ (ARGUIDOR)**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B238 Barbosa, Emiliano Côrtes.
Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana
(1896-1920) / Emiliano Côrtes Barbosa. – 2010.

272 f.

Orientador: Théo Lobarinhas Piñeiro.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 155-161.

1. Bahia. 2. Política. 3. Engenharia. 4. Hegemonia. 5. Escola Politécnica da Bahia. I.
Piñeiro, Théo Lobarinhas. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.05

DEDICATÓRIA

A Jorgina Côrtes (*in memoriam*) e Maria Emilia
Minha Mainha e Mãe (Avó) mulheres guerreiras e,
sobretudo pelo amor transmitido por toda minha trajetória de vida.

Leni Barbosa, pelo carinho, força e amor ao longo destes últimos anos
Obrigado.

Agradecimentos

Este trabalho, assinado apenas por um autor, contou, entretanto, com a ajuda, cooperação, suporte e sugestões de algumas pessoas. Seja opinando sobre a pesquisa, seja dando apoio emocional, esses amigos e colegas tornaram possível a feitura dessas linhas. Assim, gostaria de mencionar alguns desses agentes queridos.

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida e pelas certezas que o sacrifício de Seu Filho me confere.

Agradeço a meu orientador, Théo Lobarinhas Piñeiro que, nas orientações acadêmicas e vida, sempre será uma grandiosa referência. Obrigado!

Agradeço a Nilton de Almeida Araújo pelas conversas via MSN, sempre divertidas e, ao mesmo tempo, sérias e críticas. Além do conhecimento, surgiu dessas experiências um bem maior: amizade.

Sou eternamente grato a Professora Sônia Regina de Mendonça, pelas críticas sempre pertinentes na banca de qualificação, e pela grata confiança depositada em mim. Minha verdadeira mãe, no meu desenvolvimento intelectual ao longo de minha vida acadêmica, seja como seu bolsista de iniciação, seja como mestrando. Sou eternamente grato pela sóbria e dedicada iniciação à pesquisa acadêmica.

À Davi Silvany, Nicolas Carinhanha, Camila, Patrícia, Danilo (Babu), Breno, Caio, Dona Deyse, Márcia e toda galera da monitoria “do Interseção”, agradeço pelo companheirismo, carinho e cooperação nas horas mais difíceis e, principalmente, pelo infindável desejo e esforço em me ver sempre feliz. Obrigado!

Agradeço a Luciene Prates, - Curso Interseção - pelo incentivo, carinho e oportunidade para a prática da docência. Sem a sua confiança, talvez o meu futuro se tornasse mais tortuoso. Aceite minha eterna gratidão: obrigado querida amiga!

Agradeço a Leonardo Lusitano – famoso putinho -, que, além de trazer à tona a vanguarda dos anos 1980, foi e é um ombro onde sempre encontrei apoio e compreensão. A Marcos Felipe Lopes de Brum - Billy – pelas agradáveis conversas,

críticas, amizade, consideração e respeito. A toda turma 203.02, em especial a Fabio Afonso Frizzo, Rodrigo da Silva, Larissa Costard, Vanessa Brunow Letícia Ferreira, Cecília, Camila Marques, Isabela Gomes, Luiz Antônio Cavalcante e Ludmila Gama serei eternamente grato a vocês por tudo, pelo respeito e carinho. Aos amigos da República, em especial a Vinicius Mota da Costa – Mota – parceiro e amigo – o que você acha Mota ?? - Thiago Panica, Bernardo, Eliel, Vinicius Rocha, Leonardo Freitas e Renato Silva, grandes colegas, amigos e parceiros para todos os momentos. Obrigado galera!

Sou grato aos funcionários da Escola Politécnica da Bahia: Paulo, Edielson, Margarida “Margô”, Carmem, Levy, Sheila, Val e especialmente ao diretor Professor Dr Luiz Edmundo. Meus afetuosos agradecimentos por me acolherem e fazerem com que o ofício de pesquisador se tornasse mais divertido e instigante.

Agradeço aos funcionários, colegas e professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, particularmente à Professora Maria José Rapassi, pelas orientações e incentivo. Ao Professor Antônio Guerreiro, pelas aulas sempre recheadas de curiosidades e saber. Aos colegas Poliana Cordeiro, Halysson Fonseca, Herasto, Luiz Carlos, Jacira, Nilson, Vanessa e Cândido, pelo convívio, aprendizado, discussões, sugestões e acolhimento.

Agradeço, ainda, a todos os funcionários das instituições em que pesquisei e, sob a gafe de me esquecer de alguém, os faço representar pelas próprias instituições. Sendo assim agradeço ao Instituto Geográfico Histórico da Bahia, Arquivo Público do Estado da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Biblioteca Municipal de Salvador e Instituto Politécnico da Bahia.

Agradeço pela amizade e afeto, à Rita Almico, Luiz Antônio Araújo e especialmente Luiz Fernando Saraiva e Bruno Oliveira (Nobre Garoto). Sempre disponível a me auxiliar nas indicações bibliográficas, nas discussões, sugestões e solidariedade nos momentos mais difíceis da pesquisa. Muitíssimo obrigado amigo Luiz e Garoto!!!!

Agradeço, também, a Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho pela participação na banca de qualificação. Suas ponderações, diante à importância que se deve ser reservada a discussão teórico-conceitual, foram-me de imensa valia para a finalização deste trabalho. Muito obrigado.

Sou grato a Dona Maria D'juda, Jamile, Amanda e Antônio Corrêa, pelo carinho acolhimento como filho, e mais um membro da família Multary. Serei eternamente agradecido. Obrigado!

Agradecimento especial à Tatiana Simões e Jordan Campos, por ter me orientado nos momentos de receio e angústia. Suas palavras amigas e esclarecedoras me fizeram acreditar a todo o momento que esse momento seria possível e vitorioso. Devo a vocês minha sincera gratidão. Obrigado!

Pelo amor e suporte, sou grato a minha família. Agradeço a minha mãe Jorgina Côrtes (*in memorian*) pelo seu eterno amor e carinho, que sempre acreditou em minha capacidade de vencer e que me ensinar às contradições da vida e sempre a palavra amiga. Te amo para toda a eternidade. A minha insubstituível avó Maria Emilia de Jesus, pelo suporte material e emocional, e por todos os anos de minha vida, sem a senhora, minha trajetória acadêmica não seria possível. A minha irmã, Emiliana – Mila - , pelos momentos fraternos divididos e vividos juntos. Obrigado! Te Amo! A André Salvatice, cunhado e amigo de todos os momentos.

Agradeço a Leni Silva Barbosa por todos os momentos inesquecíveis e maravilhosos, momentos partilhados; pela dedicação a mim e pela fé depositada nos meus esforços; por sua eterna capacidade de ouvir, motivar e amar. Te amo, Obrigado por tudo!

Resumo

Avaliar o processo de institucionalização da Escola Politécnica da Bahia — EPBA — é a diretriz do presente estudo. Esta investigação se foca em analisar e discutir as razões pelas quais a Escola Politécnica da Bahia foi criada, bem como a sua trajetória nos seus vinte três primeiros anos. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta por agentes encampados na sociedade civil e sociedade política, situação que nos traz a luz as estratégias das frações da classe média urbanas preocupadas em alcançar representatividade e, a partir daí, inscrever seus projetos de “visão de mundo”. Portanto, tentaremos reconstruir o cenário “jogo” político na Bahia republicana, destacando todo processo de crise de hegemonia, apontando os agentes principais das disputas, inserindo a criação da EPBA, e seus representantes dentro deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Bahia. 2. Política. 3. Engenharia. 4. Hegemonia. 5. Escola Politécnica da Bahia.

ABSTRACT

The institutionalization of the “Escola Politécnica da Bahia - EPBA” in Bahia, Brazil, is the guideline of this study. This research focuses in analyzing and discussing the reasons on which the “EPBA” had been created, and its way in about the first twenty three years. An educational institution that graduated the engineers, was created and maintained by an agency composed by agents involved in civil society and policy society, brings to light, a strategy of fractions of the middle class city in achieving representation, and then write their projects' “vision of the world”. Therefore we will try to reconstruct the policy scene in Bahia Republican, emphasizing the whole process of hegemony crisis, pointing the main agents of disputes. We insert the beginning of “EPBA”, and its delegates of this process.

KEY WORDS: 1. Bahia. 2. Polity. 3. Engineering. 4. Hegemony. 5. Escola Politécnica da Bahia.

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

ACBA – Associação Comercial da Bahia

EAB – Escola Agrícola da Bahia

EMOP - Escola de Minas de Ouro Preto

EPBA – Escola Politécnica da Bahia

EPRJ – Escola Politécnica do Rio de Janeiro

EPSP – Escola Politécnica de São Paulo

FAMED – Faculdade de Medicina da Bahia

FLDB – Faculdade Livre de Direito da Bahia

IIBA – Imperial Instituto Baiano de Agricultura

IPBA – Instituto Politécnico da Bahia

SEAGRIBA – Secretária de Agricultura da Bahia

SBA – Sociedade Baiana de Agricultura

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

UFF – Universidade Federal Fluminense

Quadros

Quadro 1 – Nível Educacional dos Ministros por Período – 1822 – 1889 ----- 21

Quadro 2 - Educacional dos Senadores não Ministros, por Período, 1822 – 1889 ----- 21

Diagramas

Diagrama 1 – Diagrama de Partidos Políticos na Bahia na Primeira República ----- 80

Gráficos

Gráfico 1 - Advogados, Médicos e Engenheiros por 10.000 ha da população – RJ - (1843 -1906) ----- 30

Gráfico 2 - Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Estados da Federação 1897 – 1920 ---- 89

Gráfico 3: Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Regiões da Federação – 1897 – 1920--- 90

Gráfico 4 - Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Centros Regionais na Bahia 1897 – 1920 ----- 90

Gráfico 5 - Origem Social dos Pais EPBA 1897 – 1920 ----- 94

Gráfico 6 - Profissão dos Pais EPBA – 1897 – 1920 ----- 95

Gráfico 7 - Número de Alunos Matriculados ou Ingressantes na EPBA 1897 – 1920 ----- 98

Gráfico 8 - Número de estudantes ‘concluintes’ versus número de estudantes ‘ingressantes’ EPBA 1897 – 1920 98

Gráfico 9 - Matrículas de Estudantes “Civis” e “Militares” na EPBA 1897 – 1920 ----- 102

Gráfico 10 - Estudantes formados pela EPBA 1897 – 1920 ----- 104

Gráfico 11 - Taxa de Desistência por Curso EPBA 1897 – 1920 ----- 104

Gráfico 12 - Origem dos docentes da EPBA por Estados da Federação 1897 – 1920 -----	109
Gráfico 13 - Procedência dos docentes da EPBA pela Bahia e Outras Regiões – 1897 – 1920 -----	110
Gráfico 14 - Procedência social do Pai – 1897 – 1920 -----	110
Gráfico 15 - Procedência da formação do corpo docente da EPBA - 1897 – 1920 -----	112
Gráfico 16 - Ingressos de docentes por ano da EPBA - 1897 – 1952 -----	115
Gráfico 17- Distribuição do professorado por categoria funcional da EPBA - 1897 – 1952 -----	118

Introdução	14
Capítulo 1 - Engenharia como projeto na Bahia republicana	21
1 - Ciências, Bacharéis e Engenharia no XIX “Oropa, Rio e Bahia”	21
2 - Um breve balanço historiográfico: engenheiros no “Brasil” e na “Bahia”.....	39
3 - Opções teóricas de metodológicas	46
4 - Escola Agrícola da Bahia X Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação --	55
4.1 - Escola Agrícola da Bahia – EAB	56
4.2 - Escola Politécnica da Bahia à luz da engenharia na Bahia republicana: embates e projetos	58
Capítulo 2 - Escola Politécnica da Bahia: um perfil institucional	62
1 - O jogo e a “regra” - A política na Bahia Republicana: embates e projetos	64
2 - Escola “ <i>Polytechnica</i> ” da Bahia: objetivos e projetos	81
3 - Discentes: perfil e procedência	87
4 - Docentes: Origens e projetos	107
Capítulo 3 - Engenheiros Politécnicos: Projetos e trajetórias	121
1 - Um “ <i>projeto</i> ” para a modernidade: origens históricas	121
2 - Escola <i>Polytechnica</i> da Bahia: um projeto “contra-hegemônico”	131
3 - EPBA e J J Seabra: A conquista de um projeto contra-hegemônico	146
Conclusão	155
Bibliografia	158
Anexos	165

Introdução

A gênese da ideia de escrever sobre uma instituição de ensino, mais precisamente sobre uma escola formadora de engenheiros, com recorte cronológico para a Primeira República, surgiu como proposta de projeto de mestrado, quando ainda como bolsista de Iniciação Científica, junto ao projeto “*Estado, Poder e Educação no Brasil: O Ensino Agrícola na Primeira Metade do Século XX*”, no qual, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Regina de Mendonça, pude trabalhar com variados tipos de fontes e leituras sobre o tema.

Partindo desta premissa, após levantamentos prévios de dados em instituições públicas, em sua grande maioria detentoras de acervos importantes para quem trabalha no foco da História Social e História Institucional, percebemos uma carência de trabalhos acadêmicos sobre a temática em questão. Diante desta constatação, elaboramos um projeto e o pusemos em prática. No entanto, ao debruçarmos sobre o nosso objeto, procuramos perfazer a trajetória de uma instituição de ensino formadora de engenheiros no estado da Bahia, durante as suas duas primeiras décadas de funcionamento, levando em conta a sua inserção social e seu papel na construção da sociedade baiana durante a República Velha.

Com este objetivo, procuramos entender as complexas relações entre as frações dominantes¹ na Bahia ao final do Império e suas constantes ligações junto às entidades de classe – Sociedade Baiana de Agricultura – SBA, Associação Comercial da Bahia – ACB dentre outras . Ao iniciar nossa investigação e ainda em meio a variadas leituras, saltou aos nossos olhos a existência de uma instituição, na Província da Bahia, ligada ainda às frações da classe dominante regional e à nomeada “*Imperial Instituto Bahiano de Agricultura*” (doravante chamado IIBA). Instituto criado a partir da iniciativa dessas

¹ Pang, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira). Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, Tourinho. Antonieta de Campos. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982, Sampaio, Consuelo Novais. Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação. Salvador, Ed UFBA, 1998, Dias, André Luís Mattedi. Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia – 1896 – 1968. Tese de Doutorado, USP, 2002, Araújo, Nilton de Almeida. A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006.

frações² pertencentes à região do Recôncavo Baiano — área historicamente ligada à produção de açúcar — com o intuito de amenizar a crise açucareira por meio do projeto de criação e manutenção da Escola Agrícola da Bahia (doravante chamado EAB), fundada em São Bento das Lajes. Com efeito, ambas as instituições, criadas na segunda metade do século XIX, serviam de ponto de partida para a compreensão das relações sociais e políticas entre os “coronéis” amalgamados junto ao poder na província e no Império. Apesar de criada por um grupo seletivo de grandes proprietários do Recôncavo com o propósito de “modernizar” a agricultura baiana, que então atravessava momentos difíceis, o IIBA e o EAB conviveram ao longo de sua existência com diversas crises financeiras. Ao que tudo indica, só não fecharam suas portas devido a constantes subvenções provinciais e imperiais, face à influência política de alguns grandes proprietários e políticos, ligados a cargos públicos e dotados de vínculos pessoais com D. Pedro II.

Com a fundação da EAB em 1877, o principal objetivo dos dirigentes do IIBA passou a ser o funcionamento da Escola, destinada à formação de técnicos e agrônomos. Cabe destacar que grupos ligados ao comércio de exportação já se encontravam inseridos junto a vários cargos da diretoria do IIBA, constituindo-se em alguns dos principais patrocinadores, apesar de seu controle ser exercido por grandes proprietários rurais. O clima de otimismo que cercou a inauguração da EAB logo se modificaria, na medida em que apareceram alguns problemas, dentre eles o acirramento das contradições entre tais grupos³ e as primeiras discussões sobre seu nível de ensino, bem como sobre a pertinência de seu funcionamento⁴. Um dos principais críticos à manutenção da Escola, o Prof. Arlindo Coelho Frago, em 1893, escreveria uma série de artigos sobre a EAB, publicados no periódico local “*Jornal de Notícias*”, nos quais o autor defendia a necessidade de reformas, dentre elas a transferência da Instituição para Salvador. Após vários apelos, inclusive de ex-diretores da escola, deputados e diretores

² Segundo Eul-Soo Pang tais frações da classe dominante são denominadas de “clãs”, conceito com o qual não concordamos, mas consideramos pertinente mencionar. Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira). Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, pp.19-63.

³ Problemas curriculares onde se cabe a definição do ensino na escola; de caráter eminentemente teórico ou prático; por ser uma instituição fundada pela sociedade civil, cabe a ela subsidiar a escola, o que não acontecia, sendo sempre patrocinada pelo dinheiro público. Se o dinheiro público é o que realmente prevalecia, o porque então não passar o controle da escola para a província. São essas algumas das questões contraditórias dentre várias outras levantadas por membros ligados a EAB, deputados provinciais e diretores do IIBA.

⁴ Tourinho. Antonieta de Campos. O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982, p.150.

do próprio IIBA, nada foi feito até os primeiros anos da era republicana, apesar da Instituição ter passado por diversas transformações, seja de ordem estadual e federal⁵, após a derrocada do IIBA em 1902.

Arlindo Coelho Fragoso, catedrático de Engenharia Rural da EAB, assumiria, em 1892, o posto de Secretário de Agricultura no governo de Rodrigues Lima (1892 – 1896), aliando-se politicamente a Luiz Viana, conservador ligado ao grupo dos Viana da região do Vale do São Francisco. Luiz Viana, apesar de ser juiz de direito no Recôncavo — cargo adquirido por influência do Barão de Cotegipe, seu padrinho político — foi membro fundador do IIBA⁶ e chefe político do tradicional Partido Conservador⁷, sendo ligado à fração agrocomercial da região⁸. Arlindo Fragoso, aproveitando suas alianças com políticos tradicionais — tais como a família dos Calmon — e seu prestígio como Secretário de Agricultura, exonerou-se do cargo de catedrático da EAB em 1895 e fundou, em Salvador, o Instituto Politécnico da Bahia e, logo depois a Escola Politécnica da Bahia – nosso objeto de estudo. Mantido como Diretor da Secretária de Agricultura do governo Luiz Viana (1896 -1900), Arlindo Fragoso liderou o grupo de engenheiros que fundou o IPBA e a EPBA, tornando-se o primeiro presidente do Instituto (1896-1899) e no primeiro diretor da escola (1897-1907). A partir de então o IPBA através de sua escola se tornaria a principal instituição formadora de engenheiros, em detrimento da EAB, agregando catedráticos egressos desta última.

As histórias do IPBA e EPBA evidenciam e nos trazem a reflexão que é preciso pensar as instituições não apenas no mundo das ideias de valores e normas, ou seja, no mundo abstrato. Mas sim, pensar que elas representam um conjunto complexo caracterizado por certa organização e fixação no meio social de forma concreta, destinado a formular e a efetivar um dado “*projeto de mundo*”.

⁵ Criada pelo governo provincial, central e pelo IIBA entidade ligada a sociedade civil (1877), transformada em Instituto Agrícola da Bahia (IAB) pelo governo estadual após a derrocada do IIBA, foi federalizada em 1911 como escola média e tornando à jurisdição do governo da Bahia na sua transferência em 1930, para Salvador. Cf Araújo, Nilton de Almeida. A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930.

⁶ TOURINHO, Antonieta de Campos. *Op. cit.*, p.236.

⁷ Pang, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943 (A Bahia na Primeira República Brasileira). Rio de Janeiro, Ed Civilização Brasileira, 1979, p.64-68.

⁸ Assumo este termo da obra de Consuelo Novais Sampaio, onde a autora entende a república é que se legitima com comércio agroexportador mais diversificados, via alianças com agentes de antes só eram ligados ao comércio.

Pensar em instituições num sentido ampliado, como instituições profissionais, de ensino, corporativas etc., significa refletir que as mesmas trabalham em sentido exequível, no intuito de formar uma teia de relações objetivas entre agências e agentes. Sendo assim, investir na nossa proposta impõe um procedimento metodológico capaz de explicar essa espécie particular de produção e reprodução de projetos, e de saberes como é o caso do nosso “objeto” a ser investigado; onde, num determinado período estava a criação e a consolidação de uma instituição, com suas práticas, regras e especificidades, noutra, percebe-se diferentes campos de saber - Medicina, Direito e Agronomia - se constituindo; se diferenciando e adquirindo certa autonomia. Esta dicotomia facultou o acesso destes agentes institucionais a postos burocráticos no seio do aparato estatal.

Para compreender o objetivo que emprega, e a lógica de como funciona uma instituição, entendemos ser fundamental perceber as tensões sociais que a circundam, as práticas sociais dos grupos nelas contido e o pensamento preponderante⁹. Seus discursos, pensamentos e suas trajetórias – dirigentes, docentes e ex-alunos – nos informa as práticas individuais, e conseqüentemente as coletivas. A junção dessas histórias revela-nos um referencial social construído a partir dessas experiências que, são também alterados por estes elementos.

Partindo destes pressupostos, nosso estudo se propõe a mostrar que a Escola Politécnica da Bahia, através de seus dirigentes, docentes e ex-alunos, alcançam destaque na sociedade civil e sociedade política, passando então a inscrever seus projetos de visão de mundo no interior da sociedade política. O resultado desta relação em um dado momento é a transformação destes projetos em políticas públicas para o estado da Bahia, e principalmente Salvador. Veremos que vários destes agentes se tornaram nomes importantes, tanto na sociedade política local e quanto na nacional.¹⁰

É neste contexto que pretendemos nos ater daqui por diante, e creio estarmos contribuindo não apenas para o amadurecimento e enriquecimento da historiografia específica sobre o tema, mas também para a própria história das agências envolvidas e, porque não, à história da política baiana na Primeira República.

⁹ Destacamos o “conjunto” ou “grupo” social, no qual, pautaremos, no caso do nosso estudo, os engenheiros da EPBA.

¹⁰ Faziam parte do quadro de catedráticos do IPBA: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, Octávio Cavalcante Mangabeira dentre outros.

No Primeiro capítulo tentaremos mostrar e contextualizar o momento histórico que precede o recorte cronológico de nossa dissertação, no intuito de procurar entender de maneira clara e objetiva a importância e a ascensão do ofício de engenheiro no Império brasileiro em detrimento de outras duas profissões: médicos e advogados. Para atingir nosso objeto de estudo, elencaremos os fatos e os acontecimentos históricos que se relacionam com a criação da Escola Politécnica da Bahia, em 1897, por meio de seu porta-voz político o Instituto Politécnico da Bahia criado em 1896. A análise da historiografia sobre o tema, principalmente a que evidencia seus engenheiros, também será trabalhada como forma de definir conceitualmente o que pretendemos trabalhar.

Pretendemos empreender uma discussão sobre os primórdios da inserção da ciência no Brasil, situando-a dentro da institucionalização das três principais profissões no Império brasileiro: Advogados, Médicos e Engenheiros. Ao mostrar a inserção dos engenheiros, passamos então a detalhar toda a trajetória das escolas formadoras - a princípio sob a tutela militar -, suas mudanças e reformas, até a criação da Escola Politécnica da capital do Império, saindo da chancela militar e se instituindo como profissional civil *stricto sensu*. Neste tempo, os engenheiros já se encontravam imbuídos de um respeitado capital simbólico e inscritos em um novo projeto de Estado em ascensão dentro do país. Chamaremos a atenção para as outras especialidades da engenharia, principalmente no que diz respeito à Agronomia. Abordaremos a vanguarda da Bahia na formação de engenheiro agrônomos e seus embates com as frações dominantes desencadeado na criação da Escola Politécnica da Bahia.

Optaremos por discutir as principais interpretações acerca da institucionalização da engenharia no Estado Brasileiro no século XIX, com ênfase na abordagem teórica sobre o tema. O percurso será o de uma historiografia tradicional, conservadora até a abordagem de trabalhos mais recentes e inovadores. Ainda neste tópico apontaremos para nossas opções teóricas e metodológicas para o estudo. Neste mesmo capítulo, faremos uma locução das nossas opções teóricas e metodológicas. Temos por base para o nosso estudo o arcabouço de conceitos elaborados por Antônio Gramsci. Faremos uma explanação breve sobre Estado Ampliado tem como auxílio os métodos do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Entendemos que aplicação das ideias desses dois pensadores seja condição *sine qua non* para a construção do estudo proposto.

Portanto, buscaremos analisar os desdobramentos e as correlações de forças entre as frações das classes dominantes e as razões pelas quais levaram à criação da Escola Politécnica da Bahia em detrimento da Escola Agrícola da Bahia, localizada na

região de maior importância econômica da Bahia: o Recôncavo Baiano. Entendemos que situar o panorama político deste momento histórico seja fundamental para compreender os agentes e agências que estavam juntos na arena de disputas políticas, já que a Bahia, neste momento, passava por uma acintosa crise de hegemonia.

No segundo capítulo, trataremos do perfil da escola formadora de engenheiros da Bahia. Para chegarmos a este propósito, pautar-nos-emos no perfil dos discentes e docentes, identificando suas origens e o público que esta instituição veio a formar e a atender. Na prática isto significa dizer ordenar e organizar as frações encampadas dentro da instituição e seu projeto. Aprofundando nas incursões abordadas no capítulo inicial, trabalharemos de forma mais direta, as razões que levaram a criação da escola. Para levantar a questão, vamos analisar os eventos por dois principais caminhos: o primeiro, visando colocar a maneira pela qual a historiografia tratou o episódio; segundo, expor nossas análises com a sistematização do escopo documental, com destaque para as atas da congregação da instituição e alguns poucos periódicos a serem analisados, pautando os motivos da criação da escola, seus objetivos e projetos. Para um embasamento mais completo, entendemos ser fundamental reconstruir todo o cenário “jogo” político na Bahia republicana, destacando todo processo de crise de hegemonia apontando os agentes principais das disputas, inserindo a criação da EPBA dentro deste processo.

Mostraremos o ambiente das disputas e as correlações de forças no qual a Escola Politécnica está inserida. A seguir, mostraremos a adesão a um projeto de visão de mundo, quando Arlindo Fragoso, seu principal dirigente foi nomeado para o principal cargo hierarquicamente abaixo do governador. Dando prosseguimento às análises, discutiremos o estabelecimento da escola como agência formadora de engenheiros, sua estrutura curricular e o perfil social do alunato. Encerramos com a quantificação dos dados, que nos mostra o contingente dos alunos; qual o curso mais solicitado; o nível das evasões; a procedência e quais os anos com maior procura na instituição dentro do recorte estabelecido por nossa pesquisa. Não deixaremos levar em consideração os embates políticos que de alguma forma tinham reflexo na manutenção da escola, já que a ascensão da escola constantemente dependerá dos resultados destas disputas, principalmente nos seus primeiros vinte anos de existência. Continuando a análise, voltamos nossas investigações para o corpo docente da escola. Expondo suas origens e seus projetos para a instituição. É importante destacar a ascensão e a distribuição destes intelectuais na organicidade das frações dominantes, encampados na sociedade civil, dentro de seus aparelhos e na sociedade política, por meio das instituições públicas.

Entendemos que o coroamento destes intelectuais e seus projetos junto a estas frações se fizeram com a nomeação de Arlindo Fragoso – fundador da escola - para a Secretária Geral do Estado da Bahia. A partir de então, Arlindo Fragoso e seu grupo político, em sua maioria professores catedráticos de uma primeira geração da escola, ocuparam os principais cargos na administração José Joaquim Seabra, na Bahia (1912-1916).

No terceiro capítulo, analisaremos de forma qualitativa as questões levantadas e evidenciadas no capítulo anterior no que se refere à trajetória dos discentes passados pela instituição e docentes alocados na escola. Procuraremos levantar por meio de seus discursos e projetos, suas visões de mundo - que estão divulgando. Alguns desses alunos que se graduaram na Escola Politécnica da Bahia se tornaram grandes personalidades no cenário intelectual e político, seja nos limites da Bahia e alguns casos no cenário nacional como, por exemplo: Otávio Mangabeira, Francisco de Souza

Ao fazer o caminho desses agentes, constatarmos que seus projetos e visão de mundo condiziam com a da instituição, na qual se formaram, podemos então provar a hipótese principal do nosso estudo: que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus dirigentes, construiu e discerniu projetos de visão de mundo. Provando então que a instituição formadora de engenheiros da Bahia é, portanto, um aparelho privado de hegemonia.

Portanto, por meio desta pesquisa entendemos estar contribuindo para a história desta instituição formadora de engenheiros e, estar de também contribuindo para a historiografia da Bahia na Primeira República.

Capítulo 1

Engenharia como projeto na Bahia republicana

Introdução

A proposta deste primeiro capítulo é abordar de maneira sucinta os acontecimentos históricos que levaram a criação da Escola Politécnica da Bahia, em 1897 (doravante EPBA), e do seu porta-voz político o Instituto Politécnico da Bahia, criado em 1896 (doravante IPBA). Para melhor compreendermos os nossos objetos de estudo, nesta primeira seção, analisaremos os caminhos das atividades científicas no Brasil a partir do século XIX, destacando as três principais formações profissionais dentro do Império: Advocacia, Medicina e Engenharia.

1 – Ciências, Bacharéis e Engenharia no XIX “Oropa, Rio e Bahia”¹¹

A História da inserção formal das Ciências no Brasil iniciou-se nas primeiras décadas do século XIX, após a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, sob a regência do então príncipe D. João. Até a chegada da corte em 1808, o Brasil não passava de uma colônia dentro da lógica do mercantilismo lusitano, portanto, sem universidades, imprensa, bibliotecas, museus, academias científicas, etc.

Essas características contrastam com as colônias espanholas, que tiveram universidades já a partir do século XVI. Segundo José Murilo de Carvalho, tal contraste se explica em razão da “concepção federativa” dos Habsburgos em oposição ao “centralismo” adotado pelos Bourbons¹². Esta prática era uma política deliberada da Coroa portuguesa, quiçá, por temer a formação de uma identidade regional, ou mesmo, o desenvolvimento de um sentimento nacionalista que aspirasse independência política,

¹¹ Mário de Andrade, no seu *Macunaíma*, registrou uma expressão que serve para designar o mundo inteiro: "Oropa França e Bahia". A personagem Vei quer que o herói Macunaíma se case com uma de suas filhas e anuncia: "O dote que dou pra ti é Oropa França e Bahia." Adaptamos ao colocar Rio, pois a porta de entrada para a modernização no Brasil é o Rio de Janeiro; a nova Belle Époque brasileira inspirada na remodela Paris, capital da França e considerada o modelo de civilização da época.

¹² Segundo José Murilo de Carvalho, no *Século XIX a América espanhola* já gozava de 25 universidades. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 70-71.

ou seja, os possíveis letrados organizados em suas frações poderiam criar situações contra o *status quo* do Império Português. Vale lembrar, que alguns fatores similares vieram potencializar movimentos de independência política nas colônias espanholas.¹³

No entanto, algumas tímidas tentativas de estabelecer a atividades científicas no Brasil ocorreram em meados de 1783, com incentivo do Marquês de Pombal, que patrocinou a expedição do naturalista português Alexandre Rodrigues, com o objetivo de explorar e identificar a fauna, a flora e a geologia brasileira.¹⁴ Contudo, em 1772, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira sociedade acadêmica ligada à ciência: a “*Sociedade Scientifica*”, que se manteve em atividade até 1794. Em 1797, o primeiro “Instituto Botânico” foi criado em Salvador, na Bahia.¹⁵

Podemos dizer que a transferência da família imperial, fomentou a entrada das ciências, o ideal e os bons costumes da civilização européia no Brasil. No período de curta duração de “1808 a 1810”, o monarca criou a Academia Real Naval, Academia Real Militar, a Biblioteca Nacional, os Jardins Botânicos reais, a Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na capital do Império.¹⁶

Durante o reinado de D. Pedro I, as políticas e ações, no que dizem respeito ao incentivo científico, aprendizagem e tecnologia, sofrem certo atraso “desaceleração” até por conta da crise política de seu reinado, muito embora tenham sido criadas as faculdades de direito em Pernambuco e São Paulo. Nas primeiras décadas do século XIX, a ciência no Brasil foi praticada e lembrada em sua maior parte por expedições científicas promovidas por naturalistas europeus, dentre eles, Charles Darwin.¹⁷ Estas práticas científicas constituíam-se, em grande parte, de missões estrangeiras para se descrever a rica e fabulosa biodiversidade nacional, sua fauna e flora, e também sua geografia, amparado pelo grande potencial geológico brasileiro, que incentivará, por exemplo, criação da Escola de Minas de Ouro Preto por D. Pedro II na segunda metade do Século XIX.

¹³ Idem, Capítulo III, IV.

¹⁴ Para saber mais sobre o tema ver: FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982; MAXWELL, Kenneth. Trad. João Maia. *A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995; ___ *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

¹⁵ BARRETO, Aldo de Albuquerque. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Brasília, v.2, n.1, p.4. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/aldo%20ancib.pdf>. Acesso em 26/12/2009.

¹⁶ FAUSTO, Boris. *História da Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2002.

¹⁷ LOPEZ, Adriana, Motta, Carlos Guilherme. *História do Brasil: Uma interpretação*. São Paulo: Ed: Senac, 2008. Capítulo 18.

Como já falamos no Primeiro Reinado, foi aprovada, em 1826 a criação das primeiras instituições formadoras de bacharéis em Direito no Brasil, são elas: a Faculdade de Direito de Olinda, logo transferida para Recife e a Faculdade de Direito de São Paulo.

Mesmo com a criação das escolas de direito em Pernambuco e São Paulo, os membros das frações políticas mais poderosas do I Reinado e da Regência, eram aquelas a obter o título de bacharel na Universidade de Coimbra. A historiografia sobre o tema nomeou este contingente de “primeira geração bacharelesca do Brasil” também conhecidas como “coimbrões”. Esses agentes da primeira geração se tornaram a “*flor*” da política no Primeiro Reinado e Regência.

Somente na segunda metade do século XIX é que os primeiros membros, agora da segunda geração, em sua maioria formados no Brasil, destacaram-se no controle político do Império, agora em sua segunda fase, agora com D. Pedro II.

De acordo com Carvalho¹⁸, a formação superior foi um forte aliado na amalgamação, “unificação” das frações das classes dominantes na política do Brasil Império, ou seja, no processo de construção do Estado Nacional brasileiro, as características dessas frações apresentam-se sob características de homogeneidade. A unificação da política imperial relaciona-se intimamente com a educação superior na medida em que quase a totalidade dos grupos dominantes detinha o privilégio de cursar um curso superior em contraste com a maioria da população. E ainda, a concentração e opção por uma formação jurídica, adquirindo assim, um núcleo comum de conhecimentos, e por fim, as poucas opções de escolha na localidade onde estes agentes se formavam.

No entanto, como a quase totalidade dos agentes pertencentes às frações dominantes possuía curso superior, podemos dizer que a porcentagem de bacharéis de ministros, era maior do que os senadores, que por sua vez, se equivaliam aos deputados legislativos. Como nos mostra o **quadro 1 e 2**.

¹⁸ Lembramos que Carvalho perpassa todo seu estudo pela matriz elitista de percepção de Estado, viés teórico, no qual, não concedemos para o nosso objeto de análises.

Quadro 1

Nível Educacional dos Ministros por Período – 1822 – 1889 (%)

Educação	1822- 31	1831 - 40	1840 – 53	1853- 71	1871 – 89	Total
Com Educação Superior	86,67	85,72	86,96	96,00	95,46	91,32
Sem Educação Superior	11,11	14,28	13,04	4,0	4,54	8,22
Sem Informação	2,22	–	–	–	–	0,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	(n= 45)	(N=35)	(N=23)	(N=50)	(N=66)	(N=219)

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 78.

Quadro 2

Nível Educacional dos Senadores não Ministros, por Período, 1822 – 1889 (%)

Educação	1822- 31	1831 - 40	1840 – 53	1853- 71	1871 – 89	Total
Com Educação Superior	81,82	73,34	57,90	80,00	80,77	76,11
Sem Educação Superior	15,15	26,66	31,58	20,00	19,23	21,24
Sem Informação	3,03	–	10,52	–	–	2,65
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
	(n= 33)	(N=15)	(N=19)	(N=20)	(N=26)	(N=113)

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. 78.

Dentre as profissões bacharelescas, a formação em “Direito”, via de regra, prevaleceu no Brasil Imperial; adquirida em num primeiro momento em Coimbra - antes da conquista da Independência - e posteriormente em Pernambuco e São Paulo.

Coimbra, após o domínio jesuíta, passou por uma grande reforma patrocinada pelo Marquês de Pombal em meados do século XVIII. A partir de então, a instituição passou a se orientar para uma formação mais pautada nas ciências naturais, enfatizando sua orientação para melhor explorar os recursos das colônias do Império português. Os métodos, programas e conteúdos, antes pautados principalmente nas leis canônicas, estudos escolásticos, teologia filosófica, aristotelismo e ensino religioso, volta-se para a física, a química, a matemática, a zoologia, a botânica e ciências exatas.

Com isso, podemos dizer que o Iluminismo de fato chegou a Portugal¹⁹. As mudanças, ocorridas dentro do Império, e principalmente em sua principal Universidade “Coimbra” vai desencadear em um novo fortalecimento do poder estatal português, após um declínio contundente na extração aurífera, grande oscilação do preço do açúcar, e também o domínio inglês. No entanto, as reformas na educação, iriam de encontro a um leve surto de recuperação econômica do Estado português.

Porém, com a viradeira²⁰, a instituição voltou seu foco à carreira jurídica com ênfase no “direito canônico” e educação religiosa. O período posterior a essa reação formou a maioria dos políticos brasileiros do Primeiro Reinado.

Ressaltamos que a geração formada em Coimbra teve um importante papel na fase de estabilização do Império. As universidades ibéricas tinham de fato a característica de se diferenciarem por seguirem uma orientação instrumental, no comprometimento com o fortalecimento do poder monárquico, logo, seguindo as premissas do “Antigo Regime” pela defesa da Igreja.

A segunda geração de bacharéis em Direito, formaram-se nas duas instituições criadas em 1826. Na região Nordeste, inicialmente na cidade de Olinda, mas que logo transferida para Recife, em 1854. A segunda criada para atender as demandas do centro

¹⁹ Destacamos que o iluminismo Português, não vem de encontro ao iluminismo Frances; pois este continha ferramentas capazes de pôr em perigo o antigo regime, portanto, de acordo com José Murilo, o iluminismo português ficou mais próximo do italiano, onde, as tendências se orientavam em sentido mais reformista e pedagógico e, sem o espírito revolucionário Frances.

²⁰ O termo “Viradeira” foi criado para identificar o período que se iniciou a 13 de Março de 1777 com a nomeação por D. Maria I de novos Secretários de Estado, em substituição do Marquês de Pombal. Neste período deu-se uma progressiva quebra do controle estatal sobre muitas áreas econômicas, com a extinção de alguns dos monopólios mercantis estabelecidos por Pombal, e permitiu-se uma retomada influência da Igreja e da alta nobreza sobre o Estado. No que se refere à Universidade de Coimbra, muitos professores e alunos foram expulsos sob diversas acusações ligadas à heresia, como enciclopedismo, naturalismo e deísmo. Francisco de Melo Franco, um dos expulsos escreveu tempo depois um clássico livro sobre o episódio “*O reino da estupidez em represália*”. Cf: CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. Capítulo III, CARDOSO, Ciro Flamarion S. “A crise do colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750- 1822” in LINHARES, Maria Yeda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed Campos, 9ª Ed, 2000, p. 111-128.

sul localizada na cidade de São Paulo. Para Gizlene Neder, o objetivo em criar as duas instituições nas regiões distintas, tem como propósito o favorecimento da “construção da nação”, assim nos diz a autora:

Projetavam, desta maneira, uma articulação entre as diferentes regiões que compunham o país; preveniam-se, também, dos movimentos separatistas. Havia, sem dúvida, alguma clareza acerca da importância de uma direção no processo de ideologização através da educação, formulada em termos da “formação de uma consciência nacional”.²¹

Apesar dos cursos terem sido criados já no Império brasileiro, o modelo a ser seguido seria o de Coimbra, com algumas importantes adaptações. Na grade curricular, a tendência a de priorizar o Direito Romano e Canônico seguido por Coimbra, foi suprimida pelo modelo brasileiro, com vistas a atender as necessidades do novo Império. Disciplinas como Economia Política, Direito Mercantil e Direito Marítimo foram implementadas, pois havia uma demanda por tais conteúdos, o que evidencia um processo de mudanças. O *status quo* internacional passava por grandes adaptações e mudanças. Revoluções eclodiam pela Europa, na América inglesa e na América espanhola, o pensamento liberal se afirmava a cada dia, e o modelo do “*Antigo Regime*” era ainda mais combatido.

Mesmo sendo criadas simultaneamente, considerando as devidas adaptações necessárias, comparando a sua congênere de Coimbra, as duas escolas na prática tinham diferenças em seu conteúdo teórico. Segundo Lília Schwarcz²² a escola de São Paulo, seguiu um modelo mais voltado para a vertente política liberal. Em tal cenário o que fica patente é a intenção de formar uma nova geração bacharéis burocratas capacitados para a política, ou seja, formar novos quadros de lideranças para dirigir o país. Já a escola de Recife, voltava-se para uma linha de trabalho calcado nas questões raciais, ciências, Medicina Legal e Antropologia Criminal. Podemos dizer que Recife tinha em sua prática formar “homens de ciência”.

Para seguir a linha mais ligada à “científica”, a escola pernambucana contou com grande influência do positivismo e do evolucionismo social levados principalmente

²¹ NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995, p. 100.

²² SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Capítulo V.

pela Escola italiana de criminologia, que tinha em seu ideal o “Direito” como conhecimento científico.

Já a oficialização da primeira escola de Medicina, veio durante o início século XIX com a criação das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro foram criadas e consolidadas. Com vinda da Família real para o Brasil, que ao chegar, o então príncipe regente D. João — futuro D. João VI — por decreto criou as instituições formadoras de médicos.

A Escola de Cirurgia da Bahia foi à primeira instituição de ensino superior do Brasil. Criada em 18 de fevereiro de 1808 e instalada no Hospital Real Militar. Os primeiros docentes foram médicos militares vindos com o próprio D. João, e posteriormente os civis ocuparam as cadeiras para a docência. Por meio de nova Carta-Régia em 29 de dezembro de 1815, D. João VI determinou que a Escola de Cirurgia fosse denominada de Academia Médico-Cirúrgica da Bahia.

A Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro foi instalada no Hospital Real Militar, localizada no morro do Castelo. O curso tinha duração de cinco anos e referendado pela Universidade de Coimbra²³. Logo, estamos falando do momento da institucionalização da instrução médica no Brasil, pois, em momentos anteriores já ocorria o contato entre as “medicinas” européias e as do Brasil. O influxo médico inaugural da nova sede do Império Português não se deu por via da erudição qualificada de seus físicos e cirurgiões, mas por intermédio dos conhecimentos e experiências da medicina popularesca possuídos pelos navegadores, imigrantes, exilados e padres que aqui aportaram nos primeiros anos de contato. Tinha caráter essencialmente informal, sem grande pretensão de unificação de saberes, o que podemos dizer, é que este momento histórico fazia parte do encontro cultural promovido pelas grandes navegações. Entretanto suas condições eram extremamente precárias, com grau de salubridade nulo, fazendo com que fossem obrigados a buscar seus próprios métodos de cura dentro daquele espaço.²⁴

Em 1813, tanto a escola do Rio de Janeiro quanto a de Salvador foram reorganizadas e se transformaram em Academias Médico-Cirúrgicas. O novo regulamento permitia a adoção de regras e normas próprias para seu funcionamento e garantia pela primeira vez, aos profissionais aqui formados, o direito de exercer a Medicina, pois até então, só exerciam os médicos formados em Portugal.

²³ NAVA, Pedro. *Capítulos Da História Da Medicina No Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

²⁴ SCHWARCZ, Op.Cit.

Ainda tomando o trabalho de Schwarcz, as duas escolas pouco a pouco se valorizaram e criaram suas próprias identidades. Não perderam a oportunidade de criar aparelhos “ideia” de intervir no social.²⁵ Contudo, a instituição baiana começou a pensar o cruzamento racial como grande questão para a afirmação da nação, e a instituição do Rio de Janeiro construiu sua identidade pautada em estudos de doenças tropicais.²⁶

A partir da década de 1870 as ideias e as áreas de interesse das duas instituições começaram a se aglutinar. Neste momento, as academias, e, principalmente a profissão do médico, já possuem certo prestígio. Foi então que começou a ganhar espaço no meio médico, o propósito de intervenção social.²⁷ Schwarcz ressalta também o grande conflito que se deu da medicina com o direito. A autora afirma que ambos imaginavam ter nas mãos o destino da nação. Os advogados pensando através do ideário iluminista, da igualdade e os médicos, partindo do pressuposto de viés biológico, ressaltando principalmente as diferenças raciais.²⁸

Já a presença dos engenheiros no Brasil foi de fundamental importância desde o início da colonização. Seu primeiro momento em terras brasileiras se fez auxiliando, projetando e construindo fortificações, seguido por trabalhos direcionados na demarcação do território, planejamento de cidades e ministrando Aulas de Fortificação na Bahia e Rio de Janeiro, a partir do início do século XVIII.

Para Marinho²⁹, devido às circunstâncias e necessidades das Aulas de Fortificação, estas são consideradas como as primeiras escolas de ensino tipo “leigo” que passaram no Brasil.³⁰ Por este contexto os dirigentes colonizadores reivindicavam “com insistência a remessa de engenheiros e a necessidade de abrir Aulas para o ensino da Engenharia entre candidatos selecionados no local”³¹, dando impulso tempos depois, para a criação da Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro ainda em dezembro de 1792.³²

²⁵ SCHWARCZ, Op. Cit

²⁶ Idem.

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008, p. 96.

³⁰ Idem.

³¹ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000, p. 61.

³² MARINHO, Op.Cit.

De acordo com a historiografia especializada, a institucionalização da Engenharia³³ no Brasil teve início com a fundação da Academia Real Militar em 1810.³⁴ A instituição em seu início seguia o modelo de perspectiva mais teórico, instituindo um curso de ciências, mas, logo em seguida outros cursos foram criados com aplicações práticas e com ênfase em estudos estratégicos militares, o que na prática qualificaria melhor os futuros oficiais do exército.³⁵

Só a partir do início da década de 1820, foi permitida a entrada de alunos civis na instituição, ou seja, agora a escola não era só um local para a formação de oficiais do Exército, mas também uma agência educadora do ensino de Engenharia, tendo em vista as necessidades das frações dirigentes dentro do novo contexto político do Brasil, que se tornara sede do Império Português.

Em 1831 foi proposta uma grande reforma na Academia Real Militar, aonde veio a ocorrer à anexação da Academia de Guardas-Marinha, passando a ser chamada de Academia Militar e de Marinha. O novo currículo era composto pelos cursos de pontes e calçadas, matemática, militar e também construção naval. No entanto, a junção não perdurou por muito tempo e, 1834 o Ministro da Marinha reivindica a separação da Academia dos Guardas-Marinha alegando incompatibilidade entre as instituições.³⁶

Academia Real Militar foi renomeada em 1839 para Escola Militar da Corte. Nessa nova reestruturação o currículo sofreu o corte das disciplinas de pontes e calçadas, caracterizando a volta da escola as suas origens: o ensino *stricto sensu* militar. As mudanças ocorridas na Academia Real Militar veio de encontro a uma readequação dos alunos em duas companhias; uma ligada à infantaria e cavalaria e uma segunda ligada à engenharia e artilharia.

Com o aumento da demanda de grandes obras públicas, e apesar da Engenharia Civil ter sido instituída em março de 1842, na própria escola militar, o contingente de formados nesta especialidade não era satisfatório, pois ainda permanecia insuficiente a quantidade de engenheiros civis formados a atender grande demanda. A partir deste

³³ A engenharia no Brasil se instala sob a égide dos militares formados em Portugal, logo a engenharia brasileira em seu primeiro momento, ira se constituir com uma forte influência portuguesa; nos chama a atenção que algumas obras sobre a temática indicam esta influência como sendo francesa, o que não é verdade como indica Pedro Marinho. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: UFF, 2002. Capítulo 1.

³⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. p 74-76, MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Op. Cit. Capítulo II, TAVARES, Aurélio de Lyra. Op. Cit. Capítulo I.

³⁵ Idem, Ibidem.

³⁶ Idem.

momento se iniciou uma grande campanha para a criação de um curso exclusivamente civil.³⁷

Ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por Engenheiros civis, também a formação militar passava por transformações. Com a sucessão de rebeliões durante no Império, principalmente durante o período regencial, os comandantes do exército entenderam que havia uma necessidade modificar a forma de educar seus oficiais, tendo como referencia as técnicas e práticas dos exércitos europeus. Neste momento, o Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello³⁸ decretou em 1850 a abolição do sistema aristocrático dentro da carreira das forças armadas. O novo critério estabelecia que, para galgar na hierarquia da corporação, seria necessário um determinado tempo; dado por antiguidade e uma formação técnica militar, e não mais por bons relacionamentos dentro da Corte.

Com essas novas diretrizes, as carreiras militares passaram a não ser mais tão interessantes para os filhos das frações dominantes, já que, com as modificações nas regras, os filhos dessas frações levariam um bom tempo para chegar a uma patente que viesse a valer a pena na carreira militar — prestígio era o mais importante —, outro ponto seria os salários dos militares que não eram tão atrativos para essas frações.

O Ministro Felizardo com estas mudanças tinha em mente a ideia de profissionalizar e racionalizar a mentalidade do exército. Essas mudanças vão causar principalmente a modificação do perfil dos oficiais do Exército. O que antes era ocupado pelos filhos das frações dominantes, passou a ser ocupado pelos filhos da classe média no Império – baixos funcionários públicos e militares – assim se potencializa ainda mais a campanha para a separação do ensino militar superior do ensino para civis em escolas militares³⁹.

³⁷ Idem.

³⁸ Manuel Felizardo de Sousa e Melo nascido em Campo Grande em cinco de dezembro de 1805 foi um militar, professor, jornalista, magistrado e político brasileiro. Formado em matemática pela Universidade de Coimbra, em 1826. Casou em Porto Alegre, em 1834, com Francisca Cândida Figueiredo Chagas Santos, filha do general Francisco das Chagas Santos e Joana Matilde de Figueiredo. Nomeado lente substituto da Academia Militar da Corte. Foi sucessivamente promovido até o posto de general. Enquanto morava no Rio Grande do Sul, trabalhando em um cargo administrativo, foi redator do Correio Oficial da Província de São Pedro que circulou de 1834 a 1835 em Porto Alegre. Foi deputado provincial eleito à 1ª Legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Membro prestigiado do Partido Conservador e ocupou numerosos cargos públicos, tendo sido deputado geral, presidente das províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e Pernambuco, e ministro da Marinha, da Guerra e também senador do Império do Brasil de 1849 a 1866. SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

³⁹ Para saber mais sobre as mudanças da mentalidade do ensino militar no Império ver: SCHULZ, John. O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 – 1894. São Paulo: Edusp, 1994. Capítulos I,II,

Em março de 1858 o Ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho, decretou que a Escola Militar da Corte fosse chamada a partir de então de Escola Central e a Escola de Aplicação do Exército fosse denominada Escola Militar e Aplicação do Exército. Ficou determinado que a Escola Central fosse destinada ao ensino das Ciências Físicas e Naturais e Matemáticas, como também às cadeiras específicas da Engenharia Civil, como por exemplo, curso de estradas de ferro.⁴⁰

A nova instituição tinha como orientação, a *École Centrale des Arts et Manufactures de Paris*, instituída em 1828, e que tinha como ofício formar engenheiros civis e industriais. Chamamos a atenção que o modelo da escola francesa não era exclusividade do Brasil, visto que as escolas francesas, instituídas a partir do século XVIII, tornam-se referência para a formação de variadas Escolas de Engenharia no continente europeu. Contudo ao adotar o modelo francês, a Escola Central se torna o divisor de águas na formação de engenheiro no país, já que referência, portuguesa norteava a formação dos engenheiros brasileiros até este momento⁴¹.

Lembramos que mesmo sendo instituído um curso de engenheiro civil *stricto sensu* na Escola Central, a instituição ainda continuava sob a administração do Ministério da Guerra, o regime interno se fazia por práticas e regulamentos militares, portanto, docentes e discentes eram obrigados a circular do interior da instituição com fardas oficiais da corporação⁴².

Com a ascensão da Escola Central, as matrículas para o Curso de Engenharia — principalmente a de especialidade civil — aceleraram na mesma razão em que a profissão se fazia cada vez mais necessária para tocar as obras públicas que os dirigentes imperiais consideravam mais importantes; neste momento as *ferrovias* e *reformas urbanas*.

Podemos dizer que o ofício profissional de engenheiro no Brasil esteve durante toda a segunda metade do século XIX, ligado de forma orgânica às frações das classes dominantes. Ou seja, os interesses de ambos os grupos agregam-se a interesses recíprocos, perante aos agentes ligados na direção do país. Está simbiose

COSTA, Wilma Peres. A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1994. Capítulo I

⁴⁰ Marinho, Op.Cit.

⁴¹ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: UFF, 2002. Capítulo I.

⁴² TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – séculos XVI – XIX*, V. 1, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Clavero, 1994, p. 107.

entre ambos os grupos só se fez aumentar, conforme as mudanças econômicas e sociais e, também com a chegada das novas frações ao aparelho estatal. Por essas transformações, os engenheiros se fizeram engendrar cada vez mais aos grupos dominantes, inscrevendo seus projetos e dilatando sua esfera de influência.⁴³

Entendemos que essa materialização de influência ocorreu em dois momentos distintos: no primeiro momento na sociedade civil⁴⁴, onde esses agentes se encontram e se organizam organicamente no interior de seus aparelhos, para a partir daí alcançarem a sociedade política. Portanto, ao ver seus projetos apropriados junto às frações dominantes, os engenheiros se habilitam a exercer cargos e funções em diferentes instâncias da máquina pública.

Ao conquistar estes espaços perante aos grupos dirigentes no Império, começou-se, simultaneamente, uma campanha junto à sociedade política para a criação de um órgão oficial para formação dos futuros engenheiros do país. A ideia de estar sob os mandos do exército, já não cabia para aquele momento histórico. Neste instante, o engenheiro já adquiria prestígio e força entre as frações dirigentes, diante deste novo fato, a estratégia de reformular e criar uma nova instituição formadora de engenheiros, independente e separada da alçada dos militares estava colocado.

Diante deste novo momento, o período perpassado de dezesseis anos, marcado pela reforma de 1858, criando da Escola Central até a chegada do ano de 1874, ano onde ocorre uma nova reforma que culmina na criação da Escola Politécnica foi decisivo para a consolidação e reconhecimento das práticas profissionais dos engenheiros civis no Brasil.

Portanto, a forte demanda para a formação de profissionais especializados em obras públicas e a decorrente necessidade de ampliação do próprio curso de engenharia, bem como o interesse já demonstrado em deixar a preparação militar numa só escola e a ineficácia em submeter os aspirantes a engenheiros civis à rigidez da disciplina militar como horizonte profissional, levaram, em 1874, a criação e reformulação da estrutura curricular da Escola Central. Com as alterações dos regulamentos e estatutos, o nome da Escola Central sai de cena para a entrada do modelo Politécnico.⁴⁵

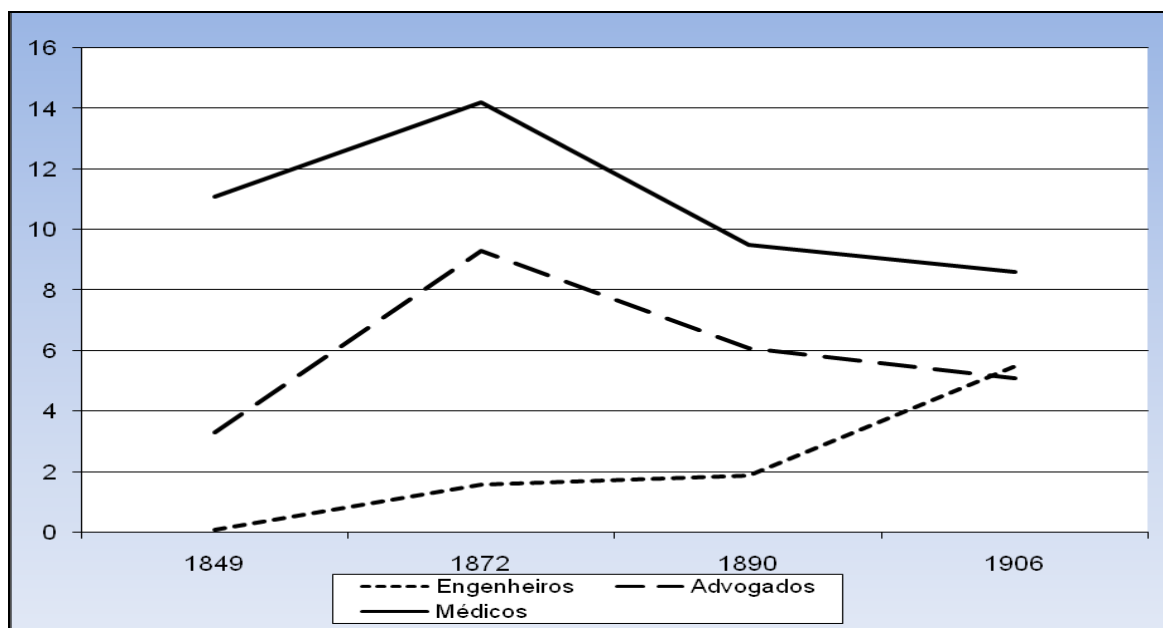
⁴³ MARINHO, Op.Cit.

⁴⁴ Sobre sociedade civil, e sociedade política discutiremos em seguida neste capítulo.

⁴⁵ Lembramos que o modelo da Escola carioca se espelha na *École Polytechnique* de Paris onde é característico um modelo de concepção iluminista e enciclopédica, que tinha como uma das suas finalidades desenvolver uma articulação harmoniosa entre as ciências e a engenharia. Segundo André Mattedi a escola francesa tem como legado “O modelo dessa síntese enciclopédica era a geometria

Em 25 de abril de 1874, instituiu-se a criação da Escola Politécnica,⁴⁶ subordinada a partir de agora ao Ministério do Império, separando, finalmente, a formação dos engenheiros civis do controle militar. **O Gráfico I** nos mostra a ascensão e a conquista de prestígio investido por “capital simbólico”⁴⁷, quanto na prática do ofício profissional em comparação as profissões de advogados e médicos, neste caso na cidade do Rio de Janeiro.

Gráfico I – Advogados, Médicos e Engenheiros por 10.000 ha da população – RJ - (1843 -1906)



Fonte: COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 85

Ao analisar os dados do **Gráfico I** podemos identificar o aumento considerável das obras públicas e também a preocupação de inserir o Brasil na economia

descritiva, que ocupava o lugar de maior destaque nesse programa, pois fornecia o método geométrico geral que seria aplicado sucessivamente a todos os campos da engenharia civil ou militar”. DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2002, p. 63.

⁴⁶ BRASIL. Decreto N° 5.600, de 25 de abril de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil.

⁴⁷ Entendemos que Bourdieu, em sua definição de *capital*, amplia a concepção marxista, onde, não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas é determinante para a dominação *stricta* do poder, e sim, todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, ou seja, além do capital econômico, é decisivo para Bourdieu a compreensão de *capital cultural* e – saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos – *capital social* – relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. No entanto, está dada a definição de Bourdieu para *capital simbólico*. Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Perspectiva, 1975.

internacional, o conduzindo-o para a reconfiguração das mudanças que transcorriam nas regras do capital. Entretanto, abordarmos alguns fatos para tentar justificar as razões, na qual, desencadeou-se na necessidade da criação da Escola Politécnica em 1874, e a demanda por engenheiros civis⁴⁸, quando se acentua a partir de 1860, e chegando a ultrapassar médicos e advogados em contingente de graduados no início da fase republicana.

Portanto, ao defrontarmos os fatos que justificam o crescimento da demanda por engenheiros, informamos que no Brasil do Segundo Império, as frações dominantes se compunham em sua grande maioria por proprietários de terras e escravos, e grupos ligados a agro-exportação⁴⁹. Em conjunto, esses grupos cerravam fileiras para que seus interesses particulares fossem perpetrados junto à burocracia estatal, por meio de seus aparelhos privados. Essas frações, neste momento, investiam por um novo projeto político para o Estado Imperial brasileiro, este projeto que vem carregado pelo discurso da ideologia “civilizatória” e “progressista”. Podemos dizer que essas frações possuíam um papel chave na expansão e manutenção dos “negócios” do Império, pois, esses agentes ocupavam alguns dos principais cargos na administração estatal, além de estarem alocados em suas agências de representatividade.

Contudo, esses agentes passam a divulgar e inscrever sua nova visão de mundo nas diversas agências estatais. Portanto, o projeto “modernizador” do Estado está conjuntamente ligado ao ofício dos engenheiros que, também por meio de suas agências representativas, reproduzia o discurso da ideologia “civilizatória” e de “progresso”, calcada na remodelação do país, ou seja, a necessidade de “modernizá-lo”.

A partir do modelo cientificista, em voga na Europa do século XIX, e do aumento de representação dos engenheiros na sociedade civil, reproduzindo o mesmo discurso das frações dominantes, esses profissionais investidos de prestígio, passaram a reivindicar desejos antigos, como por exemplo, reformular o ensino da engenharia.

⁴⁸ Roberto Simonsen nos informa que desde os primórdios da engenharia no Brasil há uma “simbiose” entre o ofício profissional da engenharia e a economia. A primeira fase na trajetória da institucionalização do ensino profissional da engenharia no país é “essencialmente militar, justificada pelas necessidades da consolidação da posição internacional do Brasil no continente sul-americano e da manutenção da unidade da pátria, ameaçada por sucessivos movimentos revolucionários [...]. Pôde a escola, por volta de 1858, assumir o caráter acentuadamente civil, exatamente quando o país começou a experimentar os primeiros progressos na ordem econômica”. SIMONSEN, Roberto C. *A engenharia e a indústria*. São Paulo: s.e., 1945, p. 14.

⁴⁹ Dentre esses grupos ligados a agro-exportação podemos citar: empresários, banqueiros, negociantes, comerciantes e etc. Para saber mais sobre esses agentes e a forma de como atuavam dentro da ordem econômica do Império ver: PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. “Negócios e Política no Brasil Império”. In: *Brasil e Argentina*. Estado, Agricultura e Empresários. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.

Diante destes fatores, podemos anunciar que a criação da Escola Politécnica na capital do Império ocorreu devido a dois principais motivos: primeiro, pelo fato de os engenheiros após se investirem de prestígio⁵⁰, passam a porta-vozes e divulgadores da nova ideologia das frações dominantes, conquistando assim representação nas agências estatais, ou seja, na sociedade política. Segundo, após passarem a ocupar cargos na burocracia estatal, cresce também seu poder de representatividade, conseqüentemente, suas reivindicações passam a ser ouvidas. Sendo assim, com a crescente demanda de obras pública, há também a necessidade cada vez mais de mão de obra especializada, então, a implantação do ensino “politécnico” nos moldes franceses, com a ruptura das regras militares seria uma necessidade inquestionável.

Ressaltamos que a presença política de D. Pedro II, junto ao grupo social que o compunha na esfera do poder agregando práticas e maneira de governar e agir, que em conjunto atuaram para uma reconfiguração de um dado projeto de Estado que atuasse no sentido de corresponder a ideologia do “moderno” e “civilizado”. Isso sucedeu, portanto, com as crescentes demandas por “obras públicas”, justificando assim, à conservação da “ordem” e à manutenção do poder político centralizado, que eram uns dos pontos mais marcantes e característicos da monarquia brasileira.

A partir de então, com criação da Escola Politécnica as engenharias com especialidades se difundiram pelo país. Contudo, ainda no século XIX, mais precisamente dois anos após a criação da instituição carioca, foi fundada na província de Minas Gerais a Escola de Minas de Ouro Preto, com o intuito de formar especialistas com o fim de explorar os recursos minerais do Império e sobre tudo os da província de Minas Gerais.

O grande patrocinador da criação desta nova instituição seria o próprio Imperador D. Pedro II⁵¹, que, ao fazer uma viagem à Paris, se reuniu com vários cientistas e em uma dessas conversas resolveu solicitar a realização de um estudo para o conhecimento sobre os possíveis potenciais geológicos do Brasil e como explorá-los. Nascia assim, a ideia de se criar uma instituição formadora de especialistas em minas e especialidades ligados a geologia. Então o Imperador decidiu convidar o cientista francês Auguste Daubreé, professor de História Natural e diretor da Escola de Minas de

⁵⁰Informamos que esse prestígio vem investido principalmente de “*capital simbólico*”, conceito trabalhado e definido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004. Capítulo 1

⁵¹ Destacamos que o Imperador do Brasil era membro da Academia de Ciências de Paris dentre outras Associações ligadas a Ciências.

Paris para uma série de palestras no Brasil para explorar o tema relacionado aos potenciais geológicos e os possíveis ganhos da aplicação desta ciência para o Império. No entanto, Daubreé não pode assumir o compromisso, mas indicou Claude Henri Gorceix para a missão, o que acabou desencadeado na criação da Escola de Minas e Ouro Preto na província de Minas Gerais. O objetivo da criação da escola segundo Rita C. M. Roque seria “formar técnicos capazes de conhecer o solo brasileiro e de desenvolver a exploração de suas riquezas minerais a fim de promover a economia mineral do Brasil...”⁵²

Ainda assim, desde sua criação, a instituição mineira priorizou trabalhos de emprego mais imediato, isso devido ao seu fundador e primeiro diretor Claude Henri Gorceix, que priorizava a prática em detrimento da teoria *stricto sensu*.⁵³ A opção pelo modelo prático, a diferenciou de outras instituições formadoras de engenheiros do Brasil, que segundo Roque, por optar por essa vocação a Escola de Minas chegou a sofrer com protestos e até represálias, principalmente por outras escolas congêneres, o que chegou de certa maneira a atrasar a sua consolidação como escola de engenharia. Mas seus alunos conseguiram “conquistas” no meio profissional, que acabou por ajudar na consolidação da instituição na formação de engenheiros⁵⁴.

Podemos dizer que a Escola de Minas de Ouro Preto, constitui-se num momento decisivo para a constituição de um saber técnico e prático do engenheiro, a partir do incentivo de uma política de desenvolvimento técnico empreendida pelo Estado Imperial, tendo como principal incentivador D. Pedro II. Destacamos na instituição, elementos diferenciados em relação às outras escolas de engenharia, como por exemplo, o chamado “espírito Gorceix”⁵⁵.

Outra especialidade que vai tomar força e espaço no Brasil é a do grupo dos engenheiros agrônomos. A primeira instituição a diplomar engenheiros agrônomos no Brasil foi fundada na Bahia, em 1877. Criada por iniciativa das frações dominantes através do Imperial Instituto de Baiano de Agricultura (IIBA) fundado em 1859, tinha como principal objetivo criar uma escola formadora de especialistas ligados ao trato

⁵² ROQUE, Rita de Cássia Menezes. *Os Bandeirantes dos tempos modernos: a Escola de Minas de Ouro Preto e o Bloco no Poder em Minas (1889-1945)*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999, p. 40.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem, p. 45 – 46. Além do trabalho de Roque, outra grande referência de estudo desta instituição é: CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ªEd Revisada: Ed UFMG, 2002, BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. *Construindo as Minas e Planejando as gerais: “os engenheiros e a constituição dos grupos sociais”*. Tese de doutorado em Sociologia Unicamp, 1993.

⁵⁵ BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira, Op. Cit, Capítulo I, CARVALHO, Op. Cit. Capítulo II.

com a terra.⁵⁶ O IIBA também promoveu discussões e pleiteava possíveis iniciativas para modernização da produção açucareira, que passava por uma série de dificuldades principalmente pela concorrência internacional. A instituição de caráter privado ligado sociedade civil tinha em seus quadros grandes personalidades da política no Império – deputados, senadores, conselheiros e ministros – o que contou com o apoio irrestrito do Imperador D. Pedro II. Após os dezoito anos de sua criação, o IIBA consegue finalmente materializar o seu grande objetivo; é inaugurada em quinze de fevereiro de mil oitocentos de setenta e sete a primeira escola no Brasil a diplomar engenheiros agrônomos – Escola Agrícola da Bahia (EAB).

Lembramos que a criação da EAB se deu em um tempo no qual havia a emergência de várias novas instituições no ramo do ensino da engenharia. A década de 1870 é um dos períodos mais intensos das ciências brasileiras, insurge dentro do contexto da ideologia do “moderno” e “civilizador”, o pensamento cientificista finalmente alcançava lugar de destaque dentro do Império.

Veremos um declínio da Engenharia Agrônômica no país ao final do Império, materializada na decadência da EAB e no fechamento IIBA no início do século XX. Os engenheiros agrônomos a partir da Primeira República passaram a “re-ocupar” espaços na sociedade civil e sociedade política, liderando um grupo de agentes que vão divulgar e propagandear um novo projeto para o país, movimento nomeado pela historiadora Sônia Mendonça de “Ruralismo Brasileiro” contra o projeto agroexportador liderado pela burguesia cafeeira paulista.⁵⁷

Ao fazermos da trajetória das três principais profissões no Brasil – Direito, Medicina e Engenharia - com destaque para a institucionalização da engenharia, apontando suas mudanças dentro do contexto social e as suas reconfigurações para a expansão da classe engenheira. Podemos dizer que ao final da década de 1870 o mapa do ensino da engenharia se encontra nesta formação: para engenheiros civis, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874); engenheiros de minas a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), em Minas Gerais e engenheiros agrônomos, na Bahia (1877), local onde se encontra o coração da produção açucareira baiana desde meados da colônia, o Recôncavo Baiano.

⁵⁶ TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

⁵⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Percebemos que o processo de anexação e assimilação das ciências européias no Brasil, foi fruto de uma interação complexa com o meio social, em que a instalação de um campo científico não é um processo por meio intuitivo e autônomo ou um “reflexo direto” de uma “ciência pura”.⁵⁸

Entendemos que o reconhecimento das especializações das disciplinas científicas de um órgão ou de uma agência de saber, é preciso indicar que além das instituições propriamente ditas, a “sociabilidade” científica, se relaciona a “apoios” e “desobediência” destes grupos sociais com os interesses do Estado. Segundo Araújo, “a renovação ante ao que deve ser considerado ciência permite pensá-la como uma instituição social que é parte da cultura como qualquer outra manifestação, e não possui qualquer superioridade epistemológica ante outros corpos de conhecimentos e crenças, como a religião, a arte etc.”.⁵⁹

Podemos então dizer que no bojo de uma sociedade, as ciências atuam, via de regra, dentro de parâmetros e limites pré-definidos pelos agentes sociais para um determinado conjunto de símbolos e ações, mantendo-se então relações próximas de interdependência com o meio ambiente no qual se insere e se desenvolve.

Apresentaremos, no entanto, de maneira sucinta a trajetória das três principais profissões de nível superior no Brasil Império – advocacia, medicina e engenharia – lembrando que o nosso objeto de estudo, é especificar os engenheiros na Bahia no momento histórico da República Velha, principalmente no que se refere à trajetória da EPBA.

A partir de agora, voltaremos nossas análises para o cenário baiano, onde se encontra nosso objeto de estudo: a Escola Politécnica da Bahia. Para chegarmos ao nosso objeto, faremos uma rápida passagem pela trajetória da EAB, até meados de 1896, ano em que Arlindo Coelho Fragoso⁶⁰, professor de Mecânica Aplicada da EAB articula a criação de uma nova instituição formadora de engenheiros na Bahia, mas agora com sede na capital da baiana já na era republicana. As articulações, o cenário

⁵⁸SALDAÑA, J. J. “Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina” In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. *Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina* – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

⁵⁹ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006, p.28.

⁶⁰ Arlindo Coelho Fragoso, nasceu em 30 de outubro de 1865 na cidade de Santo Amaro da Purificação, Bahia. Diploma-se como engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1885. Ocupou o cargo de intendente Municipal “Prefeito” de Santo Amaro (1893); Entre 1912 e 1916, foi Secretário Geral do governo do Dr. J. J. Seabra, quando desenvolveu papel preponderante. Morreu em 06 de janeiro de 1926, na sua cidade natal. Disponível em: http://www.educacaoemdestaque.com/index_arquivos/Page18232.htm. Acesso em 05/03/2010.

político e as correlações de forças, que irão desencadear na criação da EPBA, veremos no último tópico deste capítulo inicial.

2 – Um breve balanço historiográfico: engenheiros no “Brasil” e na “Bahia”

Ao tratarmos a Engenharia, tentaremos estabelecer uma cronologia de seu estabelecimento no Brasil, apontando o seu desenvolvimento inicial até a institucionalização da profissão de “engenheiro civil” *stricto sensu* dentro no período imperial, com a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1874. Também se mostra importante colocarmos o surgimento de uma Engenharia de novo tipo “Agronomia” que também será abordado por nós de maneira prévia. Após fazermos uma breve trajetória da institucionalização da engenharia no Brasil, entendemos ser de grande relevância apontar alguns estudos sobre a temática, no intuito de dialogar e buscar, análises empíricas que, de algum modo, compreendem aspectos análogos ao nosso objeto de investigação. Procuramos privilegiar trabalhos acadêmicos que, de alguma forma têm abordagem na trajetória e na inserção dos engenheiros na construção social do Brasil, principalmente após segunda metade do século XIX, ainda perdure o Regime do Império.⁶¹

Ao nos defrontarmos com a historiografia especializada, verificamos que os estudos sobre o nosso objeto encontram-se em plena expansão e muito pelo fato da abertura de variados programas de pós-graduação pelo país, assim como alguns mais específicos como o de “História das Ciências”. Essa nova abordagem no campo acadêmico, tem se firmado bem peculiar, trazendo novas ferramentas metodológicas e agregando novos teóricos com o fim de compreendermos de maneira mais clara e consistente algumas temáticas antes vistas praticamente pela história social, econômica e cultural. Dentro desse campo de conhecimento que tem como objeto os “engenheiros” destacamos os trabalhos de Araújo⁶² e Mattedi⁶³, pois são estudos pertinentes e

⁶¹ Informamos que poucos dialogam a abordagens de matriz gramsciana, no qual, compartilhamos. No entanto, nos últimos anos alguns poucos trabalhos recém finalizados, começam a trazer abordagens teóricas sobre a concepção de Estado Ampliado. Sobre a concepção de Estado ampliado, e principalmente os conceitos que o acompanham discutiremos no próximo tópico deste capítulo.

⁶²ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006.

enriquecedores, principalmente para a institucionalização do “campo”⁶⁴ das ciências no Brasil, com destaque para a Bahia, nos próximos parágrafos dialogaremos de forma mais direta com esses trabalhos.

Não nos prendemos aos estudos acadêmicos específicos sobre os engenheiros e suas agências, entendemos que citar trabalhos que tomam como “objeto” a cidade do Rio de Janeiro seja pontual, principalmente após a implementação de políticas sócio-econômicas específicas, a partir da execução do projeto modernizador da cidade. Considerando essas premissas, entendemos que a pesquisa pioneira de Eulália Maria Lahmeyer Lobo, editado em 1978⁶⁵, tornou-se uma referência obrigatória para estudos posteriores. Ao analisar uma gama documental expressiva, abrangendo um período de 185 anos, entre os séculos XVIII e XX, a historiadora por meio de um esforço intelectual digno, assinala, observa e pontua as práticas urbanas e sua submissão ao capital mercantil e suas benesses; principalmente após a proibição do tráfico ultramarino de escravos.

No momento posterior ao trabalho de Lobo, variados estudos passam a examinar a importância e a significação da grande “reforma urbana” ocorrida na cidade do Rio de Janeiro e, agora agregando mais um elemento: as práticas dos engenheiros⁶⁶.

Chamamos a atenção para o trabalho de José Murilo de Carvalho, sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, editado ao final dos anos setenta, e tendo uma nova edição revisitada, em 2002.⁶⁷ Neste ensaio o autor empreendeu com grande afinco uma nova abordagem no trato com a temática, pois, por se tratar de um estudo específico sobre uma instituição formadora de engenheiro, Carvalho invoca uma proposta metodológica de estudo da instituição científica que rompe com uma dimensão comemorativa e

⁶³DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia – 1896 – 1968*. Tese de Doutorado, USP, 2002.

⁶⁴O conceito de *campo* é definido como “universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*/ tradução Denice Bárbara Catani. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004, p. 20.

⁶⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2V.

⁶⁶ Lembramos que a análise constituída por esses trabalhos, é compreendido entre os anos finais do Império e principalmente durante a reforma do Prefeito e engenheiro Pereira Passos. Trabalhos como de: ROCHA, Oswaldo Porto. A era das demolições do Rio de Janeiro: 1870 – 1920; Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares, Rio de Janeiro: 1886 – 1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986, são trabalhos referenciais para entender o período de implementação das reformas urbanas no Rio de Janeiro. No entanto, esses estudos não esgotam a temática.

⁶⁷ CARVALHO, 2002, Op.Cit.

elogiosa da história das instituições científicas presente até então no Brasil.⁶⁸ O estudo de José Murilo trabalha a questão social da escola, seus métodos e sua vocação prática em detrimento do saber teórico. Um trabalho de matriz teórica de viés elitista, mas não menos importante, já que, a escola mineira, é de grande importância para a afirmação da engenharia como campo de conhecimento prático.

Outro estudo de relevância publicado ao final dos anos setenta, que avança no entendimento da ação dos engenheiros como agentes divulgadores de projetos de visão de mundo, agora analisados dentro da matriz gramsciana, é o estudo de Lili Katsuco Kawamura. A autora analisa os engenheiros inseridos no ceio das classes fundamentais, visto por dois aspectos conjuntos: ora intelectuais se reproduzindo e empenhados a praticar ações intelectuais autênticas, ora propagandeando o ofício, na qual, essas frações se inscrevem no modo de produção burguês. Ao dissertar sobre o reconhecimento dos engenheiros na função orgânica, a autora aponta também o gelatinoso processo, tal qual, a Escola formadora de engenheiros se encontrava; impondo aos aspirantes engenheiros uma condição de mundo dúbia: Diz a autora

“...conteúdo ideológico vinha a favorecer tanto os interesses dos grupos agroexportadores, quanto os da incipiente burguesia industrial e principalmente os da burguesia dos países centrais, [...] de um lado o engenheiro subordinava-se, de outro, expressava-se favoravelmente aos interesses específico da incipiente burguesia industrial”.⁶⁹

Outro grande trabalho que consideramos referencial para tratarmos da trajetória dos engenheiros⁷⁰ no Brasil e seus embates até a conquista de devido prestígio junto às frações da classe na segunda metade do século XIX; destaco o estudo desenvolvido por Pedro Carlos da Silva Telles. Neste justo ensaio, o autor coloca todo o percurso que a engenharia se fez ao longo da história do Brasil. Apesar de Telles ter formação acadêmica na área das Ciências Exatas – Engenharia – e seu texto discorrer de forma técnica e narrativa, sem privilegiar análises sociológicas específicas, no entanto, o autor

⁶⁸ Idem, *Ibidem*.

⁶⁹ KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiros: trabalho e ideologia*. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 1979, p. 16-18.

⁷⁰ Lembremos que a profissão de engenheiro no Brasil até a segunda metade do século XIX se fazia por exclusividade dos militares. Apenas em meados da década de 1870 é que de fato haverá o reconhecimento da profissão engenheiro “civil”, com a criação da Escola Politécnica, desvinculando da alçada exclusiva dos militares. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Op. Cit.* Capítulo 2.

é leitura obrigatória aos pesquisadores interessados na história dos engenheiros no Brasil⁷¹.

Chamamos a atenção para o estudo não menos importante publicado no final dos anos 1990, o trabalho idealizado por Edmundo Campos Coelho. Em sua pertinente análise, Coelho busca circunscrever as relações de alguns grupos profissionais e o aparelhamento estatal no Brasil imperial. A partir de então, o sociólogo propõem salientar a institucionalização da Medicina, Engenharia e Advocacia, perpassando por todo século XIX.⁷² O objeto da pesquisa de Coelho é mostrar o processo de formação e a estabilização das práticas profissionais ligadas à medicina, engenharia e advocacia, à luz do projeto “modernizador” que assolou o país, e os pontos que condicionaram a enrijecer essas atividades profissionais mediante a uma sociedade caracterizada pelo escravismo e a agroexportação⁷³.

Assim como Telles e Coelho, outras pesquisas tomaram forma e destaque na historiografia a respeito da História da engenharia no Brasil ao final dos anos de 1980 e posteriormente aos anos 2000. Acompanhado pela abertura de trabalhos anteriores tendo como pano de fundo a inserção dos engenheiros na dinâmica da sociedade brasileira e o seu papel nas correlações de forças dentro de uma sociedade civil em formação a partir da segunda metade do século XIX.

Partindo destes pressupostos, destacamos o mestrado de Luís Otávio Ferreira⁷⁴, que parte da suposta influência da filosofia “positivista” comteana na formação dos engenheiros, destacamos que essa abordagem foi praticamente suprimida pela historiografia. Ferreira defende que o positivismo foi a principal matriz ideológica na formação intelectual dos engenheiros e os auxiliou no reconhecimento como agentes difusores da ciência no Brasil.⁷⁵ O discurso da “educação científica” traz os exaltados engenheiros, os colocando como divulgadores de um intelectualidade de novo tipo, concretizando, coroando e personificando um ícone social civilizador e moderno. Luís

⁷¹ TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – séculos XVI – XIX*, V. 1, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

⁷² COELHO, Edmundo Campos. *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822 – 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁷³ Idem.

⁷⁴ FERREIRA, Luís Otávio. *Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro 1862 – 1922*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989. Destacamos o artigo do historiador Sérgio Buarque de Holanda, onde o autor destaca a influência do positivismo no meio dos engenheiros militares. HOLANDA, Sérgio Buarque. “Resistências as Reforma”. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. VII. São Paulo: Difel, 1977, PP. 283-359.

⁷⁵ Idem.

Ferreira chega a essa chancela por perceber semelhanças entre os discursos de grupos alocados tanto no Instituto Politécnico Brasileiro, quanto de grupos pertencentes à Academia Brasileira de Ciências.

Citamos agora um dos estudos acadêmicos mais recentes sobre os engenheiros civis; os estudos defendidos por Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro Marinho no PPGH - UFF, ano de 2002 – dissertação - e 2008 – tese de doutoramento. Marinho expõe suas hipóteses balizando com a matriz gramsciana de “Estado Ampliado”. Marinho demonstra que a correlação de forças que sustenta o bloco no poder ao final do século XIX, passou a expressar a sua incapacidade de formular e fomentar intelectuais capacitados, com o fim de articular e negociar nos embates intra-classes dominantes, projetos compatíveis com o momento histórico. O autor analisa os engenheiros civis reconhecidos como “intelectuais orgânicos” alocados em seus “aparelhos”⁷⁶, onde a partir de então irão atuar na organicidade dos projetos das frações do complexo agroexportador, praticando e propagando novos projetos de visão de mundo⁷⁷, passando então a ocupar pastas estratégicas nos Ministérios do Império, principalmente os ligados a construção de Estradas de Ferro, reformas urbanas e expansão de portos.

Marinho mostra como os engenheiros por meio de seus aparelhos; onde se discursava o ideal de “civilizar e modernizar”⁷⁸ tem como pano de fundo a extrapolação da sociedade civil em direção à sociedade política, caracterizando parte de um caminho na ampliação do Estado brasileiro.

Ao contextualizar parte da historiografia sobre a Engenharia no Brasil mais particularmente no Rio de Janeiro, partimos agora para uma análise restrita à Bahia. No entanto, poucos estudos dentro da historiografia baiana, objetivam ou apontam atenção especial aos engenheiros. Praticamente há a ausência de trabalhos vistos pelo viés de matriz gramsciana.

Verificamos a existência de diversos trabalhos referentes à expansão da malha ferroviária no estado da Bahia⁷⁹ e, grande parte destes trabalhos aponta para o projeto

⁷⁶ Vale lembrar que os objetos de análise dos trabalhos de Pedro Marinho são: primeiro o Instituto Politécnico Brasileiro em sua dissertação e posteriormente, o Clube de Engenharia em sua tese de doutoramento.

⁷⁷ Assinalamos que esses projetos vão ao encontro do ideal de um Estado moderno e civilizado, o que canalizando o ideal do capital internacional.

⁷⁸ De acordo com Marinho, dentro do Clube de Engenharia se discutia variados ideais de modernização do Estado imperial, dentre elas a construção de ferrovias, projetos de saneamento urbano dentre outras.

⁷⁹ Citamos alguns trabalhos importantes no estudo da expansão das ferrovias na Bahia. ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e Rede urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2001, ZUZA, José Vieira Camelo F.º. *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas:

civilizatório e modernizador germinado na capital do Império. Mas acreditamos que com a expansão dos programas de pós-graduação e principalmente os ligados ao estudo das ciências e congêneres, possamos então avançar no debate entorno deste grupo de agentes tão importantes no contexto social e histórico do Brasil.

Ao analisar estudos específicos sobre a Bahia, trazemos com destaque o estudo de Antonieta de Campos Tourinho⁸⁰ que tem como objeto, as razões e os motivos, pelos quais é criado o Imperial Instituto Baiano de Agricultura - IIBA. Instituição que anos mais tarde redundará na criação da Escola Agrícola da Bahia – EAB. Antonieta Tourinho reconstitui toda a trajetória do IIBA e seus principais agentes, defendendo a hipótese de que o instituto foi criado como parte de uma estratégia política definida pelos setores mais progressistas das frações dominantes. Essas frações, então ligados a agroexportação⁸¹, no intuito de superar a crise econômica açucareira frente ao mercado internacional, optam por meio do IIBA, pela criação e pela manutenção de um estabelecimento de ensino que formasse uma mão-de-obra especializada, ou seja, formar engenheiros de novo tipo: agrônomos⁸². Entendemos, contudo, que o estudo das instituições – IIBA e EAB - é uma contribuição para a análise da ação, projetos políticos e visão de mundo das frações dominantes que se remodelam e/ou acomodam conforme a conjuntura específica do momento histórico. Tourinho com certeza é um referencial fundamental para o estudo da institucionalização da primeira entidade ligada à terra criada pelas frações dominantes na Bahia que fomentou a formação de novos engenheiros agora especialistas no trato com a terra.

Nesta direção, a dissertação de Nilton Araújo tenta complementar a análise de Tourinho, tornando-se leitura obrigatória para que se compreenda a institucionalização de um novo ramo científico no Brasil e na Bahia, em particular: o Ensino Superior Agrônômico. A partir da análise da documentação produzida pela EAB, Araújo argumenta ser possível definir o processo de construção da hegemonia dos grupos

IE/UNICAMP, 2000, SIMÕES, Lindinalva. *As Estradas de Ferro do Recôncavo*. Dissertação de Mestrado Salvador: UFBA. 1970.

⁸⁰ TOURINHO. Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

⁸¹ Informamos que parte dos sócios do IIBA são ligados a agroexportação e, também a importação e exportação de outros gêneros agrícolas. Constatando o aumento das correlações de forças entre as frações das classes dominantes na busca de um novo projeto ideológico, já que, as tradicionais frações se encontravam enfraquecidas naquele momento histórico. Para tanto, a presença de agentes de outra natureza econômica em uma instituição ligada as tradicionais frações, pode-se concluir o início de uma crise hegemônica, que terá seu ponto máximo, nas duas primeiras décadas do regime republicano.

⁸² Destacamos que a historiadora Sônia Regina de Mendonça tem grande parte de sua obra e pesquisas recentes, pautada na investigação da institucionalização da agronomia no Brasil.

agroexportadores do recôncavo baiano, tendo a escola agrícola como seus principais instrumentos⁸³.

O objeto de estudo deste trabalho – EPBA - emerge da ruptura política de alguns agentes que se encontravam no interior da EAB. Esse grupo de agentes liderado pelo catedrático da escola, Arlindo Coelho Fragoso, ao romper com parte das frações de encampavam o IIBA - instituição política que administrava a EAB - articulam a criação de uma nova instituição de ensino formadora de engenheiro, após, esgotar todas as possibilidades de transferência da EAB para Salvador⁸⁴.

Avançando para uma abordagem mais específica dentro da proposta deste trabalho, venho dialogar com o estudo de André Luis Mattedi Dias⁸⁵ que tem seu estudo pautado no viés da institucionalização do Ensino da Matemática e entende que o Instituto Politécnico da Bahia – IPBA-, através de sua Escola, teria sido um agente difusor da Ciência Matemática.

Sua obra discorre no âmbito da História das Ciências. Em um capítulo o autor trabalha a criação da Escola Politécnica da Bahia – EPBA -, porém, não aprofunda as correlações de forças entre as frações da classe, mas ressalta a importância da história da primeira instituição da Bahia formar engenheiros “civis e geógrafos”.

Mattedi destaca que a história da EPBA se confunde com os embates políticos da época sem, contudo, articular ambos os processos, nem tampouco aprofundar as motivações. Tal perspectiva decorre do fato de seu trabalho ter como prioridade a institucionalização da Matemática, em um recorte cronológico que se prolonga até meados de 1968.

Concluindo, ao iniciarmos a nossa proposta de trabalho apresentamos, de forma sucinta, a trajetória da institucionalização das ciências e das três principais profissões dentro da constituição do Império, com destaque para as transformações e reconfigurações na formação dos engenheiros. Entendemos que a criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro é o marco da institucionalização da engenharia no país, pois, a partir da escola da capital do Império é que a engenharia nacional de deslança pelo país, principalmente no que tange a outras especialidades de novo tipo. Fizemos uso de alguns autores que de forma direta ou indireta investigaram algumas questões que será fruto de nossa investigação ao longo desta pesquisa. Para tanto, citaremos três

⁸³ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006, p.5.

⁸⁴ Cf. mais a frente.

⁸⁵DIAS, André Luís Mattedi. Op. Cit.

aspectos nos quais estes estudos contribuíram de forma decisiva para a abordagem de nosso objeto.

Primeiro, diz respeito ao período investigado⁸⁶; segundo, tratam do grupo de profissionais engenheiros e as instituições nas quais estão ligados e terceiro, os trabalhos com especificidade na Bahia, buscam como pano de fundo as correlações de forças e as possíveis razões para a criação das instituições formadoras de engenheiros.

Destacamos que cada obra apresentada por nós privilegia em diferentes problemáticas as nossas hipóteses, mesmo com algumas perpassando e chancelando ponderações gramscianas, e outras, se apropriando de matrizes teóricas distintas. Os estudos aqui abordados são de grande importância para a realização da nossa proposta de estudo, as variadas hipóteses, as apreciadas pesquisas apresentadas, poderão ser de grande valia na reflexão de nossas pressuposições de análises a serem feitas.

3 - Opções teóricas e metodológicas

Com a necessidade de compreendermos a dinâmica social e o tempo histórico do período abarcado pelo estudo, trabalharemos com a matriz teórica de percepção de Estado, desenvolvida pelo revolucionário italiano Antônio Gramsci, onde faremos uso freqüente de conceitos chaves do autor. Conceitos como: sociedade civil, sociedade política, intelectual e aparelho privado de hegemonia são fundamentais para o entendimento de todo arcabouço teórico de Estado Ampliado desenvolvido por Gramsci.

Para Gramsci, sociedade civil é o local onde as corporações e instituições sociais partem para propagandear seus projetos de visão de mundo, ou seja, “*aparelhos privados de hegemonia*”. Entendemos que esses aparelhos definem a cartilha ética do Estado, o que podemos dizer *grosso modo*: onde o caráter moral atinge a sua forma mais elaborada. Como afirma Gramsci:

[...] é preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas – isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado – do sentido em que

⁸⁶ Os trabalhos por nós colocados abarcam o período compreendido entre final do século XIX e início do XX.

lhe dão os católicos, para os quais a sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja.⁸⁷

Elaborando o conceito de *sociedade política* ou Estado em sentido estrito Gramsci nos declara que o “aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente”⁸⁸. O autor aponta que esta é apenas uma hipótese extrema, não havendo apenas um Estado estritamente coercitivo, ou seja, uma sociedade política pura. Gramsci pensou nesta possibilidade por enunciar a ideia de que a superioridade de uma fração de classe se pronuncia em dois momentos: ora como poder de dominação, ora como direção moral e intelectual. Logo, o primeiro momento equivale ao Estado, assimilado em sentido restrito e o segundo momento a personificação da hegemonia. Para Gramsci, o que organiza e potencializa a conquista de uma hegemonia é a figura do intelectual orgânico, este trabalharia no sentido de discernir e homogeneizar os agentes instalados em seus aparelhos. No entanto, ao tratarmos neste capítulo sobre opções teórico-metodológicas, explicitaremos melhor sobre estas ponderações.⁸⁹

As reflexões teóricas que serão colocadas neste trabalho, partem das ideias do revolucionário italiano Antônio Gramsci. Suas colocações vêm de encontro a uma releitura das reflexões de Lenin e também entendidas por nós, como um avanço significativo dos manuscritos de Marx, principalmente no que se diz respeito ao economicismo. Sobre a crítica de Gramsci ao economicismo Marinho nos diz:

“Em Gramsci, o enfoque das “ideologias” (religião, censo comum, idéias, crenças etc.) é um dos mais amplos e profundos no marxismo, assim como seu estudo sobre a função dos intelectuais na sociedade. Já se pretendeu que o ponto de vista de Gramsci subvertia as relações que Marx havia verificado entre a base e a superestrutura, passando esta a determinar aquela. Na verdade, Gramsci mantendo o postulado marxista, combateu as interpretações sobre o pensamento de Marx que – segundo a expressão de Croce – faziam da economia um “Deus oculto” e tem sempre em conta a unidade material “espiritual” que constitui todo regime social.”⁹⁰

⁸⁷ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 225.

⁸⁸ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 13-14.

⁸⁹ Idem, p. 13-14.

⁹⁰ Cf. MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro, Tese de Doutorado. Op. Cit. p. 40

Avançando sobre nossas opções teóricas, informamos que ao trabalhar diretamente sobre o nosso objeto⁹¹, colocaremos sempre em evidência as concepções gramsciana de Estado ampliado⁹². Gramsci teoriza o Estado partindo do entendimento, de não idealizar-lo como uma mera instituição incontestável e absoluta, acima de qualquer sociedade como propunha a matriz “marxiana”⁹³, e sim entender o Estado como uma relação social. Ou seja, pensá-lo como junção das relações sociais presentes numa dada sociedade. Sendo assim, Estado é concebido pelo conjunto das relações sociais existentes numa sociedade, amalgamando, em si própria, as correlações de forças, presentes nesta mesma sociedade constituída. Gramsci entende a necessidade de se reelaborar dos conceitos de sociedade civil e sociedade política. Contudo, partindo destas premissas, o teórico recria um novo modelo de Estado, nomeando-o Estado ampliado. Onde ao tratar a sociedade civil de forma diferenciada em relação aos seus antecessores, Gramsci assinala que a sociedade civil deve ser entendida e percebida como hegemonia política e cultural de uma fração ou grupo social sobre todas as esferas da sociedade, como conteúdo ético do Estado⁹⁴. Sobre esse ponto Gramsci nos diz:

[...]é preciso distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas – isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado [sem grifo no original] – do sentido em que lhe dão os católicos, para os quais a

⁹¹ Informamos que o teor de análise do nosso estudo, se da no âmbito da criação da Escola Politécnica da Bahia, a luz de seus objetivos, projetos; e seu papel na formação e reprodução das frações da classe na Bahia no momento histórico estudado.

⁹² Entre variados escritos de Antônio Gramsci, informamos especificamente: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: “*Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*”. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

⁹³ Complementando a citação de Pedro Marinho, dizemos que na matriz marxiana, a infra-estrutura - modo de produção – prevalece e, conseqüentemente, à vontade e os interesses das classes dominantes, detentoras dos meios de produção. Sendo assim, podemos dizer que o determinismo econômico prevalece em detrimento da política, do social e o ideológico. Informamos também que a expressão “marxiana” refere-se às noções e conceitos articulados e desenvolvidos pelo autor Karl Marx, diferente da já conhecida expressão “marxista”, que é referência ao pensamento e ideias desenvolvida por seus seguidores.

⁹⁴ Lembramos que Gramsci conceitua aqui uma percepção de sociedade civil, na qual os organismos e instituições sociais e políticas, “*aparelhos privados de hegemonia*”, definem o “*conteúdo ético do Estado*”, ou seja, onde o caráter moral alcança sua forma mais organizada.

sociedade civil, ao contrário, é a sociedade política ou o Estado, em oposição à sociedade familiar e à Igreja”⁹⁵

As reflexões do pensador italiano sobre sociedade civil avançam muito além do poder exclusivo de dominação, pois se balizam, dentro de um panorama onde:

... a hegemonia pressupõe que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.⁹⁶

Para tanto, a condensação da sociedade civil⁹⁷ por meio de seus aparelhos privados de hegemonia⁹⁸ devem ser vista, com a percepção de superioridade de determinadas classes sociais, se dando na seguinte frente de ação. A tomada da direção moral e intelectual – ação sempre articulada por um intelectual⁹⁹ - via poder de dominação, onde este provém do próprio Estado em sentido restrito, ou seja, a própria sociedade política.

⁹⁵ Idem, Op. Cit. p. 225.

⁹⁶ Idem, Ibidem. p. 33.

⁹⁷ Podemos dizer de forma sumariada e vulgar, que sociedade civil é o espaço onde os indivíduos se organizam nos chamados aparelhos privados de hegemonia, sob a liderança de um intelectual, com o fim de se instituírem organicamente para elaboração de projetos de visão de mundo.

⁹⁸ Concordamos aqui com o conceito de aparelho de hegemonia de Christine Buci-Glucksmann, que o identifica como o “conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos sub-sistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio-ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais)”.BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1980. p 70.

⁹⁹ Informamos que o intelectual para Gramsci não é aquele agente detentor do saber letrado e erudito, e sim, o agente responsável pela organização, deve estar diretamente relacionado à vida prática, deve ser, sobretudo, um “persuasor permanente”. O processo de transformação social requer assim “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral. Saber mais ver: Gramsci, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2: *Os intelectuais*. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

Para tanto, ao analisar matriz teórica gramsciana, vimos que a institucionalização do Estado, parte da junção “sociedade civil + sociedade política” que tem, para além força coercitiva, fato que já é característico de um Estado, tanto para sua preservação e estruturação, temos um componente que para o autor é de fundamental importância para a estabilização e consenso: a cultura.¹⁰⁰

Com a expansão da sociedade civil na época contemporânea, alguns grupos nem sempre conseguem desenvolver e discernir seus projetos de visão de mundo, seja por falta de uma organicidade, via seus aparelhos privados de hegemonia; ou mesmo por ter seus discursos suprimidos por outros grupos melhor organizados dentro da sociedade da civil. No entanto, adotam como estratégia a cooptação de outros projetos de visão de mundo, como seus, onde esses projetos são pertencentes às frações dominantes.

Essa dinâmica de um projeto de uma fração sobrepor a outra é o que Gramsci nomeou de hegemonia, ou seja, quando uma visão de mundo – cultura – de um determinado grupo ou fração se impõe sobre as demais classes - ainda que inconscientemente - e passando assim a ser compartilhado por todos. Ainda dentro dessa configuração destacamos que a “cultura” é tomada como viés organizativo dos grupos e do próprio Estado, a partir deste momento ganha importância figura do intelectual, não aquele caracterizado enquanto monopólio da erudição, investido em caráter iluminista, mas sim aquele agente que, no interior de uma fração dominante atuando na organização e direção - moral e intelectual -, explicitando, solidificando e propagandeando o arcabouço de normas culturais a ele ligado, ora por pertencimento de classe, ora por processo via consenso.

Neste instante, esses grupos já se encontram inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas. É a partir daí que o Estado através destes agentes se investe de um projeto de visão de mundo, passando assim a perpetrá-lo como um consenso dentro de uma dada sociedade. Dentro desta perspectiva o papel do Estado, a política, ou seja, a prática - adquire a “Carta Magna” que dará ordem e organicidade as modificações sociais, fundindo à “cultura” como sua principal ferramenta de ação. A partir do momento em que o Estado for percebido em seu todo, como um conjunto ampliado que agrega sociedade civil e sociedade política.

¹⁰⁰ Cultura para Gramsci não é investimento de erudição e sábios, mas sim, um conjunto de visões de mundo – crenças, valores e auto-percepção de seu lugar em uma dada sociedade – concedida por agentes sociais.

Podemos então dizer que a política e a cultura se juntam de maneira simbiótica, via a dar conformação a este novo processo estatal, pois, para além do caráter coercitivo das agências públicas, já programadas a consumir a violência física, esta reconfiguração do Estado é acima de tudo direção e consenso, caso esse ciclo não se concretize, teremos então uma inevitável e persistente crise de legitimidade¹⁰¹.

Portanto, a não existência de legitimidade do Estado, acarreta também no não coroamento hegemônico, conseqüentemente, não há hegemonia instituída sem as correlações de forças e disputas com a sacralização de vitória de um dado projeto, ou seja, a conquista de uma representação, reconhecida como legítima, de uma determinada sociedade. Sendo assim dizemos os conceitos explicitados perpassam na dinâmica da que Gramsci nomeou guerra de posições permanente¹⁰², que sempre se constituirá de forma político-cultural.

Para tanto, podemos utilizar o que Sônia Mendonça já havia conjecturado, dizendo que “Estado, hegemonia e cultura são, portanto, dimensões inseparáveis e intercambiantes de uma mesma problemática: a do exercício da dominação de classe e da reprodução social.”¹⁰³ Ao refletirmos sobre estas prerrogativas, ainda que com percepção “oculta” e/ou abstrata, só nos investimos de forma suscetível, quando se reconhece que uma das evidentes obrigações do “Estado” equivale, principalmente, em fornecer e instituir¹⁰⁴ variadas regras e categorias que passamos a exercitar muito das vezes inconscientemente em nossas rotinas; quando nos referendamos a conceitos, visão de mundo e, até mesmo, o nosso objeto aqui tomado para investigação.

Avançando em nossas análises, entendemos que a constituição do Estado caminha em conjunto com a edificação de um dado “campo do poder”, compreendido por nós como uma contenda, onde as disputas intra-relações deste campo do poder se constituem em uma gama de gêneros de “capital”¹⁰⁵, que lutam insistentemente, pelo poder de controle do Estado e a sua própria reprodução.¹⁰⁶ Por meio de suas agências o

¹⁰¹ GRAMSCI, Op. Cit. pp. 12-109.

¹⁰² Idem, pp. 13-48.

¹⁰³ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Tempo. RJ, UFF/Relume-Dumará, 1, Abr., 1996, p. 98.

¹⁰⁴ Destacamos que as instituições escolares são as principais agências que trabalham de forma a divulgar e perpetrar normas, cultura, costumes e instruções, no qual, nos atemos nas praticas do nosso cotidiano. Essas agências imbuídas do saber/poder são regulamentadas e instituídas pelo Estado. Cf: MENDONÇA. Sônia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed:Vício de Leitura, 1998.

¹⁰⁵ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 1975.

¹⁰⁶ Além das lutas travadas no interior do poder constituído, as variadas frações investidas por seu próprio capital batalham o interminavelmente pela reprodução da sua própria fração. E uma das maneiras que essas frações se investem para se reproduzirem é por meio de “*instituições escolares*”. Através destas

Estado se congrega de variadas informações - condensa, realoca, opera e propagandeia - e as redistribui, num trabalho conjunto que podemos chamar de uma “unificação teórica”¹⁰⁷.

Ainda sobre essas premissas tomamos as observações da historiadora Sônia Mendonça que nos diz:

Situando-se do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, ele torna-se o responsável por operações de totalização - através de recenseamentos, estatísticas ou contabilidade nacional; de objetivação - mediante a cartografia (representação unitária do espaço) ou mesmo a escrita e de codificação - como unificação cognitiva que implica numa centralização e monopolização de saberes que beneficiam, via de regra, aos letrados¹⁰⁸.

Ao enxergarmos a cultura como algo que agrega e unifica o Estado em seu sentido restrito, é importante dizer que a conjectura estruturante do Estado nos sugere a personificá-la como “capital simbólico”¹⁰⁹, o quer dizer que, a ordem e as classificações e/ou hierarquização de uma dada sociedade se investem de uma determinada forma de poder conceituado, de acordo com Pierre Bourdieu, como formas de “capital”.¹¹⁰

Após expormos nossas opções de matriz teórica, entendemos que certamente se fará sentido mais claro se as compilarmos em uma determinada metodologia para a aplicação, ainda que seja apenas um estudo de caso.

Ao aplicarmos nossas opções teóricas as nossas possíveis linhas de investigação, temos como premissas algumas ponderações. Primeiro, iremos tentar apontar os possíveis fatores os quais desencadearam a criação da EPBA. Para essas incursões, acreditamos que investigar e traduzir o panorama política da Bahia no período histórico a ser investigado, seja uma condição *sine qua non* para ditarmos alguma possível

instituições é que essas frações propagandeiam e investem seus futuros agentes para encampar, via de regra, seus aparelhos privados em primeiro momento e no segundo momento, agências estatais.

¹⁰⁷ MENDONÇA, Sônia Regina de. “Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil pós-30 (1930 - 1945)”. Relatório Técnico ao CNPq, Fevereiro, 1997.

¹⁰⁸ Idem, p. 26.

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil. 2004.

¹¹⁰ Entendemos que Bourdieu, em sua definição de *capital*, amplia a concepção marxista, onde, não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas é determinante para a dominação *stricta* do poder, e sim, todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, ou seja, além do capital econômico, é decisivo para Bourdieu a compreensão de *capital cultural* e – saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos – *capital social* – relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação. No entanto, está dada a definição de Bourdieu para *capital simbólico*. Bourdieu, Pierre. Op. Cit. 1975.

conclusão para nosso estudo. Logo, a Bahia do período a ser estudado atravessava um tortuoso processo de crise de hegemônica, portanto, o que nos leva ter mais cuidado no trato com o escopo documental, no sentido de evitarmos erros interpretativos. Vale lembrar que as fontes não fornecem informações neutras, sendo uma parcela diluída em periódicos com conteúdos em forma de discursos¹¹¹ e, como tais, não podem ser lidos acriticamente, como se refletissem diretamente o quadro histórico que pretendem “reproduzir”.

Assim, cada grupo de fontes possui uma natureza, um modelo de composição, um vocabulário característico, elementos que, em conjunto, compõe a análise do texto como um todo. No entanto, tentaremos remontar de forma mais lúcida os embates e as correlações de forças entre as frações que disputavam o poder no estado.

Nosso segundo viés de investigação vem de encontro a localizar e organizar os agentes que se encontravam de alguma forma envolvidos, ora no IPBA, instituição política que administrava a EPBA; ora na EPBA, esses em sua maioria composto pelo corpo docente da instituição. A partir destas informações tentaremos de alguma forma traduzir o discurso dos agentes intra-instituição; só a partir destas análises entendemos ser é possível enxergar a quem esses agentes representam e as frações, as quais, eles estampam. Com a codificação dessas informações será possível traduzir o seu projeto de visão de mundo.

Nossa terceira e última linha de investigação tem como objetivo, a partir da posse das informações das duas primeiras análises, agregá-las a trajetória de alguns alunos. Deste modo, será possível concluirmos se a EPBA é realmente uma agência representativa e reprodutora das frações a elas ligadas, ou seja, se, de fato, a EPBA é um aparelho privado de hegemonia. Entendemos ser importante para chegar a resultados mais concretos, a investigação e a montagem do “habitus”¹¹² da instituição, no entanto, para esse investimento seria extrapolar nosso plano de trabalho já definido e posto em prática. Mas para um trabalho futuro enxergamos a necessidade de tentar mapear e codificar o estilo da escola.

¹¹¹ Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS, “História e análises de textos” in: Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS. (org). Domínios da História. 5. ed. Campus. 1997, p. 377.

¹¹² O conceito de “*habitus*” elaborado por Pierre Bourdieu, onde, o sistema aberto de disposições, ações e percepções que os indivíduos adquirem com o tempo em suas experiências sociais – tanto na dimensão material, corpórea, quanto simbólica, cultural, entre outras. O “*habitus*” vai, no entanto, além do indivíduo, diz respeito às estruturas relacionais nas quais está inserido, possibilitando a compreensão tanto de sua posição num “campo” quanto seu conjunto de “*capitais*”. BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., pp. 190-191.

Adotaremos dentro da nossa metodologia o fato de que as histórias individuais oferecerem traços originais que ajudam a compreender conjunturas mais vastas, repercutindo sobre o processo histórico¹¹³. Para tanto, as fontes são documentos datados do período abarcados pelo nosso estudo, encontrados em parte como forma de discursos, e outra como informações dispersas em pastas individuais – corpo discente e docente - que foram fichados a partir de grades-padrão de coleta de dados, segundo a especificidade da fonte e trabalhadas com vistas não somente à reconstituição dos debates. E apontar meandros e práticas especificamente ao período estudado, buscando sua sistematização através de quadros que dêem conta dos principais agentes e agências dentro da disputa política.

Portanto, ocuparemos uma extensa análise quantitativa no próximo capítulo com o fim que de alcançarmos posteriormente – capítulo final - as análises qualitativas. Pierre Bourdieu ao analisar a intelectualidade francesa se apropriou deste método quantitativo/ qualitativo seus resultados nos diz que:

Em suma, seria inútil, também neste caso, esperar que a estatística produza ela mesma os princípios de sua construção. Somente uma análise estrutural dos sistemas de relações que definem um determinado estado do campo intelectual pode imprimir eficácia e verdade à análise estatística, fornecendo-lhe os princípios de uma seleção dos fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é, suas propriedades de posição.¹¹⁴

Entendemos que a história da política baiana na Primeira República e do EPBA são elementos de vital importância para o entendimento da formatação social Bahia e as suas respectivas agências, em construção no decorrer suas primeiras décadas republicanas. A proposição a respeito do discurso e seu tratamento expostos acima incidirá no arcabouço de fontes expostos nos Relatórios de Ministérios ocupados por personalidades baianas, periódicos de época, estatutos institucionais do IPBA, atas de sua congregação do IPBA e EPBA e acervo histórico da própria instituição, onde tomaremos como o “corpus” documental essencial para a realização do nosso estudo.

¹¹³ Chamamos a atenção que Pierre Bourdieu em seu livro Razões Práticas dialoga sobre o tema “A ilusão biográfica”. Cf: BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

¹¹⁴ BOURDIEU, Op. Cit. 186.

Ao buscar a análise crítica de discursos e respectivamente a análise de conteúdo¹¹⁵ das fontes e a busca por suas causas e efeitos, poderá nos dar uma contribuição significativa para entender os fatos no seio das frações dominantes do período a ser analisado. Sobre a análise de discurso Fairclough nós diz:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.¹¹⁶

Ao analisar os discursos reproduzidos pelos agentes ligados a sociedade civil por meio de suas agências e pelos seus representantes na sociedade política, pretendemos verificar as necessidades, perspectivas - presentes e futuras. Contudo, creio que por intermédio deste método - análise de discurso e análise de conteúdo – possa nos dar mais uma base para materializar e traçar as estratégias de tais grupos.

Portanto, para conhecer a estrutura dessas frações de classe serão examinados: a forma de recrutamento desses agentes¹¹⁷; suas funções trajetórias políticas; sua origem social/ econômica; seu “estilo de vida”; modalidades de socialização escolar.¹¹⁸

4 - Escola Agrícola da Bahia X Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação

¹¹⁵. FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed da UNB, 2001.

¹¹⁶ Idem, p.91

¹¹⁷ A prioridade do nosso trabalho é o estudo sobre a EPBA e sua inserção na sociedade baiana. As análises externas à instituição – mesmo que inevitável - seria extrapolar as balizas dentro das nossas opções de recorte, apesar do projeto inicial deste estudo ser trabalhar o perfil da instituição e seu contexto na sociedade como um todo “político e social”. Iremos apontar essas diretrizes, mas sem o aprofundamento devido.

¹¹⁸ Informamos que o sociólogo Sérgio Miceli foi uma dos primeiros pesquisadores brasileiros a trabalhar com prosopografia agregando a análise quantitativa/ qualitativa como Bourdieu nos indica. Vale lembrar que Miceli foi um dos primeiros seguidores de Pierre Bourdieu no Brasil, além de ter sido orientado do sociólogo francês durante o seu doutoramento. MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clinica dos anatolianos*. São Paulo:Ed Perspectiva, 1977.

Como já destacamos no segundo tópico deste capítulo, o estudo da institucionalização da engenharia¹¹⁹ na Bahia tem como um dos alicerces a Escola Politécnica da Bahia. No entanto, colocaremos de forma sucinta os possíveis fatores desencadeantes para a criação da instituição formadora de engenheiros de Salvador. Logo, a partir de um movimento liderado pelo professor catedrático de Mecânica Aplicada da EAB, Arlindo Coelho Frago e seu grupo político, após disputas políticas seguido de uma ruptura com parte da fração dominante ligada a lavoura canavieira, foram criados na capital baiana com apoio do governo estadual o Instituto Politécnico da Bahia (IPBA, 1896) e posteriormente a Escola Politécnica da Bahia (EPBA, 1897).

4.1 Escola Agrícola da Bahia - EAB

Em meados de 1859, foi criada por iniciativa das frações dominantes com o apoio do Imperador D. Pedro II, uma instituição nomeada *Imperial Instituto Bahiano de Agricultura*.¹²⁰ Localizada na região do Recôncavo Baiano — área historicamente ligada à produção de açúcar — com o intuito de amenizar a crise açucareira junto ao mercado externo. Contudo a criação desta instituição tinha como projeto máximo a criação e manutenção de uma Escola formadora de especialistas com o trato da terra, a modernização passou a ser a saída para a crise e, na Bahia esta tentativa se expressa no IIBA.

Para Tourinho¹²¹, a criação da instituição traduz o esforço de setores mais progressistas das frações ligadas a agroexportação na tentativa de superar os problemas da economia e modernizar a produção açucareira.

Após dezoito anos de disputas¹²² é fundada em São Bento das Lajes a Escola Agrícola da Bahia, inaugurada no dia 15 de fevereiro de 1877, no Engenho das Lages de propriedade da Ordem de São Bento. A Escola Agrícola de S. Bento das Lajes acabou

¹¹⁹ Ressaltamos que a *Escola Politécnica da Bahia*, foi a pioneira na formação de engenheiros civis e geógrafos na Bahia. Para tanto, a *Escola agrícola da Bahia* já formava os primeiros engenheiros baianos, mas, com a especialidade de agrônomos.

¹²⁰ TOURINHO, 1981, Op. Cit.

¹²¹ Idem. Capítulo I.

¹²² Durante dezoito anos o IIBA por meio de seus representantes pleiteava ao governo Imperial subsídios para a construção de sua escola já que, as contribuições junto a seus sócios nunca conseguiam atingir o suficiente para o término da EAB. Destacamos também o longo debate em torno da escolha da localização da construção da instituição escolar. Cf: Tourinho, Op. Cit. pp. 48 – 190.

sendo o impulso catalisador dos ideais modernizadores, ou seja, a tentativa de difusão de uma técnica mais avançada; formação de uma mão-de-obra mais "especializada" e a defesa da educação agrícola como solução para os males da agricultura. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo de seus quarenta e cinco anos de existência, tomado pela euforia inicial, o IIBA construiu em pleno massapê do Recôncavo Baiano uma escola superior de agronomia. Logo, a origem e o funcionamento dessa Escola estão intimamente ligados ao Imperial Instituto que a construiu e a manteve até o ano de 1904, quando seus bens foram revertidos ao Estado.¹²³

Partindo destas premissas, entendemos que ambas as instituições, criadas na segunda metade do século XIX, servem de ponto de partida para o entendimento das relações sociais e políticas entre as frações ligadas a agroexportação, amalgamadas junto ao poder na Província e no Império. Apesar de criada por um grupo seletivo de grandes proprietários do Recôncavo com o propósito de “modernizar” a agricultura baiana, que então atravessava momentos difíceis, o IIBA e o EAB conviveram ao longo de sua existência com diversas crises financeiras. Apesar dos seguidos subsídios “públicos” a instituição não tinha uma vinculação “orgânica” com o Estado, nem na esfera federal nem estadual, os problemas de manutenção se agravaram a ponto de que sua continuação se tornar inviável, desfazendo-se o modelo - tripartite ou semi-governamental¹²⁴ -, de parceria entre o Estado, em seus dois níveis, e os produtores de açúcar.

Portanto, ao que tudo indica, o IIBA e EAB só não fecharam suas portas devido às constantes subvenções provinciais e imperiais, face à influência política de seus agentes ligados a cargos públicos e dotados de vínculos pessoais com Imperador D. Pedro II. Cabe destacar que grupos ligados ao comércio de exportação já se encontravam inseridos junto a vários cargos da diretoria do IIBA, materializando-se em uns dos principais patrocinadores, apesar de seu controle ser exercido pelos grandes proprietários rurais¹²⁵. A criação das instituições foi também reflexo das dificuldades,

¹²³ BAIARDI, Amilcar. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: e as mudanças na agricultura e na agroindústria da Bahia na segunda metade do século XIX*. IN: III Congresso Brasileiro de História Econômica: Curitiba, PR, 1999.

¹²⁴ Destacamos que o modelo de associação entre produtores de açúcar e o estado duas estâncias, ou seja, entre particulares “privado” e governos estadual e federal Baiardi chamará de tripartite e Pang de semi-governamental. Para mais detalhes ver: PANG, Eul Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana; alguns aspectos de sua história, 1875 – 1891*. Rio de Janeiro: AN/IHGB, 1979a, BAIARDI, Op. Cit. pp.3 - 4.

¹²⁵ Entendemos que a participação de agentes ligados ao agro-comércio é um indicativo do enfraquecimento das frações ligadas a terra, principalmente, pós década de 1870. No entanto, já se vivencia ainda no Império o início das correlações de forças entre essas frações dentro do próprio IIBA.

conflitos e contradições da estrutura socioeconômica da Província da Bahia na segunda metade do século XIX. Neste período, a indústria açucareira no Brasil lutou com dificuldades internas e externas que acabaram por reduzir um produto essencialmente de exportação a um lugar secundário no comércio mundial, conseqüentemente, a levar as regiões produtoras a uma situação de decadência. As implicações desse quadro são diversas, e se prendem principalmente aos problemas de mercado, preço, técnica e mão-de-obra qualificada.

O clima de otimismo que cercou a inauguração do estabelecimento de ensino logo se modificaria, na medida em que apareceram alguns problemas, dentre eles o acirramento das contradições entre as frações ali encampadas¹²⁶, e as primeiras discussões sobre seu nível de ensino, bem como sobre a pertinência de seu funcionamento¹²⁷. Um dos principais críticos à manutenção da Escola, o Prof. Arlindo Coelho Fragoso, em 1893, já no período republicano, escreveria uma série de artigos sobre a EAB, publicados no periódico local “*Jornal de Notícias*”, nos quais o autor defendia a necessidade de reformas, dentre elas a transferência da instituição para Salvador.¹²⁸

4.2 A Escola Politécnica da Bahia à luz da engenharia na Bahia republicana: embates e projetos

Por de trás das publicações de Arlindo Fragoso, havia uma forte oposição entre o catedrático da escola rural com a Diretoria do Imperial Instituto. A partir deste confronto podemos apontar o complexo processo de correlações de forças intra-classe alojadas no interior da diretoria do IIBA e sua escola, acarretando o rompimento de Arlindo e parte dos agentes pertencentes a essas frações, desencadeando ao final da década de 1890 na criação da EPBA. Fragoso e seu grupo político neste momento

Começa-se neste momento o indicativo da enunciada crise de hegemonia que vai se assolar na Bahia nos primeiros anos da era republicana.

¹²⁶ Problemas curriculares onde se cabe a definição do ensino na escola; de caráter eminentemente teórico ou prático; por ser uma instituição fundada pela sociedade civil, cabe a ela subsidiar a escola, o que não acontecia, sendo sempre subsidiada pelo dinheiro público. Se o dinheiro público é o que realmente prevalecia, o porque então não passar o controle da escola para a província ou Império. São essas algumas das questões contraditórias dentre várias outras levantadas por membros ligados a EAB, deputados provinciais e diretores do IIBA.

¹²⁷ TOURINHO, Op. Cit. p.150.

¹²⁸ FRAGOSO, Arlindo. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893.

representavam um novo projeto de visão de mundo, em detrimento da velha ordem da classe proprietária baiana.

As bandeiras fundamentais de Arlindo seriam a reorganização do regime científico da Escola Agrícola¹²⁹, a substituição integral do seu regime administrativo - o fim da intervenção do IIBA -, a precária situação que se encontrava o corpo docente - mal remunerada e isolada - e sua principal reivindicação: a transferência da instituição para a capital. Segundo Nilton Araújo o catedrático entendia que:

“...era preciso que houvesse uma ação dos governos no desenvolvimento e melhoramento do ensino agrícola englobando outras instituições além do ensino agrícola superior como estações agrônômicas, institutos agrícolas, escolas práticas e elementares de agricultura, colégios e cadeiras rurais, asilos agrícolas, quintas regionais, fazendas modelos e normais”.¹³⁰

A coleção de artigos publicados pelo docente Arlindo, em 1893, no *Jornal de Notícias*, esboçou o pensamento de um dos mais destacados membros do corpo docente da EAB, inclusive tendo, após sua saída deste estabelecimento uma destacada carreira política, institucional, acadêmica e jornalística já na fase republicana, ao tempo em que enfrentou a administração da Escola e do Imperial Instituto. Os artigos editados em forma de livro é fonte primorosa e obrigatória, na medida em que sua linha nem é de aclamação da escola, e nem de condenação generalizada. O discernimento dos textos, são narrados em dezoito artigos, é traduz uma verdadeira estampa do cotidiano do estabelecimento de ensino, após a perda do apoio financeiro do governo central, já na era republicana.¹³¹

Percebemos nos textos de Fragoso, a sua tendência ao novo projeto de visão de mundo já percebido por todo o Estado brasileiro: o projeto “modernizador” e

¹²⁹ Arlindo neste momento pregava o discurso da transformação da EAB em uma escola secundária e prática. Segundo Arlindo: Fragoso propôs a reforma da Escola, transformando-a em um instituto normal para ensino e propaganda agrícola, e junto à criação urgente “de todas as outras instituições complementares destinadas a propagar as práticas e ensinamentos racionais da agricultura moderna”. [...] que o estabelecimento deva se transformar em uma escola secundária porque ‘não é possível que a Bahia que apenas possui essa Escola defeituosa na sua conformação orgânica, vá agora elevá-la ao grau de estudos altamente científicos’. ARAÚJO, Nilton de Almeida. Op. Cit. p.46, TORINHO, Antonieta Campos. Op. Cit. p. 160.

¹³⁰ Idem, Ibidem. . p.46.

¹³¹ FRAGOSO, Arlindo. *Escola Agrícola da Bahia: Sobre a urgência e bases sobre a reforma deste estabelecimento*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893.

“civilizatório”. Vale destacar que Arlindo trás consigo toda uma formação intelectual adquirida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo, o catedrático vivenciou e perpetrou sem, “consciência ou coerção, em virtude das disposições que, embora sejam inquestionavelmente fruto dos determinismos sociais, são também constituídas fora da esfera do consciente e da coerção.”¹³²

E ao interiorizar todo o conjunto de ideias advindas de novo projeto de visão de mundo, ao retornar a Bahia, Fragoso traz consigo certo estilo de agir e pensar - *habitus* - investido também de um dado capital cultural.

O catedrático contudo, assumiria, em 1892, o posto de Secretário de Agricultura no governo de Rodrigues Lima (1892 – 1896), aliando-se politicamente ao Conselheiro e futuro governador Luiz Viana. Viana, apesar de ser juiz de direito no Recôncavo — cargo adquirido por influência do Barão de Cotegipe, seu padrinho político — foi membro fundador do IIBA¹³³ e chefe político do tradicional Partido Conservador¹³⁴, sendo ligado à fração agrocomercial da região¹³⁵. Arlindo Fragoso, aproveitando suas alianças com políticos tradicionais - tais como a família Calmon - e seu prestígio como idealizador e criador de todo o aparato administrativo da Secretária de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA), tendo sido o seu primeiro Secretário. Exonerou-se do cargo de catedrático da EAB em 1895 e fundou, em Salvador, tanto o Instituto Politécnico, logo depois a Escola Politécnica. Mantido como Diretor da Secretária de Agricultura do governo Luiz Viana (1896 -1900), Arlindo Fragoso liderou o grupo de engenheiros - em sua maioria graduados na Escola politécnica do Rio de Janeiro - que fundou o IPBA e a EPBA, tornando-se o primeiro presidente do Instituto (1896-1899) e no primeiro diretor da escola (1897-1907), além de ser o primeiro catedrático na cadeira de Mecânica Aplicada (1897-1916). A história do IPBA e EPBA evidencia a participação de vários personagens que se tornaram nomes importantes na política local e nacional.¹³⁶

¹³² BOUDIEU, Pierre *Apud* MENDONÇA, Sônia Regina de. *Op. Cit.* p.103.

¹³³ Idem, *Op. cit.* p.236.

¹³⁴ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquia 1889 – 1943* “A Bahia na Primeira República Brasileira”. Rio de Janeiro, Ed: Civilização Brasileira, 1979, p.64-68.

¹³⁵ Percebemos a ligação de agentes das frações tradicionais ao novo grupo crescente na Bahia: os comerciantes ligados a importação e exportação, representados principalmente por sua agência “*Associação Comercial da Bahia*”. Segundo Consuelo Novais Sampaio, a república é que se legitima com comércio agroexportador mais diversificados, via alianças com agentes de antes só eram ligados ao comércio. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, EduFBA, 1998.

¹³⁶ Faziam parte do quadro de catedráticos da EPBA e membros sócios do IPBA: Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Antônio Ferrão Moniz de Aragão, Octávio Cavalcante Mangabeira, Francisco de Souza, Austricliano Honório de Carvalho, José Antônio Costa, José Joaquim Rodrigues Saldanha dentre outros.

A partir de então a EPBA se tornaria a principal instituição formadora de engenheiros, em detrimento da EAB, agregando catedráticos egressos desta última. Destacamos que a EAB, que em sua primeira fase formou agrônomos (1877-1904), já passando por dificuldades; transferida para a chancela do estado baiano formou práticos para a agricultura (1905-1910); de (1911-1917) ainda sob a tutela do estado da Bahia, a escola se caracterizou como médio prática, já transferida para Salvador; o período subsequente correspondente à suspensão de suas atividades (1916-1920) e por fim, o restabelecimento da escola na formação superior (1920-1930), mas sem o mesmo grau de importância quando ainda se encontrava instalada na região do Recôncavo.¹³⁷

No próximo capítulo exploraremos melhor os motivos colocados pela literatura especializada, no que tange as supostas razões de criação da EPBA. Colocaremos também de forma sucinta as disputas no jogo político no estado da Bahia, que desde o início da era republicana passava por uma acentuada crise de hegemonia. Os partidos, os grupos, na qual, estavam inseridos os agentes que controlavam a EPBA que desde sempre ocupariam de alguma forma cargos em agências públicas e de ser forma propagandeando seus projetos de visão de mundo.

Portanto, tentaremos provar ao final deste estudo que a EPBA, durante a Primeira República, se constituiu, em um dado momento, como um aparelho privado de hegemonia, condensando as relações de força presentes na cena política baiana. As guerras de posição no interior da classe dominante, envolvendo as frações ligadas ao setor agrocomercial, de alguma maneira se refletiram na EPBA, fosse por meio da liberação de subvenções, fosse através de disputas políticas. É neste contexto que pretendo me ater daqui por diante e creio estar contribuindo não apenas para o amadurecimento e enriquecimento da historiografia específica sobre o tema, mas também pra a própria história das agências envolvidas e, porque não, à história da política baiana na Primeira República.

¹³⁷ ARAÚJO, Op. Cit. pp. 29 – 32.

Capítulo 2

Escola Politécnica da Bahia: um perfil institucional

Criada no dia 4 de março de 1897 e reconhecida pelo Decreto 2.803 de 09/05/1898, publicado no Diário Oficial de 11/05/1898, assinado pelo presidente Prudente de Moraes, tornando assim a instituição baiana, oficialmente, escola livre de ensino superior, equiparado às escolas federais congêneres, atribuído aos esforços ao então senador e futuro governador Severino Vieira, que foi homenageado pela congregação com a colocação do seu retrato no salão nobre.¹³⁸

A Escola Politécnica da Bahia esteve subordinada diretamente ao Instituto Politécnico da Bahia, até meados de 1934 quando passou pelo seu primeiro processo de federalização. A escola de engenheiros funcionou provisoriamente em dois endereços: primeiro, esteve localizada na Rua das Laranjeiras, nº 6, próxima ao Pelourinho, atual Centro Histórico de Salvador; foi transferida em 1901 para a Rua João Florêncio, nº 1, esquina com a Praça da Piedade; mudou-se em 1905 para o palacete Salvador, nº 57 do largo de São Pedro, na Avenida Sete de Setembro, centro da cidade, onde funcionou até 1960, quando se mudou para as instalações atuais, na Rua Aristides Novis, nº 02, no bairro da Federação¹³⁹.

Por Liderança de Arlindo Coelho Fragoso, e seu grupo de seguidores e mais alguns destacados membros da sociedade civil baiana, num total de dezessete agentes associados, realizaram duas reuniões prévias: a primeira a cinco de julho de 1896, quando dividiram entre si as tarefas de elaborar programas, estatutos e planos para a criação de um Instituto, e logo em seguida criar uma escola para a formação de engenheiros. Coube a alguns desses agentes trabalharem junto aos poderes públicos - governador, deputados e senadores - no intuito de adquirir subvenções; o segundo encontro, realizado logo em seguida, a nove de julho, tinha como pauta discutir e aprovar os estatutos do Instituto e da Escola.

¹³⁸ GUIMARÃES, Archimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia*, p. 19 e 34.

¹³⁹ Durante nossas investigações para a execução de nosso estudo, constatamos que o antigo Instituto Politécnico da Bahia existe até hoje, com sede na Rua da Paz nº 187 Sala 206, bairro da Graça, Salvador. No entanto, por via nosso levantamento constatou que o IPBA atualmente é apenas uma organização de apoio institucional as engenharias de modo geral, principalmente, por meio de sua publicação semestral o periódico a Revista “*Politécnica*” lançada a partir do ano 2006.

Definidos os estatutos, IPBA foi instalado solenemente em 12 de julho de 1896, numa reunião realizada na sede da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRIBA), agência, na qual, Arlindo ocupava o cargo de diretor e mentor intelectual. A solenidade de instalação do Instituto foi testemunhada por autoridades governamentais, deputados, senadores, magistrados e jornalistas, além dos próprios sócios-fundadores¹⁴⁰.

Em seguida, ainda em 1896, de acordo com as atas da congregação, foram realizadas mais seis reuniões, onde se referendou a aprovação do regulamento, os programas de ensino e a organização da Escola. Decidiu-se pela adoção dos regulamentos e estatutos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como nos diz as palavras de Arlindo Fragoso de acordo com o registro da ata de instalação da EPBA que diz, “fazendo ver as faltas de que se ressentia a Escola de Pernambuco e a confusão que se nota na de São Paulo’. Propunha, por isso, que se adotasse o regime da Escola do Rio de Janeiro.”¹⁴¹

Apesar das palavras de Fragoso argumentar pelos confusos estatutos das escolas de Pernambuco e São Paulo, entendemos que o real motivo pela escolha do modelo da escola da capital, vem de encontro a três fatores relevantes: primeiro, sua íntima ligação com a instituição, já que o ex-docente da EAB trás consigo todo sua formação moral e intelectual adquirida na instituição carioca; segundo, a grande maioria dos sócios e professores fundadores da instituição eram também “politécnicos”¹⁴²; terceiro, Arlindo com sua grande astúcia política, ao adotar o regime da Escola do Rio de Janeiro, pensou na aproximação com a sociedade política da capital e possíveis vantagens no interior de agências estatais, vindo no lastro de políticos baianos, ocupando cargos em Ministério.¹⁴³

Ao longo da trajetória das instituições – EPBA e IPBA -, entendemos que ambas funcionaram como um todo “coerente” e “orgânico”, portanto, não havendo diferenças discrepantes entre as duas. Na leitura das atas das duas instituições, praticamente não havia divergências entre as instituições, com rara exceção. Portanto, nossa linha investigativa parte da hipótese de que a atuação do IPBA, ao menos nos seus primeiros quarenta anos de atuação, enquanto esteve formalmente administrando à EPBA, suas

¹⁴⁰ Nos anexos deste estudo traremos os sócio-fundadores do IPBA.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Op. Cit. p. 10.

¹⁴² O termo “*Politécnico*” era uma expressão dada para a época aos que se graduavam na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

¹⁴³ Destacamos que Arlindo por meio de seu prestígio perante a sociedade política ocupou variados cargos públicos, dentre eles o de Secretário direto de Miguel Calmon quando ocupou o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1907, e o de Secretário Geral na administração de J.J Seabra em 1912.

atividades desde sempre foram realizadas no próprio âmbito da EPBA. Por este fato, daremos ênfase a partir deste ponto em diante, farei referências quase sempre à EPBA e apenas oportunamente ao IPBA, já que o foco deste estudo é analisar o âmbito da instituição criada pelo Instituto Politécnico.¹⁴⁴

1 – O jogo e a “regra” - A política na Bahia Republicana: embates e projetos

Após termos exposto as considerações iniciais sobre nosso objeto, procuraremos analisar e discutir as razões, nas quais a EPBA, foi criada e a sua trajetória nos seus vinte três primeiros anos. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta por agentes encampados na sociedade civil e sociedade política, nos traz a luz, uma estratégia das frações da classe em alcançar representatividade. No entanto, ao reunir-se e atuar para a propagação de visão de mundo, por meio de seus estabelecimentos, irão também caminhar para a gestação e inclusão dessas frações em diferentes esferas do poder do Estado. Sobre a definição de Estado, Gramsci nos fala:

Deve-se notar que na noção de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).¹⁴⁵

¹⁴⁴ Uma das fontes documentais a ser visitada frequentemente por nós, serão informações contidas no livro editado pelo catedrático de química, Archimedes Pereira Guimarães. *Escola Politécnica da Bahia*. Trata-se de uma transcrição dos "principais fatos" registrados nas atas das reuniões da diretoria do Instituto Polytechnico. Portanto, ao consultarmos os livros de atas da Congregação da Escola Politécnica, verificamos que o conteúdo é praticamente idêntico ao do livro publicado pelo Professor Archimedes. Por este fato, para melhor manuseio e interpretação dos fatos históricos, optaremos pela consulta da publicação do docente Archimedes, já que, a manipulação dos documentos originais se apresenta de forma bastante danificada e com grandes dificuldades de acesso e manuseio. Para adotarmos essa estratégia, levamos em conta o fato de que, quanto nas atas da diretoria do Instituto, quanto na atas da escola, as assinaturas de presença são praticamente as mesmas nas duas instituições. O que constata que a grande maioria de sócios do Instituto são também docentes da escola, principalmente após os primeiros cinco anos de criação da instituição de ensino. Por este fato, nos reforçou estratégia de maior consulta pela publicação do Professor Archimedes.

¹⁴⁵ GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3: “*Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*”.¹⁴⁵ Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, PP. 63-74.

Ao conseguir unificar interesses e divulgar concepções de mundo, dentro de um processo de crise hegemônica, na Bahia de fins do século XIX e início do XX, ressaltamos que as frações de classes distintas, pugnavam entre si e acordavam-se, na construção de alianças que as colocassem em posição de assumir a condução de um novo projeto hegemônico. Para tanto, a respeito do desenrolar da crise hegemônica ocorrida na Bahia no período a ser estudado, não cogitamos analisar toda complexidade daquele instante, mas sim dar conta da correlação de força que desencadeou a criação da EPBA e o projeto hegemônico tal qual está inserido. Entendemos que os engenheiros baianos por meio de sua escola, atuaram na produção e na reprodução das frações da classe dominante na Bahia durante o período da República Velha.

Pontuamos no capítulo anterior a importância dos estudos já existentes acerca do conjunto das relações sociais existentes na sociedade baiana, amalgamando, em si própria, as correlações de forças políticas e, institucionalização de agências e agentes presentes que remontam ao arcabouço social na Bahia, nas últimas décadas do século XIX. Para tentarmos traduzir o ambiente político na Bahia e a sua clara crise hegemônica – iniciada nos últimos anos do Império e acentuada nos primeiros anos da era republicana -, situação que só se “resolve” com a chegada de J.J Seabra ao poder, entendemos ser de fundamental importância fazermos um sucinto panorama do “jogo” político na Bahia na Primeira República e suas “regras”. Tomaremos junto a essa análise os embates e o grupo político, na qual, Arlindo Coelho Fragozo – fundador da EPBA - e seus seguidores estão inseridos.

Analisando esse período, a historiadora Consuelo Novais Sampaio demonstrou em um de seus trabalhos mais importantes, que a arena de disputas políticas na Bahia se encontrava numa situação bem diversa em comparação a outros estados,¹⁴⁶ onde as frações dominantes se encontravam de forma “coerente”, não havendo uma correlação de forças tão acentuada por um projeto de visão de mundo, as disputas ocorriam mais dentro de um círculo consensual. Esse consenso faz garantir um ciclo de estabilidade principalmente às agências ligadas a sociedade civil e sociedade política. Para Sampaio as disputas e os conflitos entre as frações da classe dominante marcaram o regime republicano na Bahia em seu início. O novo regime, na Bahia, não desfrutou da força que sucedera em outras unidades da federação, e o executivo acabou nas mãos de

¹⁴⁶ Consuelo Sampaio demonstrou a conjuntura da sociedade baiana em comparação a outros estados da federação – Minas Gerais e São Paulo – onde, as frações dominantes tinham certo consenso em relação a seus projetos. Sampaio, Consuelo Novais. *Op.*, Cit., Capítulo I.

antigos nomes do Império, monarquistas convictos e conservadores, mas republicanos de última hora, por pura estratégia de acomodação e sobrevivência política.¹⁴⁷

Um dos nomes históricos ligados ao movimento republicano na Bahia e uma das vozes a protocolar o novo ideal, o médico Virgílio Clímaco Damásio (1838-1913), só comandou o estado por cinco dias, logo após entregou o cargo ao monarquista, ex-membro do Partido Liberal, Manuel Vitorino Pereira (1853-1902), por indicação do Ministro da Fazenda o “baiano”, Ruy Barbosa.

Em parágrafos anteriores já havíamos informado que a Bahia caminhava para um processo de crise de hegemonia iniciado ao fim do regime imperial, entretanto, este processo só se institucionaliza de fato nos anos iniciais da era republicana. O processo de crise se instala quando o Governador Manoel Vitorino¹⁴⁸ apresentou a chapa dos candidatos baianos à Assembléia Nacional Constituinte. Logo, as discordâncias e as correlações de forças entre os membros das frações dominantes, comandado pelo conselheiro José Luiz de Almeida Couto¹⁴⁹ (1833-1895), último nome a presidir a província da Bahia, rompe com Vitorino e cria o Partido Nacional, com outros agentes ligados aos dois partidos tradicionais do Império. Visto a esse jogo político, fica claro o imbróglio da crise de hegemonia. Portanto, não foi coincidência o fato de o PN já ter nascido sob certas divergências: na primeira linha estava um crítico severo da “Águia de Haia”, Amphilophio Botelho Freire de Carvalho (1850-1903), que fora chefe de polícia, juiz de direito e Ministro do Supremo Tribunal Federal, egresso das fileiras do histórico Partido Conservador, representado pelo periódico “Gazeta da Bahia”, substituído anos mais tarde pelo “Estado da Bahia”. Na segunda linha se encontrava José Luiz de Almeida Couto, correligionário de Ruy Barbosa e tradicional membro do antigo Partido Liberal, que tinha como porta-voz o Jornal “Diário da Bahia”, o órgão representativo na imprensa local dos liberais desde 1868. Por seguinte, o PN, ainda, agregou em seus quadros, os membros do Partido Católico, também fundado em 1890, mas logo se

¹⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁴⁸ Destacamos que o Médico Manoel Vitorino um legítimo membro representante da fração média de Salvador, no qual, estava ligado a Associação Comercial da Bahia, agência representativa do grupo ligado ao agro-comércio de Salvador. Fração que já informamos ganhou grande espaço, via suas agências representativas. As frações ligadas ao agro-comércio tinham sintonia junto ao projeto “civilizatório” e “progressista”.

¹⁴⁹ O conselheiro José Luiz de Almeida Couto, nome histórico do período imperial, havia presidido a Província de São Paulo (1884 -1885) e ocupou a cadeira de último presidente da Província da Bahia, dentre variados cargos políticos no Império, ocupou o cargo de lente da Escola de Medicina da Bahia. Era um dos maiores defensores das mais tradicionais frações ligadas à lavoura canavieira e escravidão.

dissolveu, cedendo espaço ao Partido Nacional Democrata (PND), também de curta duração.

A partir de maio de 1892, uma nova reconfiguração na política baiana ocorre, desencadeando na criação do Partido Republicano Federalista, tendo como porta voz o Jornal “Diário da Bahia”. A nova agremiação seria presidida pelo já ex-governador José Gonçalves da Silva (1838-1911). O novo partido, contava em seus quadros, com personalidades como Severino Vieira (1849-1917) e Luiz Viana (1846-1920), ambos advindos das “fileiras” do Partido Conservador.

Por disputas entre os dois líderes políticos – cada qual representando sua fração¹⁵⁰ – pelo poder no estado, vão divergir entre si em torno das eleições, donde surgiram duas novas representações: o Partido Republicano Federal, congregando os partidários de Luiz Vianna, doravante chamados de “vianistas”; e o Partido Republicano Constitucional, reunindo os antigos proprietários escravistas e antiflorianistas seguidores de José Gonçalves da Silva, denominados de “gonçalvistas”.¹⁵¹

Contudo, diante das incertezas de um processo de crise, e das disputas de qual projeto se tornaria hegemônico, traz consigo a necessidade da condensação da sociedade civil em agências representativas, e a adesão de Arlindo Coelho Fragoso ao grupo político ligado ao conselheiro Luiz Viana, evidência a opção de Arlindo naquele momento histórico.¹⁵² A luta de Fragoso para a criação de uma instituição de ensino, já que seus protestos para a transferência da EAB não surtiram efeito, pode ter como pano

¹⁵⁰ Informamos que Severino Vieira representava as antigas frações da classe ligadas à grande propriedade agroexportadora e escravocrata. Aliado de Cícero Dantas Martins “Barão de Jeremoabo” um dos maiores fazendeiro de toda a região Nordeste, com sessenta e uma propriedades na Bahia e Sergipe, Vieira antes de chegar ao cargo de governador em 1900, ocupou o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas na presidência de Campos Sales, que representava o projeto agroexportador ligado a burguesia paulista, ficando claro, o seu projeto de Estado. Luiz Viana, apesar de ter raízes políticas ligadas ao Partido conservador, com a transição para o regime republicano, tendeu a se alinhar aos setores mais progressistas com inclinação a mudanças, principalmente, no que diz respeito a seu ideal de Estado, passando então a se alinhar ao projeto “contra-hegemônicos” liderado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). A prova desta tendência seria a sua presença nos quadros de associados da Sociedade baiana de Agricultura (SBA) instituição associada à SNA.

¹⁵¹ Segundo Consuelo Sampaio, a política baiana durante toda fase da República Velha, tem como característica designar aos partidos, nomes de seu líderes, marcando uma linha bastante personalista, ou seja, os chefes políticos que, via de regra, eram fundadores das agremiações e seus articuladores, tendo seus correligionários seguir a sua linha de ação. Ex: *Vianistas, Gonçalvistas, Marcelinistas, Severinistas, Seabristas*. Essa tendência vem acompanhando a política na Bahia até os dias atuais, aonde, um líder vem muito mais investido de personalismo do que uma ideologia partidária. Tomamos como exemplo Antônio Carlos Magalhães, e o movimento denominado “*carlismo*”, que dominou a política na Bahia por quase quarenta anos.

¹⁵² Veremos nos parágrafos adiantes que as escolhas de agentes por um dado projeto, se apresenta neste momento histórico de forma muito tênue, no entanto, a escolha de Arlindo neste período, não vai evidenciar de fato suas convicções quanto ao seu projeto de visão de mundo. Entendemos essas “nuances” como parte do processo de correlação de forças entre as frações que disputam um dado projeto e o poder do estado.

de fundo a criação de uma agência para auxiliar na reprodução e organização da fração da classe, e do próprio Estado.

Devemos ter sempre em vista que a função destas agências não teria o mesmo valor sem o papel do intelectual¹⁵³, aquele agente que, no interior de uma fração dominante atuando na organização e direção - moral e intelectual -, explicitando, solidificando e propagandeando o arcabouço de normas culturais a ele ligado, seja por pertencimento de classe, ou por processo via consenso.¹⁵⁴ Entendemos que Arlindo Fragoso ocupou esta função no interior da fração, na qual, estava inserido.

Além de ser reconhecido catedrático pela comunidade docente, se apresentava como excelente orador e, se articulava muito bem com a classe política baiana. Arlindo tinha trânsito livre entre as variadas frações, mas, se ligou ao grupo “vianista”, após ocupar e criar a Secretária de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA) no governo Rodrigues Lima (1892-1896) e logo em seguida ocupa a Diretoria da mesma agência, já na administração Luiz Viana (1896-1900). Não foi por acaso que o IPBA foi criado na sede da Secretária de Agricultura, marcando assim o grande prestígio que o professor Fragoso detinha na sociedade política da época.

Em 1900, ocorre uma nova ruptura, desta vez entre os “vianistas”, que tinham seus ideais representados no “Diário de Notícias”, e os “severinistas”, seguidores de Severino Vieira, que a partir do apoio de Viana elege-se para a cadeira do executivo estadual. Após tomar posse no cargo de governador, Severino Vieira desfaz a aliança com o grupo “vianista”, e de quebra desagradando o presidente Campos Sales (1898-1902) e sua *política dos governadores*.¹⁵⁵ Essa nova ruptura entre “vianistas” e “severinistas”, em 1900, na análise de Sampaio, motivou a criação do Partido Republicano da Bahia (PRB), a primeira legenda partidária, onde os agentes ligados a Severino Vieira conseguem relativa homogeneização e apaziguamento junto às frações proprietária do interior do estado.

¹⁵³ Entendemos que Arlindo Fragoso, seria uma peça fundamental no auxílio da reprodução e organicidade da fração, na qual, está inserido. Veremos à frente que o docente Arlindo é o principal nome da EPBA em seus primeiros vinte cinco anos, ora como professor, ora como administrado e, como articulador junto à sociedade política.

¹⁵⁴ Há evidências de que o grupo que Fragoso se articula neste momento, tem seus ideais articulados no projeto contra-hegemônico nomeado pela historiadora Sônia Regina de Mendonça como “*ruralismo brasileiro*”. Esse projeto ao longo de toda República Velha, disputa com o projeto agroexportador paulista, o poder do Estado. Trabalhamos com essa hipótese pelo fato de Luiz Viana ser membro da Sociedade baiana de agricultura, agência confederada da Sociedade Nacional de Agricultura da qual Viana também era associado.

¹⁵⁵ Para melhor entender a *Política dos Governadores* Cf: FAUSTO, Boris. Op. Cit. pp.258-259.

Ao analisar o domínio “severinista”, entendemos que sua liderança quando governador não foi tão consensual como afirma a Sampaio, já que, ao término seu mandato, Severino encontrou uma grande resistência junto à sociedade civil soteropolitana, principalmente, as frações ligadas ao comércio, tendo uma relevante oposição da Associação Comercial da Bahia, causando grandes problemas para o cotidiano da cidade.¹⁵⁶ Segundo José Alfredo de Araújo;

Severino Vieira teve um governo problemático, pois sua política foi de desarme e perseguição a todos aqueles que fossem contra o seu poder, levando dessa forma um descontentamento das classes interessadas no seu governo, desarticulando-as, o que enfraqueceu seu governo ao ponto de terminar o mandato marcado pelo fechamento do comércio a três dias de sua saída, insatisfeito com as altas taxas de impostos cobrados pelo governo.¹⁵⁷

Portanto, mesmo com todo aparato de oposição a Severino Vieira, o governador conseguiu, ainda assim, fazer seu sucessor, o conservador José Marcelino de Souza, contando com o apoio principalmente das frações proprietária do interior do estado e o frágil sistema de votação da República Velha, em conjunto com o voto de cabresto, típico da região.

Os anos da administração “severinista” foram os quatro anos mais difíceis da EPBA, chegando à escola a quase fechar suas portas, por corte da subvenção estadual. As razões alegadas por Vieira para a suspensão da ajuda financeira a instituição de ensino, é argumentada pela falta de esclarecimento nos relatórios da instituição ao estado, quanto ao uso da subvenção, ou seja, a prestação de contas contestada. Mas, como já informamos a verdadeira motivação para o corte das subvenções estaduais foi realizar uma retaliação ao grupo de Arlindo Fragoso, que até aquele momento pertencia às frações ligadas ao ex-governador Luiz Viana.

Lembramos que Arlindo Fragoso, principal líder dos fundadores do IPBA e primeiro diretor da EPBA, idealizou e ocupou a cadeira Secretário da Agricultura do

¹⁵⁶ Ao final do seu mandato, Severino Vieira entrou grande resistência junto às frações ligadas ao comércio. Após algumas reformas e aumento de impostos, a Associação Comercial da Bahia resolveu juntar forças junto a outros grupos urbanos, passando a protestar, chegando até a fechar o comércio por dias. Para maiores informações ver: Tavares, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1987. Capítulo XXI.

¹⁵⁷ ARAÚJO, José Alfredo. “José Marcelino de Souza, sua marca na política dos coronéis e sua primeira semana de governo” in: Matta, Alfredo Eurico Rodrigues. (org) *Bahia: Construindo nossa história recente*. Salvador, UCsal, 2001, pp. 63-70.

governo Rodrigues Lima (1892-1896), logo em seguida ocupou o cargo de diretor dessa mesma secretária no governo Luiz Viana, quando a EPBA foi criada. Após a institucionalização da escola foi imediatamente aprovado pela Lei 149/1896, que ordenava "subvencionar, anualmente, com a quantia de 60:000\$000, pagos em prestações mensais de 5:000\$000, a escola de engenharia que fundar neste Estado o INSTITUTO POLITÉCNICO".¹⁵⁸

A suspensão dos pagamentos das subvenções, por parte do governador Severino, alegando problemas com a prestação das contas do exercício anterior, causou grande desconforto e articulação entre os membros da diretoria do Instituto, que diante da apontada desorganização, tomará ações com objetivo de sanar o ocorrido. Foi necessária a convocação de uma assembléia geral do IPBA em dezembro de 1902, por exigência do Tribunal Administrativo do Estado, para a aprovação das contas relativas aos exercícios de 1900 e 1901. No entanto, mesmo com as devidas explicações não se evitou que o pagamento das subvenções baixassem para 50:000\$000, em 1901 e 1902, e 36:000\$000, em 1903¹⁵⁹. Esse pior momento vivenciado pela escola foi lembrado em um discurso pelo engenheiro Cornélio Daltro de Azevedo em 1943:

(...) Era em 1900, se não me falha a memória; dificuldades havidas não permitiam o pagamento mesmo da insignificante e mesquinha importância com a qual eram remunerados os professores; veio a crise, os lentes resolveram não dar mais aulas enquanto não aparecesse a verba para o seu pagamento.

Era o fechamento da Escola.

O fato chega ao conhecimento do **Dr. Arlindo Fragoso (...) procura os professores, pede, suplica, implora que não abandonassem a Escola que seria fechada, e ninguém lhe atende; cria-se o seguinte dilema; dinheiro ou suspensão das aulas.** (grifos nossos)

(...) Arlindo, reunindo os estudantes em uma das salas da Escola (...) nos poz ao par da situação dizendo: apenas ficaram ao meu lado, ao lado da Escola, o velho Maia e o Dionysio; o Maia, como sabem, só póde dar, como me confessou, o curso anexo e arquitetura e nada mais; Dionysio só poderá dar física; se a Escola ficar sem aulas durante 20 dias será fechada e naturalmente não mais se abrirá; enquanto, porém, existir. Arlindo Coelho Fragoso, a Escola Politécnica da Bahia não se fechará; peço que todos compareçam diariamente às 7 horas e eu darei todas as aulas, exceção feita das que ficam com o Maia e o Dionysio.

No dia seguinte, manha cedo, todos os alunos se acham presentes; Arlindo entra para a sala (...) chama o Coelho, encarregado da

¹⁵⁸ GUIMARÃES, Op. Cit. pp. 29-34.

¹⁵⁹ Idem, pp. 27-29, p. 34, p. 40.

Secretaria, indaga qual a aula daquela hora, pede o livro de registro das aulas, manda tocar a sineta, lê a última aula e programa em punho, dá 45 minutos de aula, findo os quais manda tocar nova aula; nova consulta é feita, 45 minutos de aula e assim, Arlindo dava diariamente, sem sair da sala, das 7 da manhã às 5 da tarde, interrompendo apenas para o almoço, todas as cadeiras do curso, porém todas, cumprindo à risca o programa durante uns 10 dias, nos trazendo presos pelo encanto da sua palavra fácil, fascinado por aquele talento impar, eletrizados pela sua vastíssima cultura e pela **vontade férrea de sustentar a Escola**, numa demonstração hercúlea de um devotamento sem igual, até que começaram os nossos lentes (...) a voltar à Escola, retomando as suas cadeiras. E voltaram quasi todos.¹⁶⁰ (grifos nossos)

Ao analisar jogo político, verificamos a ocorrência a todo o momento, de rupturas de facções, fato característico de um processo de crise hegemônica. Com a expansão da sociedade civil na Bahia republicana, alguns grupos nem sempre conseguem desenvolver e discernir seus projetos de visão de mundo, ou mesmo por falta de uma organicidade, via suas agências privadas¹⁶¹; ou mesmo por ter seus discursos suprimidos por outros grupos melhor organizados dentro da sociedade civil. Daí vem o processo de re-acomodação dos agentes, ação tão divulgada pela historiografia baiana do período. As velhas frações tinham que de alguma maneira se reestruturar, tendo como opção, a escolha de um novo projeto, já que, o anterior já não se sustentava e nem mesmo não se legitimava mais no seio da sociedade política. Por este fato, a justificativa de variadas rupturas. No entanto, é normal que no interior de um estado de crise, que as frações em disputa, adotam como estratégia; a cooptação de outros projetos de visão de mundo, como seus. Nos parágrafos seguintes veremos que essa estratégia foi adotada por J.J Seabra, ao ascender o poder na Bahia em 1912; ao se apropriar do discurso do “progresso” e “civilizatório” consegue neutralizar as diversas frações da classe na Bahia durante doze anos.

Ainda falando das frações alojadas no PRB, ao adotar como estratégia a defesa dos interesses da burguesia agro-exportadora, o PRB abrigou em seus quadros as antigas tendências políticas baianas - conservadora, liberal, federalista e constitucionalista. Diante deste cenário bastante heterogêneo, além do contexto de

¹⁶⁰ AZEVEDO, Cornélio Daltro. Discurso: dia do engenheiro. *Apud*, DIAS, André Luís Mattedi, *Op.*, *Cit.*, pp. 48-49. (Grifos Nossos)

¹⁶¹ Dentre algumas agências podemos destacar algumas: Associação Comercial da Bahia (ACB), Sociedade Baiana de Agricultura (SBA), Instituto Politécnico da Bahia com sua escola (IPBA E EPBA), Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) dentre outros.

criação do PRB já mostrado, agrega-se o ex-deputado geral pelo Partido Conservador José Marcelino de Souza (1848-1917), empossado presidente da Comissão Executiva, e o ex-governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1892-1896), que ficou com a presidência do Conselho Geral. José Joaquim Seabra e Francisco de Paula Oliveira Guimarães foram eleitos delegados do PRB na Capital Federal. Logo, surgiram as facções dos “marcelinistas” e dos “seabristas”. Constatando, que mesmo sendo um partido dominante neste momento, o PRB não construiu um consenso um projeto de “visão de mundo”, o que acarretará numa nova ruptura nos anos seguinte.

Entretanto, no ano de 1907, os dois principais líderes do partido – os ex-governadores Severino Vieira (1900-1904) e José Marcelino de Souza (1904-1908) – não chegaram a um acordo sobre a indicação de quem chefiaria o executivo baiano nos próximos quatro anos (1908 a 1912). O nome que terminou prevalecendo foi o de João Ferreira de Araújo Pinho (1851-1917), mais um velho representante das frações proprietária do Recôncavo, bacharel em direito e promotor de justiça que, sob o Império, havia sido eleito deputado provincial pelo Partido Conservador; ocupou o cargo de governador até 1911, renunciando antes do fim de seu mandato, sendo sucedido, interinamente, pelo presidente da Câmara dos Deputados do Estado, Aurélio Rodrigues Vianna.¹⁶²

Diante do processo de crise, o conflito entre “severinistas” e “marcelinistas” fez ruir as bases já enfraquecidas do PRB e facilitou a ascensão de J. J. Seabra e da agremiação criada pelo mesmo; o Partido Republicano Democrata (PRD). J. J. Seabra, político pragmático e de grande prestígio na capital, ascendeu ao poder na Bahia engrenado no esteio da “política das salvaçãoes” do presidente Hermes da Fonseca. Com Seabra galgando ao poder, o “seabrismo” se transformou na primeira força hegemônica da política baiana da era republicana, pois Seabra conseguiu um primeiro mandato de governador de (1912-1916) e logo em seguida conseguiu eleger seu sucessor, seu maior aliado, Antonio Ferrão Moniz de Aragão – catedrático de economia política da EPBA -, para o período seguinte (1916-1920) e voltou ao governo para um segundo mandato (1920-1924).

¹⁶² Em 1911 e 1912 podemos dizer que o processo de crise atinge o mais auto grau de tensão. Uns dos eventos mais inesperados ocorridos durante este período, destacamos a existência de duas assembleias legislativa em funcionamento; uma em Salvador e outra em Itabuna. Outro evento de grave tensão e, um dos mais marcantes da história da Bahia republicana; o bombardeio por parte do exército, a sede do governo baiano. Esse evento ocorreu justamente por problemas de reconhecimento da eleição do então Ministro da Viação e Obras Públicas do governo Hermes da Fonseca J. J. Seabra. Para saber mais ver: SAMPAIO, Consuelo Novais, Op. cit., TAVARES, Luiz Henrique Dias, Op. Cit.

Podemos dizer que o período “seabrista”, foi o de maior prosperidade para a EPBA. Não por acaso que o professor Arlindo, após passar por graves dificuldades financeiras com a escola, e passar alguns anos no ostracismo político, sem grandes articulações na sociedade política, após Seabra assumir o cargo de governador, Arlindo é nomeado para a cadeira de Secretário Geral do Estado, cargo mais importante do estado abaixo do governador.

Fragoso na prática foi o grande gerente do primeiro governo *seabrista*. O prestígio de Arlindo perante o governador é traduzido em variadas subvenções para instituição de ensino, e ocupação de cargos no governo por alguns docentes da escola aliados de Fragoso. J. J Seabra era um político com grande destaque e prestígio na capital federal, segundo Silvia Noronha Sarmiento, Seabra tinha como “estratégia assumir posições destacadas, através dos seus recursos de oratória e da disposição de se expor sem restrições, firmar alianças nacionais e, através disso, fortalecer sua posição na Bahia”.¹⁶³ O tirocínio por dentro do poder central, rendia a Seabra “capital político”, ou seja, além de se investir de grande prestígio, conquistou o poder na Bahia, articulando alianças pela capital federal e não por dentro da política baiana.

Seabra antes de chegar ao poder no estado da Bahia, ocupou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, durante a presidência de Rodrigues Alves (1902 – 1906), vivenciou e trabalhou no Ministério a favor da reforma da capital federal – reforma urbana Pereira Passos -, ocupou anos mais tarde o Ministério da Viação e Obras Públicas na presidência de Hermes da Fonseca, partindo neste momento para a cadeira de Governador. Em um dos discursos mais famosos por J. J Seabra, publicado pelo periódico “O Democrata” seu principal braço político na capital, Seabra exalta suas realizações como governador, como se diz;

(...) o quanto e muito concorreu para a construção das obras do porto desta capital, fazendo esquecer o tempo em que se desembarcava em arrebatados e maltratados saveiros, com risco de vida, em um cais onde as cascas de banana de misturavam com toda sorte de imundícies.

Pouco depois, ao entrar na cidade, uma outra comissão de ricos e importantes comerciantes agradeceu, sensibilizada, a V. Exa ter mandado destruir o Santa Bárbara, o beco da Garapa, o grande mictório que era todo o bairro comercial, e transformado toda aquela montoeira em ruas arejadas, largas e salubres.

¹⁶³ SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Salvador, UFBA, 2009, p. 31.

Ao fim da Rua da Montanha, obra do paulista Homem de Melo, encontrou ainda V. Exa uma enorme multidão que lhe bateu palmas frenéticas, por lhe haver V. Exa facilitado a passagem e condução em automóvel por uma avenida asfaltada, arborizada e limpa, que se destina da Baixa de São Bento ao Rio Vermelho, e, que já está pronta até o Farol da Barra, lugar onde precisamente V. Exa se recordou de haver tomado, quando criança, belos banhos, lembrando-se bem de uma senhora que, em certa ocasião, deixou a mercê das ondas a cabeleira postiça que trazia, mas esquecendo-se, ou não, querendo relatar, as piculas que brincou ali mesmo, com o Araujão e outros.¹⁶⁴

Ao analisarmos a sua trajetória e alguns de seus discursos, como o citado, fica claro quanto ao seu projeto de visão de mundo, Seabra era uma grande entusiasta do projeto “modernista” e civilizatório” em voga na capital da República. Ao assumir o cargo de governador, transforma a capital baiana em um grande canteiro de obras; com alargamento de avenidas, construção de novas edificações, modernização do porto, saneamento básico, ampliação da malha ferroviária, instalação de bondes elétricos dentre outras realizações.¹⁶⁵ Logo, o homem que vai gerenciar todo esse processo será Arlindo Fragozo e seus auxiliares quase todos ligados a EPBA.¹⁶⁶

A relação de J. J. Seabra com a EPBA e sua direção, vem de período anterior, quando ainda como deputado federal conseguiu aprovar em 1909 a primeira subvenção federal para a Escola, de 50:000\$000 anuais.

No mesmo discurso citado, Seabra se exalta a se referir a colocação de seu busto no salão nobre da EPBA, provando o sua ligação de tempos com a instituição e em tom de ironia o governador aproveita e provoca seu maior oponente na política baiana neste momento: Rui Barbosa, que apesar de toda a tradição intelectual e ligado as frações mais conservadores. Nos dizeres de Seabra; “(...) a visitar a Escola Politécnica, no salão

¹⁶⁴ Extraído do Jornal *O Democrata* do dia, 16 abr.1919.

¹⁶⁵ Destacamos também o transito fácil de Seabra com algumas agências ligadas a sociedade civil, dentre elas a Associação Comercial da Bahia, o IPBA, empresários ligados a importação e exportação e companhias multinacionais como a Light, relações construída ainda quando era Ministro de Estado. Para saber mais ver: Sarmiento, Silvia Noronha, *Op., Cit.*, Capítulo I, II.

¹⁶⁶ Dentre os agentes - professores da EPBA - que pertenciam ao grupo político de Arlindo Fragozo temos: Francisco Lopes da Silva Lima, ocupou a intendência de Salvador, 1896 dentre outros cargos, Francisco de Souza foi diretor do Serviço de Águas e Esgotos durante o domínio seabrista, chegando a ser intendente (prefeito) de Salvador em 1930 e Thyrso Paiva engenheiro chefe da Inspeção da Iluminação, tendo exercido interinamente diversas vezes o cargo de intendente de Salvador. Existem outros agentes pertencentes ao grupo de Arlindo, mas, ainda não foi possível mapear todos os nomes.

nobre e ao subir para os doutorais, à esquerda, observe se lá não encontra um busto em bronze, praticamente igual ao da Escola de Medicina!”¹⁶⁷

Podemos dizer que no caso específico da Bahia republicana, que a trajetória das ciências, esteve sempre associada de alguma forma à política, e a política na maioria das vezes se apropriam das ciências. Logo, entendemos que essa relação se perpassa de maneira simbiótica, ou seja, uma se apropria da outra para aquisição de prestígio e status. O grande exemplo deste processo seria a relação de J. J Seabra no meio político, ao se referir a colocação de seu busto no salão nobre da EPBA e na escola de medicina. Noutra vertente encontramos Arlindo Fragoso, um acadêmico de grande prestígio, ocupando o segundo cargo em importância no estado. Em ambos os casos, essas posições rendem “capital simbólico”, cada um a sua maneira. No caso da ciência “pura” simplesmente, dificilmente renderia tal conquista de prestígio, status e reconhecimento, tanto no meio acadêmico, quanto no meio político simultaneamente.

Como Secretário Geral, Arlindo Fragoso articulou decisivamente para a aprovação da lei 1087 de 31/07/1915, que concedeu um auxílio de 161:000\$000 para a aquisição do prédio vizinho à sede do largo de São Pedro, permitindo a ampliação das instalações da EPBA, que foi também reconhecida como instituição de "*utilidade pública*".¹⁶⁸ Octávio Mangabeira, ex-aluno, professor catedrático da instituição, como Deputado Federal, também garantiu subvenção a entidade através de emenda ao orçamento federal em 1912, como também em de 1916, 1921 no valor de 50:000\$000, 1922 na quantia de 50:000\$000) e 1923 no valor de 60:000\$000. Em 1920 Mangabeira conseguiu subvenções anuais de 100:000\$000 para a implantação do curso de química industrial em 1920 e nos três anos subsequentes.

Sobre as novas instalações da escola Arlindo fez a leitura de parte do Relatório oficial do “**Biênio 1915-1916**”, em Assembléia Geral do Instituto, diz Fragoso;

(...) afirmando ser de “relativa prosperidade” a situação da entidade.
(...) “Do edifício agora bastante ampliado pela aquisição de um prédio novo, e muitíssimo melhorado por uma série de reformas, de tódo o gênero, às novas instalações, de mobiliário e material ensino, e, a mais, mantidos, com os possíveis progressos, todos os seus cursos, rigorosamente praticados, a ESCOLA POLITÉCNICA está assinalando as vantagens da sua instituição pelos serviços prestados, com honra para o seu nome, à causa do ensino superior do país”...

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, Jornal *O Democrata* do dia, 16 abr.1919.

¹⁶⁸ GUIMARÃES, Op. Cit. p. 63 e 141.

“Mais vastas, neste memento, as acomodações da ESCOLA POLITÉCNICA, graças ao novo prédio adquirido, de área igual ao antigo e que com as reformas realizadas ficou constituído em um só edifício, tornou-se maior o número de salas de aula e cresceram, a par do espaço reservado aos gabinetes e laboratórios, as dependências, pròpriamente, à administração, melhorando, ainda, o salão de honra, a biblioteca, a Secretária e o Arquivo.¹⁶⁹

No governo Antônio Moniz (1916-1920), período ainda de predomínio “seabrista” foram restabelecidos os pagamentos das subvenções estaduais, que tinham perdido a regularidade já há algum tempo, e foram transferidas para a EPBA a biblioteca e parte dos gabinetes de química da Escola Agrícola de São Bento das Lages - (EAB), agora sob tutela do governo estadual.¹⁷⁰ Contudo, podemos dizer que por conta destes e de outros benefícios conseguidos para a EPBA, quase sempre oriundos da via pública, todos estes políticos, agentes e representantes de agências ligadas à sociedade civil e sociedade política, em alguns casos também catedráticos da escola – caso do Governador Antônio Moniz, catedrático de Economia Política -, foram homenageados pela EPBA e pelo IPBA, tendo seus nomes exaltados em discursos, passando seus bustos e retratos a ocuparem um lugar de destaque no salão nobre da escola e seus nomes batizando salas, laboratórios e gabinetes. Como consta da Ata da entidade um voto de congratulação ao governador e Professor catedrático Antônio Moniz;

(...) ilustre professor catedrático deste estabelecimento, pela segurança com que vai exercendo seu patriótico programa de Governo, especialmente no tocante à defesa dos interesses da coletividade “(...)¹⁷¹

Vários destes agentes que de alguma forma contribuíram em benefício da EPBA, como já mostramos, se encontram inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas. Seabra ao iniciar seu mandato, traz consigo uma visão de mundo, e trabalha para a propagação deste ideal por meio de seus agentes, que também são representantes de aparelhos privados, que estão imbuídos do mesmo projeto; Arlindo Fragoso é o maior exemplo, mas não o único.

A partir daí, esses agentes, que antes se encontravam em seus aparelhos privados, agora já se encontram investidos no interior do aparelho estatal,

¹⁶⁹ Idem, p.105.

¹⁷⁰ Idem, p. 141 e 197.

¹⁷¹ Idem, p. 104.

propagandeando seu projeto de visão de mundo, passando assim a perpetrá-lo como um consenso no interior das correlações de forças entre as frações e a sociedade como um todo. A consequência deste processo é a perda do discurso por outras frações que se encontram em oposição ao projeto em voga. Passando o discurso dos agentes alocados no interior do estado, a se legitimar tornando então o “bastão” oficial.

Partindo destas premissas, o papel do Estado, a política, ou seja, a prática, adquire feições de “constituição”¹⁷², significando ordem e organicidade as transformações sociais, amalgamando também à “cultura” como sua principal ferramenta de ação. Neste momento, podemos dizer que a política e cultura se juntam de maneira conjunta, via a dar conformação a este novo projeto estatal, pois, para além do caráter coercitivo das agências estatais, já programadas a consumir a violência física. Esta reconfiguração ocorrida na Bahia, após a chegada de Seabra ao poder, é acima de tudo direção e consenso, o que quer dizer, conquista de legitimidade para mudanças. Caso esse ciclo não se concretizasse, o processo de crise de hegemonia se persistiria, dando margem para outras rupturas políticas, como ocorridos em momentos anteriores.

Contudo, existência de legitimidade para com o novo projeto “seabrista”, acarreta diretamente na autenticação para a conquista da hegemonia, concomitante, não há hegemonia instituída sem as correlações de forças e disputas com a sacralização de conquista de um dado projeto, ou seja, a conquista de uma representação, reconhecida como legítima e oficial, de uma determinada sociedade ou fração. Podemos então dizer que, os conceitos explicitados perpassam na dinâmica da que Gramsci nomeou “guerra de posições permanentes”, onde essas dinâmicas sempre se perpassarão de forma político-cultural. Colocamos que para além das lutas travadas no interior do poder constituído, as variadas frações investidas por seu próprio “capital” lutam incessantemente pela reprodução da sua própria fração. E uma das maneiras que essas frações se investem para se reproduzirem é por meio de “instituições escolares”. Por meio destas instituições é que essas frações propagandeiam e investem seus futuros agentes para ocupar, via de regra, seus aparelhos privados e agências estatais.

A pós essas considerações trazemos a seguinte questão: Qual o papel da EPBA teria neste processo? Trabalhamos como hipótese principal de que a EPBA se apresentada como uma das principais agências divulgadoras do projeto “seabrista”,

¹⁷² Destacamos que no seu primeiro mandato de governador J. J Seabra, dentro de seu projeto político e visão de mundo, conseguiu raro poder de dominação na história da Bahia republicana. Em 1915, será feita uma grande reforma na constituição do estado da Bahia, fato que deixaria as frações proprietárias e conservadoras “de joelhos” perante o governador. Saber mais ver: PANG, Op., Cit., SAMPAIO, Op. Cit.

potencializando por ter seu principal dirigente – Arlindo Fragoço - como o principal gerente na administração estadual.

Portanto, diante dessas considerações, entendemos que “saber e poder” se amalgamam, configurando e reproduzindo um corpo de agentes habilitados a ocupar as cadeiras de poder burocrático, em nome de uma competência legitimada por uma instituição escolar. Sendo assim, entendemos e tentaremos responder se a EPBA realmente trabalhou na reprodução da fração da classe e do ideal de mundo das frações no poder, mesmo que alguns anos depois o domínio “seabrista” venha a ser derrotado na arena política. Todavia, é bom ratificar, que as finanças da EPBA encontraram-se em más condições em diversos momentos ao longo deste período, principalmente durante os momentos de crise hegemônica, onde, professores tiveram seus salários atrasados, projetos tiveram que ser cancelados ou adiados, enfim, mesmo com o apoio de alguns agentes ligados a sociedade política.¹⁷³ A estrutura da escola só melhorou com a chegada de J. J Seabra ao governo, com aquisição de novas subvenções adquirindo nova sede, laboratórios e melhorando sua estrutura como um todo.¹⁷⁴

Voltando ao cenário político, em meados dos anos 1920, o “seabrismo” entrou em crise. A oposição que nos anos de hegemonia “seabrista”, não conseguia emplacar um discurso, após uma frustrada campanha presidencial, onde, Seabra almejada a vice-presidência na chapa de Nilo Peçanha.

Seabra por um erro estratégico permitiu que seus opositores se re-articulassem em torno de seus pontos vulneráveis. Entra em cena neste momento a figura do banqueiro Francisco Marques de Góes Calmon, irmão de Miguel Calmon Du Pan e Almeida, uns dos grandes intelectuais e políticos da época.

Com o apoio incessante de Campos Sales, a vitória dos Calmon seria incontestável. Chico Calmon (1924–1928), como era conhecido sucede Seabra no governo da Bahia, terminando assim o domínio de uma das mais importantes lideranças políticas da Bahia. Para tanto, entrar em mais detalhes nas correlações políticas após 1920, seria extrapolar nosso recorte cronológico, portanto, não nos interessa para nossas

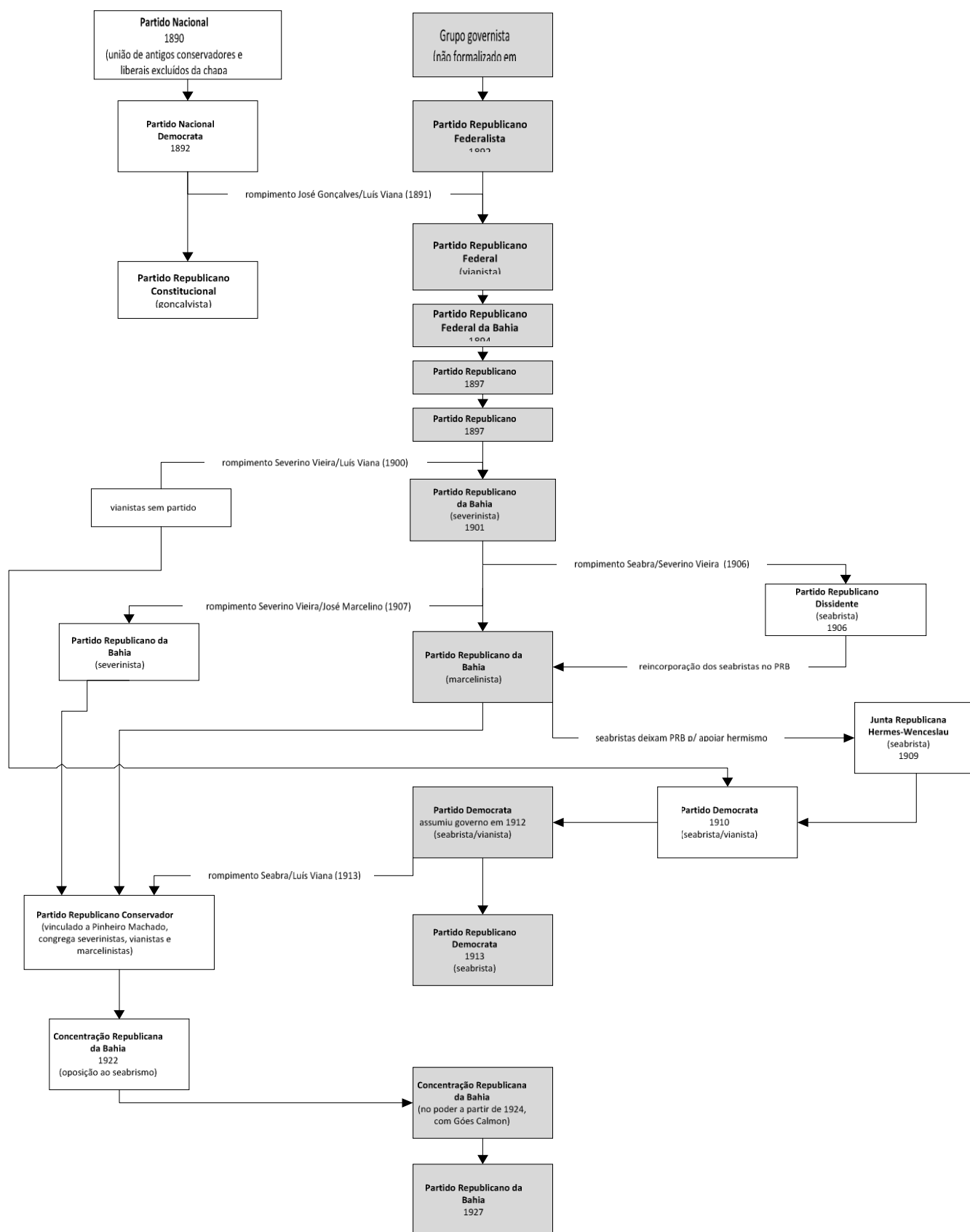
¹⁷³ Todos os episódios sobre dificuldades da EPBA são narrados e colocados nas atas da congregação da instituição. Cf. Guimarães, Op. Cit.

¹⁷⁴ Nos tópicos a seguir mostraremos os dados quantitativos do corpo discente da escola. Nas seções seguintes esse ponto será melhor trabalhado; veremos principalmente que a instituição só se firma como escola com grande demanda após 1912.

análises.¹⁷⁵ Logo, em seguida mostraremos um **diagrama** representativo dos partidos políticos na Bahia na Primeira República.

¹⁷⁵ SAMPAIO, Op., Cit. Ver, também da mesma autora, os seguintes verbetes: Diário da Bahia e Diário de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (organização). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001, p.1843-1844 e 1847-1848, respectivamente. Os dados biográficos dos políticos baianos podem ser encontrados em: http://www.fpc.ba.gov.br/arquivo_cmemo_memgovs_governadores_biografia.asp

Diagrama dos partidos políticos da Bahia na Primeira República



Fonte: Diagrama elaborado a partir de informações de SAMPAIO, Consuelo Novais. Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República. Salvador: Edufba, 1998 *Apud* SARMENTO, Silvia Noronha, *Op., Cit., p.45.*

*Foram marcados em cinza e situados ao centro do gráfico os partidos que ocupavam o governo da Bahia.

2. Escola “*Polytechnica*” da Bahia: objetivos e projetos

A Escola Politécnica da Bahia nasceu por iniciativa de uma fração da classe – em sua maioria engenheiros politécnicos e agentes das tradicionais frações proprietárias ligados a um ideal mais progressista - liderados por Arlindo Coelho Fragoso - ex-professor da Escola Agrícola da Bahia, ex-secretário e diretor da Secretária de Agricultura da Bahia. Por meio do recém criado Instituto Politécnico da Bahia e seus dezessete sócios fundadores, já tinham como objetivo principal, criar uma escola de formação para engenheiros.

Chamam-nos, no entanto, a atenção dois aspectos: o apelo no “estatuto”¹⁷⁶ por subvenção pública, ou seja, uma instituição criada por iniciativa da sociedade civil, reivindicando auxílio financeiro público, reproduzindo a velha tradição brasileira de financiar projetos e interesses de cunho privado; noutra, a criação de variados cursos de engenharia, dentre eles, o de Agronomia em detrimento da EAB. Curso que jamais foi incorporado a EPBA, apesar das reformas em estatutos e regimento interno sempre colocado a promessa de criação do curso de Agronomia, como diz na reforma do Regimento Interno, aprovado no ano de 1917 e reformado em 1919. Assim diz o Regimento da EPBA;

Art. 1º. – O ensino ministrado na Escola Polytechnica da Bahia será actualmente o do curso de Engenharia Civil, podendo posteriormente ser creados os cursos de Engenharia Mecanica e de Eletricidade, de Engenharia Industrial, de Engenharia Agronomica e outros curso profissionais.¹⁷⁷

Durante o período da administração do IPBA, a promessa de criação do curso de Agronomia não se concretizou, dando indícios de que a influência dos agrônomos no campo científico e político na Bahia, durante o recorte trabalhado por nós, não se fazia aplicar. Entendemos que este fato merece ser melhor investigado, portanto, está contenda nos tomaria um tempo maior, extrapolando assim, nosso tempo cronológico para a finalização deste estudo. Mas, está em curso um estudo de doutoramento do historiador Nilton de Almeida Araújo, que poderá responder parcialmente a questão

¹⁷⁶ Sobre os objetivos e “fins da instituição” ver na página 45 deste capítulo.

¹⁷⁷ Regimento Interno da Escola Polytechnica da Bahia. Salvador: Livreiros Editores, 1920, p. 5.

levantada por nós, ou seja, a situação do campo agrônomo na Bahia Republicana e a eventual perda do “capital político” por parte dos agrônomos formados pela EAB.

A Escola Politécnica da Bahia, fundada no dia 4 de março de 1897, tendo realizado a primeira reunião ordinária da congregação e aos 14 dias do mesmo mês e instalando-se em solenidade realizada na sede da Secretária de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA), foi presenciada por vários representantes políticos e personalidades ligadas à sociedade civil. Após um ano, a instituição se tornou oficialmente escola livre de ensino superior, igualando-se às instituições federais congêneres, pelo Decreto 2803 de 09/05/1898.¹⁷⁸

Os fatores que levaram à iniciativa da criação da escola são variados de acordo com a escassa historiografia dedicada ao tema. Segundo Pedro Telles, a imigração – estrangeira –, provocada pelo contexto da modernização da mão-de-obra, a expansão da cafeicultura; gerando a necessidades de recursos, e a implantação do regime republicano, causando a descentralização político-administrativa, foram fatores determinantes para a criação de novas escolas superiores, e principalmente a de formação de engenheiros no país, incluindo na Bahia.¹⁷⁹

Respondendo, contudo a essa prerrogativa, Lima Rocha, Freire Jr e Ribeiro Filho, argumentam que fatores como a imigração e a expansão cafeeira não seriam determinantes para o nascimento da EPBA, mas, compartilham da hipótese da descentralização política como um fator decisivo para a criação da instituição.¹⁸⁰

Já Cid Teixeira, argumenta a decadência econômica das frações ligadas a produção açucareira do Recôncavo como fator motivador para a criação da escola, e, também a necessidade de formar técnicos especializados para ocupar cargos na administração pública, já que, as faculdades de Medicina (FAMED) e de Direito (FLDB) não respondiam mais para as demandas específicas. Teixeira¹⁸¹ chama a atenção para o fato de somente indivíduos com a formação de engenheiros poderiam

¹⁷⁸ BARBOSA, Emiliano. Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: historia e perfil institucional 1897 1920*. In: XXV Simpósio Nacional de História-Anpuh, 2009, Fortaleza. XXV Simpósio Nacional de História-História e Ética. Fortaleza : Fortaleza:Editora, 2009. v. I. p. 303-303

¹⁷⁹ TELLES, Pedro da Silva. Centenário do ensino da engenharia no Brasil. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, IV. São Paulo Annablume, Nova Stella, 1993, pp. 300-307.

¹⁸⁰ ROCHA, João Augusto de Lima, JÚNIOR, Olival Freire, FILHO, Aurino Ribeiro. *Escola Politécnica da Bahia, um século de existência*. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, V, Ouro Preto, 1995. Anais. São Paulo: SBHC, 1998, pp. 328-331.

¹⁸¹ TEIXEIRA, Cid. Conferência Pública: Sessão especial comemorativa do 75º aniversário da morte de Arlindo Fragoso, fundador da Escola politécnica da Bahia. Salvador, Reitoria da UFBA, 05/01/2001.

ingressar em cargos específicos na administração do estado ¹⁸². André Mattedi, assim como Teixeira, também compartilha da idéia e das razões de criação da EPBA estarem associadas às necessidades de ocupação de novos cargos públicos com a chegada do regime republicano, com o argumento da estratégia de fortalecimento econômico do estado, bem como àquela de garantir esse mercado profissional para os filhos das frações dominantes, cujas condições financeiras já não eram as mesmas. ¹⁸³

Para João Augusto de Lima Rocha, o conflito de Canudos contribuiu para a concepção de uma escola formadora de engenheiros, principalmente geógrafos. A necessidade de conhecer as particularidades do relevo do sertão baiano, para reprimir e sufocar o movimento liderado por Antônio Conselheiro foi decisiva para o processo de criação da EPBA com o apoio irrestrito do governador Luiz Viana. No entanto, achamos que essa hipótese carece de comprovação empírica mais definida. ¹⁸⁴

Entendemos, no entanto, que o motivo principal desencadeador para criação da EPBA está para além dos fatores abordados pela historiografia até então, na qual podemos identificar certos exageros e apontamentos no mínimo inusitados como: a criação da entidade estar associada à Guerra de Canudos, à imigração e o desenvolvimento do cultivo da café. No entanto, concordamos em parte com o argumento de Teixeira e Mattedi, quando enfatizam a necessidade de formação de técnicos especializados – engenheiros – para ocupação de cargos públicos.

Em uma prévia análise do corpo documental da escola, ao identificarmos parte do corpo de discente, após as primeiras turmas graduadas ¹⁸⁵, notamos que, de fato, há uma demanda por ocupação de cargos públicos, seja em nível estadual e centro regional, seja em nível nacional. Alguns de seus membros até se tornaram grandes nomes da política nacional, como Otávio Mangabeira, que após se graduar engenheiro, tornou-se docente da mesma instituição, deputado estadual, federal, diplomata, ministro e governador da Bahia nas décadas seguintes. ¹⁸⁶ Outra personagem a se ligar na trajetória inicial da escola é Miguel Calmon du Pin e Almeida, membro de uma das mais poderosas e tradicionais famílias baianas, no qual, além de docente da instituição, foi

¹⁸² Sobre as específicas e tradicionais profissões e a crescente demanda por profissionais engenheiros, ver o capítulo I deste estudo.

¹⁸³ DIAS, André Luís Mattedi. Op. Cit. pp. 40-61.

¹⁸⁴ ROCHA, J. A. A criação da Escola Politécnica da Bahia e a Guerra de Canudos. Salvador. Revista UNEB, Julho. 1997.

¹⁸⁵ Ao investigar a trajetória de alguns alunos, verificamos a grande continentes de ex-alunos ocupando cargo públicos, seja em áreas técnicas, ou mesmo cargos parlamentares e até cargos no executivo.

¹⁸⁶ PANG, Eul-Soo. Op. Cit.

Secretário de Agricultura da Bahia (1902-1906), sócio da sociedade Baiana de Agricultura (SBA), instituição confederada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e futuro Ministro da Agricultura (1922-1926).¹⁸⁷

No entanto, além de formar técnicos para ocupar cargos públicos, no qual a escola de fato, cumpre seu papel, entendemos que os verdadeiros fatores, que motivaram a criação da instituição de ensino, vieram de encontro a um novo projeto de visão de mundo, arquitetado paulatinamente por frações da classe ligadas por meio de suas agências vinculadas a sociedade civil. Esses agentes aparelhados em torno da EPBA, da Escola Agrícola da Bahia, apesar desta perder espaço no campo científico e político e Associação Comercial da Bahia dentre outras.

Sendo assim, esses agentes, que antes se encontravam no interior de seus aparelhos, vão passar à sociedade política e a partir daí tentar inscrever seus projetos no interior do aparelho estatal, numa tentativa de assim a perpetrá-lo como um consenso no interior das correlações de forças, entre as frações e a sociedade *stricto sensu*. Podemos citar como exemplo a Secretária de Agricultura da Bahia, uma agência pública criada por intermédio de um intelectual orgânico, que tinha como viés principal criar uma instituição de ensino com intuito de fazer desta instituição um aparelho privado de hegemonia, com o fim de trabalhar para a reprodução da fração em sintonia com seu projeto.

Mas como a Bahia passava por um período turbulento, onde vários projetos estão inscritos na arena de disputa, a consequência deste processo é que algumas frações tenham seus discursos suprimidos por outras frações, podendo ocorrer adesões de última hora ou até mesmo cooptação de um projeto por uma dada fração. Apesar de a escola ser criada e estabelecida, nos seus primeiros anos, a entidade passou por vários problemas de cunho financeiro e político, por efeito deste processo de crise. Logo, Arlindo Fragoso por ter sua formação intelectual na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e viver o início do processo de modernização da capital do Império, seria natural

¹⁸⁷ Informamos que Miguel Calmon, apesar de ter sido convidado por Arlindo Fragoso a ocupar um cargo de docente da Instituição em 1901, pouco frequentou sua cadeira na instituição, e menos ainda as reuniões da congregação da Escola e do Instituto. Após verificarmos sua presença nessas reuniões, constatamos que Calmon só compareceu a quinze assembleias da entidade, das quase duzentas investigadas, entre reuniões “ordinárias”, “diretoria” e “extraordinária”. Portanto, concluímos que o vínculo de Miguel Calmon com a EPBA não se fazia tão presente como algumas obras constatarem. Fato empírico desta frágil relação, nos diz respeito à crise que a entidade passou nos anos da administração de Severino Vieira, quando Miguel Calmon ocupava o cargo de Secretário de Agricultura (1902 – 1906) e nada se articulou para convencer o governador a não suspender as subvenções direcionadas a instituição. Outra constatação: não encontramos nenhum registro de exaltação nas Atas da EPBA e IPBA, e nem tão pouco homenagens a pessoa de Calmon em discursos, ou alguma colaboração junto a EPBA.

o jovem engenheiro Fragoso absorvesse todo aquele discurso implícito de um projeto de visão de mundo. Ao voltar para Bahia em 1886 o professor Arlindo e seus seguidores já partilhavam do mesmo projeto de visão de mundo, e a sua inserção no interior da fração da classe proprietária mais sintonizada ao projeto “civilizatório” e “progressista”, ou seja, o projeto “modernizador” já encontrava “eco” para suas reivindicações – como os artigos publicados pelo Jornal de Notícias -, quando ainda ocupava a cadeira de catedrático da EAB. Arlindo Fragoso ao não ter suas reivindicações atendidas – principal delas a da transferência da EAB para Salvador – optou por romper com as frações mais conservadoras. Percebendo o momento oportuno, conseguiu apoio das frações mais flexíveis a um novo projeto, mais ligado a progresso e a modernização.¹⁸⁸

O fácil transito pelas agências ligadas à sociedade civil e à sociedade política, bem como suas disputas e articulações políticas, deram impulso a Arlindo Fragoso agora ex-professor da EAB, articular e criar a Secretária de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA), e todo o seu aparato administrativo, tendo sido o seu primeiro Secretário, no governo Rodrigues Lima (1902 – 1906), nos primeiros anos da república. Não podemos deixar de destacar que a EPBA nasceu na sede da Secretária de Agricultura da Bahia. Esta informação afirma de como estes agentes talvez possam estar imbricados em um mesmo projeto de Estado.

Arlindo já ocupando SEAGRIBA, articulou com os seus seguidores o chamado grupo dos “*Politécnicos*” tinha em sua composição além de Fragoso: Austricliano Honório de Carvalho, José Antônio Costa, José Joaquim Rodrigues Saldanha e posteriormente Miguel Calmon Du Pin e Almeida, apesar de Calmon não ter uma ligação tão estreita junto à escola. Seus membros graduaram-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, e trabalharam efetivamente para a implantação da EPBA.

Por este fato, seria natural que Fragoso e seus companheiros, adotassem como referência pedagógica, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, como assim discursou em solenidade inaugural dizendo “fazendo ver as faltas de que se ressentia a Escola de Pernambuco e a confusão que se nota na de São Paulo. Propunha, por isso, que se adotasse o regime da Escola Politécnica do Rio de Janeiro”.¹⁸⁹

Entendemos que a hipótese de transferência do “habitus”, ou mais que isso, a transferência de “capital simbólico” da Escola Politécnica do Rio de Janeiro para a

¹⁸⁸ A fração que toma força neste momento; são as ligadas ao comércio, ou seja, comerciantes ligados a importação e exportação de produtos. Essas frações vão estar ligadas principalmente a Associação Comercial da Bahia.

¹⁸⁹ GUIMARÃES, Op. Cit. p. 10.

escola baiana, perpassa pelos seus fundadores e primeiros docentes, já que, vários destes membros assumiriam cadeiras acadêmicas na instituição de ensino. Analisando o discurso de Arlindo, percebemos que, ao optar pelo modelo da instituição carioca, os “politécnicos” trazem não só o lastro de capital acadêmicos/científico já prestigiado, mas, também a possibilidade de inserção junto ao funcionalismo especializado – pelo monopólio do uso legítimo do capital simbólico – legitimado pelo Estado e também a busca pelo monopólio da profissão “das engenharias” na Bahia em detrimento dos agrônomos da EAB.

Voltando a questão política, entendemos que seria imprudente constatar neste momento – os primeiros anos da era republicana na Bahia - uma definição no que se refere a um projeto de visão de mundo, para Bahia. Como já informamos em seções anteriores, a Bahia passou por uma penosa crise de hegemonia que só vai se amenizar com a vitória de J. J Seabra para o governo estadual. Nos anos finais do Império, as correlações de forças entre algumas frações já apontavam para o surgimento de uma crise de hegemonia. Após a chegada da República essas tendências se concretizam, ocorrendo neste momento histórico, a inscrição de variados projetos no “jogo” das disputas, pelas frações da classe em contenda.

Portanto, com a criação de vários Partidos Políticos, cada qual representando uma fração ou várias frações, ao mesmo tempo em que essas agremiações são criadas, elas são amortizadas, outras agremiações já nascem divididas como ocorreu com PRB. Logo, essas frações tinham seus discursos desenvolvidos em suas agências representativas na sociedade civil, ocorrem também casos cooptação de discurso de uma liderança política já comprometida com um dado projeto, por meio de um intelectual orgânico, como ocorreu de certa maneira com J. J Seabra. Apesar da fase de dificuldades a EPBA, a partir de 1912 vai se tornar um dos principais braços do domínio “seabrista”, ora na questão técnica/gerencial, onde, alguns de seus integrantes ocuparam vários cargos de confiança na administração do estado, Arlindo é o principal deles; ora na questão política, principalmente no que tange na reprodução da fração no poder e o uso da EPBA.

3. Corpo Discente: perfil e procedência

Com o intuito de “desvendar”, traduzir e melhor configurar o perfil da EPBA, buscamos entender as características do corpo discente desta instituição ou dito de outra maneira, quanto à sua identidade própria enquanto uma escola formadora de engenheiros – civis e agrimensores – no Estado da Bahia. Para tanto, elegemos como corpo documental privilegiado as “Pastas do Alunato” da instituição entre 1897 – 1920. Entendemos que estas fontes sejam fundamentais para esta pesquisa, tendo sido pesquisadas junto ao “Arquivo Morto” da atual Escola Politécnica que hoje é um Instituto da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Estas pastas nos dão conta de cerca de 530 estudantes para o período investigado, revelando resultados bastante expressivos e específicos. Normalmente estas “Pastas” contêm “ficha descritiva do estudante”, assim como alguns dados de sua trajetória escolar, caracterizando-se, no entanto, por ser um material tão “rico” como “irregular”, além de precário estágio de conservação.

Nas “Pastas” encontramos ainda, por vezes, boletins escolares, recibos de pagamento de taxas, havendo um documento extremamente importante para nossos propósitos iniciais: a “certidão de nascimento”, este documento nos permite identificar a origem dos estudantes bem como a profissão paterna.¹⁹⁰ É possível também nos deparar com registros de transferência, que são bastante frequentes durante o período de 1900 a 1912 na EPBA.¹⁹¹ Estes dados foram sistematizados e serão comentados a seguir.

Apesar dessas limitações, elaboramos os **Gráficos II, III e IV**, no qual, nos permite identificar a procedência desses graduandos, dando visibilidade a uma das mais importantes peculiaridades da EPBA: o fato de tratar-se de uma instituição de forte caráter regional e, com forte diversidade na procedência de seus estudantes. As

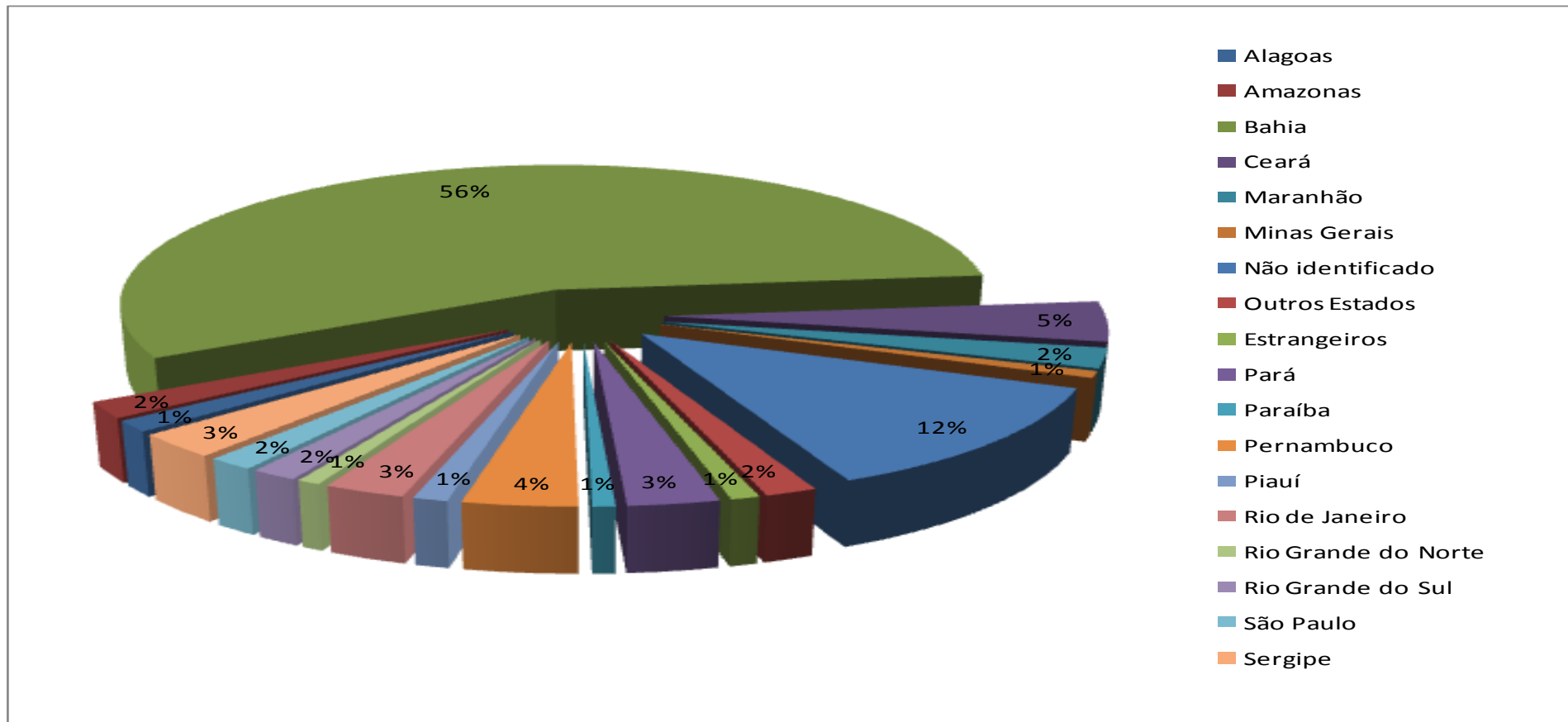
¹⁹⁰ Os dados da profissão paterna não constam em todas as **certidões** verificadas por nós, além de serem encontradas várias Pastas de Alunos sem qualquer outra identificação que não o nome e históricos de notas, sem mesmo qualquer informação de procedência regional.

¹⁹¹ Quanto aos registros de transferência identificados, quase em sua totalidade se diz respeito a transferência de militares. Pelas características da carreira militar, esses agentes muitas vezes passam por várias regiões durante suas carreiras, e quando transferidos muitos ainda estão cursando suas graduações. No caso da Bahia esses militares ao serem alocados para a “praça” de Salvador, os cadetes acabavam se matriculando na EPBA. Primeiro pela histórica ligação que a engenharia possui junto aos militares; segundo pela EPBA ser a única instituição a formar engenheiros na Bahia; terceiro, não podemos deixar de lembrar que, pelo grande problema de crise hegemônica que assolava a Bahia, quase sempre quanto estourava um conflito mais sério, sempre havia a convocação de contingentes militares para a tentativa de amenizar e manter a ordem na capital baiana.

informações quantificadas, nos deixa claro quanto à outra peculiaridade da escola baiana; formar os filhos das frações, ligadas ao comércio e profissionais liberais, ou seja, educar as frações médias urbanas soteropolitanas. Obviamente durante a triagem da documentação das “Pastas”, percebemos que a instituição bonificava alguns alunos de baixa renda, com bolsas de estudo e isenção de taxas diversas, entretanto, tal prática, bastante difundida em instituições congêneres¹⁹², não revelou na prática, uma medida de democratização do ensino, no tocante, de uma abertura significativa aos estratos sócio-econômicos mais baixos da sociedade baiana.

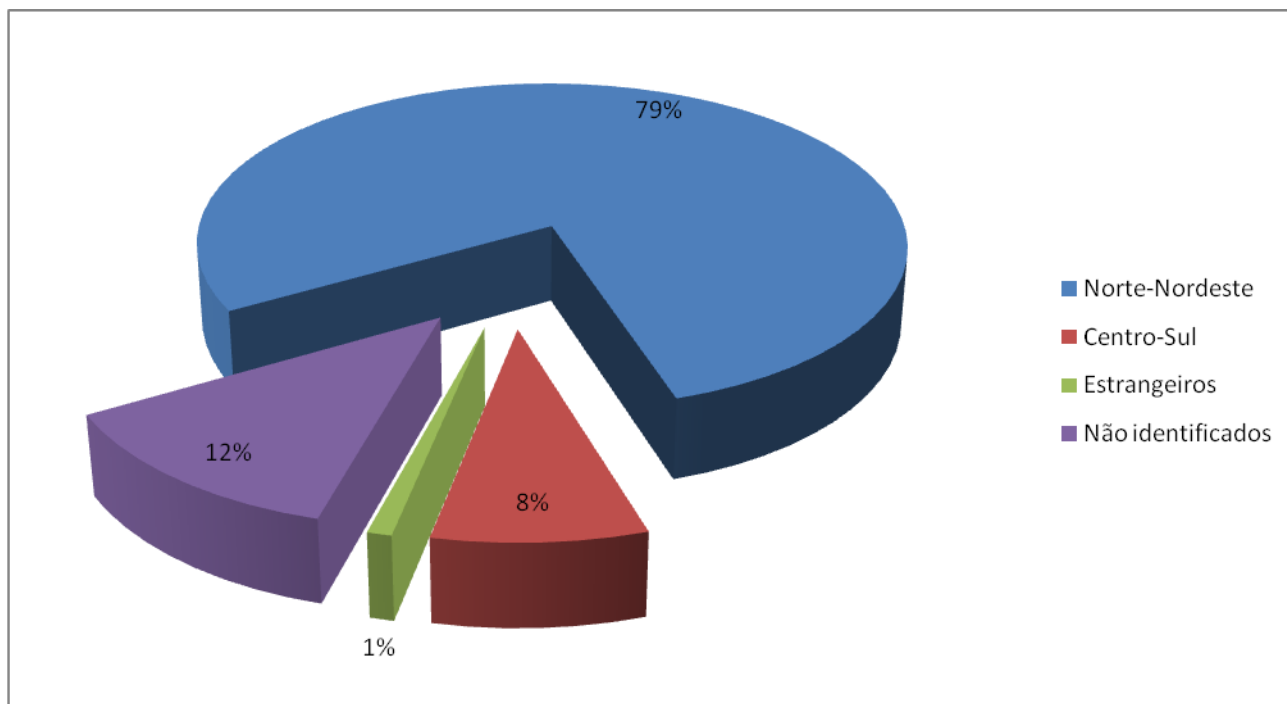
¹⁹² Sobre as políticas de concessão de “bolsas” para alunos de baixa renda, ver: Mendonça, 1998, Op. Cit.

Gráfico II: Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Estados da Federação 1897 – 1920



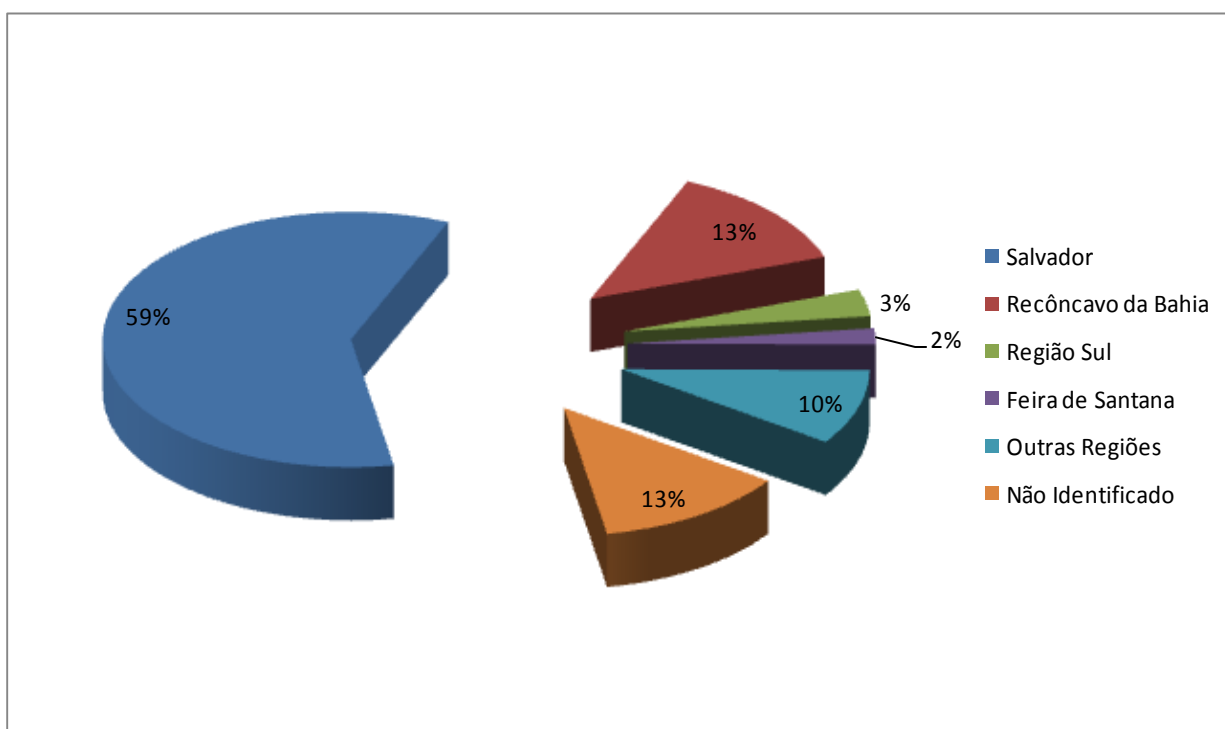
Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920.

Gráfico III: Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Regiões da Federação – 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920.

Gráfico IV: Origem dos Estudantes Matriculados na EPBA por Centros Regionais na Bahia 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920.

O primeiro dado que salta aos olhos da observação do **Gráfico II, III e IV** é a preponderância de baianos e soteropolitanos na composição do corpo discente na Escola Politécnica. No entanto, à proporção com que esta característica se verificou, podemos dizer que a instituição baiana foi uma escola de forte cunho estadual (com 56% do total dos alunos), como nos mostra o **Gráfico II**, e mais especificamente uma escola que trabalhou para formar os soteropolitanos (com 59%), indicado no **Gráfico IV**.

Mesmo assim, percebemos uma relevante porcentagem de contingente advindo de outros estados, totalizado em 33%. Sendo que dentro desses 33%, 22% são provindos dos estados do Norte-Nordeste, exceto a Bahia, como indica o **Gráfico III**. O destaque significativo fica para a presença de cearenses 5%, pernambucanos 4% e 3% de sergipanos e paraenses, respectivamente. Ainda observando o **Gráfico III**, podemos perceber que a região Centro-Sul¹⁹³ agrega o percentual de 8% dos graduandos, sendo 3% para Rio de Janeiro e 2% São Paulo. O restante dos estados é representado com percentuais de 1%.

A conclusão do **Gráfico II** nos indica que apesar da mínima diversidade regional, e ter em seus bancos uma presença maciça de alunos advindos da região Norte-Nordeste nos confirma a tendência de uma instituição de ensino “regionalizada”.¹⁹⁴

Ao analisarmos os dados do **Gráfico III**, que traz informações da procedência dos alunos “baianos” *stricto sensu*, percebemos de forma imediata a presença do grande contingente de Salvador; logo em seguida aparecem as cidades localizadas no recôncavo, e por fim o restante do estado em proporções mínimas, o que mostra pouca capilaridade da escola em outras regiões do estado, principalmente a região sul da Bahia, que em porcentagem representa apenas 2% de diplomados sendo que nenhum vindo da cidade de Itabuna, a principal cidade produtora de cacau da Bahia à época.

Este dado nos chama a atenção, pois a ausência dos filhos dos produtores de cacau, pode estar associada à preferência pela formação nos grandes centro como Rio de Janeiro e São Paulo. Lembramos que a região cacauzeira ao longo da República Velha se tornará a região mais importante economicamente do estado baiano em detrimento da

¹⁹³ Por questões didáticas nomeamos a Região Centro-Sul para agregar os estados do Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

¹⁹⁴ Mesmo como a participação de alunos de outras regiões do país, o padrão verificado na EPBA, é a presença maior de nordestinos. Isto pelo fato da Escola estar localizada em uma centro-regional do norte-nordeste, o estado que mais ocupou cadeiras na EPBA, fora do eixo norte-nordeste foi o Rio de Janeiro. Mesmo assim estes alunos vindos da capital federal em sua grande maioria apresentavam vínculo com o Exército.

região açucareira no Recôncavo. Sobre essa particularidade, teríamos que investigar melhor, para chegarmos a uma resposta mais consistente sobre a questão.

Ainda sobre os dados da Bahia, gostaríamos de voltar e confirmar algumas hipóteses levantadas nas seções anteriores. Primeiro vem no encontro da ascendência das frações médio-urbanas, fruto do processo das correlações de forças dentro da crise de hegemonia, a qual, a Bahia passava. Os dados também nos deixam a impressão da decadência das velhas frações tradicionais da região açucareira, mesmo sendo a segunda maior região a frequentar a escola 13%, entendemos que por sua importância, o contingente de alunos vindos das cidades do recôncavo da Bahia se revelou pela pouca presença na escola de engenheiros. Como no caso da região sul da Bahia, os dados revelados sobre a antiga região produtora de cana-de-açúcar, tem que ser melhor defrontado, pelo fato que grande parte dos filhos dos antigos produtores de cana, estão neste momento alocados na cidade do Salvador, outro indício são os sobrenomes de velhas famílias tradicionais ligadas ao plantio da cana, ocupando os bancos da EPBA. Mas entendemos que mesmo por essas mudanças de localização dos filhos dessas famílias, há uma perda de prestígio por parte desses antigos proprietários.

Para entender melhor mostraremos a seguir os **Gráficos V e VI**, onde mostraremos a procedência dos pais dos alunos, que em sua grande maioria são profissões ligadas à vida urbana, – médicos, pequenos comerciantes, farmacêuticos, dentre outras - isso mostra uma tendência de mudança no meio social.

Outra hipótese que levantamos e que pode-se confirmar parcialmente, com a quantificação dos dados do contingente baiano, nos diz respeito a afirmação do historiador Cid Teixeira.¹⁹⁵ Quando ao afirmar que um dos possíveis fatores de criação da EPBA, diz respeito à decadência econômica das frações açucareiras baianas ao final do século XIX, cujos filhos – com residência em Salvador - com a necessidade de uma formação superior adequada para ocupar os “cargos públicos” disponíveis, mas que, em muitos casos, não podiam mais ser enviados às escolas e faculdades dos grandes centros ou até mesmo da Europa, por causa da decadência financeira de suas famílias. As faculdades já existentes, de Medicina “FAMED” e de Direito “FLDB”, respondiam parcialmente a essa demanda, mas, como Teixeira destacou, a formação de profissionais para a ocupação de certos cargos técnicos especializados somente poderia ser atendida com a fundação de uma escola formadora de engenheiros. Mas claro que a criação da

¹⁹⁵ TEIXEIRA, Cid. Op. Cit.

EPBA, não está só atrelada a essa hipótese, como já colocamos nos tópicos anteriores, a criação da escola está atrelada a um conjunto de fatores, dentre eles, a levantada por Cid Teixeira. Entendemos que a ocupação dos bancos da escola pelos filhos das velhas frações conservadoras nos soa como uma estratégia de sobrevivência, já que várias delas se encontravam em grande declínio econômico, restando apenas o prestígio do nome para tentar pela via da formação superior um novo recomeço.¹⁹⁶

Outro aspecto revelado diz respeito à presença de estrangeiros na EPBA, vale notar que a participação de alunos estrangeiros, perfaz um total de apenas 1% do total quantificado, ou seja, apenas cinco alunos Diplomados pela EPBA, no período investigado.¹⁹⁷

No tocante à origem socioeconômica do corpo discente da Escola Politécnica da Bahia, podemos dizer que se apresenta de forma bastante eclética. Do total que conseguimos quantificar somando os 530 alunos, só codificamos o total de 177 alunos, com esta informação, o que em porcentagem representa apenas 33% dos estudantes.

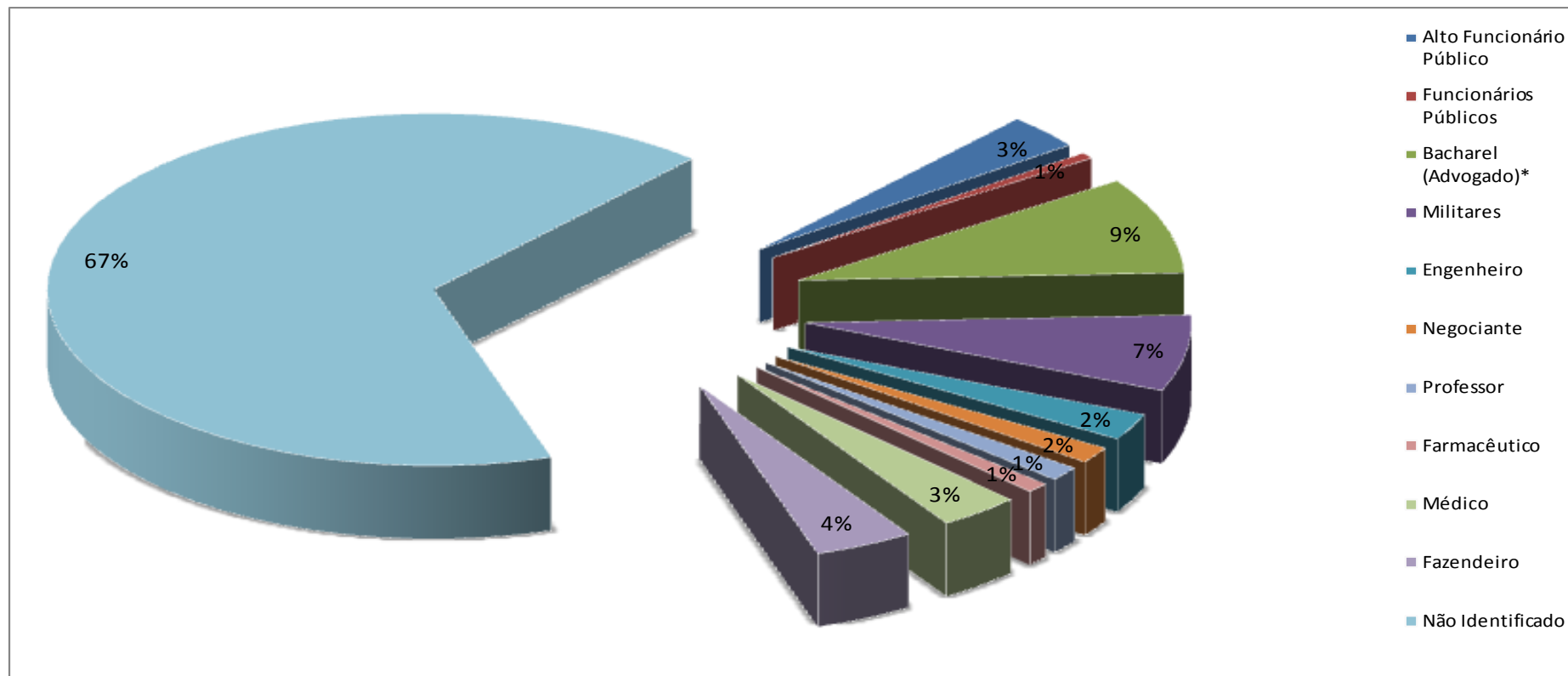
A despeito de contar com 67% de elementos cuja profissão paterna não foi identificada, creio que os 33% codificados, seja uma amostragem bastante significativa do perfil do alunato da EPBA. Entendemos que a instituição foi, de fato, uma escola voltada, para a produção e reprodução social das frações urbanas soteropolitanas e de setores tradicionais, muito embora decadentes das frações agrárias do recôncavo, imbuídos de um novo projeto de visão de mundo, já que as principais profissões informadas estão ligadas a atividades urbanas, que já encontravam representatividade por meio de suas agências específicas.¹⁹⁸ Pelo fato de grande parte das Pastas não trazer os dados referente à atividade econômica do pai, resolvemos elaborar dois gráficos: O **Gráfico V**, que traz o total quantificado e noutro, o **Gráfico VI**, trazendo as informações do contingente com os dados informados.

¹⁹⁶ Informamos que o estudo do sociólogo Sérgio Miceli é pioneiro no tocante a usar a metodologia de “Bourdieu” para traçar a trajetórias individuais. Portanto Miceli por meio do método de Bourdieu procurou fazer algumas trajetórias de agentes das frações médias urbanas. Entendemos que esse método enriqueceria nosso estudo, aplicando principalmente a alguns agentes vindos da região do recôncavo. Lembramos que Miceli foi um dos precursores dos estudos de Bourdieu no Brasil. Cf. MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clinica dos anatolianos*. São Paulo:Ed Perspectiva, 1977, p.18-19.

¹⁹⁷ No que diz respeito à nacionalidade desses alunos temos: dois franceses, dois ingleses e um português. Quanto as informações da profissão do pai temos: dois diplomatas, dois comerciantes e um profissional liberal.

¹⁹⁸ Dentre algumas agências, podemos citar: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, Associação Comercial da Bahia – ACBA, dentre outros. Lembramos que essas agências de acordo com a historiografia baiana aderiram ao projeto “modernizador” e “civilizatória” que foi implementado de fato com o governo J. J Seabra.

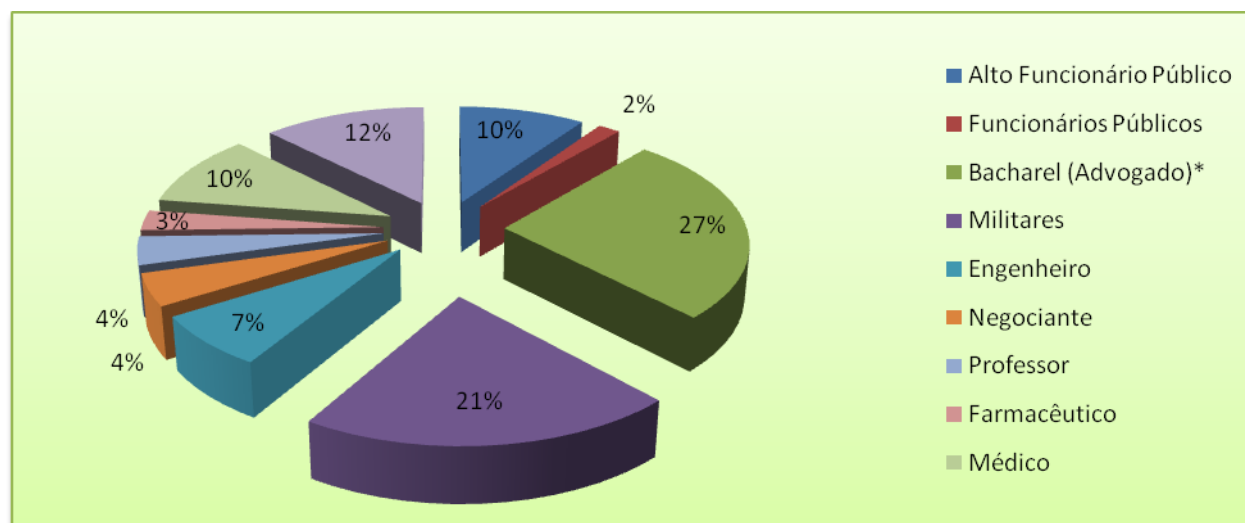
Gráfico V: Origem Social dos Pais EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920.

*Quanto ao grupo de alunos de pais bacharéis, consideramos serem filhos de advogados, já que, nos termos da época seria comum designar a formação jurídica como bacharelismo.

Gráfico VI: Profissão dos Pais EPBA – 1897 - 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

*Quanto ao grupo de alunos de pais bacharéis, consideramos serem filhos de advogados, já que, nos termos da época seria comum designar a formação jurídica como bacharelismo.

Procuramos pontuar nesta amostragem categorias “típicas”, em sua grande maioria, tais como as de negociantes, fazendeiros, militares, bacharéis e funcionários públicos¹⁹⁹. Dessa feita, os agentes foram agrupados em novas categorias para que se apresentasse um quadro mais próximo do possível do seu “meio social”. Sendo assim, resolvemos agregar às tradicionais categorias as formações de: médico, farmacêutico, professor e engenheiro em vez de usar uma categoria muito usual por outros estudos similares, a categoria de “profissional liberal”. Observamos também, que todas essas categorias eram ligadas ao meio urbano.

Podemos ver que a origem socioeconômica do corpo discente da escola é marcada por uma ligeira diversidade. Mas ao quantificar esses dados, nos chamou a atenção os 21 % de filhos de militares e 27% filhos de bacharéis, totalizando quase a metade do alunato quantificado. Por este dado já da para apontar a quem a EPBA esteve atendendo neste momento histórico, esse grupo formado, em maior parte especialmente, por filhos de militares e bacharéis são, portanto, vinculados aos extratos médios urbanos em expansão. Contudo, ao investigar melhor esse quantitativo percebemos que dentro deste universo de “militares”, percebemos que tenham também agentes pertencentes a “Marinha”, mas em número bem reduzido. Logo, fica uma pergunta dúvida? Porque a

¹⁹⁹Consideramos também pelo grau de importância e prestígio a categoria de “Altos funcionários públicos”, que traduzindo são os Desembargadores, Conselheiros, Comendadores e Diplomatas.

presença de tantos filhos de militares na instituição? Ao analisar a historiografia, chegamos a algumas possíveis respostas. Primeiro como já explicitamos, a Bahia passava por um período tortuoso de conflitos, no que tange a disputas políticas - processo dentro do contexto da crise de hegemonia -, isso levou a necessidade da presença constante de militares na cidade do Salvador, o quer dizer que alguns desses oficiais tinham direito a trazer suas famílias, quando o oficial pertencia a “alta oficialidade” como encontramos e catalogamos: “Generais” e “Coronéis”. Segundo; diz-nos respeito de casos de oficiais que já se encontravam reformados e optaram por residir em Salvador.²⁰⁰

O grupo com o maior percentual, a categoria dos “bacharéis/ advogados” totalizando 27%, nos leva a refletir sobre uma tendência de mudanças na sociedade baiana neste momento.²⁰¹ O fato de advogados terem seus filhos ocupando os bancos de uma escola de engenharia, nos leva a um momento de inflexão, pois ,via de regra, nesses casos os filhos seguiam a carreira do pai. O mesmo caso ocorre com os filhos dos (diplomatas, conselheiros, magistrados e desembargadores) que por questões didáticas categorizamos como “altos funcionários públicos”, aparecem com 10% do contingente analisado.

Entendemos que a opção pela engenharia, por parte dos filhos desses profissionais - que pertenciam a uma fração mais abastada - em detrimento das tradicionais formações jurídica, vem de encontro a duas questões: uma como já exemplificamos, tem haver com a demanda de ocupação de cargos públicos, a segunda hipótese temos que investigar melhor, mas poder ter relação com uma conquista de “capital simbólico” por parte dos engenheiros.

Os filhos dos fazendeiros também marcam presença nesta lista com 12%, e sua maioria advinda das regiões açucareiras. Os filhos de médicos 10%, engenheiros 7%, negociantes 4%, professores 4%, farmacêuticos 3% e funcionários públicos 2%. Sendo assim, se somarmos os percentuais acima citados, chega-se a um total de 30% de alunos filhos do que se pode com certeza chamar de setores médios urbanos, se agregarmos as categorias “militares” e “bacharéis” este percentual sobe para 78%, sendo esta a mais importante característica do corpo discente da EPBA que, em todo o período estudado,

²⁰⁰ Constatamos esta informação pelo fato de que em algumas certidões há dados referente a data de nascimento do pai, e em alguns casos, dados que o pai já se encontrava reformado, não estando mais na ativa dentro da corporação.

²⁰¹ Referimos na “sociedade baiana” por considerar que a EPBA é de fato uma instituição que trabalhou para formar os baianos, como vimos no Gráfico I “56%”. O restante está diluído principalmente nos estados do norte-nordeste, mas nunca passando de 10% para cada estado.

não pode ser qualificada como uma escola voltada para a reprodução das velhas frações da classe dominante, como ocorreu da na EAB.

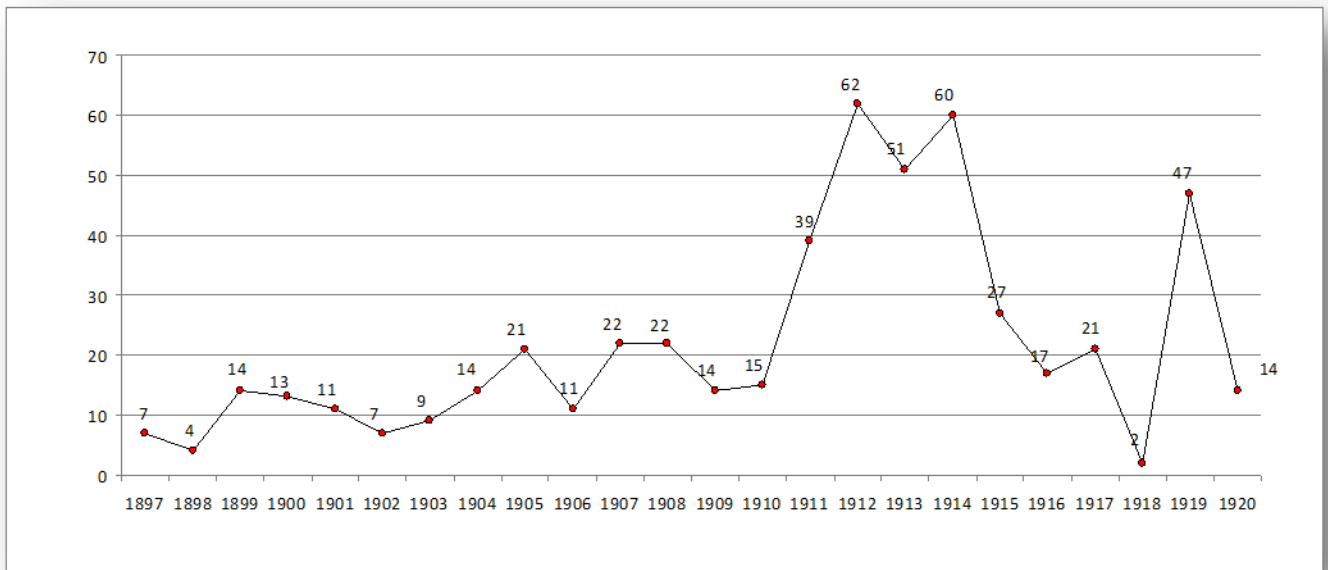
Logo, a Escola Politécnica da Bahia, foi um estabelecimento de ensino voltado para filhos das camadas médias urbanas do norte-nordeste, mas principalmente da capital baiana, constituindo-se, num instrumento potencial de ascensão social pela via do diploma para aqueles que se diplomavam. Outro aspecto de não pouca relevância no tocante à composição tão diversificada do alunato da EPBA e que explica o alto grau de inserção de filhos de profissionais de menor prestígio sócio-econômico junto a seus diplomados é o fato de ter sempre existido, junto à Escola baiana, alguns anos após sua criação, a figura do aluno bolsista,²⁰² apesar de poucos, mas que totalizando chega aproximadamente a 5%.

Portanto, após a análise destes gráficos, podemos dizer que através a EPBA é uma escola que tem como legado formar as frações médias urbanas, dentro da ideologia do projeto “modernizador” e “civilizatório”, como já expomos nas seções anteriores.

A partir da próxima amostragem, colocaremos o momento, no qual, a Escola Politécnica se afirma como uma instituição formadora de nível superior da Bahia, principalmente quando as correlações de forças se acalmaram com a chegada de J. J Seabra ao poder. Podemos dizer que os dados a serem expostos nos **Gráfico VII e VIII**, são os números para nossas comprovações empíricas, em relação à política na Bahia, neste momento histórico.

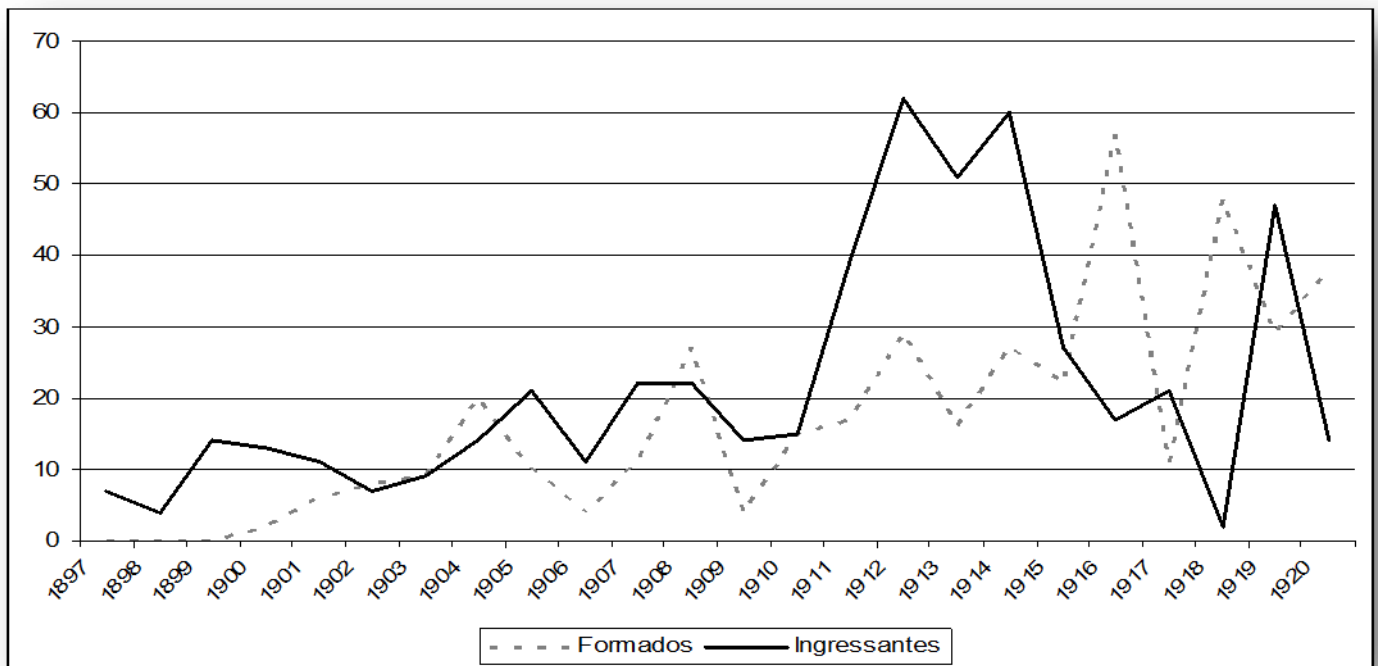
²⁰² Constatamos durante a triagem das “Pastas do Alunos”, haver pedidos de isenção de taxas de matrículas e taxas e variadas natureza. Não havia um auxílio mensal, mas sim isenções de taxas que a todo início de ano seria obrigatório. Entendemos que ao beneficiar alguns alunos com a isenção dessas taxas, caracteriza uma forma de subsídios estudantil, ou seja, uma bolsa auxílio. Normalmente esta era uma contrapartida das instituições de ensino que recebiam subsídios.

Gráfico VII: Número de Alunos Matriculados ou Ingressantes na EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

Gráfico VIII: Número de estudantes ‘concluintes’ versus número de estudantes ‘ingressantes’ EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

Como se pôde perceber ao longo das seções anteriores, uma das mais marcantes características da Escola Politécnica da Bahia foi a sua dependência do poder público, ao ponto de ser-lhe imposta, momentos de dificuldades, sendo o pior deles no período de Severino Vieira. Onde o governador por entender que Arlindo Fragoso, o principal dirigente da escola, ser ligado politicamente a Luiz Viana, decretou o corte total de subvenções para a entidade, levando a mesma a quase fechar suas portas. Podemos constatar este período, ao observarmos no **Gráfico VII e VIII**, os anos de 1900 a 1904 quando Severino Vieira iniciou a escalada de cortes das subvenções da escola. Esse momento fica claro nos gráficos quando observamos o número de matriculados na instituição. Ao chegar o ano de 1902, esses números chegam ao ser menor valor no período de nosso estudo, verificamos então o ápice deste momento de crise, quando as suas subvenções são cortadas de forma sumária e total, após o governador alegar problemas na prestação de contas por parte da direção do IPBA.

Lembramos que é neste momento, como já citamos nas seções anteriores, que Arlindo Fragoso assume a docência de 9 disciplinas, assegurando assim as portas da escola abertas, mesmo que de maneira precária. Arlindo contrariando a decisão de alguns membros da congregação do IPBA, que por falta de pagamento aos docentes e funcionários, referendava pelo fechamento da instituição. Sobre a decisão da congregação do IPBA;

(...) o Conselho Administrativo do Instituto, sob a presidência de Maia, que disse: **“para a continuação ou não da Escola”**. Freire faria uma longa exposição, afirmando que uma comissão fôra pedir ao Governo do Estado uma resposta sôbre o pagamento das subvenções em atraso, num total de 182:000\$000, segundo o parecer de Maia, ou de 212:000\$000, na opinião de Arlindo, tendo-se em vista os créditos não votados.

Freire propunha o fechamento da Escola, caso o Estado não satisfizesse os pagamentos. **Arlindo foi contrário a essa proposta, declarando que a Escola funcionaria (...), independentemente da atitude do Governo Estadual**, o que foi aprovado. Freire pediu demissão de sócio do INSTITUTO e de lente da ESCOLA, caráter irrevogável.”²⁰³ (grifos nossos)

No entanto, Fragoso assumiu todas as responsabilidades perante as disciplinas a serem ministradas. Informamos que Miguel Calmon du Pin e Almeida já se encontrava

²⁰³ GUIMARÃES, Op. Cit. P. 43.

nos quadros da escola, e neste momento de crise ocupava a cadeira de Secretário de Agricultura da Bahia (SEAGRIBA), e nada argumentou ou reivindicou junto ao governador para a volta das subvenções a entidade, mostrando a sua tênue ligação com a EPBA.

No período posterior a Severino Vieira, as subvenções retornam gradativamente – com José Marcelino - aos cofres da escola, e podemos observar nos **Gráficos VII e VIII** que o número de matrículas voltam a crescer, junto com os formandos. No entanto, mais um período de crise se sucede, e os anos de 1906 e 1907 levam a instituição a mais um período de crise. Agora o processo de crise é desencadeado por dificuldades econômicas do estado e posteriormente mais um problema de crise política, nas articulações para a sucessão de José Marcelino.

Nos anos seguintes, a EPBA mesmo sem ter grandes conquistas, consegue se manter instável de 1909 a 1912. Durante esses anos, Seabra inicia sua estratégia de aproximação da entidade, e se tornar um dos maiores beneméritos da instituição, quando em então deputado conseguiu aprovar em 1909 a primeira subvenção federal para a Escola, de 50:000\$000 anuais. Mas podemos dizer que a EPBA só conquista seu sonhado respeito e prestígio junto à sociedade civil e sociedade política, quando J. J. Seabra (1912-1916) ocupa o cargo de governador, e escolhe de imediato Arlindo Coelho Fragoso para o cargo de Secretária Geral do Estado.

Os **Gráficos VII e VIII** mostram de forma clara a ascendência da entidade, marcando o aumento de demanda por matrículas e o acréscimo de Diplomados. Destacamos que como Secretário Geral, Arlindo Fragoso articulou decisivamente para a aprovação de leis que iriam beneficiar ainda mais a EPBA. Os anos da administração seabrista garantiram à instituição a aquisição de uma nova sede, permitindo a ampliação das instalações da escola e, conseqüentemente, a contratação de mais docentes e abertura de novas turmas, potencializando de imediato o número de ingressantes. Ao observarmos os **Gráficos VII e VIII**, esta informação é clara. Outro personagem que se tornou grande benemérito da instituição, foi Octávio Mangabeira; ex-aluno diplomado em 1905, professor catedrático da instituição, a partir de 1907, como Deputado Federal, também garantiu sucessivas subvenções a entidade por meio de emendas orçamentárias da União. O que ajudou ainda mais na estabilização da escola de engenheiros.

No período do Governador Antônio Moniz (1916 1920), a escola não passou por nenhuma turbulência, mesmo porque, o próprio governador ocupava uma cátedra na

escola. No entanto, nos chamam a atenção os dados dos anos de 1917 e 1918. No tocante, a queda drástica de matrículas e formaturas. São intrigantes estes números, pois a EPBA neste momento não passava por nenhuma crise com relação a finanças, mas, ao buscarmos alguma justificativa na historiografia baiana sobre o período estudado, para compreender uma queda tão acentuada, constatamos alguns fatos que pode nos ajudar a explicar essa possível queda.

Durante a administração de Antônio Moniz, período que a literatura considera sob a influência do seabrismo, ocorreu um grande movimento sob o comando das velhas frações proprietárias do interior do estado. Esse movimento nomeado pela literatura especializada como a “Revolução Sertaneja” se caracterizou pela revolta das velhas frações proprietárias do interior e contra o próprio estado. Liderado pelo chefe local da região de Lavras Diamantina, Horácio de Matos, esses agentes lutaram contra o poder central da capital baiana, pela volta de antigos privilégios extintos pela reforma constitucional conduzida por J. J Seabra. Esse movimento revoltoso, em conjunto com um processo de várias greves do movimento operário da cidade do Salvador, associado ao período da Primeira Grande Guerra, pode estar como justificativa para o decréscimo das matrículas e formaturas durante esses dois anos. Mas, entendemos que essas hipóteses tem que ser melhor analisados.²⁰⁴

Podemos dizer que a codificação desses dados, nos leva a prova empírica do que já colocamos nas seções anteriores. Que o período seabrista para a escola se traduz em estabilidade e crescimento, e podemos dizer que de fato neste momento a entidade consolida o projeto de visão de mundo, no qual, J. J Seabra está ligado.

Vários destes agentes que de alguma forma contribuíram em benefício da EPBA, como já pontuamos, se encontram inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas. Seabra ao iniciar seu legado político, traz consigo uma percepção de mundo visão de mundo, e trabalha para a propagação deste ideário por meio de seus agentes, que também são representantes de aparelhos privados, que estão imbuídos do mesmo projeto. Podemos destacar dentro desta lógica o professor Arlindo Fragoso e Otávio Mangabeira. Mangabeira que anos mais tarde ocupou o cargo de governador, implantando o mesmo tipo de projeto, praticado por J. J Seabra. Isso já nos dá outra linha a ser investigada; questão do “habitus” da escola. Faremos algumas ponderações sobre esta questão no próximo capítulo deste estudo.

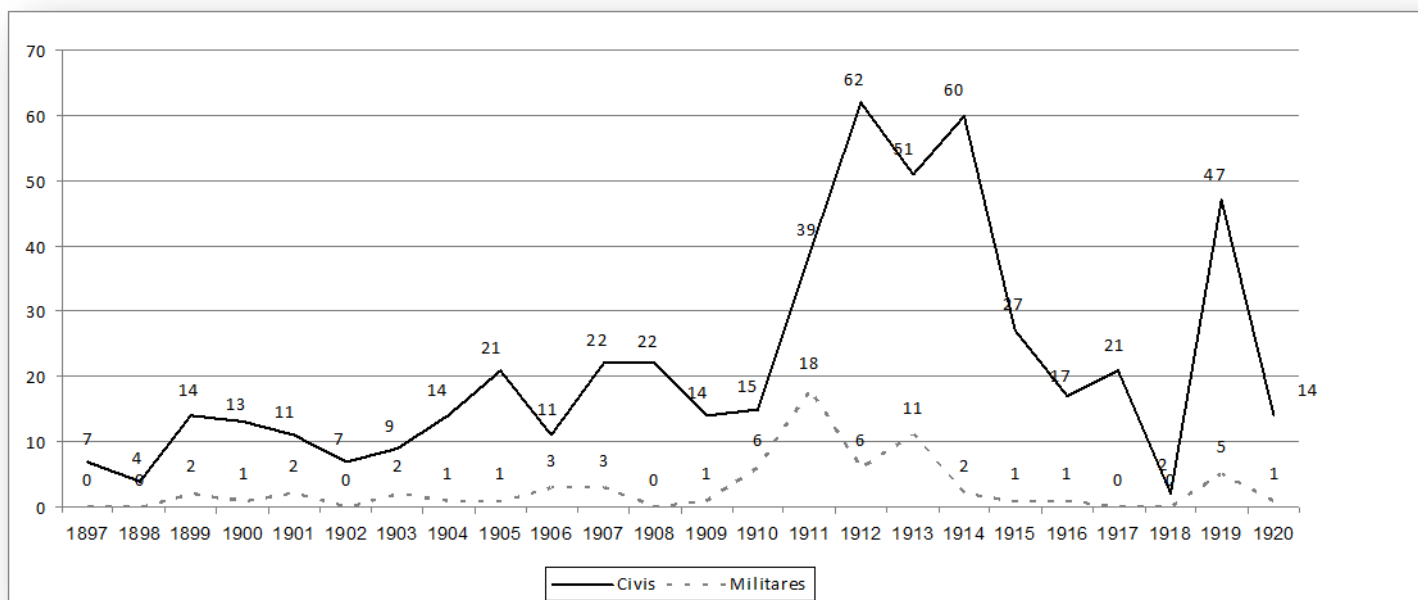
²⁰⁴ PANG, Op. Cit. , Sampaio, Op. Cit.

Sendo assim, o Estado investido como protagonista, em conjunto com a política, configurando a ação prática, adquire neste momento poderes de “carta magna”, dando organicidade às transformações sociais, amalgamando também à “cultura” como sua principal ferramenta de ação.

Logo, mais do que nunca “Saber e Poder” se engendram promovendo a configuração de um corpo de agentes habilitados a ocupar as posições de poder burocrático. Neste instante, podemos justificar que esta confrontação se justifica na prática, passando a EPBA ser um instrumento dentro deste processo de reconfiguração da sociedade baiana. Complementando, justo pelo fato que ela melhor se presta, sobretudo levando-se em conta seu papel de “escola padrão” na formação de quadros técnicos especializados, para ocupar parte dos cargos nas agências públicas, o que desencadeia também a ascensão das frações médias urbanas de Salvador, como já mostramos nos **Gráficos IV e VI**.

Outro dado que destacamos na quantificação das informações, diz respeito à presença constante nos bancos da escola, de cadetes do exército até os anos de 1910/13. Para defrontarmos esses dados organizamos o **Gráfico IX**.

Gráfico IX: Matrículas de Estudantes “Civis” e “Militares” na EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

O que fica claro nestes dados, é que o ápice da presença destes militares na escola, é quando as correlações nas disputas política saem do controle, havendo assim a necessidade constante da presença militar na capital baiana. Podemos perceber que esse período se passa nos anos de 1910 a 1913, período de maior turbulência potencializada com a renúncia do governador Araújo Pinho, exacerbando ainda mais as disputas pelo poder na capital baiana. Diante deste quadro, um contingente razoável de militares tinha que se fazer presente na capital, e muitos desses militares eram jovens cadetes em formação, no entanto, para não interromper o seu processo de formação intelectual, e a proximidade histórica que a engenharia tenha com formação militar, fica claro então, a presença desses cadetes na entidade baiana. Essa hipótese se justifica, ainda mais, pelo fato da maioria esmagadora desses oficiais não finalizarem a graduação na EPBA, ficando, via de regras, no máximo um ano ou dois, e logo se transferiam para outras instituições. Ao pesquisar alguns periódicos da época, encontramos vários indícios do crescente contingente de militares da capital baiana. Como informou o periódico “A Gazeta do Povo” do dia 23 de março de 1911, da presença do General J. J Rego na capital baiana, com o argumento de “estudar os canhões existentes do Forte São Marcelo”²⁰⁵ considerando até então imprestáveis. O periódico também informava a chegada de um grande batalhão de 700 homens em “Scout” a um “cruzador torpedo”.

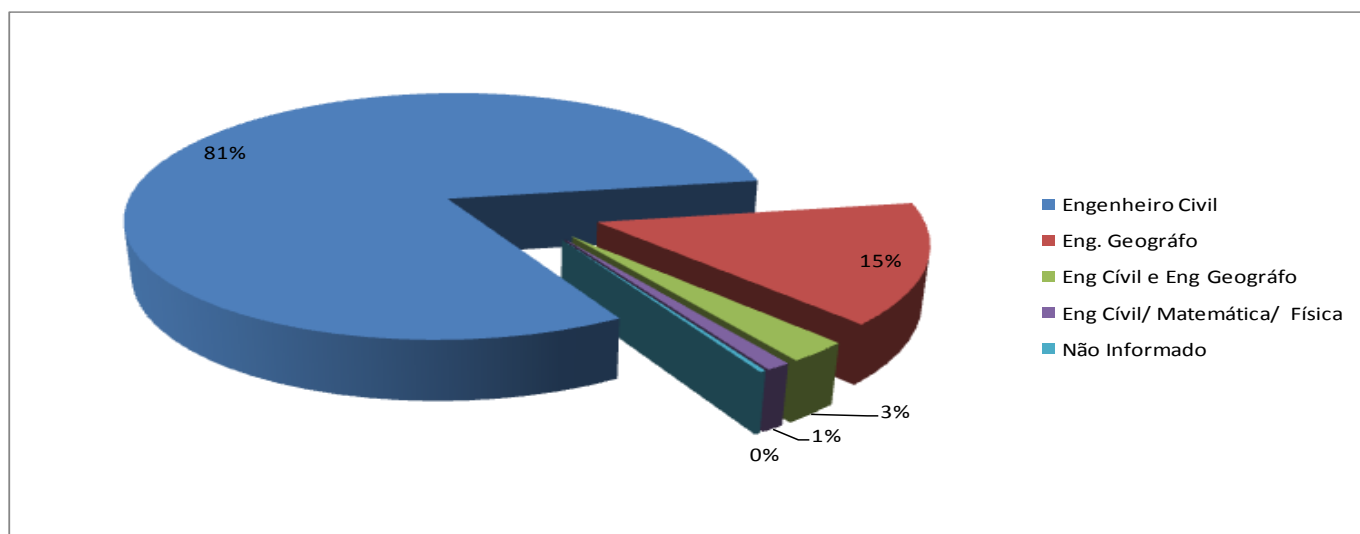
Diante dessas informações fica claro que a presença dos militares nos bancos da escola se justificava pelo período de conflitos, na qual, Salvador se encontrava. Com a chegada de Seabra a cadeira de governador, os ânimos se acalmam e, conseqüentemente, a presença militar na EPBA praticamente desaparece, só se acentuando quando um outro conflito eclode na Bahia, em meados de 1919, como já comentamos, o conflito protagonizado pelas velhas frações chefiado pelo “Coronel Horácio de Matos”.²⁰⁶

Na tentativa de refletir e analisar sobre as demandas por cada curso na instituição e o percentual de desistência, elaboramos os **Gráficos X e XI**.

²⁰⁵ A Gazeta do Povo de 23 de março de 1911.

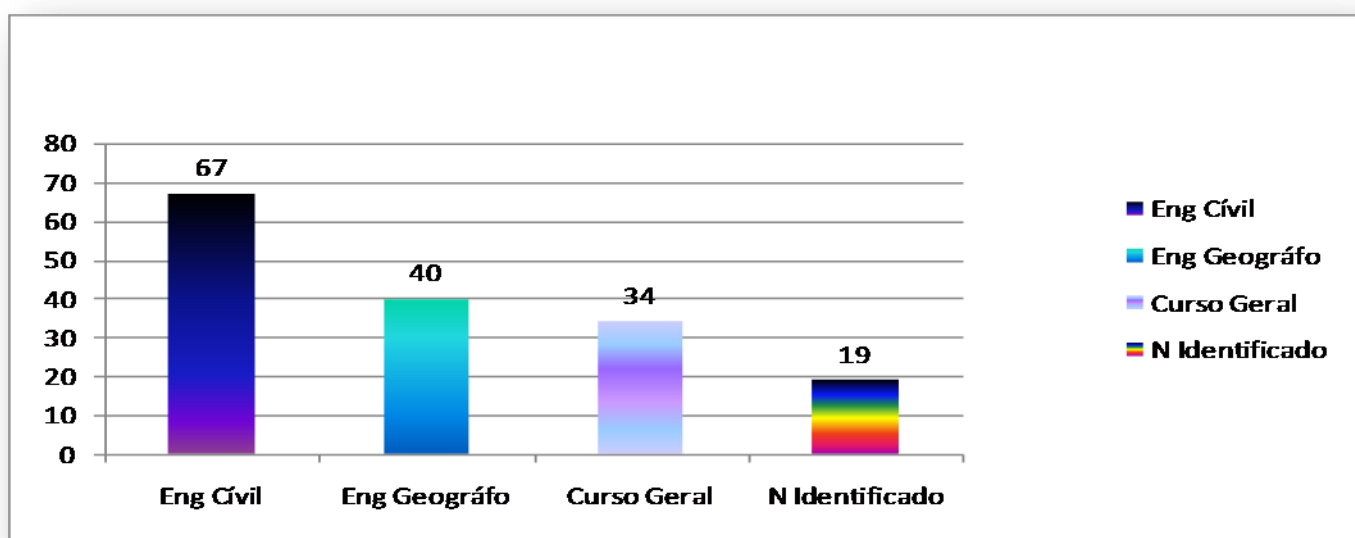
²⁰⁶ PANG, Op. Cit. Capítulo V.

Gráfico X: Estudantes formados pela EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

Gráfico XI: Taxa de Desistência por Curso EPBA 1897 – 1920



Fonte: Pastas dos alunos da EPBA 1897 – 1920

Ao analisarmos os 530 alunos que passaram pela Escola Politécnica ao longo período estudado, percebemos com clareza, que a grande de demanda foi pelo curso de engenharia civil, como se pode perceber no **Gráfico X**. Ao interpretarmos esta informação, percebemos que está procura, vem de encontro a duas hipóteses já levantadas por nos, e com a codificação dados, estas questões só fazem se confirmar.

São elas: primeira, vem no tocante a proposta levantada pelo historiador baiano Cid Teixeira, que afirma que os verdadeiros motivos de criação da escola vêm de encontro à formação de mão-de-obra especializada para a ocupação de cargos públicos, neste caso, a formação em engenharia civil seria imprescindível. Principalmente depois da reforma urbana orquestrada por J. J Seabra a partir de 1912. No entanto, concordamos em parte com o argumento de Teixeira, como já explicitamos, em seções anteriores.

A segunda hipótese, vem se confirmar pela grande demanda por engenheiro fora dos limites do estado da Bahia, chamamos atenção que o país neste momento passava por uma grande demanda por obras pública, principalmente no tocante a construção de ferrovia e modernização de Portos, nas regiões centro-sul.²⁰⁷

Quanto aos dados de engenheiros geógrafos ou agrimensores, percebemos que a procura por esta formação é bem diminuta em relação à engenharia civil, outro dado, é que o tempo de formação para esta carreira também é menor, enquanto a engenharia civil tem período de formação de cinco anos, para os aspirantes a geógrafos são necessários de três anos para se graduar. Uma particularidade que nos chamou a atenção, quanto ao perfil do candidato à formação em agrimensura; se diz no tocante ao quesito de sua origem social, onde percebemos que os futuros engenheiros geógrafos em sua grande maioria tinham suas origens ligadas as velhas frações da região açucareira. Encontramos filhos de famílias com sobrenomes bem tradicionais. No entanto, ao fazer a trajetória de alguns deles, percebemos que esses agentes ao se formarem irão de fato ocupar cargos públicos com a chancela do estado. Confirmando mais uma vez, a tese de Teixeira. Mas entendemos que essa hipótese precisa ser melhor analisada para chegarmos a um consenso.

Embora o funcionamento de algumas graduações em engenharia - civil, de minas, industrial, mecânica e agrônômica²⁰⁸ - estivessem previstos nos estatutos do IPBA, aos quais antecederia um curso geral comum a todos os alunos ingressantes. Contanto, como já mostramos no **Gráfico X**, somente quantificamos graduandos com formação de engenharia civil e geográfica, pelo menos no período investigado por nós. No entanto, também foram atribuídos títulos de bacharel em ciências físicas e matemáticas; de doutor em ciências físicas e matemáticas; ou doutor em ciências físicas e naturais, embora essas concessões não estivessem referidas no estatuto e não encontramos vestígios nas atas sobre como esses títulos eram obtidos, ou sobre as teses

²⁰⁷ Cf. Marinho, Op. Cit

²⁰⁸ Cf. Instituto Polytechnico da Bahia. Estatutos, p. 22.

ou trabalhos produzidos com esta finalidade específica, como se mencionou, por exemplo, às teses defendidas por circunstância dos concursos para docente catedrático ou livre-docente. Mas, como podemos observar no **Gráfico X**, os alunos graduados nesta peculiaridade tem um percentual mínimo de 1%.

Ao analisar uma das informações do **Gráfico XI** que nos traz o quantitativo de alunos que passavam apenas dois anos nos bancos da escola, a fase chamada de “curso geral”²⁰⁹. Esta fase é marcada com disciplinas introdutória a engenharia, mas fundamental para a sequência do curso. Percebemos que maiorias dos alunos que frequentaram esta fase do curso eram militares, que já comentamos, ficavam na escola durante um ano ou dois no máximo e se transferiam para outras instituições, mas claro que há casos de abandono, ao chegar no primeiro ou no segundo ano caracterizado pelo curso geral. Mas esses percentuais são mínimos.

Encontramos casos também de alunos que conseguiram se formar em duas carreiras, como exemplo, os que conquistavam o diploma de engenheiro geógrafo e anos depois retornou, e cursou mais dois anos na escola e, adquiria o diploma de engenheiro civil. Mas podemos perceber que no universo de 530 alunos, apenas 3% conseguiram êxito nesta dupla formação.

Outro caso de dupla formação, são os que conseguiram se formar em engenharia civil e, com o complemento de mais algumas disciplinas e uma defesa de tese, esses alunos conseguiam o diploma de matemático e física/e ou ciências, como se dizia na época. Informamos que o 1% que saíram com essa dupla formação se tornaram professores da escola tempos depois.

Sobre o **Gráfico XI**, o podemos afirmar, é que pelo contingente de alunos analisados, as porcentagens de desistência se perpassam por números relativamente pequenos, mas, não podemos considerar esses percentuais exatos, pois grande parte dos alunos que foram incluídos na categoria de desistentes, na verdade podem ter ocorrido transferências. Constatamos essa confusão ao checar algumas “pastas” de alguns docentes. Por questões didáticas e entendendo que estes dados não interferem nas análises dos outros gráficos, resolvemos quantificar esse contingente de acordo com os “históricos” apresentados nas “pastas”. Essa confusão se apresenta justo pelo fato da

²⁰⁹ As disciplinas que compunha o “curso Geral” são: Primeiro ano: 1ª Cadeira de Calculo, 2ª Cadeira Geometria Descritiva, 3ª Cadeira Física, 4ª Cadeira de Desenho e 5ª Cadeira de Exercícios Práticos. Segundo ano; 1ª cadeira de Topografia, 2ª cadeira de Mecânica Racional, 3ª Cadeira de Química, 4ª Cadeira de Desenho, 5ª Cadeira de Exercícios Práticos de Topografia. Fonte: Pastas dos Alunos.

presença dos militares. No entanto, entendemos que os dados deste último gráfico, tenham que ser melhor diluídos e trabalhados em uma análise mais consistente.

Portanto, após analisarmos os dez gráficos mostrados, possamos de fato sustentar nas principais hipóteses do estudo apresentado, claro, que esgotar as possibilidades de análises neste momento seria uma atitude equivocada. Mas, entendemos que nas próximas seções possamos complementar as informações levantadas até o momento.

4. Corpo Docente: perfil e procedência social

Na tentativa de reconstituir o perfil do professorado da EPBA, suas lutas, sua origem social e projetos²¹⁰ se consistiram numa tarefa nada fácil, devido à escassez de pastas individuais, fontes institucionais e registro que nos dificultaram bastante.

Nossa investigação junto ao arquivo da escola de engenheiros da Bahia, não nos possibilitou localizar em livros de Protocolo, nem no arquivo morto da atual Universidade Federal da Bahia, os processos relativos aos docentes da escola. Tampouco encontramos uma fonte específica, ou alguma notícia com foco sobre algum membro do corpo docente nas duas primeiras décadas de existência da Escola. Apenas pequenos registros em atas de congregação, periódicos de época e trabalhos acadêmicos com abordagens em outros contextos²¹¹.

Tratamos, então, de cruzar informações das mais variadas origens, de modo a resgatar alguns aspectos do professorado da EPBA, informações que vieram tanto do arquivo morto da instituição (EPBA/UFBA), onde localizamos uma listagem geral de docentes da escola, sem qualquer discriminação, exceto seu ano de ingresso na carreira docente junto à instituição. Essas informações basicamente consistiram no ponto de partida para nossas observações.

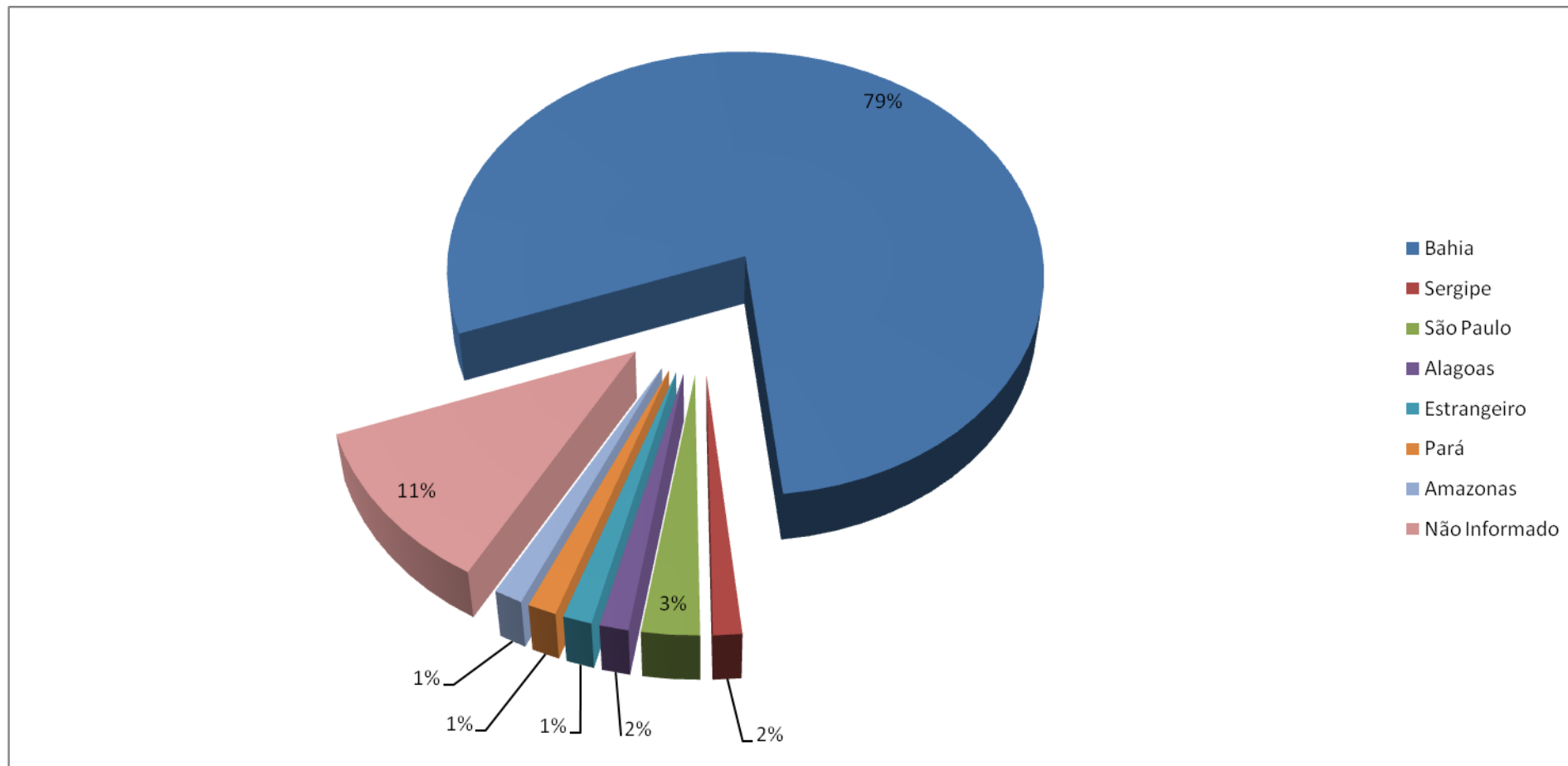
De posse desses dados, quantificamos e elaboramos uma listagem de total de 71 docentes; colhemos dados junto aos Programas de Disciplinas – onde discrimina-se, em alguns casos, seus catedráticos e assistentes. Após, complementamos, comparamos e cruzamos as informações junto as atas de congregação da Escola, onde, via de regra, se

²¹⁰ Cf. Capítulo 3.

²¹¹ Encontramos algumas teses e dissertações que nos trouxeram algumas informações sobre vários membros que pertenciam ao corpo de docentes da EPBA. No entanto esses trabalhos acadêmicos tinham como foco de investigação outras questões, como por exemplo, projetos de urbanização para a capital baiana, o projeto de modernização para a Bahia, projetos políticos para Bahia. Sobre esses trabalhos discutiremos no capítulo 3 deste estudo.

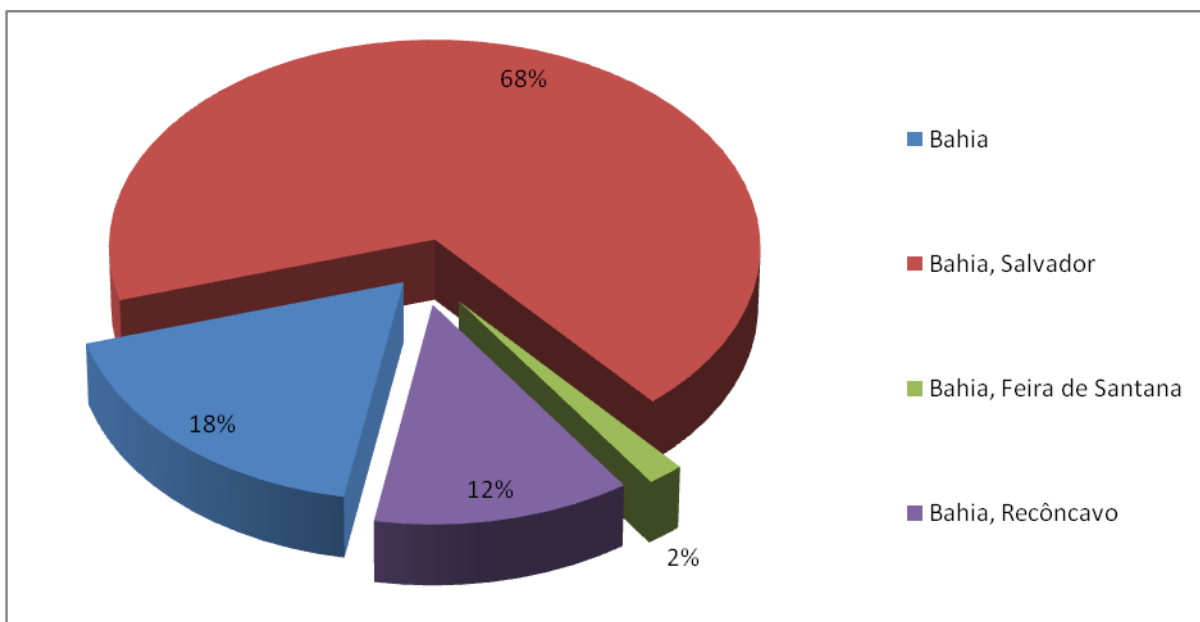
encontrava pequenos textos biográficos de alguns docentes. Ainda nas atas de congregação deparamos com outras informações sobre variados docentes, e sua inserção junto ao corpo de professorado da Escola; dentre outros expedientes. Mesmo havendo a escassez de informações, elaboramos o **Gráfico XII, XIII e XIV**; que diz respeito à procedência regional do corpo docente da Escola.

Gráfico XII: Origem dos docentes da EPBA por Estados da Federação 1897 – 1920



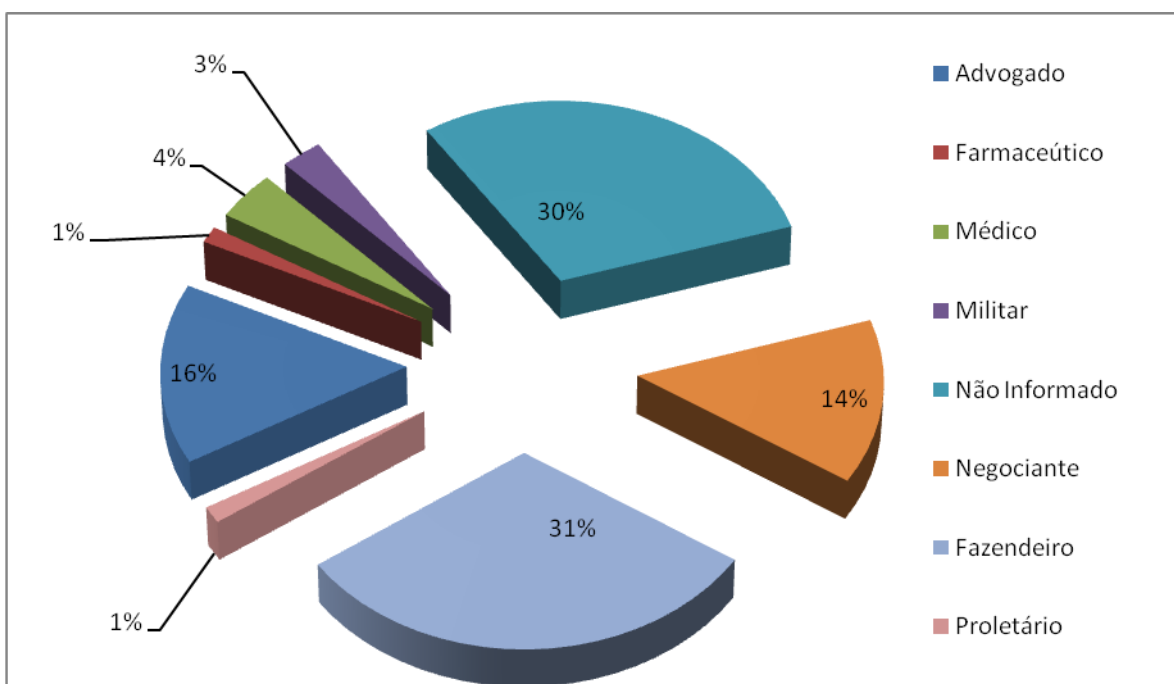
FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

Gráfico XIII: Procedência dos docentes da EPBA por Salvador e Bahia “Outras Regiões” – 1897 - 1920



FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

Gráfico XIV: Procedência social do Pai – 1897 - 1920



FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

O primeiro aspecto que salta aos olhos no tocante à origem regional dos professores observados do **Gráfico XII** é o quantitativo de professores advindos do próprio estado da Bahia 79%, sendo que este dado também é verificado com relação ao corpo discente, reforçando mais uma vez seu caráter de cunho regional. Contudo, se considerarmos os 11%, onde as informações não foram extraídas, esse percentual pode ser ainda maior. Diante da qualificação destes dados, podemos dizer que a EPBA é uma instituição legitimamente baiana, e especificamente soteropolitana, já que o **Gráfico XIII** nos mostra que 68% desses agentes são nascidos na capital baiana.

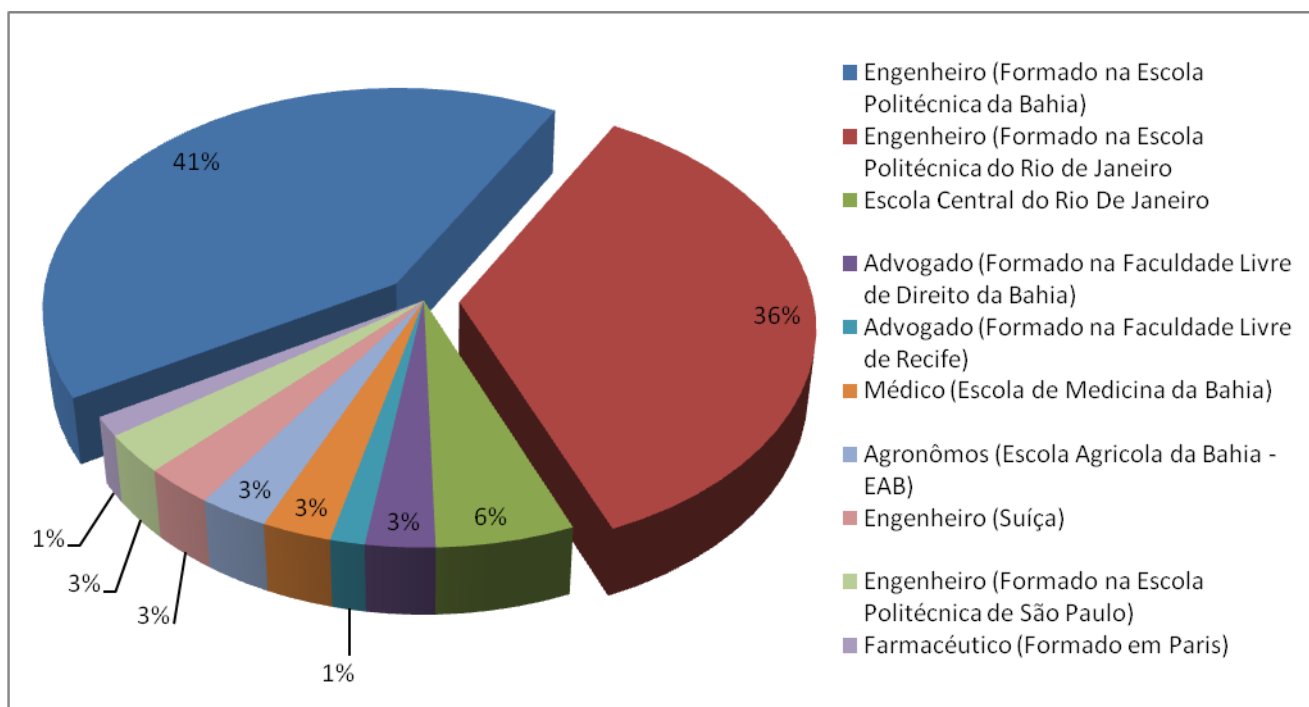
Ainda referente ao **Gráfico XII**, este nos mostra que cerca de 11% de professores cujos dados não foram localizados em nenhum dos *corpi* documentais percorridos, mesmo entendendo tratar-se de uma amostragem significativa, porém, que esse percentual não altera nossos parâmetros de análise, na medida em que para os restantes 89% do corpo docente, contamos com informações precisas e seguras, quantificada de variadas fontes.

O que se evidencia a partir do **Gráfico XIV** é o caráter diversificado e mais “aberto” no que tange a origem social dos docentes da Escola da Bahia, ainda que 31% dos professores fossem ligados à grande propriedade, tal grandeza não é daquelas que podemos chamar de característica para uma instituição voltada à reprodução das velhas frações da classe dominante, como ocorreu da na EAB. Podemos, no entanto, reafirmar como foi evidenciado no tópico anterior, que as informações sobre o corpo docente da EPBA confirmam a tendência de um estabelecimento de ensino voltado para filhos das camadas médio-urbanas do norte-nordeste, - como mostramos nas análises do alunado - mas principalmente para a Salvador.

Outro aspecto de não menos relevância no tocante à composição diversificada do professorado da EPBA, vem apenas ratificar uma tendência já sinalizada na análise dos discentes na seção anterior, confirmando esta maior abertura da Escola, tanto junto ao alunato, quanto junto ao professorado, pautando assim, uma de suas mais marcantes características durante o período estudado.

Mostraremos no **Gráfico XV**, que vários destes docentes são ex-alunos da mesma instituição, evidenciando sua característica endógena e, confirmando uma tendência metodológica; a da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Gráfico XV: Procedência da formação do corpo docente da EPBA - 1897 - 1920



FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

O primeiro dado revelado pelo **Gráfico XV**; é o alto índice de endogenia na reprodução do corpo docente, característica, marcante logo após a diplomação das primeiras turmas. Chamamos a atenção que, além da configuração mostrada nos Gráficos, deve-se buscar uma visão do estrutural, ou seja, do conjunto todo do corpo docente da EPBA, que pode ser materializada a partir dos **Gráficos XII, XIII, XIV e XV**.

Para tanto, o primeiro aspecto a ser observado nos dados dos **Gráficos**, é o caráter endógeno da reprodução do professorado da instituição; como já apontamos. Na grande maioria, 41% dos docentes da escola baiana são formados de ex-alunos. Para além dessa informação, é igualmente claro que deste quantitativo de ex-alunos, 39% são filhos das frações médios urbanas, sobretudo nascidos na capital baiana.

Sendo assim, consideramos a possibilidade de estar lidando com uma instituição de ensino ligada ao aparato estatal, mesmo a escola sendo de caráter privado, como já tratamos, vários de seus ex-alunos e docentes chegaram e ocuparam variados cargos no

campo do poder na sociedade política.²¹² No entanto, Bourdieu nos diz que as escolas superiores consideradas de “grande porta” edificadas numa posição de maior proximidade com os principais núcleos sentenciários e/ou decisórios do poder, elaboram dispositivos para reunir e recrutar seu professorado, levando em conta, sobretudo os princípios de cooptação, ainda que este ganhe variadas formas²¹³. Logo, isso explica a inclusão de concursos para o cargo de docente para a EPBA, a partir do ano de 1917. Destacamos a importância quanto a este aspecto, onde se estabelece na ação dos docentes encarregados,

“de alguma maneira, pelo recrutamento, trabalharem para defender a constância social do corpo docente, operando uma série de substituições funcionais, destinadas a impedir a “degradação” do “corpo”, ou seja, a impedir o que segundo o sociólogo francês chama de “efeitos disruptivos”.²¹⁴

Portanto, podemos dizer que o aparato composto pelo ensino superior tende a predisposição de garantir sua reprodução produzindo o professorado dotados de características escolares e sociais cada vez mais constantes e homogêneas, visando reproduzir um dado habitus.

A EPBA parece ter-se adaptado e encontrado perfeitamente os critérios apontados na hora de selecionar seus pretendentes ao cargo de docente na instituição. Ainda na primeira década de sua existência, a seleção do professorado se fazia por meio de nomeação, no entanto, mesmo após a reforma de 1917, onde, o ingresso passou a ser via concurso, os mesmos critérios continuaram a ser mantidos, quando verificamos a severidade das regras que passaram a vigorar nos concursos seletivos. Contudo, as regras eram bastante rígidas, e claramente corporativistas. Como diz o Regimento Interno aprovado em 1917;

Art. 24 – Para o concurso ao jogar lugar de substituto de professor cathedrático ou professor de trabalhos gráphicos, será exigido o diploma de engenheiro pela Escola Polytechnica da Bahia ou Rio de Janeiro, ou outra nacional congênere equiparada, ou por escola equivalente estrangeira.²¹⁵

²¹² Discutiremos melhor no Capítulo 3 deste estudo que vários dos ex-alunos e docentes ocuparam os principais cargos do executivo estadual e municipal ao final dos anos vinte e por todos os anos trinta.

²¹³ BOURDIEU, Pierre & SAINT-MARTIN, M. “Agrégação et Ségrégation: le champ des grandes écoles ET le champ du pouvoir”. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Paris, 69: 2 - 50, sep., 1987.

²¹⁴ MENDONÇA, Sônia Regina de. Agronomia e poder no Brasil. Ed Vício de Leitura, 1998, pp. 101-102.

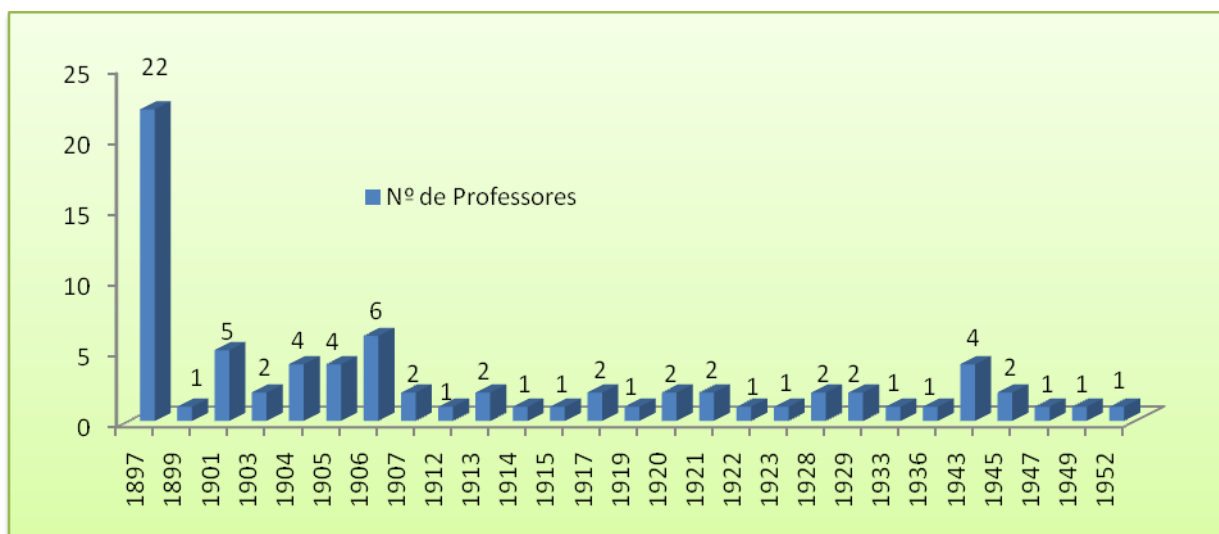
²¹⁵ Regimento Interno da Escola Polytechnica da Bahia. Livreiros Editor, 1920, p. 15.

Verificamos nas atas da congregação da instituição, algumas discussões sobre processos seletivos que, via de regra, ao final sempre acabaria beneficiando a “prata da casa”, ou então algum agente com ligações estreitas com o corpo docente, ou ainda com ligações junto ao poder público. Citando um caso, quando ainda a seleção se fazia por meio de nomeação, temos um caso típico de ligação corporativa e política; quando Miguel Calmon foi nomeado para o cargo de catedrático da EPBA em 1901, para a cadeira de “Geometria Analítica” e não chegou a ministrar por inteiro a regência do curso. Portanto, por seus vínculos de amizade junto à cúpula que gerenciava a instituição – Arlindo Fragoso dentre outros – e por terem sido contemporâneo de graduação, já que a maioria esmagadora se graduou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro; pesou aí, os critérios por nós discutidos. Lembramos que o critério para nomeação de Miguel Calmon perpassa conjuntamente pelo ganho de “capital político” para a instituição, já que, para sobreviver durante suas primeiras décadas, a Escola baiana sempre necessitou da benevolência do poder estatal. Então, nomear Miguel Calmon, Antônio Muniz dentre outros seria uma forma de estar no seio do poder.

Mesmo assim, mostraremos no **Gráfico XVI**, o período compreendido entre os anos de 1897 a 1917 quando vigorou o ingresso via nomeação, – maior parte do corpo docente, 51 professores foram nomeados durante esse período – quando confrontado com as contratações pós 1917, quando o caminho para a entrada na instituição passou a ser via concurso, totalizando 24 contratações docentes até 1952²¹⁶. Diante desta constatação o quadro de ex-alunos no pós 1920, se postergou como um tipo de “reserva natural” ou podemos chamar “prata da casa” para convocar e continuar a se reproduzir o corpo docente da instituição formadora de engenheiros.

²¹⁶ Apesar de o nosso estudo balizar o período 1896 – 1920, consideramos o ingresso de professores até 1952, por julgar que todos os ingressantes nos anos subsequentes são de ex-alunos graduados até 1920. Ex: Há ex-alunos formados em 1920 que só ingressam na EPBA em 1952. Por esse fato optamos por informar os ingressantes até 1952. Vários outros agentes, em sua maioria ex-alunos, ingressaram no corpo docente da escola pós 1920, mas, suas diplomações ocorreram nos anos vinte, período fora de nosso recorte cronológico. Portanto, optamos por não quantificar esse contingente.

Gráfico XVI: Ingressos de docentes por ano da EPBA - 1897 – 1952



FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

Portanto, nossas ponderações advêm de três constatações que consideramos fundamentais. A primeira observação vem do fato que do corpo docente fundador tenha sido totalmente externo as balizas da instituição, totalizando 22 professores, sendo que 19 se diplomando na mesma instituição, conseqüentemente adquirindo o mesmo habitus, – Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro -, formando a primeira turma a partir de 1900 e 1902 – engenheiros geógrafos e engenheiros civis. Segunda ponderação a ser destacada, diz respeito à origem social dos “professores fundadores”, onde, 8 docentes são advindos das frações médio-urbanas, podendo esse número ser ainda maior, já que 4 não conseguimos qualquer tipo de informação. Nesse sentido, já se percebe uma tendência a mudança na sociedade baiana, se compararmos com a EAB. Logo, a maioria dos professores e alunos da Escola Agrícola eram, via de regra, pertencentes às frações proprietárias da região produtora de açúcar. Terceiro e última ponderação, nos remete após nossos levantamentos, acusarmos o primeiro ex-aluno a ingressar no corpo docente já em 1903, apontando a sua tendência a um caráter **endogenico**.

No entanto, observamos que de 1903 até 1912 dos 21 docentes ingressantes, 10 professores são advindos da Escola congênere do Rio de Janeiro e apenas 7 pertencem a “prata da casa”. Completando os 21 ingressantes, temos 1 médico e 2 advogados. Lembramos que desses 21 docentes ingressantes nesse período de 9 anos, todos são

baianos nascidos em Salvador, e procedentes das frações médio-urbanas. Provando ainda mais seu caráter regional e/ou talvez o indício da construção de uma “escola de concepção” segundo Bourdieu²¹⁷.

Outro aspecto mostrado pelo **Gráfico XV**, diz respeito ao percentual de docentes graduados no Rio de Janeiro; Escola Central e Escola Politécnica do Rio de Janeiro, respectivamente, na porcentagem de 6% e 36%. De posse desta constatação, como já havíamos informado em seções anteriores, que pelo fato dos 22 “professores fundadores” 19 se diplomarem na mesma instituição, seria a tendência então, no ato da criação da Escola baiana adotar os regulamentos e as práticas da congênera do Rio de Janeiro.

Ao fazer uma análise comparativa e qualitativa entre os **Gráficos XII, XIII e XV** além da presença predominante de “politécnicos²¹⁸” junto ao professorado da Escola 36%, percebemos que deste percentual, 30% são baianos e desse percentual, 29% são nascidos na capital baiana, vindos dos extratos médios urbano. Constatando mais uma vez a tendência da EPBA em reproduzir as frações médias urbanas da cidade da Bahia.

O **Gráfico XVII**, mais a diante, nos traz outro dado importante a ser destacado; refere-se à distribuição do professorado por categorias funcionais, seguindo basicamente a mesma hierarquia da Escola oficial do Rio de Janeiro: catedráticos, auxiliar e/ou substitutos²¹⁹.

Informamos que no período ora em análise, 41% do corpo docente da EPBA são compostos por ex-alunos da própria escola, como já mostrado no **Gráfico XV**, graduados em distintos momentos do período estudado. Vale esclarecer, quanto a este aspecto, que para o total de professores quantificado, somente foram considerados aqueles que permaneceram junto ao corpo docente por mais de um ano consecutivo. Isto porque, uma das modalidades de inserção no quadro de professores era a de “auxiliar ou substituto contratado e/ou nomeado²²⁰”, o qual, muitas vezes, o professor somente permanecia por um semestre na instituição.

²¹⁷ Reforçando a definição de “escola de concepção” teorizada por Bourdieu, informamos que vários destes agentes, irão atenderem num dado momento o aparato estatal. Contudo, entendemos ser necessário investigar melhor essa classificação.

²¹⁸ Informamos que ao se referir o termo “politécnico” significa formado na escola politécnica do Rio de Janeiro.

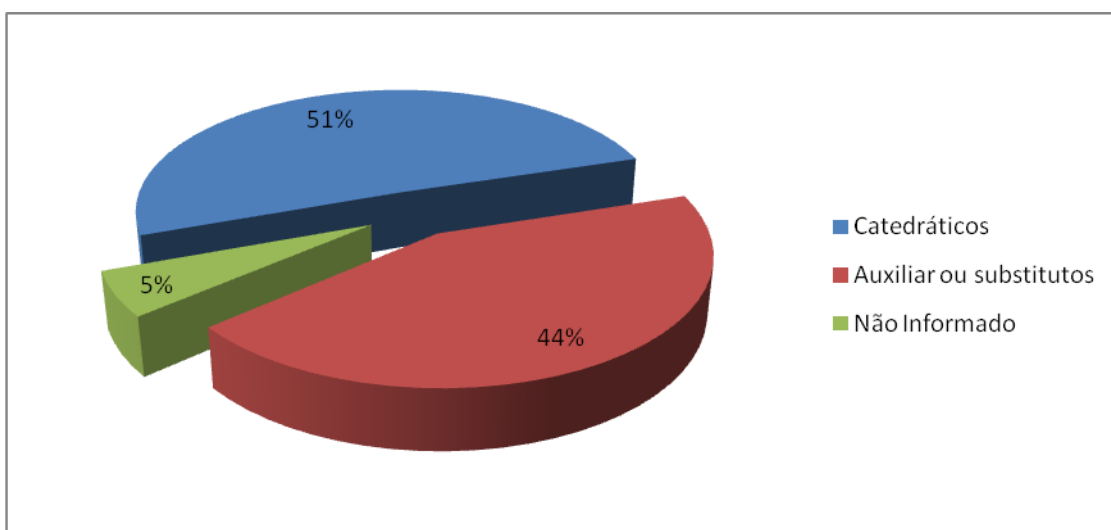
²¹⁹ Em nossas análises sobre as atas de congregação e regimento interno, percebemos o uso da expressão “lente” dada aos professores auxiliares ou substitutos, no entanto, após a reforma do regimento interno de 1916 esse termo cai em desuso. Portanto, por este fato optamos em não usar o termo “lente”.

²²⁰ Atas de congregação da EPBA.

Assim, a totalidade mostrada, tanto exclui tal categoria docente, como inclui aqueles que foram professores da escola desde seus primeiros anos de fundação, ainda nos anos de 1897/1910, tais como Alpheu Diniz Gonsalves (graduado em 1904); Augusto César Berenguer (graduado em 1902); Octávio Cavalcante Mangabeira (graduado em 1904), dentre vários outros, bem como um dos seus Diretores, Archimedes de Siqueira Gonsalves, graduado em 1904. Destacamos que Archimedes Gonsalves será o primeiro ex-aluno da instituição a ocupar o cargo de Diretor da escola, entre os anos de 1920 a 1934.

Outra peculiaridade do corpo docente da escola, diz respeito aos seus longevos mandatos na direção, posto que, durante o nosso período investigado, a instituição só teve três diretores: Arlindo Coelho Fragoso (1897 – 1907), que só deixou a direção, por aceitar auxiliar Miguel Calmon no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1907, assumindo em seu lugar Alexandre Freire Maia Bitencourt (1907 – 1913), e posteriormente, Francisco de Souza (1913 – 1920). O que é revelador, e prova as seguintes características do professorado: a) a tendência em manter um mesmo grupo na direção – poder - da escola, já que, os três docentes que passaram pela direção, são ligados academicamente e politicamente ao grupo liderado por Arlindo Fragoso; b) a predisposição em manter os mesmos projetos de visão de mundo; c) e uma tendência a reafirmação de um dado “habitus” para a escola, onde, levamos em conta que a maior parte do corpo docente da instituição no início de sua trajetória, era composta por “politécnicos”, inclusive os três diretores citados no parágrafo anterior.

**Gráfico XVII: Distribuição do professorado por categoria funcional da EPBA -
1897 – 1952**



FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.

Um dado que não podemos deixar de comentar, é a quantidade de professores com o título de catedrático 51%, mas, ao trabalhar os dados de forma qualitativa, percebemos que esse percentual tem relação com o ingresso via nomeação.

Após o ano de 1917, quando houve a implantação de concursos para ingresso na instituição, percebemos que os 24 professores ingressantes até 1952, 15 ascenderam à categoria de catedrático. Interessante perceber que dos 15 catedráticos, 13 são ex-alunos da Escola, 1 formado na Politécnica de São Paulo e outro graduado na Suíça. Outros 8 docentes na categoria de auxiliar e por último 1 que não obtivemos informação, são todos ex-alunos da EPBA, porém, esses agentes não seguiram carreira docente, apenas ministraram alguns cursos durante alguns anos e se afastaram da vida acadêmica.

Nas atas da congregação do IPBA e EPBA e das suas assembléias de maneira geral, praticamente não se localizam assuntos que não sejam de cunho administrativo, financeiro ou político. Praxes como: nomear professores substitutos ou catedráticos, realocando-os de tempos em tempos para as diversas cadeiras – prática comum dentro da escola -; debater, apresentar, adequar reformas estatutária, ajustando-as às novas regras acadêmicas, como às reformas educacionais de 1905; e a Reforma Maximiliano de 1915 ou mesmo a Reforma Francisco Campos de 1931, pós movimento de 1930,

quando a EPBA foi transformada em fundação²²¹. Contudo, esses foram os tipos de registros que encontramos disponíveis nas referidas atas, com as quais se ocupavam a maioria dos agentes, tanto do IPBA, tanto da EPBA até 1917, quando passamos a verificar registros e relatos sobre os diversos concursos ocorridos a partir daquele ano.

O primeiro concurso realizado para professor da EPBA ocorreu em 1917, quando Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral foi aprovado como docente substituto para a cadeira de Geometria Analítica e Cálculo. Após o concurso de Leopoldo Amaral, sucederam-se vários outros para livre-docência e para distintas cátedras, cujos títulos das respectivas teses aparecem registrados nas “atas da congregação”. Ainda existem algumas pastas individuais de alguns professores no arquivo morto da atual EPBA-UFBA, embora ainda não tenha sido possível localizar grande parte de suas teses.²²²

Concluindo, após nossas ponderações, podemos dizer que é possível afirmar que o quadro do professorado da EPBA amolda-se, fundamentalmente, sobre docentes alocados na categoria máxima – catedráticos - dentro da hierarquia da instituição, contando com a maioria de professores 51%. Já os auxiliares cabiam os 44% do espaço, o que não nos deixa causar espanto, onde a instituição baiana sempre optou pela excelência de sua congêneres do Rio de Janeiro. Ainda sobre as atividades e rotina do professorado da EPBA, percebemos que as diretrizes de ensino da instituição, se encontram registradas em um grande livro de ponto, - hábito praticado por várias

²²¹ Em 1931, devido a modificação da legislação federal “Reforma Francisco Campos”, se iniciaram as discussões com o objetivo de adequar o IPBA e a EPBA à nova legislação, sendo proposta a criação da Fundação Escola Politécnica da Bahia (FEPBA) na Assembléia Geral do IPBA: “O Instituto Politécnico da Bahia, reunido em Assembléia Geral resolve transformar a Escola Politécnica numa fundação, com o fim de promover a difusão e o aperfeiçoamento do ensino científico, profissional e técnico, em todos os graus, no Estado da Bahia (...)”. GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. Op. Cit, p.190. Portanto em 1932 foi modificado o Estatuto do IPBA, de maneira a permitir a criação da Fundação Escola Politécnica da Bahia – (FEPBA): “A Assembléia Geral do Instituto Politécnico da Bahia resolve e manda cumprir as seguintes disposições, pelos quais reforma: “Art. 1- Além dos fins constantes do Art. 1o do Estatuto de 17 de julho de 1896, o Instituto também criará e manterá, oportunamente, escolas profissionais de todos os graus, e estabelecimentos de ensino secundário, em qualquer parte do território do Estado (...)”. Idem, p. 199.

²²² Nos anos 1920 mapeamos os seguintes concursos: Tito Vespasiano Mata Pires foi aprovado no concurso de 1922 e nomeado catedrático de materiais em 1923, mesmo ano em que Aurélio Brito de Menezes foi aprovado e nomeado para trigonometria esférica, astronomia teórica e prática, geodesia. Já em 1928 foram aprovados em concurso e nomeados catedráticos: Elysio de Carvalho Lisboa, para geometria descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva; Paulo de Matos Pedreira de Cerqueira, para física experimental e meteorologia; Albano da Franca Rocha, para topografia, construção de plantas topográficas e legislação de terras; e Jaime Cunha da Gama e Abreu, para arquitetura civil, higiene dos edifícios, saneamento das cidades. Em 1929 foram: Mário Tarquinio, para desenho técnico; Oscar Caetano da Silva, para desenho a mão livre e ornatos; e Archimedes Pereira Guimarães, para química inorgânica, descritiva e analítica e noções de química orgânica. COSTA, Terezinha Pereira. Teses apresentadas a Escola Politécnica e à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia: levantamento e estudo analítico. Salvador, 1965. Monografia, Escola de Biblioteconomia, UFBA. Destacamos que todos os concursados são pertencentes ao quadro de Ex-alunos da EPBA.

décadas da história da instituição - de uso comum para todos os docentes, onde cada um, além de deixar sua assinatura para registro de presença, anotava também informações mínimas relativas à aula ministrada no dia. Verificamos que essa regra vigorou até os anos 1940, quando a Escola foi incorporada à recém criada Universidade da Bahia - UBA, em 1946. Mesmo após essa junção, quando se implantou o sistema de cadernetas específicas para cada disciplina, os professores da EPBA continuaram seguindo a mesma tradição, de não registrar nas cadernetas as matérias ensinadas. Na prática essas, na escola, só serviam apenas para o registro da frequência e das notas das avaliações dos alunos, de modo que não tivemos muito sucesso na tentativa de recuperar programas das disciplinas ministradas. No entanto, já informamos, que os programas adotados seguiam fielmente os padrões da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Capítulo 3

Engenheiros Politécnicos: Projetos e trajetórias

Neste capítulo terceiro, analisaremos de forma qualitativa as questões levantadas e evidenciadas no capítulo anterior no que se refere à trajetória dos discentes passados pela escola. Procuraremos levantar, por meio de seus discursos e projetos, as suas visões de mundo que tenderam a divulgar. Alguns dos alunos que se graduaram na Escola Politécnica da Bahia se tornaram grandes personalidades no cenário político e intelectual, tanto na Bahia quanto no Brasil. Exemplificam perfeitamente este curso: Otávio Mangabeira, Francisco de Souza, Américo Furtado de Simas, dentre outros.

Ao nos debruçarmos sobre o caminho trilhado por esses agentes, pudemos constatar que suas concepções de mundo refletiam claramente as práticas, as diretrizes e os programas da instituição no qual se educaram. Portanto, podemos então provar a hipótese principal do nosso estudo: que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus dirigentes, construiu e discerniu projetos de visão de mundo. Constatando, então, que a instituição formadora de engenheiros da Bahia é, portanto, um aparelho privado de hegemonia.

1 – Um “projeto” para a modernidade: origens históricas

Ao final do século XIX, a capital baiana se apresentava como um dos maiores centros urbanos do Brasil. Além de sede do centro político-administrativo, Salvador era, ao mesmo tempo, capital de um estado complexo e dotado de características distintas no que tange a suas fronteiras regionais²²³. Mesmo não experimentando a dinâmica e as transformações sucedidas nos estados do centro-sul do país, a Bahia, no norte-nordeste se destacou pela produção de alguns artigos tropicais²²⁴ voltados para exportação. Logo, estes artigos se integravam na pauta da estrutura capitalista internacional, o que

²²³ Mesmo Salvador sendo a sede do governo baiano, vale destacar que a Bahia tem diversas regiões com características bem próprias, seja na política ou na economia. Lembramos que a Bahia tem uma sociedade dotada de variadas peculiaridades no que diz respeito às frações dominantes destas distintas regiões. Ex: Região de Lavras de Diamantina, o sul, com destaque para Ilhéus e Itabuna. Cf: Pang, Eu Sool, Op, Cit.

²²⁴ Destaque para a lavoura fumageira, cacaeira, cafeeira e açucareira. Cf. Sampaio, Op.Cit.

lhe assegurava, *grosso modo*, uma peculiar condição: a possibilidade de estar inserido na rede de intercâmbio agromecantil contínuo com os mercados mundiais, tendo ainda a possibilidade de tornar-se alvo de investimentos para o grande capital estrangeiro.

Pelo porto de Salvador se fazia o escoamento da produção do agrocomércio, sendo um dos primeiros a operar no Brasil, cuja demanda só era superado pelos portos do Rio de Janeiro e de Santos.²²⁵ De contra partida, as carências e deficiências regionais de produção de subsistência e de bens de consumo industrializados alimentavam e impulsionavam o fluxo das importações. Estes fatores promoveram os limites para uma expansão do comércio e a formação de uma nova fração de classe, que ao final do período imperial já barganhava representatividade nas instituições de classe na sociedade civil, em todos os seus níveis e ramos.²²⁶ Percebe-se esse novo *status* da sociedade baiana quando fazemos o levantamento dos sócios das principais entidades de classe da Bahia, ao final do Império e todo o período da Primeira República²²⁷.

Os tradicionais grupos ligados aos latifúndios escravistas e a economia açucareira, haviam se transformado em proprietários de uma forma de exploração bastante ultrapassada, se compararmos com o novo padrão de desenvolvimento econômico internacional. Os novos setores sócio-econômicos em ascensão - ou mesmo os velhos grupos que necessitavam de uma nova configuração - precisavam revigorar suas relações com o atual cenário local e internacional, o que implicava a imperiosa valorização de um ambiente eminentemente urbano.²²⁸

²²⁵ SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898 – 1927)*. Bauru, SP: Edusc, 2010, p.24.

²²⁶ Idem, p.23.

²²⁷ Destacamos a presença significativa de agentes ligados ao agrocomércio nas entidades de classe já em meados da segunda metade do século XIX ainda sob a égide Imperial. Instituições como: Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, Associação Comercial da Bahia – ACBA e já sob o regime republicano a Sociedade Baiana de Agricultura – SBA e Instituto Politécnico da Bahia com uma menor representatividade.

²²⁸ A partir do século XVIII, a velha sociedade colonial pertencente às premissas do Antigo Regime, caracterizado pelo “*absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, política mercantilista, expansão ultramarina e colonial*” ao possibilitar uma ampla acumulação de capital nas mãos da classe empreendedora e ao expandir crescentemente os mercados para os produtos manufaturados, criou-se os indícios para sua própria superação, galgando caminhos para a ascensão do capitalismo moderno, ou seja, o produto mais franco da Revolução Industrial. NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1979, p.66. A Crise do Antigo Sistema Colonial desencadeou e reproduziu uma nova situação para o Brasil no mercado internacional, a autonomia “independência” política, e conseqüentemente, a formação de novas frações de classe. Acreditamos que a transição para o século XX, a transformação do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista no plano mundial, é outro importante momento de inflexão para a economia e política no Brasil, forçando uma mudança no *status quo*, confirmado, portanto, com a própria Proclamação da República, cujo resultado, depois de um período de transição, foi à emergência de novas frações dominante no Brasil e no nosso caso específico a Bahia.

Com o objetivo de aprofundarmos nossas análises sobre tal configuração histórica, empregaremos os conceitos de “classes sociais” e “poder político” do teórico Nicos Poulantzas²²⁹, na perspectiva apropriada por Renato Perissinotto²³⁰ e Alexandre Macchione Saes.²³¹ Para os autores, as disputas entre as frações de classes e as relações sociais, expostas e citadas no parágrafo anterior, são evidenciadas no campo da política econômica. Contudo, Poulantzas nos diz:

(...) a formulação da política econômica de Estado é um campo de luta onde se decide questões centrais relativas aos interesses de classe, e a sua resultante reflete a relação de forças entre as frações dominantes.²³²

Partindo deste conceito e ao investigar pressupostos junto às frações de classe dominantes no interior do “bloco de poder”, Perissinotto em seu estudo considera que a conquista de hegemonia pela fração cafeeira paulista durante a República Velha deve ser vista com cuidado. Neste sentido, o autor considera que o bloco de poder da economia agroexportadora formou-se numa ordem extrema e complexa, ou seja, a intensificação na organização de uma estrutura com diferenciação de agentes políticos e vantagens econômicas.²³³ Contudo, foi nessa diferenciação que se iniciariam os conflitos e a edificação de diferentes planos econômicos, vinculados normalmente aquele grupo que desempenhava a função de fração hegemônica, por já se encontrarem inseridos na sociedade política, ocupando variados cargos em agências e em instituições públicas; constituindo uma unidade dentro do conflito.²³⁴ É a partir daí que o Estado através destes agentes se investe de um projeto de visão de mundo, passando assim a divulgá-lo como um consenso. Assim nos diz Perissinotto:

O bloco de poder representa uma unidade, mas não uma unidade monolítica e homogênea. Ao contrário, uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante. É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder, através do controle do aparelho estatal que concentra o poder de Estado, e se constitui na fração hegemônica.²³⁵

²²⁹ POULANTZAS, Nicos Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

²³⁰ PERISSINOTTO, Renato. Classes dominantes e hegemonia na República Velha. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

²³¹ SAES, Op.Cit.

²³² POULANTZAS, 1977, p.27.

²³³ Idem, Ibdem, Op. Cit.

²³⁴ PERISSINOTTO, 1994, p.25.

²³⁵ Idem, p.26.

Portanto, as variantes evidenciadas no bloco no poder dessa sociedade em mutação nos permitem reconhecer e apontar as “frações autônomas de classe”.²³⁶ Frações estas que mantêm entre si uma relação contínua de conflito, subordinação e, ao mesmo tempo, consenso. Na relação intra-classe dominante existem frações autônomas – autonomia que não se refere somente ao sentido econômico, mas também a uma direção política, moral e intelectual, ou seja, uma visão ideológica própria –, agindo e confrontando-se em diferentes níveis na dinâmica social. Para melhor entendimento das relações entre as frações dominantes e sua respectiva ordem e subordinação em um dado *status quo*, é necessário precisar dois momentos. Para o primeiro, é indispensável identificar qual seria a “fração” investida do poder hegemônico, isto é, a fração cujos interesses passam a ser atendidos de modo prioritário pelo Estado. No segundo, o Estado passando a congregar variadas informações, operacionalizar e propagandear insistentemente projetos desta fração, e ao mesmo tempo sua própria reprodução pelo Estado.

E neste período de mudanças no contexto internacional, que a estrutura voltada para o capitalismo concorrencial foi gradativamente dando lugar ao capitalismo monopolista, que se expandia devido aos frutos da expansão da Segunda Revolução Industrial para os países da periferia.²³⁷ No contexto nacional, já eram dados os limites de ruptura, desencadeando o passo inicial para a dinamização dos elementos necessários para a formação de uma economia estritamente capitalista, que ao entrar na última década do século XIX, novos grupos entrariam em conflito pelo controle do Estado brasileiro.²³⁸ Entre os principais grupos, destacamos a grande burguesia cafeeira, que em sintonia com o grande capital estrangeiro, passam a ditar as regras na elaboração das políticas públicas e econômicas.²³⁹

Segundo Perissinotto, dois grupos agiram com mais influência dentro das decisões estatais: primeiro, o grande capital cafeeiro que assumia papel decisivo na produção e reprodução do capital, além de assumir o papel de fração hegemônica no poder local – São Paulo -, subordinando os interesses regionais a interesses nacionais²⁴⁰.

²³⁶ MARINHO, 2008, Op. Cit.

²³⁷ SAES, Op. Cit. p.20.

²³⁸ Idem, p.21.

²³⁹ Idem, p.22.

²⁴⁰ PERISSINOTTO, Op. Cit. Capítulo 3. Informamos que o “capital comercial na Bahia” originário das atividades agrícolas, mas que se difundiu para outras atividades como o alto comércio – exportação/importação –, através da Associação Comercial da Bahia - ACBA faz prática de uma política protecionista, contra a entrada do grande capital estrangeiro, no entanto, esta ação se desmorona com a ascensão de JJ Seabra, quando ocorreu a implementação de políticas claras para a entrada do grande

O autor assinala que o capital estrangeiro, conduzindo especialmente as decisões junto ao Governo Federal, pôde por em prática as políticas cambiais e de valorização da moeda nacional. Dentro desta conjectura Perissinotto afirma:

O capital estrangeiro se fez presente em vários setores da economia nacional. Monopolizou a comercialização dos nossos principais produtos agrícolas, participou com peso no setor de serviços públicos, assumiu posições importantíssimas no financiamento de atividades comerciais e das atividades financeiras do setor público nacional. Tal ascensão econômica, sobretudo através do controle das finanças públicas, conferiu ao capital estrangeiro a capacidade de conquistar sólidas posições políticas que lhe deram o poder de intervir nas decisões do Estado brasileiro acerca das políticas econômicas.²⁴¹

No esteio da política nacional, a fração dominante que assumiu em um dado momento a hegemonia no bloco de poder no decorrer das primeiras décadas da Primeira República foi o “grande capital”. Era o grande capital cafeeiro o mais preponderante, financeiramente e politicamente, apesar de meados dos anos de 1910, outras frações representadas pela Sociedade Nacional de Agricultura - SNA e suas confederadas já galgavam representação nas agências do poder público, mas essa é outra história.²⁴² Entretanto, de maneira geral os interesses do grande capital dos mais diferentes estados – inclusive na Bahia pós 1912²⁴³ - eram reafirmados por meio do caráter agromercantil da economia nacional.

Diante deste quadro, o “grande capital” se expressa, por sua vez, como impulsionador da formação de frações-médias urbanas identificadas em lançar-se no processo de modernização, cujo objetivo era incorporar as inovações – principalmente criar a necessidade de padrões de consumo – advindas efetivamente da Segunda Revolução Industrial, em curso na Europa a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, essas novas frações de caráter urbano regionais sustentavam suas bases econômicas, principalmente, pelos negócios urbanos. Indiferentemente das preocupações peculiares de cada região, esses grupos urbanos de maneira geral se empreendiam em defender políticas e programas macroeconômicos, via de regra, semelhantes, que visam garantir a continua importação de bens de luxo, e

capital estrangeiro. Cf. SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.

²⁴¹ PERISSINOTTO, 1994, p.167.

²⁴² Cf: MENDONÇA, 1998.

²⁴³ Cf: SANTOS, 1989.

consequentemente, torna exequível a inserção de novas tecnologias no processo de urbanização das grandes cidades.²⁴⁴

Dito isto, entendemos a ação para que Salvador²⁴⁵ e Rio de Janeiro tivessem seus centros urbanos como sendo os primeiros na América Latina a eletricarem suas linhas de bondes, poucos anos após esta modernidade tecnológica estar disponível na Europa e logo em seguida nos Estados Unidos.²⁴⁶ Concomitante, como justificativa de se acelerar o projeto de urbanização das principais cidades brasileiras na era republicana destacamos: abertura de avenidas, introdução de serviços públicos como bondes, construção de prédios públicos, iluminação elétrica, modernização de portos, construção de ferrovias dentre várias outras realizações. Mas não podemos perder de vista que esse processo obedeceu à intensidade e a dinâmica de cada cidade, concordante a seus meios e conforme a relevância econômica local. Contudo, foi sem dúvida a conciliação de interesses entre os grupos dominantes urbanos e o grande capital financeiro internacional que permitiu o financiamento dessas reformas urbanas nos maiores centros urbanos brasileiros, e sedimentou a modernização segundo os padrões da *Belle Époque*, tendo como ponto de partida a capital federal Rio de Janeiro.²⁴⁷

No caso específico da Bahia, ao final do período imperial, já identificamos indícios de acontecimentos que desencadeariam em um processo de crise de hegemonia, principalmente, após a ascensão do regime republicano.²⁴⁸ O que nos leva ter que analisar os conflitos entre as velhas frações ligadas aos latifúndios escravistas e a agroexportação, com os novos grupos em ascensão ligados as atividades comerciais e urbanas. Informamos que a economia baiana a partir da segunda metade do século XIX beirava à estagnação e em uma assistida decadência. Para justificar este processo, convém destacarmos alguns fatores: a queda das exportações do principal produto da

²⁴⁴ Destacamos que essa mudança estrutural não nega a existência de conflitos intra-classes como os debates parlamentares atestam durante a construção de políticas locais – como a reivindicação por políticas protecionistas na Bahia liderado pela Associação Comercial da Bahia - ou como a política de valorização do café em São Paulo. Contudo, o que sugerimos neste estudo é defender a presença da EPBA como representante do projeto das frações urbanas em ascensão na capital baiana, em aliança com os velhos grupos ligados a agroexportação, que vai para além da conhecida “política dos governadores”, o pacto político de Campos Sales. Entretanto, entendemos que é por esta aliança que se estabelece frente a questões materiais, de manutenção de uma política pública alicerçada no projeto de modernização da sociedade baiana, materializado por outros projetos de modernização – Rio de Janeiro e São Paulo principalmente - das cidades brasileiras. Portanto, o pano de fundo vai para a ideologia de preparar o Brasil para a inserção e consolidação ao “grande capital”.

²⁴⁵ Salvador teve a sua linha de bondes eletrificada em 1897, sendo a segunda cidade brasileira a se inserir nesta modernidade. Cf: SAMPAIO, Consuelo. 50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005, SAES, Alexandre Macchione, Op.Cit.

²⁴⁶ Idem, pp. 23-24.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Cf: Capítulo II deste estudo.

pauta da Província, o açúcar, muito pela concorrência internacional e por práticas rudimentares na produção; soma-se ainda o empobrecimento relativo da região frente às províncias do centro-sul; e os efeitos da extinção do tráfico negreiro em 1850. Desencadeando um processo de redirecionando do capital antes investido no comércio de escravos, para novas atividades comerciais.²⁴⁹ Por essas mudanças nas atividades econômicas, ainda assim, a Bahia conseguiu ensaiar uma importante fase de introdução de inovações e formação de companhias de caráter urbano-industrial.²⁵⁰

Diante desta nova realidade, há uma necessidade de redistribuição do capital na Bahia, o que acabou por fortalecer ainda mais as frações de classe ligadas às atividades “agromercantis”, levando esses agentes a conquistar espaços de poder e representatividade na sociedade civil e sociedade política, como um todo e, conseqüentemente, nas instâncias financeiras.²⁵¹ Para traduzir essa nova realidade Gabriel Kraychete Sobrinho nos diz:

“(…) numa época de baixos preços e com a concorrência do açúcar de beterraba, vieram para as mãos de grandes negociantes estabelecidos em Salvador, sobretudo José de Cerqueira Leite, principal importador de escravos, e Antonio Pedroso de Albuquerque, grande fornecedor e ‘banqueiro’ dos senhores de engenho e também mercador de escravos”.²⁵²

Portanto, os ex-traficantes, além de papel protagonista no comércio, ainda vinham assumindo importante papel ora de credores dos fazendeiros decadentes, ora de exportadores dos produtos locais.²⁵³ E desse capital então acumulado com o tráfico, durante algumas décadas, é que surgiram os recursos para novos investimentos que também tinha auxílio em alguns casos de capital estrangeiro.²⁵⁴

²⁴⁹ Com a entrada da Bahia no regime republicano, já era pauta dos grandes comerciantes a prática do “alto comércio”. Prática comercial ligada à importação e exportação de variados produtos, via de regra, manufaturados locais. Cf: SANTOS, 1989. Op. Cit.

²⁵⁰ Dentre essas atividades industriais desenvolvidas destacamos algumas fábricas ligadas à cultura fumageira e fabricação de tecidos em diversas regiões de Salvador. Cf: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

²⁵¹ Lembramos que parte desta nova “fração de classe” era composta por “ex-traficantes de escravos”, que a partir da proibição do tráfico negreiro passaram a reinvestir seus capitais acumulados em outras atividades econômicas. Cf: MATTOSO, Op.Cit.

²⁵² KRAYCHETE SOBRINHO, Gabriel. O capital agro-mercantil e a indústria na Bahia: do primeiro surto industrial à crise de 1930. Salvador: dissertação de mestrado – UFBA, 1988, p.27.

²⁵³ MATTOSO, 1978, Op. Cit.

²⁵⁴ Um caso peculiar de investimento de capital, tanto baiano e estrangeiro e público, diz respeito à reforma e abertura da companhia Docas da Bahia reinaugurada em 1906, sendo gerida por meio de

Assim, os limites da agricultura no Recôncavo, como a falta de investimento, a carência de novas tecnologias, e uma prática rudimentar no lidar com o solo, e até mesmo a concorrência com outros produtores e outras culturas, fez com que os velhos latifundiários tivessem que recorrer cada vez mais aos comerciantes de Salvador para empréstimos. Em meio a esta situação, um grupo seleto de grandes proprietários, com ligações estreita junto ao Imperador D. Pedro II, investiu-se na estratégia de se criar o Imperial Instituto Baiano de Agricultura – IIBA, com o fim de gerenciar e organizar um centro de ensino para formação de mão de obra qualificada.²⁵⁵ Na carteira de sócios do Instituto, se encontrava os mais importantes “fazendeiros²⁵⁶” da Região do Recôncavo, inclusive alguns ligados ao grande comércio. No entanto, entendemos que a criação do Instituto (IIBA, 1859) e de sua escola (EAB,1877) tinha como tática reformar, criar e reproduzir espaços privilegiados para que esse conjunto de agentes se constituíssem, se organizassem organicamente em prol da reafirmação de seu projeto ideológico, já que as tradicionais frações se encontravam em acentuada decadência.

Em contrapartida, com a expansão e complexificação da sociedade civil brasileira ao final do Império, alguns grupos já não conseguem desenvolver e discernir seus projetos – principalmente as frações tradicionais -, seja pela perda de organicidade,

empresários locais e com apoio de capital inglês. Sobrinho, 1988 Op. Cit., Silva, 1989 Op. Cit., Saes, 2010 Op. Cit.

²⁵⁵ TOURINHO, Op.Cit.

²⁵⁶ Livro da Inscrição dos sócios que compõem o Imperial Instituto Baiano, alguns nomes destacam-se como Ignácio Borges de Barros, neto de Domingos Borges de Barros e filho de Alexandre Borges de Barros, Luis Paulo de Araújo Bastos, Sancho Bittencourt de Berenguer César ou Antonio Calmon du Pin e Almeida; famílias tradicionais da sociedade colonial baiana com os Muniz Barreto de Aragão com Egas, Pedro e Salvador (Barão de Paraguaçu); os Rocha Pita e Argolo com Antonio e Francisco Antonio, conde e Barão de Passé, respectivamente; com cinco membros a família Teive e Argolo com José, José Joaquim, Manoel, Miguel e Miguel José Maria (Barão de Paramirim); da parte dos Viana Bandeira há Custódio Pereira, bem como Francisco Ferreira e Pedro Ferreira; os Araújo Góis, representados pelo Barão de Camaçari (Antonio Calmon de Araújo Góis), assim como por Joaquim Gomes e pelos magistrados Francisco Marques e Inocêncio Marques; os Gonçalves Martins com Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço e seu filho Dionísio; os Pereira Marinho, todos negociantes nobilitados, com o patriarca Joaquim Pereira Marinho (Visconde de Pereira Marinho) e seus filhos Antonio (Barão de Pereira Marinho) e Joaquim Elísio (Barão de Guaf). Os Costa Pinto tiveram quatro membros com passagem pelo IIBA (Antonio da Costa Pinto - Visconde de Sergimirim, Antonio da Costa Pinto Jr. – visconde de Oliveira, Manuel Lopes - Visconde de Aramaré, e José Costa Pinto). Os Tostas também associaram quatro dos seus membros – Carolino, Jerônimo, Umbelino e Francisco, Barão de Nagé (é preciso mencionar a participação na diretoria de Joaquim Ignacio Tosta, filho de Francisco na fase final do IIBA e que não consta na lista, mas nas atas das reuniões da Diretoria). Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, 3º Barão de S. Francisco e presidente do IIBA por quase um quarto de século, foi a culminância da presença dos Bulcão com José de Araújo de Aragão Bulcão (1º Barão de S. Francisco), Joaquim Ignácio (Barão de Matoim, também presidente do IIBA por cinco anos), de Baltazar e de Joaquim Ignácio de Siqueira Bulcão. Ainda contando com a família Maurício Wanderley, chefiada pelo Barão de Cotegipe. Para saber mais ver: Araújo, Nilton de Almeida. *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2010.

causados em parte, pela decadência econômica, que conseqüentemente desencadeia perda de representatividade na sociedade política. Mesmo com a criação do IIBA e sua escola, vários agentes ligados ao comércio foram, aos poucos, encampar as listas de associados e se tornarem seus principais contribuintes, mesmo que os grandes fazendeiros ainda ditassem as regras.²⁵⁷

Só a presença de comerciantes nos quadros do IIBA já fornece indícios de conflitos intra-classes, pois estamos falando de frações de classes de interesses distintos. Neste sentido, temos um grupo representando as velhas estruturas, principalmente, no que diz respeito a lutar para manter o tradicional modelo latifundiário escravista; e outro grupo composto por uma nova fração em expansão, reproduzindo a nova ordem capitalista, preocupado em criar uma cultura de consumo, sintonizado ao cotidiano urbano. Os intelectuais orgânicos ligados às frações agrárias hegemônicas deste período, no decorrer do exercício da direção política, perceberam a necessidade de enfatizar o bom planejamento de suas formulações e ações. Sendo assim, esses grupos deram a solda necessária para que os interesses de uns se conjugassem aos interesses dos outros – direcionava o projeto político e ideológico traçando assim uma tentativa de reconfiguração social na sociedade baiana. A aliança orgânica dessas frações possuía um papel importante na manutenção e expansão dos seus interesses econômicos pela própria condução dos negócios políticos e administrativos na Província e no próprio Estado Imperial.²⁵⁸

Nesse decurso, a criação e administração de agências privadas da classe dominante – no caso o IIBA - e seus projetos misturava-se aos interesses das agências públicas. Contudo, o interesse na “modernização” da Província estava intimamente relacionado aos interesses dessas frações - principalmente as frações ligadas as atividades urbanas - que, por sua vez, fortalecia o poder da administração provincial. Logo, atuar conjuntamente faz com que as atividades desses agentes referendassem essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”, baseada na edificação de um Estado “moderno” nos moldes do novo capitalismo internacional.²⁵⁹ Assim, como apontamos

²⁵⁷ Cf: Tourinho, 1981, capítulo II.

²⁵⁸ Dentro da historiografia há consenso em se caracterizar a classe dominante nesse período, é certo que a hegemonia pertencia às frações proprietárias de terras e de escravos, mais especificamente da região do recôncavo, que se fizeram em comunhão com o aparato estatal.

²⁵⁹ Apontamos que esse processo conjunto entre agências privadas e administração estatal, será de fato efetivado na Bahia após 1912, quando JJ. Seabra consegue o consenso dentro das instâncias sociais baianas. Neste ínterim Seabra a EPBA como um de seus principais aliados.

em seções anteriores, a construção e a configuração do “modernizar” para o “progresso” pelos dirigentes provinciais aprofundavam-se nesse momento.

Para Nilton Araújo, na medida em que essa mesma fração de classe dominante buscou promover, controlar os caminhos da sociedade civil, via instituto, a difusão de conhecimentos científicos – agrônômicos – por sua escola – EAB, 1977 -, emergiu em outro processo: a apreensão da institucionalização de um movimento científico com o fim de alcançar um processo de construção de hegemonia na Bahia.²⁶⁰

Entendemos, no entanto, que Araújo ao analisar e concluir que essas frações conseguem, por meio de um “campo científico”²⁶¹ – agrônômico –, via instituto e sua escola, cooptar e encampar o aparato administrativo estatal baiano, é no mínimo simplificar todo processo da dinâmica social em curso. Já que neste momento a sociedade civil se encontra em um estágio bem complexo se comparado com o período precedente, o que nos leva a pensar em outras considerações pontuais: primeiro; entender quais são os meios de ação da sociedade política e seus mecanismos, e como são tomada as decisão; segundo; qual é a relação entre poder local e poder central; terceiro, a partir de quando e como as decisões se formam e como chegam ao destino; e, quarto, como tais decisões são recebidas. Ainda assim, para todas essas reflexões, temos que levar em conta as peculiaridades locais.

Portanto, entender as frações conservadoras em aliança com os grandes comerciantes e ex-trafficantes de escravos, engajados em uma proposta de ensino agrícola, proporcionando debates de idéias discernido na produção científica do período, para assim cooptar grupos privados na busca de impor seus projetos na formulação de políticas estatais, tendo em vista a conquista de hegemonia, é no mínimo simplificar toda estrutura de uma dada sociedade. Compreendemos que conquistar representação no “campo científico” por meio de agentes intelectuais, não foi uma ação suficiente para dar conta de uma mudança tão complexa, como é de um grupo social sobrepor a outro conquistando à hegemonia. Em nossa opinião, a conquista de um dado “campo científico” num processo de correlação de forças intra-classe seria uma das etapas e não a única. Pensando nas ponderações teórico-metodológicas gramscianas de “Estado ampliado”, ou seja, Estado como relação social, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos, organizados a partir da sociedade civil, nos remete a pensar de como é sinuoso e complexo um projeto de construção hegemônica. Mesmo essas frações

²⁶⁰ ARAÚJO, Nilton de Almeida, 2010, Op. Cit.

²⁶¹ BOURDIEU, 2004, Op. Cit.

conseguindo um pouco de organicidade por meio de um “campo científico”, não foram capazes de impor seus projetos, conquistar consenso e instituir sua hegemonia no estado baiano. É só perceber que o IIBA e sua escola, após o início do regime republicano, viram seus interesses serem suprimidos e superados. O IIBA foi suprimido e a EAB foi renomeado como Instituto Agrícola da Bahia – IBA em 1905, transformando-se em escola médio-prática, agora sob a tutela do governo estadual, sob a gerência da Secretária de Agricultura da Bahia – SEAGRIBA.²⁶² Ainda que transformada em escola técnica, a instituição por pressão de agentes ligados a sociedade civil e sociedade política, já em sintonia com outros projetos, fecha suas portas em 1910.

2 - Escola *Polytechnica* da Bahia: um projeto “contra-hegemônico”

Após termos tratado da configuração do cenário econômico-social na Bahia nas últimas décadas do regime imperial, dedicar-nos-emos, a partir de agora, ao desenvolvimento experimentado nas décadas iniciais da Primeira República. Advertimos, no entanto, que não estamos deixando de enfatizar o processo de crise hegemônica que já se vislumbrava nos últimos anos do Império, mas apenas fornecendo mais referências que possam ser empregadas para uma melhor compreensão da dinâmica em funcionamento

A primeira questão que temos tentado destacar por todo nosso presente estudo é os conceitos de noção de Estado ampliado, “que envolve a correlação dialética entre sociedade civil e sociedade política, toma como perspectiva de estudo as ações de frações de classe construídas através da sociedade civil”.²⁶³ Entretanto, ao optarmos por perfazer nossas reflexões por este viés teórico-metodológico, buscamos identificar como determinadas divisões e setores de uma dada sociedade, que não alçaram representatividade na sociedade política, chegaram a influenciar na tomada de decisões governamentais. Evidentemente, estamos preocupados em demonstrar de que maneira

²⁶² Informamos que apesar da EAB ter sido administrada pelo IIBA até os primeiros anos da República, a instituição praticamente sobreviveu sob subsídios públicos, já que os sócios do IIBA, não contribuíam continuamente com as mensalidades do Instituto. O que justifica as constantes subvenções para a EAB. Existiam também, as relações de proximidade dos dirigentes do Instituto com o governo central, facilitando em alguns momentos as verbas oficiais. Após a entrada do Regime Republicano o estado oficializa a estatização da escola, e remodela o seu ensino para formação técnica.

²⁶³ MARINHO, 2008, op. Cit. p. 21.

como essas mesmas pressões de grupos dominados repercutiam na sociedade política baiana.

Nossa intenção, ao fazermos uso deste método, é tentar delimitar com maior precisão na busca de realizar uma investigação que pusesse fim ao vácuo que o pesquisador embrenha-se na tarefa de se distanciar tanto da perspectiva que traduz o Estado como “sujeito”, e também a visão que o coloca como “objeto”. Por fim, entendemos que nenhuma das duas visões traduz a tarefa complexa de se analisar o Estado como uma relação social. Ou seja, parafraseando Sônia Mendonça e Pedro Marinho, não existe a possibilidade de edificação de um Estado que possa ser visto como “*poder absoluto*” de decisões, e também “pairar” com superioridade absoluta aos conflitos em todas as esferas da sociedade.²⁶⁴

Dito isto, compreendemos que um determinado “bloco no poder” tem que optar, em algum momento, pela negociação, com outros agentes e agências, o que evidência a existência do que podemos chamar: “ferramenta de legitimação das decisões”.²⁶⁵ Ao aprofundar o estudo do processo de representatividade política, porque não dizer, ideológica, nos conduz a saídas para outros questionamentos: qual a tática de quando e como, e os artifícios para se gerar e manter as representações de cunho político; e quais seriam os procedimentos que o levam e se garantir a adesão. Percebemos que o fio condutor para revelar nossas ponderações está na capacidade de uma dada fração de classe se fazer construir e representar como classe e se impor como posição de classe, tornando-a assim representativa da sociedade em sentido ampliando.

Sendo assim, retomamos ao ponto inicial do nosso estudo que se relaciona diretamente com a EPBA e a Bahia Republicana. Ao investigar quem são os participantes das relações sociais na sociedade baiana neste momento histórico, buscamos compreender os grupos que ocupam e orientam as ações do Estado, quais os conflitos entre interesses de grupos distintos, quem se ampara na fração hegemônica e

²⁶⁴ MENDONÇA, 1998, Op. Cit.

²⁶⁵ Quando uma determinada fração de classe dominante não consegue de alguma maneira se articular para suprimir diferentes grupos que almejam alcançar hegemonia, optam por uma estratégia de cooptação e/ou negociação com outros projetos de visão de mundo, como seus, onde esses projetos são pertencentes em parte ao próprio bloco no poder, e as outras frações que pressionam para alcançar representatividade. No entanto, a estratégia exercida pelo grupo dominante, que neste momento pode se encontrar em uma situação economicamente menos vantajosa, mas, ainda detém, portanto, lastro para se manterem organicamente nos aparelhos representativos. Em alguns casos o grupo que representa o “bloco no poder” não consegue manter no controle dos aparelhos representativos, passando assim o grupo concorrente a ditar as regras do jogo. Essa dinâmica de se negociar para não se enfraquecer nas instâncias do poder do Estado é o que chamamos de ferramenta de legitimação de decisões.

quem se encontra em divergência junto a ela. Em suma, intentaremos apontar quem está inscrevendo seus projetos no núcleo do poder e quem está fora junto às correlações de forças intra-classes. Entendemos que para se chegar a esse processo necessitamos de uma verificação bastante detalhada sobre a complexa dinâmica que, sumariamente, viemos a apresentar nestes últimos parágrafos.

Após nossas indagações, prudentemente estamos conscientes que ainda assim não daremos conta de toda estrutura social e das correlações de forças intra-classes do período estudado, havendo, portanto, a necessidade de dar continuidade e aprofundamento do estudo em questão. Mas, nossos levantamentos e apontamentos partem de uma premissa que compreendemos ser segura, dentro das nossas opções teórico-metodológicas. Nosso objeto de estudo, a Escola Politécnica da Bahia, nos leva a um estudo de caso, aqui uma instituição que ascendeu dentro de um novo projeto ideológico. Em outras palavras, estamos diante de um projeto “contra-hegemônico” que, meio da ação de seus agentes e as frações – principalmente as médio-urbanas - ligadas a ela, de seus intelectuais, passaram a dominar e organizar os espaços na sociedade civil e a partir daí, dar os limites para então ocupar as agências oficiais do estado baiano. Informamos que esses grupos presentes, dentro de um processo de crise de hegemonia, atuavam gradativamente e consolidaram sua ascensão na passagem do século XIX para XX. O ciclo deste processo se conclui em meados de 1912, quando a partir deste momento histórico, ocorre à implantação de fato do projeto ideológico difundido pela instituição formadora de engenheiros e seus intelectuais dirigentes, projeto este que vai nortear os rumos da Bahia durante algumas décadas.

O que nos possibilitou analisar e investigar os novos grupos profissionais, os comerciantes sintonizados aos novos projetos urbanos e também os tradicionais proprietários, agora na posição de ter que negociar ou mesmo aderir ao novo *status quo* em ascendência; foi à organicidade de seus interesses mediante os seus aparelhos privados de hegemonia. Entretanto, a pressão por sua inscrição frente a determinados organismos do poder, possibilitou a abertura de um caminho variante e significativo nas correlações de forças meio a ascensão de um novo grupo - médio-urbanos - que encontra na EPBA meio de se reproduzir e ocupar estrategicamente posições de destaque num momento de crise hegemônica.

Mediante a essa convergência de interesses, foi criado, em 1897, por meio do intelectual orgânico Arlindo Coelho Fragoço, a primeira escola oficial de engenheiros da Bahia – EPBA. A escola foi criada pelo Instituto Politécnico da Bahia - IPBA,

agência no qual administrava e mantinha a escola de engenheiros dos baianos. No entanto, nascido da iniciativa de agentes particulares amalgamados junto à sociedade civil, com intuito de articular engenheiros, comerciantes sintonizados a nova ordem do capital e até mesmo velhos proprietários aderentes de última hora, marcando, naquele contexto, um momento de inflexão particular: dar força na tentativa de levar a Bahia à nova ordem capitalista, ou seja, preparar principalmente a capital baiana para o projeto modernizador e então, dar passagem ao “grande capital”.²⁶⁶

Os fatores que desencadearam a criação da EPBA se iniciam após a saída do ex-professor catedrático de Mecânica Aplicada da EAB, Arlindo Coelho Fragoso.

Mas perguntamos: Quem é Arlindo Coelho Fragoso? Ao fazermos o levantamento de suas ações junto à sociedade civil e sociedade política, chegamos à conclusão que se trata de um dos intelectuais mais influentes da Primeira República na Bahia. Sua ação e atuação junto aos agentes sociais se faziam de forma habilidosa e diplomática. Arlindo transitava com facilidade por vários núcleos sociais, e gradativamente foi adquirindo um respeitável “capital político”, durante toda sua trajetória no núcleo da sociedade civil baiana e também por sua vida pública. Arlindo Fragoso vem de família tradicional de médios proprietários da região do Recôncavo baiano na cidade de Santo Amaro.

Nascido em 30/10/1865, formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro – EPRJ em 1885. Ao se graduar retorna a Bahia e inicia sua vida acadêmica ao ingressar como catedrático da Escola Agrícola da Bahia, onde defendeu a tese “Estudo sobre analyse cinemática”.²⁶⁷ Sua vida política se iniciou ao assumir a intendência - prefeitura – de sua cidade natal Santo Amaro em 1892. Logo em seguida é convidado pelo governador Rodrigues Lima (1892- 1896) para organizar e remodelar nos parâmetros republicanos a Secretária da Agricultura da Bahia – SEAGRIBA e assumir o cargo de secretário. No governo seguinte do Conselheiro Luiz Viana (1896-1900), continuou como um dos organizadores da mesma pasta, agora como Diretor, quando organizou e liderou um grupo de engenheiros e fundou o IPBA e logo em seguida a EPBA, dos quais ocupou a primeira presidência (1896-1899) e a primeira diretoria (1897-1907), além de primeiro catedrático de mecânica aplicada (1897-1926).

Após a administração de Luiz Viana, Arlindo se dedicou a dar organicidade a EPBA, para tanto, convidou seu contemporâneo e colega de graduação na escola do Rio de Janeiro, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, para ocupar a cadeira de cálculo e

²⁶⁶ Cf: Saes, 2010, Op. Cit.

²⁶⁷ DIAS, 2002, op. Cit.

geometria analítica. A proximidade de Fragoso com o Calmon lhe redeu bons frutos políticos, seja de cunho pessoal, que anos mais tarde se concretiza, posto que, em 1907, Calmon ao assumir a pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas convida Arlindo para lhe auxiliar nos ofícios políticos e administrativos da pasta. Já para a EPBA a presença de Calmon no quadro docente poderia se traduzir em ganho político para a instituição, já que Miguel Calmon ocupava a pasta da SEAGRIBA. No entanto, para a escola esse possível capital política não se concretizou em benesses, pelo contrário, os anos da administração de Severino Vieira (1901 – 1904) foram os mais difíceis para a instituição de Fragoso, tanto que se cogitou até o fechamento da escola por corte de subvenções pelo chefe do executivo estadual. Situação criada pelo fato de Arlindo ser partidário do agora ex-governado Luiz Viana, um velho representante das tradicionais frações latifundiárias, mas um agente em sintonia com os novos tempos, o que podemos afirmar de um perfil mais progressista. Entretanto, Arlindo como hábil homem no trato com a política sabia dos possíveis ganhos e perdas dentro de uma arena de correlações de forças intra-classe e posteriormente suas consequências política, ainda mais no curso de um processo de crise hegemônica.

Os anos difíceis do governo Severino, levaram Fragoso a se dedicar exclusivamente a escola, dando organicidade e consenso, e difundindo seu discurso principalmente junto ao corpo discente²⁶⁸. Arlindo tinha a instituição como uma plataforma política e ideológica, e o suposto eventual fechamento da instituição poderia causar talvez a supressão dos ideais de seu grupo social. Passados os tempos difíceis, no período seguinte, seus esforços renderiam grandes frutos.

Creemos que o projeto de Arlindo em criar uma instituição de ensino formadora de engenheiros parte desde seus anos na EAB, quando ainda era catedrático da escola imperial formadora de agrônomos. Logo a partir de 1893, o catedrático iniciou uma série de artigos criticando a estrutura da escola e sua localização geográfica.²⁶⁹ Os artigos escritos pelo professor Fragoso traduzem a sua sintonia com a nova ordem do capital e transita em um discurso nem de aclamação da instituição, e nem de condenação generalizada. O que Arlindo pregava era a modernização do modelo, principalmente, no sentido de torná-la prática em detrimento de uma linha mais teórica.

²⁶⁸ No capítulo II deste estudo dissertamos sobre o episódio onde o Prof. Arlindo Fragoso após a suspensão das subvenções oficiais do governo estadual, passou a ministrar 9 cadeiras do curso de engenharia. Cf: capítulo II, p. 60

²⁶⁹ Cf: Capítulo II deste estudo.

Arlindo também defendeu a transferência da instituição para Salvador e a sua estatização pelo governo estadual. Assim diz Fragoso:

(...) a **Escola Agrícola da Bahia, por sua criação e manutenção, é obra dos poderes públicos do paiz, e não da iniciativa particular de alguns de seus filhos.** Invertidos os papeis, tal o facto, *o governo creou, manteve e está mantendo* a Escola Agrícola da Bahia; e o Instituto, que perante o derradeiro Imperador copromettera seus esforços de toda a ordem ao sucesso do nobre empreendimento, se limitou, por uma minoria de dedicados a quem a sorte reservou todas as amarguras do desalento, ante as dificuldades com que, perennemente, sitiou-a a maioria dos indiferentes, **a auxiliar a acção do poder publico, administrando**, antes que custeando, nas phases todas de sua existência, a bella instituição.²⁷⁰ (grifos nossos)

Inaugurados em 1876 os trabalhos da Escola Agrícola, já em 1879, três annos depois, contra a sua situação em S. Bento das Lages (...) **a sentença condenaria: Não foi acertada** a escolha, feita em 1863, pela directoria e conselho fiscal, do engenho das Lages, propriedade dos religiosos beneditinos, para a situação do instituto, **visto que além de distante d'esta capital, se acha em logar isolado e nas condições de só se visitado por quem positivamente ali vae.**²⁷¹ (grifos nossos)

Ainda,

Ignorancia, má intuição ou ardil, não o sabemos bem, a celebre e incansável minoria dos reactores tem insinuado à opinião – ser uma lembrança original, extravagante, disparatada, a que, acudindo à provada necessidade da remoção da Escola Agrícola, de S. Bento das Lages, indica, para **transferência d'ella, um dos suburbios d'esta capital.**²⁷² (grifos nossos)

Os fragmentos de textos seleccionados traduzem uma verdadeira estampa do cotidiano do estabelecimento de ensino e a situação de penúria da escola. Logo, Arlindo já percebendo a perda de capital político das tradicionais frações de controlavam a EAB, e enxergando a possível instalação de um processo de crise ideológica, pós Antigo Regime, passou a criticar os velhos agentes diretamente, e os identifica como temerosos reacionários as mudança de *status quo*, como segue:

²⁷⁰ FRAGOSO, Op. Cit. pp. 125-126.

²⁷¹ Idem, p. 53.

²⁷² Idem, p.67.

A mudança, em que pese ao desespero **reaccionario dos cabalistas do *statu quo***, cujos zelos rançosos de caturras se **alarmam em espumeas iras, ameaçadoras e ridículas**, sempre que a opinião independente se lembra de aventurar, em publico, a perigosa idéa, é, precisamente, indisputavelmente, um dos complementos mais indispensáveis, essencial, deve-se dizer-lo, ao êxito da **reforma que comnosco pretendem, para a Escola Agrícola da Bahia**, quantos, patrioticamente, se interessam pelo seu alevantamento, pelo seu bom nome e pelo seu futuro.²⁷³ (grifos nossos)

Pelos textos de Fragoso, podemos afirmar que as tradicionais frações são chamadas para o *front* intra-classe²⁷⁴, e que o professor de mecânica é representante de um novo projeto de visão de mundo, que já vem sendo percebido pelo Estado brasileiro: o projeto de “modernizar” e “civilizar” para o grande capital. Fragoso também criticava a formação de agrônomos na escola imperial, argumento que seu ensino era limitado e desnecessário, carecendo, portanto, de uma reforma;

Não ha que contestar: conservado ou não o ensino superior, o ensino agrônômico theorico da Escola Agrícola **precisa ter orientação nova**. Reorganizado e aperfeiçoado, si aos dos expedientes escapar incolume a organização dada áquella escola de instituto superior de agricultura. Substituído e limitado, mas em todo o caso bem ordenado, si prevalecer a Idea por muitos sustentada, que sem maiores attritos pode co-existir com a que antes enumeramos, de preparar **somente a Escola peritos agrícolas, e não agrônomos**.²⁷⁵ (grifos nosso)

Fica, contudo, evidente a intenção de Arlindo em reformar a EAB, para um ensino prático, ou seja, formar técnicos no ofício com a terra e, ao mesmo tempo enfraquecer a instituição como formadora e reprodutora das frações conservadoras, já que o público alvo da EAB era graduar os filhos dos tradicionais latifundiários. A opção pela a agronomia seria uma estratégia de obter o título de doutor e ao mesmo tempo se manter no bloco do poder, ditando as regras do jogo. A mudança da EAB para uma escola prática viria carregada de um enfraquecimento de seu “capital simbólico”, vendo que a formação em prático agrícola não daria o *status* necessário para uma manutenção de organicidade no interior da sociedade civil, e também a consequente perda de

²⁷³ Idem, pp. 51-52.

²⁷⁴ Lembramos que Arlindo vem de família média proprietária da região do recôncavo, mas, seus discursos vão de encontro as pretensões das frações médias urbanas de Salvador de chegarem ao “bloco no poder” do estado.

²⁷⁵ Idem, Ibidem, p. 25.

debilidade na sociedade política, ou seja, uma tendência a diminuição de representatividade. E isso era tudo que as frações conservadoras temiam.

O esforço de Arlindo em enfraquecer a EAB não findou apenas com seus artigos publicados no periódico *Jornal de Notícias*, quando já ocupava o cargo de Diretor da SEAGRIBA, o catedrático continuou delegando críticas a instituição, mas agora com uma nova orientação: a junção da escola imperial com a recém criada EPBA. Como não poderia ser diferente, instituição, no qual, o próprio Fragoso administrava. Assim Arlindo escreveu no Boletim Oficial da SEAGRIBA:

Sucedendo agora, a retirada pelo Congresso Federal, em seu orçamento para o ano de 1897, da subvenção dada ao Instituto Bahiano de Agricultura, é urgente que o Estado, de acordo com a sua Diretoria, **promova a reforma da Escola Agrícola, preferindo fazer a fusão dela com a Escola Politécnica da Bahia**, onde o ensino da agronomia vai instituir-se com preciso desenvolvimento. Sem isso a Escola Agrícola correrá o risco de ter fechadas as suas portas, desde que ao Congresso do Estado não é lícito aumentar a subvenção liberalizada a uma instituição, que nenhuns resultados há produzido até agora, não sobrando ao Instituto Bahiano de Agricultura recursos para mantê-la sem os auxílios que lhe dava o governo federal.²⁷⁶ (grifos nosso)

Portanto, fica evidente a estratégia de Fragoso em trazer para o controle do seu grupo, esse precioso aparelho privado pertencente às frações tradicionais, mas a solicitação não se concretizou por completo, apesar do poder que Fragoso e seus partidários já dispunham no período.²⁷⁷ O que ocorreu foi à reforma e a transformação da EAB em uma escola prática a partir de 1905, dentro de uma disputa intra-classe; vitória para as frações que Arlindo representava.

Como destacamos em parágrafos anteriores Arlindo trás uma formação intelectual adquirida na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo, o catedrático vivenciou e adquiriu e interiorizou todo o conjunto de ideias advindas de novo projeto de visão de mundo, ao retornar a Bahia, Fragoso traz para a prática certo estilo de agir e pensar – *habitus*. Logo, investido também de um dado capital cultural, o que lhe abre as

²⁷⁶ FRAGOSO, Arlindo Coelho, Boletim da SEAGRIBA, 1897, p.141, *apud* Araujo, Nilton de Almeida, Op. Cit. p. 134.

²⁷⁷ A aprovação da possível transferência do Instituto Agrícola da Bahia para o controle da EPBA, não se concretizou pela negativa dada pela Câmara Legislativa Estadual. Fato concretizado muito pelo corporativismo ainda resistente dos grandes proprietários tradicionais, que ocupavam a maior parte das cadeiras de Deputados.

portas para liderar, organizar e construir consenso para as frações de classe – médio-urbanas -com ambições de se tornar hegemônica.

Nesse ínterim, podemos considerar o catedrático Fragoso uma espécie de “grande intelectual”²⁷⁸ em sentido orgânico, que tem a capacidade de trazer aos seus representados as questões conflitantes e divergentes lançadas por outros agentes de frações de classes distintas e de importância em contextos peculiares. Segundo Gramsci esse intelectual tem a sensibilidade de assinalar e perceber que a capacidade de construir uma hegemonia e garanti-la, por uma determinada fração, no interior do “bloco no poder” reunido a uma dada sociedade, só se torna praticável mediante a já precedente capacidade de exercício e condição de mando e gerência.²⁷⁹

Portanto, os intelectuais orgânicos devem ter a autonomia necessária para contrariar os interesses econômicos imediatos das frações a que se encontram vinculados para com isso se alcançar um propósito maior: “chegar à capacidade de torna-se orgânico e firmar sua representação. Nessa dinâmica, tanto para os intelectuais, como em relação ao aparelho do Estado, percebe-se que, ao contrário de algumas ponderações da historiografia percorrida, é possível pensarmos que, ao fim do século XIX no Brasil e especificamente na Bahia – momento em que frações de classes distintas com reivindicação diversas exigiam ser ouvidas e a partir daí construir formas para viabilizarem suas demandas – as relações sociais demonstram uma maior complexidade do que se tem estudado.

Dito isto, após as considerações gramscianas, podemos afirmar de Arlindo Fragoso possuía o perfil do que o revolucionário italiano definiu como “grande intelectual”. Aquele agente que é capaz de dar consistência teórica e dialética às novas concepções morais e éticas que emergem das práticas dos novos grupos sociais, ao mesmo tempo em que elaboram a sua organicidade e coerência lógica e prática, além de sistematizar a ideologia “instintiva” de um grupo social fundamental.

O grupo liderado por Arlindo traz intelectuais que compartilhavam uma mesma visão de mundo, entretanto, ao conseguir reunir esses agentes com o objetivo de criar

²⁷⁸ Gramsci acredita na relativa autonomia dos intelectuais, e principalmente dos chamados “*grandes intelectuais*”, com relação às classes fundamentais de que são orgânicos. GRAMSCI, 2006, Op.cit.

²⁷⁹ Segundo Gramsci, para a conquista de uma hegemonia presumi-se levar em consideração que “os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.” GRAMSCI, 2006, Op. Cit. p.41.

uma instituição de ensino para formação de engenheiros, é natural que esta mesma instituição também passe a reproduzir as frações nelas vinculadas. Então, em 1896 com o apoio incondicional do governador Luiz Viana e da SEAGRIBA, agência na qual Fragoso ocupava o cargo de Diretor, é criado o Instituto Politécnico da Bahia, agência vinculada junto à sociedade civil que um ano após institui tornar-se-á a Escola Politécnica da Bahia. Uma escola que foi ocupada pelas frações médio-urbanas ao longo de suas primeiras décadas, como mostramos no nosso capítulo precedente deste estudo. Então perguntamos: O que dizem as diretrizes que nortearam as práticas da EPBA? Qual era o seu projeto de visão de mundo? Ao analisarmos o estatuto do IPBA²⁸⁰ percebemos que a criação e a manutenção da EPBA não se constituíram apenas na primeira das finalidades do IPBA, como está bem expresso no primeiro capítulo do seu estatuto,

1º. Criar e manter com os seus recursos e auxílios que possa conseguir dos poderes públicos, sob o nome de Escola Polytechnica da Bahia, uma escola de engenharia, theorica e pratica, que formará agrimensores e engenheiros civis, admittindo, posteriormente, cursos especiaes de engenharia industrial, mecânica, de minas e agronomica.²⁸¹

A escola, no entanto, concretizou as engenharias - civil e agrimensura - como as suas principais atribuições. Mas observamos que o documento aponta para uma escola bem mais ampla e com atividades diversificadas. Não é surpreendente o projeto de criação de um curso de agronomia, talvez pela expectativa da transferência e junção com a EAB, o que acabou não ocorrendo. Nota-se a ênfase em cursos ligados a grandes obras, além da engenharia civil e agrimensura, cursos já tradicionais, temos a proposta de criação dos cursos de engenharias industrial, mecânica e minas. Como podemos perceber, encontramos uma tendência de formar profissionais qualificados para atuar em grandes empreendimentos, ou seja, profissionais para alavancar a Bahia para a modernização. Como os agentes imbuídos da missão de criar e organizar a escola já gozavam de razoável prestígio na sociedade civil, além de contarem com representação

²⁸⁰ Informamos que analisamos o estatuto do IPBA para identificar as práticas que nortearam a EPBA, já que não conseguimos identificar o estatuto da própria escola, mas cremos que o estatuto encontrado é uma fonte que pode ser interpretada sem causar distorção nas interpretações.

²⁸¹ Sobre uma análise mais aprofundada sobre o “Instituto e seus fins”, que consideramos também como da Escola, veremos em um tópico mais adiante. Estatuto do Instituto Polytechnico da Bahia. Imprensa Official do Estado, Bahia, 1917, p.5.

e apoio da sociedade política, o que lhes garantia a participação constante do poder estatal na manutenção da escola. Contudo, a presente frase “*crear e manter com os seus recursos e auxílios que possa conseguir dos poderes públicos*”²⁸², não nos deixa dúvida que os grupos vinculados a escola já se faziam representar. Lembramos que a cerimônia de lançamento da escola ocorreu na sede da Secretária de Agricultura da Bahia - SEAGRIBA, o que no interior de uma disputa intra-classe, um ato nestas condições representa um ganho de “capital político” considerável.

Arlindo e seus companheiros, idealizadores e fundadores do IPBA e EPBA, apresentaram em seu estatuto outras finalidades mais amplas, ambiciosas, e claro por se tratar de uma escola voltada para um projeto ideológico, as frações vinculados a esse ideário, que nos diz:

2°. Discutir e elucidar todas as questões que, **directa ou indirectamente, possam interessar à engenharia e á industria**, bem como ás artes e sciencias que lhes dizem respeito, **estabelecendo para este fim debates, conferencias e uma Revista tecnica**, em que largamente se instituirá o exame de seus respectivos assumptos, sob as garantias indeclináveis da mais absoluta **responsabilidade moral** por parte das competências que a si tomarem o encargo de estudal-os e esclarecel-os. (grifos nossos)

3°. Promover o **progresso do Estado**, estudando, em **auxílio aos particulares e ao Governo**, as questões technicas mais importantes de sua actualidade, propagando ao mesmo tempo, por todos os meios de vulgarização, os principios, normas e praticas mais convenientes e opportunos ao traçado e **construcção de sua vias-ferreas, melhoramento de seus portos e rios navegaveis, aperfeiçoamento de suas construcções architectonicas, exploração racional de suas minas, desenvolvimento de sua agricultura e industria, e aproveitamento de suas variadas e opulentas riquezas naturaes**, bem como disseminando o conhecimento de todas as questões que estão hoje resolvidas ou somente encaminhadas pela engenharia e pela industria. (grifos nossos)

4o. **Estimular a iniciativa particular para todos os commettimentos do progresso, auxiliando-a em suas tentativas, secundando-a em seus esforços e amparando-a em seus desfallecimentos; assim como promover, por meio de exposições no Estado e fóra delle, o conhecimento de seus recursos, em busca de attrahir capitaes que os fecundem, abrindo ao futuro da Bahia uma nova era de prospera felicidade e fortuna.**²⁸³ (grifos nossos)

²⁸² Idem, Ibidem.

²⁸³ Idem, Ibidem.

Os artigos 1º, 2º, 3º, e 4º do estatuto do IPBA trazem nas entrelinhas dos seus quatro artigos, as diretrizes nucleares sobre “*seus fins*” e a orientação no qual a sua escola teria na prática. É interessante ter em vista que o estatuto do IPBA, pelo que podemos perceber foi seguido de forma praticamente similar a sua congênere do Rio de Janeiro. O primeiro destaque advém do seu papel no estabelecimento dos princípios, meios, sistemas, métodos e processos da engenharia; todos em sintonia com a modernidade. A segunda ponderação delega o seu papel de representar junto ao Estado os meios de atender as demandas da classe burguesa dominante e auxiliar o “grande capital”. A próxima orientação vem na viabilidade de prestação de serviços técnicos de interesse do governo com levantamentos e pareceres - especialmente em questões técnicas, estatísticas e possibilidades de investimento.

Destacamos também três questões relevantes que pontuam de maneira clara a estratégia de como viabilizar seu projeto ideológico. São eles: a organização de debates, conferências, trabalhos de divulgação sobre as engenharias e ciências; editoração de uma revista técnica da instituição que “*largamente se instituirá o exame de seus respectivos assuntos, sob as garantias indeclináveis da mais absoluta responsabilidade moral por parte das competências que a si tomarem o encargo de estudá-los e esclarecê-los*”²⁸⁴ e finalizando; o incentivo e o convite explícito do IPBA as classes burguesas a investir nos projetos para a modernização da Bahia com o apoio irrestrito da classe engenheira via EPBA, ou seja, o amparo total da escola de engenharia e seus agentes. Após nossas ponderações sobre os fragmentos citados do Estatuto do IPBA²⁸⁵, podemos concluir que o projeto dos agentes vinculados a instituição, vem de encontro a uma ideologia que engloba a modernização do estado Bahia, especificamente, sua capital Salvador; alçando a partir daí a “civilização” moderna, para assim permitir a entrada do “grande capital”.

Como já colocamos em parágrafos anteriores, o caminho para se chegar à representatividade suficiente para a mudança de mentalidade do aparelho estatal, perpassam pela sociedade civil, e principalmente pela direção de um intelectual orgânico. No caso peculiar do nosso estudo, identificamos o professor Fragoso como o

²⁸⁴ Idem, Op., Cit., p. 5.

²⁸⁵ Lembramos que ao longo da trajetória das instituições – IPBA e EPBA -, ambas funcionaram como um todo “coerente” e “orgânico”, portanto, não havendo diferenças discrepantes entre as duas. Na leitura das atas das duas instituições, praticamente não encontramos divergências entre as instituições, com rara exceção.

“grande intelectual” deste processo, mas gostaríamos de distinguir os intelectuais de tipo tradicionais que reconhecemos serem os agentes ligados a grande propriedade.

Diante da perspectiva gramsciana, existem diferenças entre dois tipos de intelectuais:

Os que consideramos intelectuais tradicionais estariam vinculados à determinada classe tradicional – as frações vinculadas aos latifúndios e o sistema econômico agro-escravista e tendo como um de seus aparelhos privados a EAB – ou seja, os grupos sociais remanescentes de formação social precedente que não mais ocupam a direção principal no novo momento histórico. Os conceituados de “tradicionais”, Gramsci critica os seus idealismos para o qual os intelectuais, pela sua própria percepção da realidade, consideravam-se um grupo à parte da classe social dominante:

Todo grupo social “essencial”, contudo, surgido na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura econômica, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.²⁸⁶

Diferentemente os intelectuais orgânicos, se prendem às classes fundamentais de uma formação social, que se pretende ocupar uma posição emergente:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...)²⁸⁷

Para Gramsci, o intelectual não obrigatoriamente necessita vir da mesma origem social da classe fundamental que ele se faz representar, e sim pela posição de classe que ele se coloca ou assume. Diante destas premissas, podemos então entender, o caso do professor Arlindo Fragoso; um filho de médios proprietários da região tradicionalmente conhecida pela economia escravista, ao se formar em engenharia civil, retorna a Bahia e assume como porta-voz dos grupos médio-urbanos da capital baiana, dando início à disputa por representação no “bloco no poder”. Dando prosseguimento a sua estratégia de ocupação do aparato estatal, após, a criação da EPBA, Fragoso se alia a agentes de vínculos de origem dos mais variados, neste momento havia a necessidade de conquista

²⁸⁶ GRAMSCI, 2006, Op Cit. p. 16.

²⁸⁷ Idem, p.15.

de “capital político”, tanto para a si próprio, quanto para a EPBA. É só observarmos os nomes que ocupam o quadro de docentes fundadores da escola. Nomes como o de Frederico Ferreira Pontes, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Alexandre Freire Maia Bittencourt, Antonio Ferrão Moniz de Aragão, Américo Furtado de Simas, Affonso Glicério da Cunha Maciel, Aristides Galvão de Queiroz, Arthur de Sá Menezes, Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes, Augusto César Berenguer, Dionísio Gonçalves Martins, dentre outros. Todos os nomes citados eram pertencentes a famílias de grande importância na sociedade baiana e na sociedade do Império.

É interessante a presença de professores que atuavam em outros aparelhos privados como Frederico Pontes, que era agente de prestígio na sociedade civil, sócio da Sociedade Baiana de Agricultura – SBA; instituição ligada aos grupos tradicionais, membro do primeiro escalão do governo estadual, com ligações estreitas com Miguel Calmon, tendo até lhe substituído em uma viagem de estudos e pesquisas no exterior.²⁸⁸ Já os professores Augusto César Berenguer, Dionísio Gonçalves Martins, ocuparam a diretoria de Obras Públicas do estado, ligadas a SEAGRIBA²⁸⁹ além de sócios fundadores do IPBA. Esses agentes também eram vinculados a famílias tradicionais baianas. No caso de Gonçalves Martins, seu pai era Francisco Gonçalves Martins Barão e Visconde de São Lourenço. Alexandre Freire Maia Bittencourt e Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes, eram membros de uma das famílias mais poderosas da Bahia, “os Bittencourt” eram sócios da Associação Comercial da Bahia – ACBA. Tinham suas atividades econômicas diversificadas; das exportações a negócios bancários – investidores. Podemos dizer que “os Bittencourt” se adaptaram aos novos tempos. Aristides Galvão de Queiroz é ex-docente da EAB, da cadeira de Agricultura, sócio fundador do IPBA. No caso de Galvão de Queiroz, temos uma peculiaridade, o docente foi um dos fundadores do Clube de Engenharia²⁹⁰ no Rio de Janeiro e participante da Sessão Solene de inauguração do Primeiro Congresso de Estradas de Ferro do Brasil.²⁹¹ Já Miguel Calmon Du Pin e Almeida, futuro Ministro da Agricultura (1922 – 1926), foi um dos políticos mais influentes da República Velha. “Os Calmon” foram sem dúvida uma das famílias mais poderosas do Império, sobrinho do Marquês de Abrantes, Miguel também era um representante das velhas frações ligadas a terra, mas com um pensamento liberal e progressista. Calmon era membro da SBA, Associação Comercial,

²⁸⁸ ARAÚJO, 2010, Op. Cit. p. 227.

²⁸⁹ Idem, p. 298.

²⁹⁰ MARINHO, 2008, Op. Cit. p.367.

²⁹¹ Idem, 2010, Op. Cit. p.191.

além de operar negócios financeiros junto com seu irmão Francisco Góes Calmon, futuro governador da Bahia (1924-1928). Contudo, Miguel foi o protagonista de um movimento iniciado por frações “dominadas” da classe dominante agrária brasileira, especialmente da Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros estados, que empreendeu uma disputa com as frações agrárias hegemônicas de São Paulo sobre os rumos da agricultura nacional, esta contenda foi conceituada pela historiadora Sônia Mendonça como Ruralismo.²⁹² Para tanto, no momento histórico abordado, Miguel ocupava a pasta da SEAGRIBA, e nada mais interessante em convidar o titular da pasta da agricultura, para ocupar uma cátedra na EPBA. Entretanto, nomear Calmon catedrático seria um ganho de “capital político” certo.

Outro intelectual engenheiro muito ligado ao professor Fragozo é Américo Furtado Simas. Filho de negociantes, Simas se destaca como coordenador e um dos elaboradores da “Comissão do Planejamento Urbano da Cidade do Salvador em 1935, o que vai impulsionando a realização da “1ª Semana de Urbanismo de Salvador”, sediada nas instalações da EPBA²⁹³. Por nossas análises, e seguindo nossas orientações teórico-metodológicas, podemos afirmar que esse evento é o triunfo da legitimação das frações ligadas à escola, que a partir deste momento passou a ditar as regras como agência propagandeadora e organizadora do ideário das frações urbanas, no entanto, essa é outra história.²⁹⁴

O único com formação em direito no quadro dos intelectuais docentes engenheiros, citados por nós, diz respeito a Antonio Ferrão Moniz de Aragão, precedente da família escravocrata e negociantes “Moniz de Aragão”. Antônio Moniz, além das práticas advocatícias, foi político, e partidário de toda hora ao futuro governador da Bahia JJ. Seabra. Por essa fidelidade Moniz chega ao cargo de governador (1916 – 1920) por indicação de Seabra.

Entretanto, perguntamos: Por que esses agentes, praticamente todos vinculados a grandes famílias proprietárias escravocratas, ligadas ao agrocomercio da região do Recôncavo; se juntariam em prol de um projeto ideológico tão distinto, se comparado ao que norteava a EAB do Império? Notamos que todos esses agentes, exceto Antônio Moniz, são graduados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Este fato, contudo, já

²⁹² MENDONÇA, 1997, Op. Cit.

²⁹³ UZÊDA, Jorge Almeida. O aguaceiro da modernidade na cidade do salvador (1935- 1945). Tese de Doutorado, UFBA, 2006.

²⁹⁴ Destacamos que nos tópicos adiante apenas faremos algumas ponderações sobre a Primeira Semana de Urbanismo de Salvador, onde por de trás desse evento encontra-se toda cúpula da EPBA.

os trazem para um mesmo eixo ideológico. Vale lembrar que esses grupos de engenheiros se graduaram em um período onde a sociedade civil da capital do Império se complexifica e as alianças entre as classes tradicionais e os novos grupos sociais em ascensão ocorrem a todo o momento, principalmente, as frações vinculadas aos engenheiros da politécnica do Rio de Janeiro. Portanto, com a criação do Clube de Engenharia, a propagação do ideário “modernizar” e “civilizar” para preparar o país para o “grande capital” se tornou a bandeira dos principais grupos médio-urbanos, no país.

Por esses agentes terem vínculos precedentes junto às famílias ligadas a terra, não é por acaso, que o portal de entrada desses agentes foi a SEAGRIBA, agora no regime republicano, e com uma nova orientação organizada por Arlindo Fragoso. Lembramos que o domínio dos diplomados no Rio de Janeiro no primeiro escalão da pasta da agricultura nas duas primeiras décadas republicanas foi inquestionável. Dos primeiros titulares da pasta da agricultura da era republicana, Arlindo Fragoso, José Antônio Costa, José Rodrigues Saldanha, Miguel Calmon e Frederico Pontes, todos foram diplomados pela EPRJ. E todos se encontravam instalados no corpo docente da EPBA ou em alguma comissão no IPBA. A privilegiada posição política dos professores da EPBA levou-os a ocupar por doze anos o cargo de Secretário de Agricultura, ou alguma diretoria estratégica na pasta. Afirmamos, contudo, que a SEAGRIBA, foi um dos principais palcos desta coexistência conflituosa com as frações tradicionais. Os graduados pela EPRJ, e os agentes vinculados a seus projetos, fizeram da EAB e SEAGRIBA, uma arena de disputa intra-classe, objetivando gradativamente ocupar seus espaços de representação no aparato estatal.

Portanto, as disputas ocorrem até 1912, quando Fragoso, agora aliado de JJ Seabra ascende ao poder e o convida para ocupar a principal pasta da administração seabrista. Inicia-se então a implementação do projeto modernizador.

3 – EPBA e J J Seabra: A conquista de um projeto contra-hegemônico

José Joaquim Seabra, é o legítimo representante das frações médio-urbanas da capital da Bahia. Filho de um funcionário da Alfândega da Bahia, “cargo provavelmente

obtido através de contatos sociais ou políticos”²⁹⁵, percebe-se que Seabra tem uma condição social bem modesta. Com formação secundária adquirida em Salvador, JJ Seabra, em 1877 é diplomado em Direito pela escola de Recife.²⁹⁶ Com grande habilidade política, já percebida quando ainda ocupava os bancos da faculdade, Seabra ao formar-se em Advogado é logo nomeado promotor público em Salvador, o que dá indício de boas relações sociais.²⁹⁷ Nomeado para a promotoria na capital, não progrediu no cargo. Optou por voltar a Recife para estudar mais um ano, e obter o título de Doutor. Em 1879, concursou para o corpo docente da escola pernambucana e se torna substituto em 1880.²⁹⁸

Na primeira tentativa de entrar na política, Seabra flerta com o Partido Conservador baiano, mas sem sucesso.²⁹⁹ Em meados de agosto de 1889, após novamente ser excluído do processo, Seabra resolve se lançar de forma independente. É novamente derrotado. Só em 1890 já no regime republicano é que Seabra consegue êxito para o legislativo federal, dando a partir daí, a partida para sua trajetória até o executivo estadual em 1912.³⁰⁰ Com carreira meteórica na Câmara Federal, conhecido por seus discursos exaltados, Seabra é habilidoso no trato com a política, conquistando prestígio e seguidores, o que o leva a ser nomeado em 1902 para a pasta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na presidência de Rodrigues Alves (1902 – 1906).³⁰¹

A pasta da justiça era sem dúvida uma das mais importantes, pois era responsável pela gerência e administração da Justiça, saúde, educação, polícia, entre outras atividades e atribuições.³⁰² No mandato de Rodrigues Alves, a responsabilidade era ainda maior, pois se pretendia implementar a primeira grande reforma urbana da capital da república; era necessário “modernizar” para assim alcançar a “civilização” e a partir daí abrir o país para os investimentos do “grande capital”. Mas, para se atingir essa condição era necessário o ambiente urbano, conforme as normas estéticas do

²⁹⁵ SARMENTO, Op.Cit. p.17.

²⁹⁶ Idem, p. 18.

²⁹⁷ Idem, Ibidem.

²⁹⁸ Segundo Silvia Noronha, o concurso feito por Seabra para docente substituto para a escola de Recife foi um dos mais polêmicos da época, pelo fato de não ter-se convencido estar em terceiro lugar, acreditando ter sido o melhor candidato, Seabra “foi ao Rio de Janeiro para, em meio à audiência pública semanal do imperador Pedro II, pedir a revisão do resultado. Com o processo deferido a seu favor, foi empossado como professor substituto em 1880”. Idem, p.20.

²⁹⁹ CASTRO, Renato Berbert de. *Cronologia de J. J. Seabra e Porque Seabra ia ser e não foi Senador por Alagoas*. Salvador, 1990. Mimeografado inédito, apresentado em concurso da Fundação Pedro Calmon.

³⁰⁰ SARMENTO, Op. Cit. p. 21.

³⁰¹ Idem, p. 70.

³⁰² Idem, Ibidem.

sistema capitalista. Contudo, sanear, reformar e erradicar as insalubridades que ali perpetuavam, não seria tarefa nada fácil para o ministro Seabra.³⁰³

O baiano Seabra foi um político de articulação e habilidade na administração pública. Segundo Silvia Sarmiento, foi o Ministro quem convidou o médico Osvaldo Cruz para dirigir a saúde e conduzir a reforma sanitária na capital federal.³⁰⁴ Participou e gerenciou em conjunto com o prefeito e engenheiro Pedreira Passos da grande reforma da capital federal. Para a Bahia, trabalhou em prol das obras de modernização do porto de Salvador e reforma da Escola de Medicina. O Ministro também organizou a polícia civil no Rio de Janeiro e implementou reformas aos serviços públicos”.³⁰⁵ Sua administração eficiente na pasta lhe rendeu o reconhecimento presidencial, e o acúmulo da pasta Negócios Exteriores em 1902, quando o ministro iniciou as negociações para incorporação do território do Acre.³⁰⁶

Portanto, o Ministério Seabra tinha sob sua tutela grande quantidade de cargos, contratos e obras, além de proporcionar visibilidade, prestígio e principalmente ganho de “capital político”. A partir deste momento Seabra inicia a sua estratégia para se firmar definitivamente como uma grande liderança na política baiana, articulando alianças pela capital federal e não por dentro do estado baiano. Iniciada sua estratégia, Seabra, se alia a agentes vinculados Associação Comercial da Bahia – ACBA, passando a representá-lo na instância federal. Com essa ação o Ministro alcança a sociedade civil baiana, mesmo que os interesses deste aparelho não condiziam com seus projetos.³⁰⁷ Seabra através de sua penetração nas camadas médio-urbanas, aproveitando-se da influência do momento, consegue aliciar um agrupamento de jovens agentes doutores³⁰⁸ seduzidos por sua liderança carismática e pelas possibilidades de ascensão política em instância estadual, e também por se sentirem acolhidos frente aos seus projetos ideológicos.³⁰⁹

³⁰³ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁵ Idem, *Ibidem*.

³⁰⁶ Informamos de JJ Seabra assumiu o Ministério de Negócios Exteriores em caráter interino.

³⁰⁷ Mesmo que a ACBA estivesse adequada aos novos tempos do capitalismo, a instituição fazia pressão por práticas políticas que não condiziam na preparação da Bahia para a entrada do “grande capital”. ACBA se orientava segundo Mário Santos, como um grupo de pressão, no sentido conservador. As reivindicações junto ao aparelho estatal foram sempre no sentido de criar políticas protecionistas para seus associados, com intuito de desacelerar a entrada do “grande capital” no estado, com intuito de salvaguardar seus investimentos. SANTOS, 1985, *Op. Cit.*

³⁰⁸ Nomes como Antônio Moniz, Octávio Mangabeira, Ernesto Simões Filho, Moniz Sodré, dentre outros.

³⁰⁹ PANG, 1979, *Op. Cit.*

Contudo, após tentativa de influenciar nas disputas estaduais em 1904 na sucessão de Severino Vieira, o Ministro Seabra coleciona mais uma derrota no cenário local, e com o término da administração de Rodrigues Alves, o Ministro encarou alguns anos de ostracismo político; só retornado na campanha de Hermes da Fonseca a presidência. O apoio ao grupo político de Hermes, rendeu-lhe a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas na presidência de Hermes da Fonseca (1910 – 1914), partindo neste momento para a cadeira do executivo estadual.

Um pouco antes de Seabra assumir o protagonismo no cenário político baiano, percebendo um processo de ruptura entre os partidários dos ex-governadores Severino Vieira e José Marcelino, que acelera as bases já enfraquecidas do principal partido local, facilitando diretamente a ascensão de J. J. Seabra e sua agremiação partidária.

J. J. Seabra, político pragmático e de grande prestígio na capital federal, mesmo ficando alguns anos no exílio político, retorna com fôlego total na política estadual, engrenado no esteio da “política das salvaçãoes”³¹⁰ do presidente Hermes da Fonseca. Com Seabra galgando ao poder, o ex-ministro se transformou na primeira força hegemônica da política baiana da era republicana, conseguindo manter seu domínio por doze anos.

Entretanto, perguntamos: O que há de similar entre a trajetória de JJ Seabra e a EPBA? Onde estaria o ponto de interseção desses dois objetos no estudo proposto por nós? Vamos às respostas.

As dificuldades enfrentadas pela EPBA nos anos de Severino Vieira, fez com que o grupo político vinculado a instituição recuasse em suas pretensões em inscrever e colocar seus projetos em práticas. As disputas intra-classe prosseguiram, e cada vez mais as velhas frações iriam perdendo espaço representativo na sociedade política baiana. Neste ínterim, era apenas uma questão de tempo para um novo projeto ideológico se tornasse o referencial no aparelho estatal. Como já informamos em seções anteriores, com a intensificação dos problemas financeiros da escola, e a queda de capital político de vários agentes ligados a instituição, Arlindo Fragoso passa a se dedicar exclusivamente a EPBA, no intuito de salvaguardar o seu principal instrumento de representatividade dentro de um processo complexo de crise hegemônica. Mesmo

³¹⁰ Na tentativa de romper com a tradicional política "café com leite" e levar ao Palácio do Catete uma aliança formada por parte do Exército e representantes de frações de classe de estados menores, lideradas pelo senador gaúcho Pinheiro Machado. Essa plataforma política levou a presidência o Marechal Hermes da Fonseca. Cf: Pang, Op, Cit.

assim a EPBA quase é fechada, fato só não consumado pelo poder de articulação e convencimento do professor Fragoso.³¹¹

Com a administração de José Marcelino (1904 – 1908), as subvenções também retornam gradativamente, no entanto, a presença de agentes vinculados a escola nas agências estatais é ligeiramente diminuída, principalmente, nos cargos da pasta da agricultura onde o *locus* presencial sempre foi marcante. É neste momento que Arlindo estreita suas relações com Miguel Calmon, como já colocamos no tópico anterior. A saída de Calmon da SEAGRIBA, para assumir o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a agência da agricultura da Bahia, passou por uma grande reestruturação e foi transferida para uma única pasta nomeada como “Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas”.³¹²

Os anos subseqüentes, as disputas políticas só intensificam, quando em 1912 JJ Seabra por uma articulação via “política das Salvações” conquista a principal cadeira do executivo da Bahia. Com eleição garantida, a posse de JJ Seabra é impedida pela oposição, levando a capital baiana a ser bombardeada pelo exército, por ordens do governo central.³¹³ Resolvido a contenda da posse, o governador Seabra, começa-se aí a formação dos seus quadros técnicos, ou seja, quem ocuparia as pastas na administração seabrista. É aí que as histórias dos dois objetos – JJ Seabra e EPBA - se tocam e passam a se complementar em prol de um projeto ideológico comum. Lembramos que JJ Seabra foi o ministro que gerenciou com o Prefeito Pereira Passos a grande reforma urbana da capital federal. Seabra era um agente ligado a grandes obras, dos discursos a favor do “progresso”, enfim, esse era o “momento da Bahia entrar na nova era econômica e social”.³¹⁴

Seabra, chega ao poder com um leque de alianças dos mais variados grupos sociais, dentre elas a ACBA, instituição conhecida por suas posições protecionista e conservadoras. Para o operariado soteropolitano Seabra era o homem certo na hora certa, portanto, o apoio foi incondicional. Em suma, Seabra era o coroamento da chegada da frações médio-urbanas ao poder.

³¹¹ Neste momento, após Arlindo ministrar nove cadeiras dos cursos de engenharia civil de geográfica por um período de uma semana. Fragoso consegue convencer os integrantes do corpo docente, que estavam em recusa de ministrar os cursos devido à falta de pagamento de salários, que os seus esforços não poderiam ficar em vão. Com o poder de convencimento de organicidade, o corpo docente da EPBA, volta aos trabalhos mesmo sem ter os salários quitados. Saber mais Cf: capítulo II deste estudo.

³¹² TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

³¹³ Idem, pp. 322 – 323.

³¹⁴ Idem, pp. 324 – 325.

Entretanto, era chegada à hora da escolha dos agentes que iriam junto com Seabra administrar e implementar seu principal objetivo de governo, a primeira grande reforma urbana da cidade da Bahia.

Para gerenciar este processo, Seabra nomeia para o cargo de Secretário Geral de Estado, o catedrático da Escola Politécnica da Bahia Arlindo Coelho Fragoso. Nomeado segundo homem da administração seabrista, a partir deste momento, Arlindo passa a ser o difusor e o organizador junto à sociedade política, ação praticada com o suporte de sua escola, – agora entendida por nós como um aparelho privado de hegemonia - do grande projeto “modernizador” e “civilizatório” da Bahia Republicana. Autonomia delegada a Fragoso para que iniciasse a “grande reforma”, necessitava de agentes de sua confiança, e partilhassem dos mesmos ideais de mundo. Então por indicação do catedrático, Seabra nomeia para cargos de Diretorias de sub-pastas, vários agentes pertencentes ao corpo docente da EPBA.

Nomeados por indicação de Fragoso temos, Francisco Lopes da Silva Lima, que ocupou a acessória direta de Arlindo, Francisco de Souza, nomeado Diretor do Serviço de Águas e Esgotos, também chegando à intendência – prefeito - de Salvador em 1930 e Thyrso Simões Paiva, ex-aluno e docente, nomeado para a chefia de Inspetoria da Iluminação. Chamamos, contudo, a atenção para a nomeação de Paiva, que legítima de forma empírica um dos objetivos da instituição como um aparelho privado de hegemonia: Ser responsável por reproduzir a sua própria fração na qual esteja vinculada, ou seja, em 1912 a EPBA já conseguiu reproduzir os seus próprios quadros, e agentes intelectuais para atuar na sociedade política. Paiva nos anos subsequentes chegou a ocupar a intendência de Salvador por várias vezes, além de uma vida acadêmica intensa, atuando na área das matemáticas. Ainda dentro do corpo de técnicos nomeados aparece: Arquimedes Siqueira Guimarães e Alpheu Diniz Gonçalves, ex-alunos e docentes da escola, no entanto, ainda não foi possível mapear os cargos ocupados. Ao analisarmos a nomeação desses agentes para as diretorias citadas, podemos perceber a inserção dos engenheiros da EPBA, no grupo dos formuladores de planos de políticas de ação, buscando viabilizar seus projetos de visão de mundo no interior do “bloco no poder”. Programar projetos para viação, obras contra as secas³¹⁵, planejamento e construção modernas edificações, eletrificação, racionalizações dos

³¹⁵ Informamos que para nos aprofundarmos mais específicos, para determinadas áreas de atuação dos politécnicos, extrapolaria as balizas de nosso estudo, portanto, os aprofundaremos nestas questões só ocorreram em outro projeto de pesquisa.

espaços urbanos etc., todos esses projetos entendidos pelos engenheiros politécnicos como contribuições ao “progresso” para “civilização”, alavancando assim a Bahia para a “modernidade”, para assim permitir a entrada para o “grande capital”. Logo, é possível afirmar que, a EPBA uma das principais associações privadas do estado baiano, durante as primeiras décadas da era republicana, exerceu em vários momentos, como os aqui destacados, um papel fundamental nas formulações e consultorias aos mais variados temas para as instâncias estatais. Como constatamos em um fragmento das atas da instituição;

O intendente Municipal, Dr Vitorino Falcão, solicitara o auxílio do Instituto Politécnico para a organização do regulamento dos serviços de eletricidade do Município. Designados para a comissão: **Arlindo, Francisco de Souza, Silva Lima**, Antônio Carneiro e Alfredo de Andrade.³¹⁶ (grifos nosso)

Como podemos perceber, a atuação dos agentes politécnicos junto ao aparelho estatal era intensa, até mesmo antes de encamparem a estrutura do estado, os politécnicos já arbitravam na organicidade em prol de políticas para cidade do Salvador. Contudo, em 1912, passados quinze anos da criação da escola, o contingente de graduados era considerável, e vários desses agentes já se destacavam como professores da mesma instituição na qual se formaram. Lembramos, entretanto, do perfil endógeno da escola mostrado no capítulo anterior. Nomes como Octávio Cavalcante Mangabeira, Arquimedes Siqueira Gonçalves e Alpheu Diniz Gonçalves, de ex-alunos, promovidos a docentes da EPBA.

Ainda sobre o primeiro decênio de criação da EPBA, podemos afirmar que a formação adquirida por esses agentes na instituição possibilitou aos engenheiros baianos a construção de uma identidade própria, assimilada, mesmo que de forma inconsciente, pela instrução recebida, carregado por um discurso dialético e legitimador, mas também, ideias e comportamentos comuns compartilhados e editados em periódicos específicos e jornais de grande circulação. Sendo assim, Sônia Mendonça nos diz,

³¹⁶ GUIMARÃES, Op. Cit. p. 52.

Limitar-se a isso, contudo, significa obscurecer o caráter prático de cada uma das instituições escolares, as quais se acham inseridas numa hierarquia dos saberes e, conseqüentemente, do prestígio atribuído aos agentes dela oriundos. Significa, também, subestimar a predisposição a um certo tipo de ação sobre o real que é típica daqueles que derivam das mais variadas instituições.³¹⁷

Marcado pelo coroamento de um projeto ideológico, após um longo processo de crise hegemônica, os anos de Seabra no poder, foi também identificado por momentos de grande tensão, como episódio do rompimento da administração seabrista com uma das principais instituições representativas da Bahia: Associação Comercial – ACBA.

Apesar de JJ Seabra iniciar sua grande reforma na capital, tendo a EPBA como norteador de suas práticas, a ACBA, temerosa em perder seus privilégios junto ao governo estadual inicia uma campanha difamatória a administração estadual a partir de 1913. No início do governo os interesses da instituição foram de plenamente atendidos, por exemplo, a diminuição de alguns impostos referentes aos exercícios de 1914 e 1915.³¹⁸ Em suma a ACBA, via de regra, sempre atuava neste sentido, arbitrando para política de proteger o capital de seus associados ou/e atuado no sentido de pressionar os governos estaduais para arbitrar a favor de diminuição de tarifas de impostos. Reivindicação que quase sempre lhe era atendida, muito pelo fato da ACBA ter uma importante representação nas assembleias Legislativa estadual e no Senado estadual, ainda contar com seus agentes na Câmara Federal. Portanto, ir para o *front* com ACBA, seria uma atitude arriscada, muito pela força de representação de as frações vinculadas a ela detinham, ressaltamos que Seabra chegou ao executivo estadual muito pelo apoio irrestrito dos associados da ACBA.³¹⁹

Surgiu, entretanto, em 1913 a primeira disputa entre Seabra e ACBA. Ocorreu pelo fato do governador arbitrar para a transformação do Banco de Crédito da Lavoura em Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola da Bahia. Transação ocorrida pela seguinte forma conforme o Periódico da época Gazeta do Povo;

“Resolvendo promover a fundação do Banco Hipotecário e Agrícola da Bahia, disse o governador, no decreto de 21 de outubro de, que, de todos que foram sugeridos ao seu estudo, após refletido exame, aceitou o do contrato firmado com o industrial e capitalista Eduardo Guinle:

³¹⁷ MENDONÇA, 1998, Op.cit. p.13.

³¹⁸ SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.pp.82 -83

³¹⁹ TAVARES, Op.Cit.

- a) Que o Banco se estabeleceria segundo os moldes dos institutos congêneres de São Paulo e Minas;
- b) Que o seu capital, em ações e obrigações, seria de 100 milhões de francos;
- c) Que a garantia do Estado, autorizava na lei até o máximo de 6% não excederia de 5 1/2%, sendo 5% de juros e 1/2 de amortização;
- d) Que, sendo o prazo do contrato de 50 anos, não iria além dos 35 o da garantia;
- e) Que o novo **Banco encamparia o atual Banco da Lavoura, assumindo todas as responsabilidades do seu ativo e passivo, inclusive o resgate das ações em vigor, com a bonificação de 10% sobre a importância das entradas realizadas**³²⁰ (grifos nossos)

Após a citação, podemos imaginar o grande problema que Seabra causou a sua administração. A partir de então a ACBA, inicia uma oposição ferrenha ao longo dos seus anos de mandato. Mas então perguntamos: o que essa ação tem haver com o nosso objeto de estudo?

Vejamos numa rápida ponderação: Na prática, ação de JJ Seabra prova que o governador é um agente sintonizado com as práticas do capitalismo ocidental . E a transformação do Banco da Lavoura em um Banco de Hipotecário com capital franco-brasileiro, reafirma o projeto ideológico na qual está inserido. Preparar a Bahia para a “modernidade”, e isso requer duas ações imediatas: Primeira, vem de encontro da ideia de suprimir uma instituição que atendia as velhas classes conservadoras³²¹, dentro de uma disputa intra-classe essa ação tem o poder de enfraquecer ainda mais as frações que antes hegemônicas. Portanto, não há dúvida que essa estratégia foi acertada e favoreceu ao grupo que o governador está vinculado, as classes médio-urbanas. A segunda perpassa pela questão de demonstrar força no interior das disputas das correlações de forças.

Após essas breves ponderações sobre o episódio “Banco da Lavoura” podemos reafirmar que o projeto que uni a EPBA e JJ Seabra, e as classes médio-urbanas de fato tomou espaço assumiu protagonismo frente as velhas frações tradicionais. Mesmo com a queda do domínio de Seabra em 1924, chegando ao poder um agente totalmente adaptado as práticas do “grande capital”, Francisco Goés Calmon, irmão de Miguel Calmon, e seu grupo, apenas atuaram para reequilibrar as disputas intra-classe, mas na

³²⁰ Relatório da Associação Comercial da Bahia, 1913 *apud*, SANTOS, Op. Cit. p.82.

³²¹ Informamos que a contenda com ACBA se inicia pelo fato do Banco da Lavoura ter sido durante muitos anos um grande braço financeiro para as tradicionais frações proprietárias do Recôncavo, frações estas que ocupam em massa a ACBA.

prática o projeto ideológico permaneceu inalterado. Já o destino da EPBA após os anos de 1920, continuou numa escala ascendente. No decorrer dos anos de 1920, até o início dos anos 1940, praticamente todos os prefeitos que passaram por Salvador tinham vínculos com a EPBA. Quanto ao projeto de modernizar a capital baiana, após o primeiro mandato do governador JJ Seabra, execução das reformas paralisaram, por questões econômicas de alcance mundial, lembremos do conflito da Primeira Grande Guerra. Entretanto, as discussões de reformas urbanas só retornam na ordem do dia em 1935, com a Primeira Semana de Urbanismo de Salvador. Esse movimento vai ser desenvolvido e organizado por acadêmicos e intelectuais ligados a EPBA. Interessante colocar, é que o evento ocorreu nas instalações da escola de engenheiros dos baianos. Vários docentes e pesquisadores com vínculos com a EPBA debatem sobre o destino no qual a estrutura e o espaço urbano soteropolitano se norteará. A ideia do encontro não é novidade para os acadêmicos politécnicos, discutir o melhor projeto para adequar a capital da Bahia para os futuros investimentos foi e será sempre uma incursão do dia.

Como podemos ver; o que vai mudar desta vez, será apenas o cunho das discussões, que irão ocorrer de forma mais aberta e participativa. Contudo, analisar esse momento histórico do encontro seria extrapolar nossas balizas cronológicas, cremos ser plausível trabalhar com esse período num próximo estudo.

Destacamos, portanto, que da criação da EPBA até os anos de 1920, ano limite para o nosso recorte cronológico, por questões metodológicas procuramos apenas trabalhar com os professores fundadores, e de alguns nomes diplomados até 1910, agentes estes, que conceituamos como a “Primeira Geração” de Politécnicos da Bahia. Mas, apesar de que não termos analisados os agentes diplomados pós 1910, consideramos essa “Segunda Geração” não menos importante, por entender que estes agentes só atuaram de forma prática junto a escola e sociedade pós metade dos anos vinte, o que levaria no estudo a ultrapassar o período cronológico estabelecido.

Conclusão

Durante nosso estudo procuramos privilegiar o processo de institucionalização da Escola Politécnica da Bahia — EPBA. Esta investigação percorreu os primeiros vinte anos da instituição e se colocou em analisar e discutir as razões pelas quais a Escola Politécnica da Bahia foi criada. Uma instituição de ensino formadora de engenheiros, criada e administrada por uma agência composta por agentes encampados na sociedade civil e sociedade política, situação que nos traz a luz as estratégias das frações da classe médio-urbanas preocupadas em alcançar representatividade e, a partir daí, inscrever seus projetos de “visão de mundo”. Mas para chegarmos a nossas hipóteses procuramos fazer o caminho trilhado por esses agentes, e pudemos constatar que suas concepções de mundo refletiam claramente as práticas, as diretrizes e os programas da instituição no qual se educaram — Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já que a maioria absoluta dos agentes fundadores da EPBA é advinda da congênere da capital federal. Após fazer essa trajetória, identificamos que o grupo ligado a EPBA tem como projeto ideológico comum: Alçar a Bahia para a “modernidade” para aí poder se abrir para o “grande capital”. Percorremos todo o cenário “jogo” político na Bahia republicana, destacando todo processo de crise de hegemonia, apontando os agentes principais das disputas, envolvidos na criação da EPBA, e seus representantes dentro deste processo, com destaque para JJ Seabra, que ao galgar ao poder toma a EPBA como seu principal instrumento para difundir seus projetos — “modernizar Salvador”

Contudo, o interesse na “modernização” estava intimamente relacionado aos interesses dessas frações - principalmente as frações ligadas às atividades urbanas que, por sua vez, fortalecia gradativamente o poder da administração estatal. Logo, atuar conjuntamente faz com que as atividades desses agentes referendassem essa ideologia “civilizatória” e de “progresso”, baseada na edificação de um Estado “moderno” nos moldes do capitalismo ocidental. Assim, como apontamos durante todo estudo, a construção e a configuração do “modernizar” para o “progresso” pelos dirigentes aprofundavam-se nesse momento.

Concluindo com essas indagações e mobilizados por estas constantes lutas é que poderemos situar a política baiana e o seu lugar na República Velha e suas respectivas transformações e, ao mesmo tempo, deslocar a dimensão da história da Bahia para o

interior da referida instituição, podemos então afirmar a hipótese principal do nosso estudo: que a Escola Politécnica da Bahia, por meio de seus dirigentes, construiu e discerniu projetos de visão de mundo. Constatando, então, que a instituição formadora de engenheiros da Bahia é, portanto, um aparelho privado de hegemonia.

Bibliografia

Fontes Trabalhadas

Atas da Congregação do Instituto Politécnico da Bahia (1896 – 1920).
Atas da Congregação da Escola Politécnica da Bahia (1897 -1920).
Estatuto do Instituto Politécnico da Bahia.
Livros de registro de posse de professores da EPBA (1897 – 1920).
Livro do Regime Interno da Escola Politécnica da Bahia.
Livro do Registro de Títulos dos docentes da EPBA (1897 -1920).
Pastas dos alunos da EPBA (1897 – 1920).
Pastas dos Docentes da EPBA (1897 – 1920).

Periódicos

Jornal O Democrata de 19 de abril de 1919.
A Gazeta do Povo de 23 de março de 1911.

Bibliografia Consultada

Aquino ,Lia de. *Contribuição ao estudo das habitações populares*, Rio de Janeiro: 1886 – 1906. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. *A Escola Agrícola de São Bento das Lajes e a Institucionalização da Agronomia no Brasil 1877 – 1930*. Dissertação de Mestrado UEFS, 2006.

_____. *Espaço de ciência, espaço de poder: o Boletim da Secretaria de Agricultura da Bahia*. In: IV Encontro Estadual de História - Anpuh BA, 2008, Vitória da Conquista - BA. IV Encontro Estadual de História - Anpuh BA. Vitória da Conquista BA. : Edições UESB, 2008.

_____. *PIONEIRISMO E HEGEMONIA: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2010.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. *Construindo as Minas e Planejando as gerais: “os engenheiros e a constituição dos grupos sociais”*. Tese de doutorado em Sociologia Unicamp, 1993.

BARBOSA, Emiliano Côrtes. *Escola Politécnica da Bahia: historia e perfil institucional 1897 1920*. In: XXV Simpósio Nacional de História-Anpuh, 2009, Fortaleza. XXV Simpósio Nacional de História-História e Ética. Fortaleza : Fortaleza:Editora, 2009. v. I. p. 303-303.

BARDIN, Laurance. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. *Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB)*. Brasília, v.2, n.1, p.4. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/aldo%20ancib.pdf>. Acesso em 26/12/2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. SP, Perspectiva, 1975.

_____. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

_____. *Pierre Bourdieu* entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro. EdUERJ, 2002.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico/ tradução Denice Bárbara Catani*. – São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURKE, Peter. “*O estudo das elites*” In: Veneza e Amsterdã - um estudo das Elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAMPS, G. Prosopografia. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo: Papiros Editora, 1988.

CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ªEd Revisada: Ed UFMG, 2002.

_____. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS, “*História e análises de textos*” in: *Ciro F.S. CARDOSO, Ronaldo VAIFAS. (org). Domínios da História*. 5. ed. Campus. 1997.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822 – 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Terezinha Pereira. *Teses apresentadas a Escola Politécnica e à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia: levantamento e estudo analítico*. Salvador, 1965.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson, Teixeira, Andréia de Paula (org). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Tânia M. T. B. da. “*História e Prosopografia*” In: X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ - História e Biografias. UERJ, 2002.

Diário da Bahia e Diário de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de et. al. (organização). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora da FGV; CPDOC, 2001.

DIAS, André Luís Mattedi. *Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2002.

Diniz, Marli. *Os Donos do Saber: profissões e monopólios profissionais*. IUPERJ, UCAM, Revan, 2000.

FAIRCLOUG, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed da UNB, 2001.

FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

_____, *História do Brasil: Didático*. Edusp: São Paulo, 1999.

_____. *Conflito social na República Oligárquica: a greve de 1917*. Estudos CEBRAP. São Paulo: Cebrap, nº 10, p. 79-109, out.- nov.-dez. de 1974.

FRAGOSO, Arlindo. *Escola Agrícola da Bahia*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1893.

FERREIRA, Luís Otávio. *Os Politécnicos: ciência e reorganização social segundo o pensamento positivista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro 1862 – 1922*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Vol. 3: “Maquiavel. Notas sobre o estado e a política”. Tradução de: Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

_____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Arquimedes Pereira. *Escola Politécnica da Bahia*.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “Resistências as Reforma”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, Vol. VII. São Paulo: Difel, 1977, PP. 283-359.

KAWAMURA, Lili Katsuco. *Engenheiros: trabalho e ideologia*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1981.

LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. (org), 9ª Ed, Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2V.

LONER, Beatriz Ana. *O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha*. História-Unisinos (Dossiê trabalho e movimento operário), São Leopoldo, RS: PPGH-Unisinos, v. 6, nº 6.

Lopez, Adriana, Motta, Carlos Guilherme. *História do Brasil: Uma interpretação*. São Paulo: Ed: Senac, 2008

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Engenharia Imperial: o Instituto Politécnico Brasileiro – 1862-1880*. Dissertação de Mestrado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: UFF, 2002.

_____. *Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888*. Tese de Doutorado em História pelo PGHF da UFF. Niterói: 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. *História: Pensar e Fazer*. (org), Rio de Janeiro, Laboratório Dimensões da História, 1998.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1978.

MAXWELL, Kenneth. Trad. João Maia. *A Devassa da Devassa - A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750-1808*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

_____. *Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed Vício de Leitura, 1998.

_____. *Estado, violência Simbólica e metaforização da cidadania*. Revista Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. V1, EDUFF, Niterói, RJ, 1996.

_____. *Estado e Sociedade* in: Mattos, Marcelo Badaró (org), Rio de Janeiro, História: Pensar e saber, Laboratório Dimensões da História, 1998.

MICELI, Sérgio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: estudo clinica dos anatolianos*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1977.

NAVA, Pedro. *Capítulos Da História Da Medicina No Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b.

PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PIÑERO, Théo Lobarinhas. “*Negócios e Política no Brasil Império*”. In: Brasil e Argentina. Estado, Agricultura e Empresários. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/ La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2001.

POULANTZAS, Nicos *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ROCHA, J. A. *A criação da Escola Politécnica da Bahia e a Guerra de Canudos*. Salvador. Revista UNEB, Julho. 1997.

_____, Freire Júnior, Olival, Ribeiro Filho, Aurino. *Escola Politécnica da Bahia, um século de existência*. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, V, Ouro Preto, 1995. Anais. São Paulo: SBHC, 1998.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições do Rio de Janeiro: 1870 – 1920*.

ROQUE, Rita de Cássia Menezes. *Os Bandeirantes dos tempos modernos: a Escola de Minas de Ouro Preto e o Bloco no Poder em Minas (1889-1945)*. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999.

SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898 – 1927)*. Bauru, SP: Edusc, 2010.

SALDAÑA, J. J. “*Ciência e identidade cultural: a história da ciência na América Latina*” In: FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Um olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Dissertação de Mestrado: Salvador, UFBA, 2009.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850 – 1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMONSEN, Roberto C. *A engenharia e a indústria*. São Paulo: s.e., 1945.

SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: Um grupo de Pressão*. Salvador: Bahia, 1989.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, BA: EDUFBA, 2001

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

TEIXEIRA, Cid. *Conferência Pública: Sessão especial comemorativa do 75º aniversário da morte de Arlindo Fragoso, fundador da Escola politécnica da Bahia*. Salvador, Reitoria da UFBA, 05/01/2001.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil – séculos XVI – XIX*, V. 1, 2ª Ed, Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TELLES, Pedro da Silva. *Centenário do ensino da engenharia no Brasil*. In: Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, IV. São Paulo Annablume, Nova Stella, 1993.

TOURINHO, Antonieta de Campos. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1982.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e Rede urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

ZUZA, José Vieira Camelo F.º . *A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste Brasileiro*. Tese de doutorado. Campinas: IE/UNICAMP, 2000, SIMÕES, Lindinalva. *As Estradas de Ferro do Recôncavo*. Dissertação de Mestrado Salvador: UFBA. 1970.

Anexos

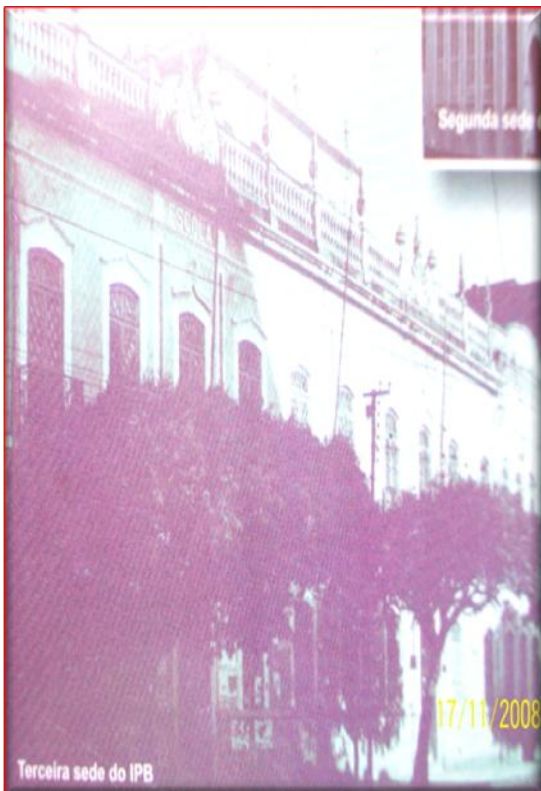
Escola Politécnica da Bahia – 1897
(Primeira Sede da Escola)



Escola Politécnica da Bahia - 1901
(Segunda Sede da Escola)



Escola Politécnica da Bahia – 1905
(Terceira Sede da Escola)



Primeiro Brasão
Instituto Politécnico da Bahia





Arlindo Coelho Fragoso

Sócios Fundadores do Instituto Politécnico da Bahia (IPBA)

1ª Administração eleita do Instituto Politécnico da Bahia (IPBA)

- ✓ Arlindo Coelho Fragoso – Presidente
- ✓ Austriciano Honório de Carvalho – 1ª Vice – Presidente
- ✓ Alexandre Freire Maia Bitencourt 2ª Vice – Presidente
- ✓ Salvador Pires de Carvalho e Aragão – Secretário
- ✓ Furtunato Fausto Galo – Secretário
- ✓ Justino Sento Sé - Tesoureiro

Fonte: Atas da Congregação do Instituto Politécnico da Bahia (1896 – 1920)

Diretores da Escola Politécnica da Bahia (EPBA) até 1937

- ✓ Arlindo Coelho Fragoso (1897 – 1907)
- ✓ Alexandre Freire Maia Bitencourt (1907 – 1913)
- ✓ Francisco de Souza (1913 – 1920)
- ✓ Arquimedes de Siqueira Gonsalves (1920 – 1934)
- ✓ Epaminondas dos Santos Torres (1934 – 1937)

Fonte: Atas da Congregação do Instituto Politécnico da Bahia (1896 – 1920)

Diploma da Escola Politécnica da Bahia - EPBA



Tabela dos Alunos da Escola Politécnica da Bahia 1897 – 1920

OBS: Os alunos se encontram por ano de entrada na instituição e, não por ordem alfabética. Adotamos esse critério obedecendo a ordem das pastas arquivadas.

ESTUDANTE	NASCIMENTO	ORIGEM	MÃE	PAI	MATRÍCULA	FORMATURA	CURSO	INFORMAÇÕES ACADÊMICAS	ATIVIDADE ECONÔMICA DO PAI	ATUAÇÃO PROFISSIONAL, ACADÊMICA, POLÍTICA, PROJETOS CAPITALISTAS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS PAIS DOS ALUNOS
Adolfo Pinto Vasconcelos	08/02/1879	Bahia, Salvador	Ana Pinto de Vasconcelos	Frederico Pinto de Vasconcelos	1897	1900	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Adalberto Pedreira	1880	Piauí, Teresina	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. Curso o ginásio nos Estados (PI, AM, RJ, BA)	Não Identificado	Não Identificado
Afanzo de Castro Rebello Boggi	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Afonso Ramos Accioly	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Agenor Augusto Miranda	03/08/1877	Bahia, Salvador	Maria Amanda de Mello Miranda	Ernesto Augusto Cezar Miranda	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor do Distrito de Telégrafos Implantou a Rádio Sociedade em Salvador, onde, teve seus transmissores apreendidos pela Alfândega, e só no fim do ano de 1924 foram liberados com uma iniciativa do Governador Góes Calmon, o que tornou possível a criação dos seus programas. Trabalhou para a implantação do telégrafos na ba de 1906 - 1930.
Alvaro Gonçalves Guimarães	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1897	1901	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor de Obras e Aviação da Prefeitura de Santos 1912.
Antenor da Silva Campos	23/07/1878	Piauí, Teresina	Maria José da Silva Campos	Jacole Carneiro de Campos	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio Joaquim de Souza Carneiro	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Contador do Ministério da Fazenda, Professor catedrático da EPBA, Professor da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP) 1939, Professor substituto da cadeira de Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, e logo em seguida toma posse da cadeira de estatística da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1934, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), O engenheiro Antônio Carneiro em seu casamento com D. Laura Coelho de Souza Carneiro teve 8 filhos dentre os mais ilustres Édison de Souza Carneiro, Jornalista, poeta, etnólogo, folclorista e professor (formado em Direito em Salvador em 1935) e o ex deputado, senador (Rio de Janeiro) e Professor Nelson de Souza Carneiro (formado em Direito). Sua Neta Maria Laura de Souza Carneiro ex deputada pelo Partido Democratas pelo Rio de Janeiro.
Antônio Lopes Moreira Júnior	25/09/1868	Bahia, Salvador	Elisa Maria Moreira	Antônio Lopes Moreira	1899	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Mendes Diniz da Gama	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1897	1897	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Pires Godoy	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Arquimedes Siqueira Gonsalves	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor da Escola Politécnica da ba entre 1922-1934, Professor da Escola Politécnica da ba; Trabalhou na implantação da teleradiofônico
Augusto Pires de Campos	1879	São Paulo, Tatuhi	Getrudes Maria de Freitas	Bento Pires de Campos	1899	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Capitão do Exército	Não Identificado

Francisco Penalva de Farias	11/07/1873	Não Identificado	Maria Ephifânia de Farias	Benício Penalva de Farias	1897	1901	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Guilherme Moreira de Carvalho	03/12/1878	Amazonas, Manaus	Maria José Moreira de Carvalho	Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio nos Estados (AM, MA e BA)	Não Identificado	Não Identificado
Gustavo de Castro Rebello Koch	19/05/1882	Bahia, Salvador	Não Identificado	Fernando de Castro Koch	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Herculano de Campos Toledo	1878	São Paulo, São Paulo	Ana Campos Toledo	Manoel Maximiano Toledo	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Músico (Funcionário Público)	O pai do aluno era Músico no estado de São Paulo (Violinista) e taquígrafo
João Geraldo da Silva	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1901	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
João Gomes de Oliveira Carvalho	06/10/1877	Bahia, Belmonte	Guilhermina Ferreira de Oliveira	José Gomes de Oliveira (Capitão)	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Capitão da Guarda Nacional)	O pai do aluno.Intendente da cidade de Belmonte
José Antônio Soares	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Araújo Goés	17/04/1877	Bahia, Catú	Carolina dos Reis de Araújo Goés	Paulino de Araújo Goés	1897	1901	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro (Major da Guarda Nacional)	O pai do aluno. Na cidade de Catú, com o Título de Barão de São Miguel dado por D.Pedro II (Dec 10.08.1888) era também Major da Guarda Nacional
José Peixoto Simões	06/06/1876	Bahia	Maria Peixoto	Antônio Domingues Simões	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Vaz Lordello	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1900	1905	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Ferreira Mendes Praia	1875	Amazonas, Tefé	Maria do Carmo Mendes Praia	Izidoro Marques Praia	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Manoel Pereira de Almeida Filho	23/07/1880	Bahia, Salvador	Candida America de Almeida	Manoel Pereira de Almeida	1899	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Gonçalves de Almeida	10/04/1879	Bahia, Salvador	Anolina Gonçalves de Almeida	Antônio Ensebio Gonçalves de Almeida	1898	1903	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Plínio Alves Dias Gomes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1897	1900	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro	Não Identificado
Rosentino Mário Pereira da Motta	30/11/1879	Bahia, Salvador	Pereira da Motta (Baroneza)	Pereira da Motta (Barão)	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Silvano Evaristo Maiffre Júnior	05/06/1877	Bahia, Salvador	Euthália Pinto Maiffre	Silvano Evaristo Maiffre	1898	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Sylla Mário de Vasconcelos Borralho	1880	Pará, Belém	Igrez Vasconcelos Borralho	Antônio Pedro Borralho (Capitão do Exército)	1899	1902	Engenheiro Geógrafo	Formado	Capitão do Exército	Não Identificado
Vital Cordello dos Santos Souza	15/07/1878	Bahia, Salvador	Maria das Nery Cordeiro Santos Souza	Camillo Cordeiro dos Santos Souza	1897	1902	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alpheu Diniz Gonçalves	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA a partir de 1905. Ministrou várias disciplinas, dentre elas Meteorologia.
Antônio Joaquim Valente	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1902	Não Identificado	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Arnaldo Damaceno Vieira	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1900	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado
Artur da Rocha Rodrigues Torres	19/10/1885	Bahia, Salvador	Maria do Carmo da Rocha	Joaquim José Rodrigues	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Tenente do Exército	Não Identificado
Artur Ribeiro	30/07/1875	Não Identificado	Romana da Silva Ferreira	Antônio Francisco Ribeiro	1902	1905	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Augusto Rodrigues de Souza Figueredo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1912	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Aurelio Dias Moraes	08/02/1886	Bahia	Rita Costa de Moraes	Eduardo Dias de Moraes	1902	1907	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos da Rocha Rodrigues Torres	1881	Bahia, Salvador	Maria do Carmo da Rocha Torres	Joaquim José Rodrigues Torres	1902	1905	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Naval)	Não Identificado	Não Identificado
Cezar Godinho Spinola	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1902	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Cornélio Daltro de Azevedo	17/03/1881	Bahia, Salvador	Maria Daltro de Azevedo	Antônio Martins de Azevedo Júnior	1901	1904	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Eliseu Mário de Jesus	13/06/1883	Bahia, Salvador	Maria Tecla de Jesus de Brito	Maximiano Satyro de Brito	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Eurico Monteiro de Mattos	28/12/1880	Pernambuco, Recife	Maria Monteiro de Mattos	Eduardo Barros de Mattos	1903	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Euripedes Gonçalves Ferro	Não Identificado	Santa Catarina, Florianópolis	Não Identificado	Não Identificado	1901	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Evandro Soares de Pinho	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1901	1907	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA em 1907. Ministrou a cadeira de Desenho Técnico.
Francisco Ronaldo Dias Guimarães	07/02/1881	Bahia, Bonfim	Epifânia Amélia Guimarães	Alexandrino Dias Guimarães	1902	1907	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio nos Estados (RN e PB)	Não Identificado	Não Identificado
João Chrysostomo da Silva Campos	27/01/1886	Amazonas, Manaus	Maria Virgínia do Santos	Não Identificado	1902	1904	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João de Cerqueira e Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1899	1899	Não Identificado	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Francisco Gonçalves Júnior	12/09/1881	Bahia	Maria Isabel da Cunha Gonçalves	João Francisco Gonçalves	1901	1902	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado
José Conrado	1881	Bahia, Salvador	Domingas Carlota	João Conrado	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Negociante	Não Identificado
José Rodrigues Nunes	03/01/1882	Bahia	Maria Isabel da Motta Nunes	Luis Rodrigues Nunes	1900	1902	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
José Veríssimo da Silva Júnior	3/12/1882	Bahia, Ilheús	Maria Lopes da Silva	José Veríssimo da Silva	1900	1903	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Júlio Thomaz Costa Júnior	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1902	1904	Engenheiro Geógrafo	Formado.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Antônio Reish Luna	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1901	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Coronel do Exército	Não Identificado
Octávio Cavalcanti Mangabeira	27/8/1886	Bahia, Salvador	Augusta Mangabeira	Francisco Cavalcanti Mangabeira	1901	1905	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Governou a ba entre 1947 e 1951; Ministro da Relações Exteriores no Governo Washington Luis; Senador Federal 1959; Deputado Federal em 1912, 1946, 1955; Deputado Estadual 1910 -1912; Vereador da Cidade de Salvador nos anos 1908 a 1910; Membro associado do Instituto Politécnico da ba; Professor Catedrático da Escola Politécnica da ba; Membro da academia Brasileira de Letras
Octávio Flores	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1903	1903	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Renato Bittencourt	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1904	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Rodrigo Meira Castro	15/07/1875	Bahia, Vitória da Conquista	Maria de Castro Meira	Matiniano de Souza Meira	1900	1901	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ))	Major do Exército	Não Identificado
Themistocles Ninas Rodrigues	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1901	1904	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Thyrso Simões de Paiva	21/01/1874	Bahia, Santo Amaro	Maria do Amaral Simões de Paiva	Felippe Simões de Paiva	1900	1904	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Prefeito de Salvador (1930 - 1930); Secretário da EPBA; Professor da EPBA a partir de 1904. Ministrou várias disciplinas. Em 1936 se tornou catedrático da cadeira de Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial
Abílio Nery	1882	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Silverio José Nery	1904	1905	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Adolpho José Moreira	1881	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Tetulina Sarmento Moreira	Emilio José Moreira	1902	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Affonso de Miranda Freire de Carvalho	28/12/1885	Bahia, Salvador	Maria Augusta Miranda Freire de Carvalho	José Eduardo Freire Carvalho Filho	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Alvaro Alencar da Costa	03/02/1886	Bahia, Salvador	Rosa Soares da Costa	José Ezequiel da Costa	1904	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio Maria de souza Araujo	12/01/1886	Bahia, Salvador	Honorata Maria de Souza Araújo	Antônio Maria de Araújo	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Arnaldo Ribeiro de Oliveira	13/07/1884	Bahia, São Gonçalo	Maria Carolina de Oliveira	João Ribeiro Oliveira	1904	1906	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Artur Moreira de Carvalho	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1904	1905	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Artur Valente Pereira	18/12/1883	Pará, Belém	Josephina Amelia Valente Pereira	Artur Moraes Pereira	1905	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Capitão do Exército	Não Identificado
Bertino Barbosa de Lima Júnior	04/03/1879	Pará, Belém	Maximiana Barbosa de Lima	Bertino Barbosa de Lima	1904	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Boaventura Elias Ribeiro	14/04/1882	Bahia, Canavieiras	Carolina Siveriana Ribeiro	João Dias Ribeiro	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro	Não Identificado
Carlos da Silva e Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Silveira Eiras	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1903	1906	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Dagoberto de Menezes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Eduardo Pirajá Martins da Silva	23/09/1884	Bahia	Tereza Pirajá Martins	Gonçalo Martins da Silva	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado
Enéas Vasconcelos de Queiroz	07/08/1885	Bahia	Não Identificado	Aristides Galvão de Queiroz	1904	1910	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro. Professor da EPBA em 1897	Não Identificado

Eurico da Costa Coutinho	Não Identificado	Alagoas, Maceió	Não Identificado	Não Identificado	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Guilherme Pacheco Guimarães	1885	Bahia, Salvador	Thereza Soares Pacheco	José Gomes Pacheco	1904	1907	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Hermelindo de Barros Luis	1885	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio nos Estados (AL, PE e BA)	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim Wanderley de Araújo Pinho	28/06/1887	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria Luiza Wanderley de Araújo Pinho	João Ferreira de Araújo Pinho	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro	Prefeito de Salvador (1924 - 1926); Sobrinho do Barão de Cotegipe, batizado na capela particular do Maquês de Abrantes no Rio de Janeiro pelo cardeal da Cidade do Rio de Janeiro; Grande nome dentro da República Velha na ba, (deputado do Império, Governador da ba, Senador pela ba) A mãe é filha de João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe)
José Americano da Costa	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Álvaro Antônio da Costa	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Político (governador do Rio Grande do Norte) em 1885.	Prefeito de Salvador e Jequié (1932 - 1937); Professor da EPBA, a partir de 1923
Luiz Affonso de Sá Adami	20/08/1887	Bahia, São Jorge dos Ilhéus (atual Ilhéus)	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Silvestre Gomes Coelho	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não Terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Teixeira de Carvalho	07/08/1882	Bahia, Salvador	Maria Augusta de Carvalho	Francisco Teixeira de Carvalho	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Manoel Luiz Osório	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1904	1904	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Octávio Godilho de Castro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1904	1908	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Antônio Carvalhal	28/06/1887	Bahia, Salvador	Maria Dias Carvalhal	José Antônio Carvalhal	1904	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Tertuliano Antônio da Fonseca Lessa	27/04/1880	Bahia, Salvador	Hermelina Marcionilla Campelo Lessa	Antônio Lessa	1903	1908	Engenheiro Civil	Formado	Major do Exército	Sobrinho e afilhado de Deodoro da Fonseca
Agenor Pedreira de Freitas	28/11/1888	Não Identificado	Tiburtina Cardoso de Freitas	Leôncio Marques de Freitas	1906	1912	Engenheiro Civil	Formado	Tenente do Exército	Não Identificado
Arsenio dos Anjos Moreira Filho	08/05/1884	Bahia, Salvador	Candida Laje Moreira	Anselmo dos Anjos Moreira	1905	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o Curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Celso Torres	14/10/1886	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1905	1911	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Domingos Romulo da Silva Campos	Não Identificado	Pará, Belém	Não Identificado	Não Identificado	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Domingos Romulo da Silva Campos	1885	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio no Estado do Pará	Não Identificado	Não Identificado
Egas Muniz Carneiro de Campos	10/01/1885	Bahia, Santo Amaro	Clotilde Burgos Campos	Egas Muniz Barreto Carneiro de Campos	1905	1906	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro (Capitão da Guarda Nacional)	Não Identificado

Floro Edmundo Freire	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Haroldo de Freitas Paranhos	10/09/1883	São Paulo, São Paulo	Julia Pereira Paranhos	Dantas Manoel de Freitas Paranhos	1907	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP))	Não Identificado	Não Identificado
Jaimino Chagas Teles	1889	Rio Grande do Sul	Perpétua Chagas Teles	Joaquim Pantaleão de Queiroz	1906	1912	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio no Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco.	General do Exército	Não Identificado
Joaquim Licínio de Souza Almeida	13/02/1884	Bahia, Salvador	Maria Deonilia de Miranda	Fernando de Souza Almeida	1905	1916	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Maia	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1905	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
José Soares Espinheira	06/08/1886	Bahia, Salvador	Anna Soares Espinheira	João Gomes Espinheira	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Sócio Fundador do Sindicato dos Engenheiros da Bahia em 1937
Julio de Mello Resende	04/04/1881	Piauí, Teresina	Candida Nypha de Mello de	Simplicio Coelho de Resende	1905/ 1906	1919/ 1921	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado. (Egresso da Escola Tática e Preparatória de Realengo Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Lourenço Ferreira da Rocha Fleury	Não Identificado	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Não Identificado	1906	1907	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Carlos de Lima Pereira	17/06/1889	Bahia, Salvador	Ermelinda Dias Lima Pereira	Antônio Pacifico Pereira	1905	1910	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado

Luizio Chagas Teles	16/11/1889	Rio Grande do Sul	Perpétua Chagas Teles	Joaquim Pantaleão de Queiroz	1906	1912	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio no Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco.	General do Exército	Não Identificado
Manoel de Azevedo Gordilho	12/12/1888	Bahia, Salvador	Isabelde Azevedo Gordilho	Pedro dos Reys Gordilho	1905	1908	Engenheiro Geógrafo	Formado. Cursou o ginásio em Alagoas	Bacharel	Não Identificado
Manoel Dias Borroso Júnior	30/05/1883	Amazonas, Manaus	Thereza de Magalhães Barroso	Manoel Dias Barroso	1905	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Firmino de Almeida	1884	Bahia, Salvador	Não Identificado	José Firmino de Almeida	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Izidoro Siveira e Souza	25/05/1885	Pará, Belém	Maria do Carmo Silveira e Souza	Juerino Siveira e Souza	1906	1910	Engenheiro Civil	Formado.Cursou o ginásio no Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado
Mário Castilho do Espirito Santo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1905	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Milton da Rocha Oliveira	09/11/1886	Ceará, Fortaleza	Alexandrina da Rocha de Oliveira	Antônio Feliciano de Oliveira	1906	1910	Engenheiro Civil	Formado.Cursou o ginásio no Maranhão	Não Identificado	Não Identificado
Paulo Pereira de Araújo	25/01/1885	Pernambuco, Recife	Joana Barbosa de Araujo	José Pereira de Araújo	1905	1908	Engenheiro Civil	Formado. (Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Comendador	Não Identificado
Raymundo de Paula Avelino	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1905	1907	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Não Identificado	Não Identificado

Samuel Ribeiro	08/01/1882	Santa Catarina, Pelotas	Maria Isabel Coutinho Ribeiro	Francisco de Paula Ribeiro	1906	1908	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Severo de Albuquerque	Não Identificado	Mato Grosso, Cuiabá	Não Identificado	Não Identificado	1905	1906	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Aberlardo Andréa dos Santos	10/04/1886	Amazonas, Manaus	Maria Augusta Andréa dos Santos	João Alves dos Santos	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Lopes da Costa	06/06/1884	Bahia, Salvador	Francisca Lopes de Araujo Costa	Francelino Dias da Costa	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alicio Lopes de Carvalho	10/06/1883	Bahia, Canavieiras	Sophia Maué Lopes	Augusto Luiz de Carvalho	1907	1911	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Sergipe	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado
Antônio José da Silva	20/04/1887	Goiás, Goiânia	Não Identificado	Joaquim José da Silva	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Archias de Aguiar Pereira	1890	Pernambuco, Recife	Heraclides de Aguiar Pereira	Nilo José da Silva Pereira	1907	1918	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio no Ceará e Paraíba	Não Identificado	Não Identificado
Ciro Moreira Spinola	5/02/1890	Bahia, Caitité	Sizenanela Angelica Moreira Spinola	Joaquim Antônio de Souza Spinola	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Conselheiro de Estado	Família Spinola (Anísio Teixeira)
Edgardo Autran Dourado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1908	1909	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Filinto de Mello	26/02/1887	Bahia, Salvador	Adelaide Luiza de Carvalho Mello	Thomaz Cyrillo de Mello	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Francisco Pereira Sodré	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1907	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Henrique Ascendino de Mattos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1910	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Jacinto Ferreira de Andrade Sobrinho	5/01/1890	Bahia, Salvador	Maria Francisca de Andrade	Francisco Ladislau de Andrade	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Guimarães	20/10/1888	Bahia, Salvador	Lirintina Elidia de Andrade Guimarães	Carlos Guimarães	1907	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Torres	20/02/1889	Bahia, Salvador	Maria da Purificação da França Torres	Tranquilhino Leonigildo Torres	1907	1911	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Joaquim Leite de Oliva	03/06/1887	Sergipe, Aracaju	Josepha Dantas Leite de Oliva	José Leite de Oliva	1907	1926	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
José Luiz da Costa Carletto	22/03/1888	Bahia, Pojuca	Joaquina Maria da Costa Carletto	Casemiro Ciriaco Carletto	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado.Cursou parte do ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Gomes Coelho Borges	12/05/1887	Bahia, Salvador	Desdecia de Assis Coelho Borges	Francisco de Assis Coelho Borges	1906	1911	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Mário de Lacerda Gordilho	6/12/1888	Bahia, Salvador	Maria Lacerda Gordilho	Adriano Lacerda Gordilho	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Moisés Alves da Silva	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio Grande do Sul)	Não Identificado	Não Identificado
Octaviano de Souza Gomes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	Não Identificado

Philemon Muniz Barreto	Não Identificado	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Não Identificado	1907	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Thomaz de Miranda Freira de Carvalho	25/08/1889	Bahia, Salvador	Maria Augusta de Miranda Freira	José Eduardo Freira de Carvalho	1907	1911	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Zeferino Graciliano Penalber	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1907	1908	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso da EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Affonso Moreira	08/02/1989	Bahia, Salvador	Idalina Pinto Moreira	José Pinto Moreira	1908	1915	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Afonso de Almeida Galeão	17/06/1889	Bahia	Amélia Candida de Almeida Galeão	Diogo Caetano de Almeida Galeão	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alvaro Pinto Soares	12/10/1890	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1908	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Negociante	Não Identificado
Antônio Telles de Souza	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Não Identificado	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Augusto Camara Alves da Silva	27/12/1888	Pará, Belém	Não Identificado	Manoel Alves da Silva	1908	1909	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar de Manaus)	Não Identificado	Não Identificado
Aurélio Britto de Menezes	30/01/1890	Bahia	Não Identificado	Não Identificado	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Camillo Lelles Monteiro	1886	Amazonas, Manaus	Não Identificado	Não Identificado	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Candido Ferreira Trancoso	1887	Bahia	Rosana Alves Trancoso	João Ferreira Trancoso	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Carlos Augusto Freire de Carvalho Filho	24/08/1890	Bahia, Salvador	Estephânia Freire de Carvalho	Carlos Augusto Freire de Carvalho	1908	1912	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Francisco Tertuliano de Alburquerque Filho	20/05/1890	Pernambuco, Recife	Raymunda Adelaide Sabaia Albuquerque	Francisco Tertuliano Alburquerque	1907	1908	Engenheiro Civil	Não terminou o curso da EPBA.(Egresso da Escola de Engenharia de Pernambuco)	Não Identificado	Não Identificado
Franklin de Oliveira Ribeiro	06/12/1893	Sergipe, Aracaju	Lavínia Diniz de Oliveira Ribeiro	Candido de Oliveira Ribeiro	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Hemillo Afonso Guerreiro	10/09/1890	Bahia, Salvador	Elasia Affonso	Felinto Dias Guerreiro	1908	1916	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
João de Carvalho Góes	19/11/1890	Bahia, Salvador	Adele de Carvalho Góes	José Antônio Góes	1908	1910/ 1935	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	Não Identificado
João Paranhos da Santos Braga	5/12/1891	Bahia, Salvador	Guilhermina Paranhos dos Santos Braga	João Vieira dos Santos Braga	1908	1914	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	Os avós tinham títulos (Barão e Baronesa de Palma)
Joel Artur de Sá Ademi	02/03/1891	Bahia, Ilhéus	Deolinda Carolina Ademi	José Carlos Ademi	1908	1912	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Sá Roriz	27/06/1887	Bahia, Salvador	Não Identificado	Arlindo Gomes Sá Roriz	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Lino Calmon de Araújo Góes	20/03/1892	Bahia, Salvador	Baronesa de Camaçary	Barão de Camaçary	1908	1910	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro	Não Identificado
Mário Soares Pereira	07/03/1890	Paraíba, João Pessoa	Camila Soares Pereira	Constatino da Costa Pereira	1908	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Octacílio Leal	1891	Bahia, Salvador	Não Identificado	Maximiano de Araújo Leal	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado.Cursou o ginásio em Alagoas	Não Identificado	Não Identificado

Paulo de Mattos Pedreira de Cerqueira	08/09/1889	Bahia, Salvador	Maria Josepha de Mattos Pedreira de Cerqueira	Alvaro Pedreira de Cerqueira	1908	1913	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor da EPBA em 1939; Professor da EPBA em 1928. Catedrático da cadeira de física. Aposentou-se como professor Emérito
Reinaldo Soares da Silva Lima	23/07/1892	Bahia, Salvador	Emília Soares da Silva Lima	Francisco Lopes da Silva Lima	1909	1914	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Engenheiro	O avô paterno era o Comendador José Lopes da Silva Lima
Américo Nery	02/04/1888	Pará, Belém	Não Identificado	Antônio Constantino Nery	1909	1912	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Escolas Militares Escola de Guerra de Porto Alegre, e Escola Militar do Rio de Janeiro	Tenente Coronel do Exército	Não Identificado
Benjamin da Costa Ribeiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Tática do Realengo Porto Alegre)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Antônio Alves Fernandes Távora	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Tática do Realengo Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

Argemiro Vidal Pessôa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1909	1910	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado
Arbaldo Cabral Botelho Benjamin	19/10/1887	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Ana Cabral Benjamin	Alfredo Botelho Benjamin	1909	1909	Engenheiro Civil	Não Terminou o curso na EPBA.Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Advogado	Não Identificado
Edgard Luz	04/10/1888	Bahia, Salvador	Maria Eliza Devoto Luz	Fernando Antunes da Luz	1909	1915	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Euphrasio Grescencio Borges	16/01/1886	Bahia, Santo Amaro	Heleonôra Dias Borges	José Marcelino Borges	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Goés Filho	02/06/1889	Bahia, Catú	Antônia Pinheiro de Araújo Goés	Alexandre dos Reis Araújo Goés	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	O padrinhado de Manoel José dos Reis Araújo Goés (Capitão da Guarda Nacional)
Francisco Luis de Oliveira Chaves	Não Identificado	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1908	1910	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Augusto da Silva	15/02/1890	Bahia, Catú	Josepha de Guimarães Silva	Manoel Augusto da Silva	1909	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Elyσιο de Moura Godin	12/04/1891	Bahia, Salvador	Não Identificado	Clemente Otonú da Silva Godin	1909	1917	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio de Inojosa Varejão	28/08/1887	Paraíba, João Pessoa	Anastásia França de Inojosa Varejão	Maximiano José de Inojosa Varejão	1909	1918	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. Na pasta do discente consta um amplo processo referente a indisciplina. Motivo: Ofensa e ameaça a um Docente da Escola. Provavelmente o aluno foi expulso da Instituição.	Professor	O pai do aluno. Professor de Língua Portuguesa no Liceu da Paraíba. Jornalista do jornal paraibano (O Norte).
Artur Lopes de Castro Pinto	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Mário Cabral	10/12/1890	Ceará, Fortaleza	Jovina Cabral	Fausto Cabral	1910	1916	Engenheiro Civil	Formado. Curso o ginásio no Ceará	Não Identificado	Não Identificado
Alberto Pereira Espinheira	26/11/1888	Bahia, Salvador	Não Identificado	Antônio Pereira Espinheira	1910	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Mário Tarquinio	24/12/1892	Bahia, Salvador	Adelaide Figueiredo Tarquinio	Luiz Tarquinio	1910	1915	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA em 1929. Catedrático da cadeira de Desenho Técnico.
Armando Augusto da Silva Freire	23/03/1889	Bahia, Salvador	Não Identificado	Eduardo Nunes da Silva Freire	1910	1910	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Joaquin Vidal Pessoa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Caio Mário Pedreira	02/06/1890	Bahia, Salvador	Carolina de Gouveia Pedreira (Portuguesa)	João de Mello Pedreira	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado.Cursou o ginásio em Salvador	Não Identificado	Professor da EPBA em 1947. Ministrou várias disciplinas
Gustavo da Silva Lopes	1891	Bahia, Salvador	Eulina Seixas da Silva Lopes	Amado da Silva Lopes	1909	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio em Salvador	Não Identificado	Não Identificado
Humberto Monte	15/08/1888	Ceará, Fortaleza	Carolina Monte	Antônio Sabino do Monte	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado	Advogado formado em 1870, pela Faculdade de Direito do Recife.	O pai do aluno foi Advogado formado em 1870, pela Faculdade de Direito do Recife. No Rio de Janeiro, foi Promotor de Justiça de Cantagalo e Juiz de Órfãos de Mangaratiba, respectivamente em 1872 e 1873. Em 1878, foi nomeado Chefe de Polícia do Ceará e no ano seguinte, 4º Vice-Presidente da Província do Ceará. Em 1880, Juiz de Direito da Comarca de Imperatriz, em Alagoas, vindo a ocupar em 1881, a Chefia de Polícia da Província da Paraíba do Pará, sendo neste mesmo ano, nomeado Juiz de Direito de Santana do Acaraú, no Ceará. Pela Carta Imperial datada de 09 de Agosto de 1874, foi nomeado Presidente da Província da Paraíba do Norte. Em 1885 retornou à Comarca de Santana do Acaraú, onde permaneceu até Janeiro de 1891, quando por ato do Governo Provisório da República, foi removido para a 2ª Vara Cível de Fortaleza. Como Deputado, integrou a primeira Constituinte do Estado, vindo a ser distinguido por ato do Presidente General Clarindo de Queiroz de 06 de Julho de 1891.

										Desembargador do Tribunal de Apelação do Ceará, sendo posteriormente nomeado Procurador Geral do Justiça. Foi Professor Fundador da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903), lecionando Direito Civil. Secretário da Justiça e Segurança pública (1900-1904).
Adherbal de Mello Duarte	19/11/1890	Bahia	Não Identificado	Ermínio José Duarte	1911	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Coursou o ginásio em Salvador	Não Identificado	Não Identificado
Armando Rêgo Carneiro da Rocha	11/09/1892	Bahia, Salvador	Rosa da Silva Rêgo Carneiro da Rocha	Arthur Carneiro da Rocha	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Salvador	Advogado	Prefeito da Salvador (1946 - 1946); Antônio Carneiro da Rocha (TIO DO ALUNO). Advogado e político, foi ministro da Marinha, de 6 de maio a 3 de julho de 1882, ministro dos Transportes de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885, e ministro da Agricultura, de 6 de junho de 1884 a 6 de maio de 1885. Também foi senador e prefeito de Salvador, de janeiro de 1908 a fevereiro de 1912, além de fundador do Instituto dos Advogados da ba, e seu primeiro presidente.
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	1894	Pará, Belém	Bernardina Pinheiro Bastos do Amaral	José Bransforão da França Amaral	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Tenente do Exército	Diretor da Estrada de Ferro de Nazaré. Diretor de jornais; Professor da EPBA e do Ginásio da Bahia. Catedrático da cadeira Geometria Analítica e Calculo Infinitesimal; Prefeito de Salvador em 1930 governando até 1931

Jayme de Meirelles Costa Pinto	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lucillo Wolfgang Nascimento	31/10/1890	Bahia, Salvador	Maria Augusta Nascimento	João Ricardo do Nascimento	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o Ginásio em Salvador	Professor	Não Identificado
Edgard Pereira Vianna Bandeira	Não Identificado	Bahia, Salvador	Não Identificado	Não Identificado	1911	1914	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães	03/03/1892	Ceará, Ipú	Jacyntha de Saboya Magalhães	João Pompeu de Saboya Magalhães	1911	1913/ 1937	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Engenheiro Agrônomo	Prefeito de Fortaleza; Deputado 1946 - 1946; Deputado em 1935 a 1937; Senador (1946 - 1955); Diretor de Obras Públicas do Ceará. Diretor da Estrada de Ferro Sorocabana. Superintendente da Fundação da Casa Popular, Chefe na Inspeção Federal de Obras contra as Secas(IFOCS).Chefe na construção de estradas (ferrovias e rodovias) em S. Paulo. Engenheiro na Construção da Estrada de Ferro Cearense. Chefe da Construção da Estrada de Ferro Ceará-patos.
Francisco Teixeira de Araújo Júnior	15/11/1891	Não Identificado	Córdula Honorina de Castro Teixeira	Francisco Teixeira de Araújo	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado.Cursou o ginásio em Salvador e Alagoas	Fazendeiro (Major da Guarda Nacional)	Não Identificado
Reynaldo Moreira de Albuquerque Laffitti	1880	Bahia	Isaura Florentina de Albuquerque Laffitti	Domingos Moreira dos Santos Laffitti	1911	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Elba Pinheiro Dias	21/04/1889	Rio de Janeiro, Campos	Ana Pinheiro Dias	Antônio Bernardino Dias Furtado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	<p>Diretor do Serviço Telegráfico Oficial, cujo sistema restaurou totalmente durante sua gestão, e diretor do Plano Postal Telegráfico; Secretário da Confederação Brasileira de Radiodifusão, considerada, na época, a entidade máxima do rádio no Brasil.; Responsável pela criação, em 1924, da segunda emissora do então Distrito Federal, e uma das primeiras do país, a Rádio Clube do Brasil. Fundou a revista Antena em 1926 e a dirigiu durante 15 anos. Trabalhou no Departamento de Correios e Telégrafos. 51 anos de serviços prestados; Instalou linhas telegráficas no Norte e Nordeste do Brasil, da ba ao Pará. Em 1922 Trabalhou na Estação Westinghouse instalada na Praia Vermelha por ocasião da Exposição do Centenário da Independência, quando foi realizada a primeira transmissão de rádio no país. Integrou a equipe de Roquette Pinto na montagem da primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923; Nos anos 20, quando a maioria dos radiodifusores ainda não havia despertado para as possibilidades do rádio como negócio, a Rádio Clube do Brasil deu os passos decisivos nesse sentido, sendo a primeira emissora brasileira a transmitir publicidade.</p> <p>Elba Dias foi o pioneiro na apresentação de ídolos da música popular, como Mário Reis, Francisco Alves, Patrício Teixeira e Gastão Formenti. Com o estímulo surgiram os chamados programistas, que arrendavam espaços nas emissoras e cuidavam da apresentação, produção e comercialização de programas que fizeram sucesso na época.</p>
--------------------	------------	------------------------	-------------------	---------------------------------	------	------	---------------------	---------	------------------	--

Mário da Costa Requião	03/10/1892	Bahia, Salvador	Rosa Maria da Costa Requião	Isaías Alves Requião	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Farmacêutico	Pai do aluno, era agente exclusivo para a ba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, de automóveis de fabricação inglesa, e representante da sociedade de seguros Garantia da Amazônia.
Jayme Lopes Villas Bôas	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1910	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Honácio Cesar Jordão	02/12/1894	Bahia, Salvador	Jovina Coelho Jordão	Fernando da Silva Jordão	1910	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Müller	18/07/1889	Bahia, Salvador	Luiza Daltro Müller	João Carlos da Silva Müller	1910	1920	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Salvador e Alagoas	Não Identificado	Não Identificado
Oldgard Leal Marback	26/11/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Augusto Lassano Marback	1910	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alcides de Souza Ramos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
João Pessoa Cavalcante de Alburquerque	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA. (Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado

Luiz Gaudié Ley	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1910	1911	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Tática do Realengo em Porto Alegre, e Escola de Guerra no Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Philemon Moreira Lima	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Manoel Alexandrino da Luz	11/11/1883	São Paulo, Redenção	Maria Joaquina da Luz	Manoel Alexandrino da Luz	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Emygdio José Ribeiro	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
José Bina Fonyat	29/09/1885	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Mônica Bina Fonyat	Napoleão Fonyat	1911	1915	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado.(Egresso da Escola Tática e Preparatória de Realengo Porto Alegre e Escola de Guerra de Porto Alegre)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

Tito de Barras	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Joaquin Cardoso da Silveira	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Tática de Realengo e Escola de Guerra de Porto Alegre)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Franckin Barbosa Lima	04/06/1888	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Euclides Nunes Seabra	07/04/1887	Maranhão, São Luiz	Germana Francisca Nunes Seabra	João Pires Seabra	1911	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Rodolpho Figueiredo de Souza	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

João Fellippe Bandeira de Mello	13/05/1887	Maranhão, São Luiz	Maria Francisca Bandeira de Mello	Boaventura Catão Bandeira de Mello	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Oscar Moreira Fenôco	23/01/1889	Bahia	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra, e Escola de Artilharia e Engenharia)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Caio de Souza Leão Lustosa	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Waldemiro Montenegro de Oliveira	12/08/1894	Bahia	Não Identificado	Ponciano Ferreira de Oliveira	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Conselheiro de Estado	Não Identificado
Adroaldo Tourinho Junqueira Ayres	10/04/1895	Bahia, Salvador	Ana Tourinho Junqueira Ayres	José Carlos Junqueira Ayres de Almeida	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Conselheiro de Estado	Ministro interino do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 29.06.1950 a 04.08.1950; Diretor Presidente do Crea durante os anos de 1937 até 1939, Chefe no Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Homenageado em 2002, com a Medalha do Mérito, criada em 1958, pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, para homenagear os grandes nomes da Engenharia e Arquitetura no Brasil; O Jaime Tourinho Junqueira Ayres (Irmão do Aluno) foi advogado, Jornalista e Deputado Estadual em 1934-1937 e 1947-1951.

João Maribondo da Trindade	1890	Goiás	Maria da Trindade	Francklin Tupinambá Maribondo da Trindade	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado. Coursou o ginásio em Alagoas	Comendador	Não Identificado
Eteocles de Souza Maciel	04/02/1893	Sergipe, Aracaju	Não Identificado	Octávio de Souza Leite	1911	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Coursou o ginásio em Salvador	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Funcionário Público. Trabalhou na estrada de Ferro Central do Brasil que fundou a AECB - Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 19 de junho de 1937, com a finalidade de organizar e fundar uma associação de classe).
Francisco de Freitas Guimarães	06/11/1889	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	José de Freitas Guimarães	1911	1916	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Edgard Soares de Pinho	19/08/1893	Bahia, Salvador	Maria Carolina Vianna de Pinho	Luintino Soares de Pinho	1911	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Não Identificado
Alcebádes Goés	29/07/1892	Bahia, Catú	Antônia Pinheiro de Araújo Góes	Alexandre dos Reis Araújo Goés	1909	1914	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em São Paulo	Engenheiro	Não Identificado
Luiz Marinho de Albuquerque Andrade	10/02/1887	Ceará, Fortaleza	Maria Carolina Saboya de Albuquerque	João Marinho de Andrade	1911	1915	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Médico	Participou do Congresso Constituinte que elaborou a Carta Constitucional de 1934; O pai do aluno foi Prefeito de Fortaleza, Deputado Estadual e Deputado Federal; Ernesto Marinho de Albuquerque Andrade (Tio do Aluno) foi Prefeito de Sobral de 1924 a 1928.
Francisco de Salles Capinan	1886	Alagoas, Maceió	Não Identificado	Não Identificado	1911	1914	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Henrique de Azevedo Futura	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1911	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Não Identificado

Aristóteles Góes	12/10/1895	Bahia, Alagoinhas	Antônia Pinheiro de Araújo Goés	Alexandre dos Reis Araújo Goés	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Prefeito de Salvador 1954 - 1955
Affonso Feijó da Costa Ribeiro	24/01/1893	Ceará, Fortaleza	Maria Feijó da Costa Ribeiro	José Carlos da Costa Ribeiro	1912	1917	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Sócio do clube de engenharia do Ceará; um dos colaboradores na fundação da antiga escola de engenharia do Ceará 1955.
Argeu Costa	29/08/1890	Sergipe, Aracaju	Maria Ignacia Costa	Philadelpho Costa	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Candido de Vargas Freire	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1912	1914	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Pio Lopes Pereira	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1912	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Francisco de Lacerda	20/05/1890	Bahia, Salvador	Emilia Pinho de Lacerda	Antônio Carlos de Lacerda	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	O aluno deve ter sido parente de Antônio Francisco de Lacerda fundador do Elevador Lacerda em Salvador.
Raymundo da Silva	1874	Maranhão, São Luiz	Laura Rosa da Silva	Luiz Coveia de Negreiros da Silva	1912	1915	Engenheiro Civil/ Física e Matemática	Formado.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Alcebiades de Oliveira Brasil	26/11/1882	Bahia, Porto Seguro	Maria Nobre de Oliveira	Isidoro de Oliveira Guimarães	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro, e Escola de Guerra e Escola de Aplicação de Artilharia e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

Octávio Alves de Araújo	03/12/1883	Espirito Santo, São Mateus	Marcolina Isabel de Araújo	Bernardino Alves Pereira de Araújo	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Prefeito de Vila Velha 1923 a 1925; Militar do Exército (Oficial)
Eduardo Jausen	1813	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Carlos Jausen Júnior	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro)	Major do Exército	Militar do Exército (Oficial)
Luiz Tolomeu de Mello Castro	1878	Pernambuco, Recife	Francisca Avelina Rodrigues de Castro	Domingos de Mello Castro	1913	1914	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia do Rio de Janeiro)	Tenente do Exército	Militar do Exército (Oficial)
Sifredo Pedral Sampaio	22/06/1893	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Carolina Pedral Sampaio	Alexandre José de Almeida	1912	1918/ 1939	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Hildeberto de Albu	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Fausto Garrida de Menezes	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Arnoldo Marques Mancebo	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Vasco Octávio dos Santos	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)

José Monteiro de Andrade	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1912	1912	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Guerra do Rio de Janeiro, e Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Joaquim do Nascimento Fernandes Távora	1881	Ceará, Jaguaribe	Não Identificado	Não Identificado	1911	1912	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Tenente do Exército Brasileiro (Em 1922, comandava o 17º Batalhão de Caçadores, sediado em Corumbá (MT), quando liderou a rebelião nesse estado, em solidariedade ao levante deflagrado no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, contra o governo de Artur Bernardes, dando início ao ciclo de levantes tenentistas daquela década. Foi preso e libertado em 1922. Em fins de 1923, após desertar do Exército, aderiu a uma nova conspiração contra o governo federal, articulada sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. Joaquim Távora, ocupou posição de destaque na rebelião responsável pela prisão do general Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar. Juarez Távora, irmão de Joaquim Távora, participou dos movimentos rebeldes da década de 20 e teve destacada participação na vida política nacional após a Revolução de 1930

Fausto Netto de Albuquerque	1890	São Paulo	Candida de Albuquerque	José Balbino Albuquerque	1913	1913	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Militar do Rio de Janeiro, e Escola de Artilharia e Cavalaria)	Não Identificado	Militar do Exército (Oficial)
Antônio Alves de Almeida	1891	Bahia,Santo Antônio de Jesus	Ana Augusta de Almeida Sampaio	Aprigio Alves de Almeida	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Landulfo Alves de Almeida (irmão do aluno)foi um Político; interventor da ba (25/03/1938 a 05/11/1942), incrementa a economia interiorana; Senador da República pela ba (1946 a 1955); Presidente do PTB/BA, defende a Lei 2004, que cria a PETROBRÁS e o monopólio estatal do petróleo. Seu irmão mais velho, ISAIAS ALVES DE ALMEIDA deu a iniciativa de criar a Faculdade de Filosofia da ba, cujos cursos foram iniciados em 15 de março de 1943. foi Professor e Diretor da Faculdade de 1941 a 1958, e foi sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da ba, ocupou, na Academia de Letras da ba, a cadeira número 32. Sócio honorário do Lions Clube Salvador e membro da Loja Maçônica Força e União Segunda.
Carlos de Seixas Ferreira	21/06/1893	Bahia, Santo Amaro	Celina América de Seixas	Augusto de Seixas Pereira	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Capitão da Guarda Nacional)	Não Identificado
Heitor Novis	05/03/1894	Mato Grosso	Não Identificado	Armando Novis	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
José Dias Laranjeiras	18/07/1893	Bahia, Caitité	Lisínia de Carvalho Laranjeiras	José Dias Laranjeiras	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Durval Ribeiro Saback	05/01/1895	Bahia, Baixa Grande	Não Identificado	David Saback	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Capitão da Guarda Nacional)	Pai do aluno foi Prefeito da cidade de Baixa Grande 1889; David Saback (pai do aluno), foi um imigrante judeu radicado na ba em meados do século XIX. Era oriundo do Leste Europeu,

										provavelmente a Sérvia, e se estabeleceu primeiro na cidade de Feira de Santana.
Alfredo Nogueira Passos	1894	Pernambuco, Recife	Theodolinda Nogueira Passos	Alfredo Veloso da Rocha Passos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Diretor Presidente do Crea Ba em 1946 a 57
José Antônio de Freitas	1895	Bahia, Salvador	Brazilia Aguiar de Freitas	Luiz Antônio de Oliveira	1911	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso Na EPBA	Coronel do Exército	Militar do Exército (Oficial)
Mário Leite Leal Ferreira	08/01/1896	Bahia, Santo Amaro	Izana Leite Leal Ferreira	Joaquim Leal Ferreira	1912	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso Na EPBA	Almirante da Marinha	Diretor do IPASE; Diretor (Organizador) do Laboratório do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e Diretor de Engenharia Sanitária dos Serviços de Saúde do Estado do RJ, Chefe do Serviço de Água de São Paulo (adução de Rio Claro); Funcionário Público. Engenheiro da Viação do Rio Grande do Sul; Professor Livre Docente da Escola Nacional de Engenharia (ENEP), lecionou por vários anos na cadeira de Higiene, Saneamento e Urbanismo assim como na Escola Nacional de Belas Artes lecionou a disciplina Higiene da Habitação; Especializado em Engenharia Sanitária em Harvard - E.U.A . Bolsista da Rockfeller Foundation entre 1930 e 1932, dedicando-se a estudos em engenharia e em sociologia. criou o EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador, em 1943 e 1947, que congrega uma equipe multidisciplinar arquitetos, advogados, historiadores, geógrafos, topógrafos, médicos e biólogos e trabalha a partir de uma tradição de pensamento sobre a cidade baseada nas teorias do biólogo e urbanista escocês Patrick Geddes; O pai do aluno. Presidente do Senado Estadual e que assume interinamente o governo do Estado da ba entre 1891 e 1892.
Antenor Borges de Barros	18/02/1893	Bahia, Salvador	Ceciliana Borges de	João Borges de Barros	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Coronel do Exército	Funcionário Público. Engenheiro ferroviário da antiga Noroeste do

			Barros							Brasil
Durval Neves da Rocha	01/03/1892	Bahia, Salvador	Umbelina Dias Neves da Rocha	Alfredo Nunes da Rocha	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Prefeito de Salvador 1938 - 1942; Secretário de Viação e Obras Públicas; Inspetor Federal de Obras Contra As Secas, Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas; Diretor-geral do Departamento de Saneamento do Estado; Diretor do Serviço de Águas e Esgotos Superintendente da Navegação Baiana; Diretor do Departamento dos Serviços Industriais, Chefe do Departamento Das Estradas de Ferro Nazaré; Chefe da Locomoção da Navegação Baiana.
Oscar Spinola Teixeira	17/11/1894	Bahia, Caitité	Ana Spínola Teixeira	Deocleciano Pires Teixeira	1912	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Deputado estadual em 1925-1926, reeleito 1927-1928; Deputado estadual Constituinte pela União Democrática Nacional- UDN, 1947-1951, suplente de deputado estadual pelo Partido Social Democrático- PSD, 1951-1955, assumiu por diversos períodos.; Instalou o serviço de água encanada em Caetitê, 1920; nomeado inspetor geral do Telégrafo na Estrada de Ferro no Noroeste do Brasil, 1923; criou a 1ª usina de algodão e uma técnica de alimentação para gado com caroços de algodão, Guanambi-BA; instalou o serviço de luz em Caetitê, 1925; construiu a estrada de Contendas-BA a Caetitê, 1927; instalou o serviço de luz elétrica em Urandi-BA, 1928, em Palmas de Monte Alto-BA e em Jacaraci-BA, 1950; Funcionário Público; O pai do aluno é formado na faculdade de Medicina da ba no ano de 1870. Deputado provincial de 1888 a 1889 e candidatara-se à legislatura seguinte quando se proclamou a República. Consolidando sua liderança, presidiu o Conselho Municipal e, na legislatura de 1893 a 98, figurou entre os senadores estaduais, mandato que se renova para a seguinte de 1899 a 1904. Às sessões de 1901 a 1902 não

										<p>compareceu e, recebendo os subsídios, destinou-os ao abastecimento de água da cidade. Renunciou em 1903; Médico(pai do aluno), diplomando-se em 1870. No segundo ano do curso partiu juntamente com toda a turma a servir por dois anos nos hospitais de sangue do Paraguai. De seu primeiro e único cargo oficial, nomeado em 1873, o de segundo Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, exonerou-se.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

João da Matta Barros	08/02/1891	Pará, Belém	Não Identificado	Antônio Joaquim de Barros	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Figueiredo Souza Júnior	21/01/1891	Bahia, Salvador	Adelina Figueiredo de Souza	Antônio Figueiredo Souza	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA, da cadeira de Física. Concurso impugnado não chegando a assumir a cadeira de Física.
Eliezer de Souza Santos	12/04/1894	Bahia, Salvador	Não Identificado	Antônio Joaquim de Souza Santos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

José de Freitas Jatobá	22/11/1894	Bahia, Campo Formoso	Cecília de Freitas Jatobá	Guilhermino de Freitas Jatobá	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Deputado Suplente pela ba em dezembro de 1945 (UDN), tendo exercido o mandato de abril de 1947 a julho de 1950. Foi sucessivamente reeleito suplente nos pleitos de 1950 a 1954 ocupando uma cadeira na Câmara Federal de novembro de 1955 a fevereiro de 1956; de maio a julho de 1956 e de abril a junho de 1958; Deputado Estadual em 1935 e, após a promulgação da Constituição, continuou a exercer o mandato legislativo, até o golpe de estado de novembro de 1937; Secretário da Fazenda no segundo Governo Juracy Magalhães, no período de 8 de abril de 1960 a junho do mesmo ano; Diretor-Financeiro da Companhia Vale do Rio Doce (1951-1952); Tornou-se Prefeito do município de Senhor do Bonfim e, em seguida, munido de amplos poderes, organizou e presidiu a “Aliança Social e Política Municipal” que, englobando 10 municípios, foi instrumental para a criação do Partido Social Democrático no ano de 1933; Funcionário Público. Atuou no Mato Grosso, retornando à ba em 1925; Ocupou o cargo de presidente da COELBA (foi o 1º presidente) até o fim do Governo Juracy Magalhães (7 abril 1963). Aposentado, passou a dedicar-se mais à pecuária, sendo membro atuante da Associação Baiana de Criadores (ABAC).
Esmeraldo Augusto Borges	09/08/1892	Bahia	Não Identificado	José Marcelino Borges	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Maria Leal de Macêdo	26/07/1891	Maranhão, São Luiz	Maria Thereza Leal de Macêdo	Manoel Simeão Macêdo	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado.Cursou o ginásio no Maranhão	Não Identificado	Não Identificado
Tito Vespasiano Augusto Cesar Pires	27/09/1892	Amazonas, Manaus	Raymunda Baptista Pires	Aristides Augusto Cesar Pires	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor da EPBA 1944-1946; Professor da EPBA em 1920. Ministrou várias disciplinas. Professor Emerito em 1959

Rodolpho de Mello Gouvêia	21/09/1894	País: Portugal	Amelia Jamel de Mello Gouvêia	Ricardo Pinto Leite de Mello Gouvêia	1912	1916/ 1921	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Lauro de Andrade Sampaio	19/04/1894	Bahia, Salvador	Anna Andrade Sampaio	Joaquim Ribeiro Samapio	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	Secretário de agricultura, industria e Comércio do Estado da ba 1946-1947; Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas.
José Sobral da Silva Moraes	26/09/1894	Bahia, Salvador	Delma Sobral da Silva Maraes	Joaquim Pereira da Silva Moraes	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Magistrado	Não Identificado
Francisco da Nova Monteiro	18/03/1894	Bahia, Salvador	Anna da Nava Costa Monteiro	José da Nova Monteiro	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor Presidente da Associação Comercial e Industrial de Santo André (ACISA)1944-1945
Jorge Carlos de Sá Adami	23/04/1893	Bahia	Deolmida Caroini Adami	José Carlos Adami	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Urbano Pedral Sampaio	17/04/1892	Bahia, Salvador	Carolina Pedral Sampaio	Alexandre José de Almeida Sampaio	1912	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Após abandonar engenharia, cursou direito da Faculdade de Direito da ba.	Não Identificado	Secretário de Segurança Pública da ba - 1938 - 1942 na administração Landulfo Alves; Conselheiro do Tribunal de contas da ba 1941 - 1955. Foi Vice-Presidente do Tribunal de contas de 1953 - 1955. Aposentou-se em 1955
Lamartine Portella Passos	24/10/1891	Bahia, Salvador	Hortência Portella Passos	José Portella Passos	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Não Identificado
José Gonsalves de Carvalho Mello	23/02/1889	Paraíba, João Pessoa	Maria Rosa de Carvalho e Mello	João Lourenço de Maria e Mello	1912	1916	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro (Major da Guarda Nacional)	Não Identificado

Arthur Francisco dos Anjos	1894	Pará, Belém	Maria Francisca dos Anjos	José Francisco dos Anjos	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Orlando Ventura	03/04/1894	Bahia	Maria da Glória Lucas Ventura	Francisco Ventura	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Mário Carlos da Silva	25/07/1895	Bahia, Cachoeira	Durvalina Baleeiro da Silva	Servílio Mário da Silva	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é médico formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1887
Lydio Campos	20/09/1892	Bahia, Salvador	Lydia Campos	Manoel Felix Campos	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto de Aguiar Costa Pinto	06/11/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Joaquim da Costa Pinto	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Comendador	A família Costa Pinto é uma das mais importantes da ba no Período Imperial e Primeira República. O Sr Joaquim Costa Pinto (Pai do Aluno) foi: Comendador, Senador Estadual, Deputado Estadual e Federal. O seu primeiro filho "Carlos Aguiar Costa Pinto" foi importante personalidade na ba Republicana ocupando vários cargos políticos.
José Rastelli de Menezes	19/03/1895	Bahia, Salvador	Aurelia Rastelli de Menezes	José Antônio de Menezes	1912	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Jayme Vianna	14/03/1895	Bahia, Salvador	Adelaide de A. Vianna	Carlos Rodrigues Vianna	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Professor da EPBA em 1919. Ministrando diversas cadeiras; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1892.
Annibal Torres Costa	05/06/1895	Bahia, Salvador	Libania Torres Costa	Plínio Magalhães Costa	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Gonçalves Teixeira	16/01/1893	Bahia, São Felix	Anita Cardoso Gonçalves Teixeira	Henrique Pereira Teixeira Filho	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Joaquim dos Santos Pereira Filho	09/06/1892	Bahia, Salvador	Isaura Lisboa dos Santos Pereira	Joaquim dos Santos Pereira	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Vereador na Cidade de Presidente Epitácio 1965-1969; Ocupou a Vice- Presidência da Câmara de vereadores da Cidade de Presidente Epitácio, SP. 1967-1968.
Antônio Eurico Saraiva	21/05/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	José Antônio Saraiva	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Conselheiro de Estado	O pai do aluno foi umas das principais personalidades do Império e República Velha. O conselheiro Saraiva ocupou diversos cargos, dentre elas: Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Fazenda, Fiscal da Fazenda, Promotor em Jacobina, Ba, Ministro da Marinha, Ministro do Império, Juiz Municipal . Além de ocupar a Presidência de várias Províncias durante o Império. Ocupou o Senador no Império na República, e fundador da cidade de Teresina no Piauí. O Conselheiro Saraiva (Natural de Santo Amaro, Ba
Manoel Brito Dantas	23/07/1893	Pernambuco, Recife	Euplirosina Brito Dantas	Ceciliano de Souza Dantas	1912	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Engenheiro	Não Identificado
João Schaun	04/04/1894	Bahia, Ilhéus	Elvira da Silva Schaun	Luiz Napoleão Schaun	1912	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Há informação que o neto do aluno João Schaun é Presidente do SINDICATO DA INDÚSTRIA DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DA ba. Proprietário de industria na cidade de Ilhéus.
Edmundo da Silva Visco	20/05/1892	Bahia, Mata de São João	Clotilde da Silva Visco	José Visco	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Major do Exército	Secretário de Agricultura, industria e Comércio do Estado da ba 1937- 1938
Alvaro Nuno de Barros Pereira	16/07/1891	Bahia, São Bento das Lajes	Jardelina Guedes Barros Pereira	José Nunes Barros Pereira	1912	1922	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Não Identificado
Antônio Wanderley de Araújo Pinho	14/09/1895	Bahia, Salvador	Maria Luiza Wanderley de Araujo Pinho	João Ferreira de Araújo Pinho	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O aluno era neto ou sobrinho do Barão de Cotengipe.; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1900

Rodolpho Paraíso Godinho	1890	Bahia, Salvador	Anna Paraíso Godinho	Ursecino de Lima Godinho	1912	1917	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Gentil Tavares da Motta	11/10/1892	Sergipe, Aracaju	Amélia Tavares de Jesus	João Tavares da Motta	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Deputado em 1922 na vaga aberta com a saída do Dr. Graccho Cardoso para o Senado após o falecimento do General Oliveira Valadão; É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi vice-presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.
Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	07/02/1895	Piauí, Teresina	Amalia Mendes Gonçalves	Ribeiro Gonçalves	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Senador em (1935-1937); Diretor-Geral do DNOCS entre 29 de junho de 1953 a 14 de setembro de 1954.
José Furtado de Freitas	11/01/1895	Bahia	Amélia de Monquedes Simas	Arthur Furtado Simas	1912	1916	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Climério Veloso de Oliveira	28/01/1897	Espírito Santo, Vitória	Thereza Veloso De Oliveira	Arthur Cardoso de Oliveira	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Mário Pires de Oliveira e Silva	04/06/1891	Bahia	Orminda Roza de Almeida e Silva	José Pires Oliveira	1912	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Cetano de Almeida	05/10/1892	Bahia	Maria Baiana de Jesus Almeida	José Domingues de Almeida	1912	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Ignácio Bastos	20/03/1891	Bahia, Salvador	Odélia Paranhos Bastos	Ignácio Bastos (Manoel bacharel)	1912	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Funcionário Público. Engenheiro da Delegacia de Terras e Minas, sendo responsável pela 1ª descoberta de petróleo em solo brasileiro.
Bento Baggi	18/04/1891	Bahia, Salvador	Maria José Cerqueira Martis Baggi	Raphael Jacome Martins Baggi	1912	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Jogou futebol, no S. C. ba e venceu o campeonato de 1911; O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1885
Ismael da Silva	10/05/1894	Bahia, Salvador	Não Identificado	Ismael Cândido da Silva	1912	1919	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado

Raimundo Guimarães Costa	12/06/1895	Bahia, Alagoinhas	Julia Guimarães Costa	André Costa	1913	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Professora (Mãe)	Não Identificado
Manoel Gonçalves da Silva Torres	02/06/1894	Bahia, Bonfim	Julia Gonçalves da Silva Torres	Manoel Nascimento da Silva Torres	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Não Identificado
Deisuc Moscoso de Oliveira	26/09/1893	Bahia	Amélia Moscoso de Oliveira	José Balduino de Oliveira	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Albano da Franca Rocha	14/06/1896	Bahia, Salvador	Leobina da Franca Rocha	Alfredo Rocha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Professor	Deputado Suplente do Estado da ba nas eleições de 1947 pela UDN ; Diretor da EPBA nos anos de 1950-1952
Jorge de Lacerda Kelsch	13/12/1896	Bahia, Salvador	Clara Lacerda Kelsch	Frederico Kelsch	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Senador Suplente pelo PSD, eleito em 02 de dezembro de 1945; O avô materno do aluno era o Coronel Augusto Francisco de Lacerda (Fazendeiro)
Oswaldo Bezerra Studart	29/03/1894	Ceará, Fortaleza	Julia Bezerra Studart	Oswaldo Studart	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alvaro Pereira Rocha	20/10/1896	Bahia, Salvador	Eulália Bonfim da Rocha	Gustavo Pereira Rocha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA a partir de 1933 da Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores Hidráulicos. (catedrático)
George Moreira Teixeira	23/04/1897	País: Paris, França	Adelaide Moreira Teixeira	Antônio Geraldo Teixeira	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Desembargador	Não Identificado
Antônio Guerra Júnior	30/08/1893	Bahia, Feira de Santana	Baibina Magalhães da Costa Guerra	Antônio Ramos Guerra	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos da Silva Lima Pereira	07/07/1896	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria Amélia da Silva Lima Pereira	Manoel Victorino Pereira	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico, formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1876.	O Pai do ASluno foi Escritor na imprensa baiana. Foi presidente do estado da ba e também senador federal. Foi presidente interino do Brasil entre 1896-1897 quando Prudente de Moraes afastou-se por motivos de saúde. Foi então o único baiano a assumir a presidência da república do Brasil. Durante sua interinidade na presidência da

										república, transferiu a sede do governo, do Palácio Itamarati para o Palácio do Catete que ele adquirira.
Jayme Passos Leoni	28/03/1896	Bahia, Salvador	Alice Passos Leoni	Luiz Baptista Leoni	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Raul Leal	Não Identificado	Bahia, Alagoinhas	Não Identificado	José Joaquim Leal	1913	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Fazendeiro	pai do aluno. Presidente conselheiro e coronel e foi o 1º administrador municipal de Alagoinhas.
Teivelino Guapindaia	07/02/1895	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Luzia Guapindaia	Fernando Guapindaia	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Professor da cadeira de Cálculo Infinitesimal da Escola de Engenharia do Pará
Fábio Marinho Figueira de Saboya	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Carminda Marinho Saboya	José Figueira de Saboya	1913	1916	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Arthur Alves Barreira	11/02/1892	Bahia, São Gonçalo dos Campos	Maria Guilhermina Barreiras	Tibricio Alves Barreiras	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Walfrido dos Santos Luz	13/10/1893	Bahia, Salvador	Idalina de Castro Rosa Luz	Manoel Lopes Santos Luz	1913	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alberto de Almeida Motta	21/01/1895	Bahia	Guilhermina de Almeida	Não Identificado	1913	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Cesar Teixeira de Freitas	05/09/1895	Bahia	Ana Carolina Gomes Freitas	Camorino Teixeira de Freitas	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro Agrônomo	Não Identificado
Frederico PE Simas Saraiva	24/04/1892	Bahia, Salvador	Vania Simas Saraiva	Manoel Joaquim Saraiva	1912	1921	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1864. Era Segundo Cirurgião Segundo Tenente da Marinha do Brasil. O Dr. Manoel Joaquim Saraiva, era um dos responsáveis pela enfermaria Pettenkofer. (ensino

										de medicina na BA)
Octávio Britto de Figueiredo	08/05/1895	Bahia, Salvador	Mathilde De Caldas Britto Figueiredo	Cândido de Souza Figueiredo	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	Professor da EPBA da cadeira (Estradas de ferro de Rodagem) em 1936
Aristides Borges Mendes	1896	Bahia, Salvador	Minerviba Borges da Silva	João Mendes da Silva	1913	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Advogado	Não Identificado
Socrates Mariani Bittencourt	07/12/1896	Bahia, Salvador	Anna Mariani de bittencourt	Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Desembargador	O pai do aluno. Foi Presidente do Tribunal Judiciário da BA. Avô paternos Conselheiro Sócrates (Santo Amaro) de Araujo Bittencourt
Durval Martins Muylaert	19/12/1897	Bahia, Salvador	Theodora Martins Muylaert	Alberto Muylaert	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Diretor da Estrada de Ferro de Sorocaba de 1951 até 1955, quando sucedeu Álvaro de Souza Lima; O pai do aluno é ,formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1893
Ciridião Ferreira da Silva	16/12/1896	Bahia, Salvador	Virginia de Oliveira e Silva	Vicente Ferreira da Silva	1913	1919	Engenheiro Civil	Formado	Capitão do Exército	Não Identificado
José Gonçalves de Sá	02/08/1894	Bahia	Emiliana Gonçalves de Sá	Jesuino Martins de Sá	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Coronel do Exército	Diretor- predidente da Companhia Indústria e Viação de Pirapora
Alfredo Guimarães Aranha	21/05/1893	Sergipe, Aracaju	Maria Guimarães Aranha	José Silvino da Silva Aranha	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Flávio Gomes da Cruz	20/01/1894	Pernambuco, Recife	Captulina de Freitas Sampaio Gomes	José Gomes da Cruz	Não Identificado	Não Identificado	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Nicanor Pereira da Silva	10/01/1893	Bahia, Salvador	Hercilia Carvalho da Silva	Bernardo Pereira da Silva	1913	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

José Elias da Lima	20/07/1896	Bahia, Salvador	Theotonia Maria da Trindade	João Alves da Lima	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Deodeciano Martins Conceição	30/01/1897	Bahia, Nazareh	Durvalina Emilia da Costa	Manoel Antônio da Conceição	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	Não Identificado
Raphael Dias Lima	03/10/1837	Bahia, Salvador	Clotildes Sá Pereira Dias Lima	Agostinho Dias Lima	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	Não Identificado
Carlos Sepulveda	1891	Bahia	Florentina Amélia Sepulveda	Carlos Sepulveda	1913	1913	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Carlos de Carvalho Paisea	1895	Ceará, Fortaleza	Ignácia Garcez de Carvalho Motta	Zepherino de Carvalho Motta	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Alves de Almeida	18/02/1895	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Ana de Augusta de Almeida Sampaio	Aprigio Alves Almeida	1913	1914	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Pedro Antônio de Souza	05/02/1893	Bahia	Maria José Gonçalves de Souza	José Antônio de Souza	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Marinho Barboza	31/08/1894	São Paulo, Ribeirão Preto	Anna Marinho Barboza	Manoel Barboza de Souza	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	Não Identificado
Antônio San'tana Junior	1894	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Antônio Joaquim San'tana	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alexandre Lopes Bittencourt	16/03/1897	Bahia, Nazareh	Doria Lopes Bittencourt	José Pimentel de Barros Bittencourt	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Coronel do Exército	Não Identificado
Abelardo Paulo da Motta	01/10/1895	Bahia, Nazareh	Urbana Meirelles da Motta	Eurico Joaquim da Motta	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	Não Identificado

Julio Abreu Filho	1894	Ceará, Quixadá	Maria Queiroz Abreu	Julio Abreu	1913	1913	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Professor em 1934-1935 no Estado de São Paulo, no magistério secundário; Trabalhou na Delegacia de Terras, da Sec de Agricultura da BA, foi funcionário da prefeitura municipal e da estrada de ferro Inglesa, participando da construção da estrada que ligava Ilhéus a V Conquista; trabalhou na companhia Light, no RJ. Em SP participou da construção da usina hidroelétrica de Cubatão. em 1936 virou funcionário da Secretária da Agricultura do Estado de S. Paulo, secção de engenharia rural; Diretor da União Federativa Espirita Paulista
Waldemar Paranhos Mendonça	1897	Bahia	Blanodina Paranhos de Mendonça	Lúcio Leonildes de Mendonça	1913	1914	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Octávio dos Santos	11/02/1894	Bahia	Não Identificado	Cyrillo Bernardes dos Santos	1913	1915	Não Identificado	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Salvador da Trindade Mello	20/05/1894	Bahia	Não Identificado	Tibricio Raiz da Trindade Mello	1913	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Major do Exército	Não Identificado
Affonso da Rocha Lyra	11/04/1894	Alagoas, Penêdo	Maria das Dores da Rocha Lyra	Ihigino da Rocha Lyra	1913	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Moreira da Silva	22/07/1896	Bahia	Maria Augusta de Freitas e Silva	José Moreira da Silva	1913	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Antunes Esmeraldo Dantas	17/05/1894	Bahia, Inhambripe	Maria Eliz Esmeraldo Dantas	Marcelino de Souza Dantas	1913	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Major do Exército	Não Identificado
Flodualdo de Souza Bentes	18/04/1896	Bahia, Salvador	Honestina Virgilina Bentes	Antônio de Souza Bentes	1913	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado

Nelson de Oliveira	1895	Ceará, Fortaleza	Alexandrina Nunes de Oliveira	Antônio Feliciano de Oliveira	1913	1933	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Martins de Souza Filho	1885	Bahia	Thereza Maria de Souza	José Martins de Souza	1913	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Augusto Cardoso	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	1913	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Padilha de Souza	27/07/1896	Pernambuco, Recife	Amélia Padilha de Souza	Octávio Nunes de Souza	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Pericles Fabrício de Barros	28/08/1894	Ceará, Fortaleza	Maria Amélia Fabrício	Joaquim Fabrício de Barros	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Antônio Mariani Bittencourt	31/03/1898	Bahia, Salvador	Anna Mariani Bittencourt	Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Desembargador	O pai do aluno. Foi Presidente do Tribunal Judiciário da BA
Humberto Auselino da Fonseca	30/01/1896	Bahia, Itaparica	Maria Abilia Avila da Fonseca	Luiz Anselino da Fonseca	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
José Soares de Senna	20/09/1896	Bahia	Maria Taciana Soares Senna	Francisco Joaquim da Silva Senna	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado
Constantino dos Reis Rocha	09/04/1898	Minas Gerais, Januária	Anna Paulina dos Reis Rocha	Constantino Netto da Rocha	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Oscar de Souza Carrascosa	25/12/1896	Bahia, Salvador	Enestina de Souza Carrascosa	Pedro da Luz Carrascosa	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Médico	Professor (PAI DO ALUNO) da Faculdade de Medicina da ba em 1881. Deixou o espólio líquido de 110:519\$850 de réis.
Francisco Augusto dos Santos Souza	16/09/1895	Bahia, Salvador	Jusselina dos Santos Souza	Francisco Álvaro dos Santos Souza	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Alcides Teixeira	02/03/1895	Bahia, Salvador	Antônia Ferreira Teixeira	Rogociano Teixeira	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Gastão de Pinho Pedreira da Silva	11/09/1897	Bahia, São Gonçalo dos Campos (Atual São Gonçalo)	Zulmira de Pinho Pedreira	José Machado Pedreira da Silva	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público	O pai do aluno. Escrivão da Coletoria de Rendas Gerais de São Gonçalo dos Campos
Salvador Rosa de Lima	12/15/1895	Bahia, Salvador	Anna Ribeiro de Lima	Benvenuto Priano Lima	1914	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Não Identificado
Epaminondas Lopes de Castro	25/12/1895	Bahia, Canavieiras	Anna Lopes de Castro	Armindo de Castro	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Manoel Soares da Fonseca	09/08/1891	Bahia, Santa Thereza do PomBahial (Atual Ribeira do Pombal)BA	Enedina Francisca de Siqueira	Manoel Antônio da Fonseca	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Mordaunt John Moreira Fisher	03/04/1897	País: Bath, Inglaterra	Hersilia Moreira Fisher	Sydney Fisher	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado. Coursou o ginásio em Salvador	Não Identificado	Funcionário Público. Trabalhou na Divisão Técnica da CNAEE (Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica) 1940.
Antônio Rodrigues Victoria	07/05/1897	Bahia, Feira de Santana	Honorina Rodrigues Victoria	Eulálio da Costa Victoria	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Maçon de grau 3 (Pai do aluno)
Antônio Newton de Lemos	16/10/1898	Bahia, Salvador	Maria José da Silva Lemos	Manoel Joaquim da Silva Lemos	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Xavier Martins Curvello	31/12/1893	Bahia, Salvador	Maria Amélia dos Santos Curvello	Castriciano Martins Curvello	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Affonso Leite de Oliva	02/05/1896	Bahia, Itapegipe	Josepha Dantas Leite de Oliva	José Leite de Oliva	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Raul Borges dos Reis	09/01/1897	Bahia, Salvador	Adelina Neves Borges dos Reis	Antônio Alexandre Borges dos Reis	1914	1921	Engenheiro Civil	Formado	Professor, fazendeiro, político, editor e escritor de diversos livros sobre Geografia, Português e História do Brasil.	O pai do aluno, professor Borges foi sócio correspondente das principais entidades de história e geografia do Brasil e do exterior, como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Museu Nacional, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo e Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros; fazendeiro, político, editor e escritor de diversos livros sobre Geografia, Português e História do Brasil. Além das atividades docentes, o professor Borges dos Reis era uma figura conhecida da intelectualidade baiana. Foi sócio fundador de duas importantes entidades da cidade: O Instituto Histórico Geográfico da ba (1894) e da Academia de Letras da ba (1917). Deputado estadual no governo de Severino Vieira (1905/1906 – 1907/1908) e diretor da Associação Comercial da ba (1899 – 1900). Era proprietário da Chácara da Boa Vista onde, nos dias atuais, está a Rua da Boa Vista de Brotas.
Octavio Santos Muniz	07/05/1893	Bahia, Salvador	Roberta Maria da Glória Santos	Não Identificado	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Flávio Mendes de Carvalho	20/07/1894	Bahia	Maria Garcia Mendes	Pedro Mendes de Carvalho	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1882
Mariano Sepulveda da Cunha	06/06/1897	Bahia, Mata de São João	Aurélia Baccellar da Cunha	João Sepulveda da Cunha	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Magistrado	O pai do aluno. Juiz de direito na Comarca de Formosa do Rio Preto, Ba
Octávio de Mendonça Vasconcelhos	05/11/1895	Pará, Belém	Maria da Graça Mendonça Vasconcelhos	Manoel Theofilo de Souza Vasconcelhos	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Sizenando Ademario Carneiro Leão	08/04/1895	Pernambuco, Recife	Maria Isabel Carneiro Leão	José Augusto Leão	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado

Alvaro Ribeiro Sanches	25/09/1895	Bahia, Salvador	Duía Raggio Ribeiro Sanches	José Ribeiro Sanches	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Aristides Milton da Silveira	06/05/1894	Bahia, Cachoeira	Amalulia Milton da Silveira	Guilhermino Adolpho Silveira	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Coronel do Exército	Prefeito de Salvador, em 1945. Na Assembléia Legislativa, suplente da Comissão de Serviço Público (1957-1958); Deputado Suplente do Partido Social Democrático - PSD, 1955-1959, assumiu o mandato por diversos períodos, efetivou-se em jan. 1959. Na Assembléia Legislativa, suplente da Comissão de Serviço Público (1957-1958); Deputado Suplente 1946, assumiu o mandato em 15 de agosto de 1946; Diretor de Obras e Jardim da Prefeitura de Salvador; diretor do Patrimônio Municipal de Salvador, Chefe da construção da Estrada de Ferro de Nazaré-BA
Alvaro Rebello	1897	Maranhão, São Luiz	Maria Isabel Alves Rebello	Joaquim José Rebello	1914	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Waldomar Guena Mello	22/07/1895	Bahia, Salvador	Alexandrina Guena Mello	Eduardo Tarquicio do Mello	1914	1920	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Augusto Lopes Filho	10/02/1893	Ceará, Fortaleza	Maria Gloria Lopes	José Augusto Lopes	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Darwin de Andrade Figueirêdo	10/09/1897	Bahia, Salvador	Dalila Andrade Figueirêdo	Tibério Borges de Figueirêdo Sobrinho	1914	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Não Identificado
Oswaldo Augusto da Silva	09/08/1897	Bahia, Salvador	Maria de Freitas Silva	Furtemato Augusto da Silva	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Delegado Estadual da ba em 1934
Theofilo Marques Valente	05/03/1896	Bahia	Marcelina Rosa de Jesus	Pedro Marques Valente	1911	1917	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lauro Mendes de Araújo Lima	18/05/1895	Bahia, Vila do Conde	Eucundoria de Araújo Lima	Urserio Mendes Lima	1914	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Rubens Pereira Reis de Andrade	14/02/1897	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Emília Pereira Reis	Hilário de Andrade	1914	1914	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos, no Rio de Janeiro, Chefe da Comissão de Estudos e Obras dos Rios Tocantins e Araguaia; Escritor, Ensaísta, Pesquisador. Intelectual, Idealista, Visionário. Membro de diversas instituições sociais, culturais e de classe, dentre outras, Sociedade Brasileira de Engenharia e Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
Arlindo Fernandes Dias	1897	Bahia	Lectícia Fernandes Dias Wash	José Joaquim Fernandes Dias	1914	1916	Engenheiro Geógrafo	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Edwaldo Pinto Pithon	14/02/1895	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Clotilde Pinto Pithon	Joaquim de Souza Pithon	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Coronel do Exército	Não Identificado
Paulo Ignacio da Silva	10/01/1893	Bahia, Itaparica	Maria Adelaide da Silva	José Ignacio da Silva	1914	1938	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Affonso Fernandes Barros	1896	Maranhão, São Luiz	Maria José Fernandes de Barros Silva	Francisco de Barros Silva	1914	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Armando Castro Ferreira	20/04/1894	Bahia, Salvador	Vitalina Fernandes de Castro Ferreira	Ulysses de Castro Ferreira	1914	1938	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ))	Não Identificado	Não Identificado
Julio Brandão Netto	1898	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria do carmo Campos Brandão	Julio Viveiro Brandão	1914	1915	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João Marchesine	11/07/1897	São Paulo, São Paulo	Emilia Marchesine	Angelo Marchesine	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Adolpho Espinheira Freire de Carvalho	30/12/1897	Bahia, Salvador	Estephania Espinheira Freira de Carvalho	Carlos Augusto Freire de Carvalho	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Médico, formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1887.	O pai do Aluno foi nomeado preparador da cadeira de Terapêutica da Faculdade de Medicina, exerceu esse cargo por mais de dez anos. Dedicou-se à clínica humanitária nas freguesias da Penha e Mares, BA. Militou na imprensa como repórter e redator nos órgãos do Partido Conservador, "O Estado da ba" e a "Gazeta da ba". Conselheiro municipal, 1904-1907. Presidente do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal da ba, 1926-1931. Eleito vereador da Câmara Municipal de Salvador, 1908-1911. Eleito deputado estadual, na 10ª legislatura, 1909-1910. Senador estadual da 11ª à 13ª legislatura, 1911-1916. Presidente da Câmara Municipal de Salvador, 1904-1907. Na Câmara Estadual dos Deputados, presidente (1909-1910).
Antônio de Mello	13/06/1892	Bahia	Adelaide Luiza de Carvalho Mello	Thomaz Cygrillo Mello	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Martins de Souza	07/11/1888	Bahia, Salvador	Amelia Brasilia da Rocha Souza	José Martins de Souza	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Adherbal Novis	26/08/1895	Mato Grosso, Campo Grande	Elvira Alves Novis	Arnaldo Novis	1914	1920	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	Não Identificado
Leopoldo de Almeida Boaventura	12/05/1895	Bahia, Cachoeira	Theolinda de Oliveira Boaventura	Leopoldo de Almeida Boaventura	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Magistrado	Não Identificado
Godofredo Mendes Bandeira	22/08/1891	Bahia, Santo Amaro	Isaura Mendes da Fonseca	Pedro Ferreira Bandeira	1914	Não Identificado	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Fazendeiro	O pai do aluno. 1º Visconde Ferreira Bandeira. Intendente de Santo Amaro (1893-1896). Foi Vice-Presidente da Província da ba.
Luiz Albarelli Rangel	11/02/1896	São Paulo, Santa Rita da Posse	Palmira Albarelli Rangel	Paulo Araújo Rangel	1914	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Annibal Maurillio da Silva Corrêa	1897	Pernambuco, Recife	Valesfana Thecenilda da Silva Corrêa	Galbino da Silva Corrêa	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Professora (Mãe)	Não Identificado
Afonso Walsh Guimarães	1897	País: Paris, França	Mariana Wash Guimarães	Domindos Rodrigues Guimarães	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Bacharel	Não Identificado
Antônio Alves de Mello Feitosa	21/09/1895	Não Identificado	Maria José de Campos Feitosa	José Alves Feitosa	1915	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Emile Tornillon	31/01/1897	Bahia, Salvador	Maria de Oliveira Tornillon	Julien Tornillon	1915	1920/ 1944	Engenheiro Civil/Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Almiro Caceres	19/02/1888	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Palmira Caceres	Martinhos Caceres	1914	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Hugo Nogueira de Oliveira	20/12/1890	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Senhorinha Nogueira e Oliveira	Bento Rioparelense de Oliveira	1914	1916	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Leopoldo de Azambrija Villanova	12/05/1889	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Justna Rocha Villanova	Antônio de Azambrija Villanova Filho	1914	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

José Custodio Netto	26/03/1890	Rio Grande do Sul, Porto Alegre	Antônia C. de Oliveira Netto	José Antônio Netto	1914	1915	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado
Alvaro Barros	Não Identificado	Não Identificado	Não Identificado	Agrippiniano Barros	1914	1914	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA.Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Luiz Philippe de Araújo Meira	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Marieta de Araújo Meira	Gentil Augusto de Paiva Meira	1914	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Capitão da Marinha	O pai do aluno. Superintendente de navegação de 28/04/1922 a 28/06/1922.
Tertuliano de Almeida Sampaio	11/02/1894	Bahia, Salvador	Maria Sophia de Almeida Sampaio	Alfredo de Almeida Sampaio	1913	1916	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Médico	Engenheiro civil, foi responsável pela construção da Estação de Baurú.Antes, nos anos 20, abriu a NOB, criando o primeiro barracão de obras de cidades como Lins e Penápolis.Trabalhou na construção do ramal até Campo Grande. Foi transferido da NOB para a ferrovia Leste Brasileiro (ba, Sergipe e Minas Gerais), em 1942
Hugo Rocha	15/08/1894	Ceará, Fortaleza	Francisca C. de Rocha	Guilherme Moreira da Rocha	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	Não Identificado
Ramiro Pimentel Netto	10/09/1896	Bahia, Cachoeira	Arlinda da Costa Pimentel	Vespaziano da Silva Pimentel	1914	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Euphrosino Moraes Alves Branco	03/01/1886	Não Identificado	Etelvina Moraes Alves Branco	Lizardo Alves Branco	1914	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Francisco Rebouças	Não Identificado	Ceará, Fortaleza	Não Identificado	Francisco Candido Rebouças	1915	1915	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Alberte de Sá Oliveira	21/03/1896	Bahia, Salvador	Antônia de Sá Oliveira	João Baptista de Sá Oliveira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro	O pai do aluno. Dono do engenho "Conceição da Rocha" Vila São Phelippe. 2º Secretário da Assembleia Constituinte da ba em 1891.
Afonso Cardoso Antunes	11/01/1898	Bahia	Maria de Mattos Cardoso	Nicolar Cardoso Antunes	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA em 1945. Catedrático da cadeira de Desenho à Mão Livre e Ornatos
Elysis de Carvalho Lisboa	13/08/1895	Bahia, Muritiba	America do Carvalho Lisboa	Bento da Costa Lisboa	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Prefeito de Salvador (1942 - 1945); Professor da EPBA a partir de 1922. Catedrático da cadeira de Cálculo Infinitesimal, Complementos de Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projectiva, Perspectiva e Aplicações Técnicas
José da Costa Guerra	22/02/1900	Bahia, Salvador	Balbina da Costa Guerra	Antônio Ramos Guerra	1915	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Lydio de Mesquita Chaves	26/12/1896	Bahia, Salvador	Juliana Ribeiro Chaves	Francisco de Mesquita Chaves	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Lauro de Mello Andrade	1898	Sergipe, Aracaju	Mariana Angelia de Mello Andrade	José Silveira Andrade	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Antonio Ferreira Junior	18/07/1897	Alagoas, Penêdo	Joventura Moreira Ferreira	Antônio Ferreira de Souza	1915	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
José Domingos de Mattos	15/06/1894	Maranhão, São Bento	Rosa Maria de Campos Mattos	Manoel dos Santos de Mattos	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Orlando Drummond Margel	1897	Minas Gerais	Ernestina Drummond Margel	Maurício Engênio Margel	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo Leal de Macêdo	31/05/1896	Maranhão, Codó	Maria Teresa Leal de Macêdo	Manoel Simeão de Macêdo	1915	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Cantídio Gonçalves Duarte Burity	08/11/1904	Bahia, Bonfim	Joanna da Silva Duarte	Francisco Gonçalves da Silva	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	04/01/1894	Bahia, São Francisco do Conde	Maria Isabel Vianna Bulcão	Inácio de Araújo de Aragão Bulcão	1915	1918	Engenheiro Geógrafo	Formado	Coronel do Exército	Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; dos Institutos Históricos da ba, Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais; dos Institutos Genealógicos da ba e São Paulo; da Societé Academique d'Histoire International de Paris. No Colégio Brasileiro de Genealogia foi sócio correspondente; Funcionário público. Escrevente no extinto Senado da ba; O aluno casou a 15 de janeiro de 1919 com Guiomar de Athayde Uzeda, filha de Manoel Martins Uzeda e Joaquina Alexandrina de Athayde Uzeda, tendo as filhas Maria de Lourdes e Maria Bernadette Uzeda Aragão Bulcão
José de Oliveira Machado	19/09/1896	Maranhão, São Luiz	Amélia Rosa de Oliveira Machado	Manoel da Costa Machado	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Ernesto Primo da Costa Pereira	1890	Pará, Belém	Maria Peregrina da Costa Pereira	Primo da Costa Pereira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Gildo de Freitas Bastos	19/09/1896	Espirito Santo	Carolina de Freitas Bastos	Joaquim Antônio de Abreu Bastos	1915	1915	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	o aluno foi impedido de progredir nos seus estudos, pelo fato de indisciplina na escola livre de engenharia de PE, no entanto por este fato o aluno fica impedido de continuar seus estudos por decisão da congregação da instituição.
João Barbosa de Moura	24/06/1893	Ceará, Fortaleza	Thereza Barbosa de Moura	José Gomes de Moura	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Sócio do Rádio Club Cearense
Joaquim Ribeiro da Cunha	18/02/1897	Bahia, Cachoeira	Ursula Rosa Pauli	Joaquim Ribeiro da Cunha	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco de Azevêdo Costa	26/05/1897	Bahia, Salvador	Maria de Azevêdo Costa	Francisco Magalhães Costa	1915	1919	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Ismael Brandão de Oliveira	26/04/1894	Bahia, Bonfim	Rachel Brandão de Oliveira	Gabriel Brandão de Oliveira	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Egas Burgos Carneiro de Campos	20/04/1898	Bahia, Salvador	Júlia Burgos carneiro de Campos	Alvaro Moniz Carneiro de Campos	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Hildebrando Veigas da Silva	11/04/1896	Bahia, Salvador	Claudiana Veigas da Silva	Ignácio Veigas da Silva	1915	1921	Engenheiro Civil	Formado	Farmacêutico	Não Identificado
João Euphrasio de Araújo Souza	27/01/1897	Bahia, São José da Casa Nova (Atual Casa Nova)	Maria de Araújo Souza	João Euphrasio de Souza	1915	1936	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Dantas Mendes de Souza	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Anna Dantas Mendes de Souza	Joaquim Mendes de Souza	1915	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Arthur de Oliveira Torres	14/08/1892	Bahia, Salvador	Amélia Paraízo Torres	José Martins de Oliveira Torres	1915	1920	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Leandro Maynard Maciel	08/12/1897	Sergipe, Vila do Rosário	Anna Maynard Maciel	Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Governador de Sergipe de 1955 a 1959. Em 1960 foi indicado para ser vice-presidente da República na chapa de Jânio Quadros, mas renunciou em favor de Milton Campos; Senador em 1995-1937 e 1967 - 1975. Foi O líder máximo da UDN - União Democrática Nacional. Ele ingressou na vida pública no Governo Manoel Dantas; Deputado Federal nos anos de 1930-1930 / 1933-1935 / 1946-1951; Diretor de Obras Públicas; Diretor da Engenharia (serviço de Luz e Força) Presidente do Iaa (álcool e Açúcar). Fiscal do Serviço de Águas e Esgotos de Aracaju.; Proprietário Rural e Engenheiro e Magistral. Deputado Provincial - 1851 a 1869; deputado Geral - 1869 a 1872; Deputado Geral - 1877 a 1885; Deputado Federal - 1890 a 1891; Deputado Federal - 1891 a 1894; Senador - 1894 a

										1903; O aluno como político teve um vies progressista, realizando várias obras como: ligou com asfalto Aracaju a Atalaia e desmontou o morro do Bonfim, além de dotar Aracaju de abastecimento de água. O 'Leandrismo' marcou a política de Sergipe. Ele ingressou na vida pública no Governo Manoel Dantas; o pai do aluno foi um proprietário rural, advogado e político brasileiro. Foi Juiz de Paz e de Órfãos de Rosário do Catete, Maroim e Santo Amaro.
Henrique Lanat	19/10/1899	Bahia, Salvador	Maria Menezes Lanat	José Henrique Lanat	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Negociante	O pai do aluno. Industrial e trouxe o primeiro automóvel da ba que foi importado da França. Maçon de 3º grau (Pai do Aluno)
José Pinto Python	08/03/1897	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Clotildes dos Santos Pinto Python	Joaquim Souza Python	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Afranio Drumond Murgel	18/02/1895	Minas Gerais, Cataguases	Ernestina Drumond Murgel	Maurício Engênio Murgel	1916	1916	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
João de Vasconcellos Martins	22/04/1898	Maranhão, São Luiz	Alice de Vasconcellos Martins	João Pereira Martins	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Sylvio Pimentel Marques	04/01/1898	Bahia, Salvador	Emilia Pimentel Marques	Fausto de Oliveira Marques	1916	1920	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Affonso Cesar Cabussú	01/06/1899	Bahia, Salvador	Dulce Vilas Boas Cabussú	Alfredo Cesar Cabussú	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	O pai do aluno. Diretor da Associação Comercial da ba em 1910-1911. Membro fundador do IGHB.

João Martins Carvalho	06/05/1895	Bahia, Alagoinhas	Anna Guermina de Carvalho	Antônio Martins de Carvalho	1916	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Arthur Pereira do Lago	06/03/1892	Bahia, Salvador	Não Identificado	Francisco Pereira do Lago	1916	1916	curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	Maçon de 3º grau (Pai do Aluno)
Itamar Moreira Temporal	11/07/1895	Pernambuco, Recife	Maria Carolina Rodrigues Temporal	Affonso Moreira Temporal	1915	1918	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Duarte Porto Limeira	Não Identificado	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Não Identificado	1916	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco	Não Identificado	Não Identificado
Djalmir Guajarinno Maia	14/12/1896	Pará, Belém	Virgina Paim Maia	José André Maia Filho	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Funcionário Público	O pai do aluno. Inspetor da alfândega de Santos em 1912
Alvaro Hermano da Silva	28/04/1894	Bahia, Feira de Santana	Arlinda dos Santos Silva	Arthur Hermenegildo da Silva	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	O pai do Aluno trabalhou na conclusão e em 1918 em uma das ferrovias baianas que ligava Santo Amaro a Salvador. Arrendou junto ao governo baiano a Estrada de Ferro de Santo Amaro em 1918, se incorporado a União novamente em 1939 com nomeada Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Professor da EPBA em 1914. Catedrático da cadeira de Estudo dos Materiais de Construção
Eduardo Rios Filho	24/10/1900	Bahia, Salvador	Maria Antonieta Maia Rios	Eduardo Cesar Rios	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Mínistro da Educação e Saúde, no Governo Gaspar Dutra de 15 de maio até a 4 de agosto de 1950

Francisco Mangabeira Albernaz	03/02/1898	Bahia, Salvador	Cecilia Mangabeira Albernaz	José Garcia Albernaz	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Médico	O pai do aluno é formado em 1890 pela Faculdade de Medicina da ba. Tenente médico do Exército Brasileiro. Em 1913 nomeado diretor do Hospital Militar da ba, cargo no qual permaneceu até seu falecimento, em 1915, por lesão cardíaca congênita; Avós paternos: Joaquim Albernaz (Major) e Antônia Garcia Albernaz; avós maternos: Francisco Cavalcante Mangabeira (farmaceutico) e Augusta Cavalcante Mangabeira; sobrinho de Mangabeira.
Fernando Elias Borges Bastos	20/07/1895	Bahia, Salvador	Maria Amélia Borges Bastos	Balthazar Leite Bastos	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Pereira de Menezes	19/11/1895	Ceará, Fortaleza	Margarida P. Pereira de Menezes	Vicente Pereira Sobrinho	1916	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Odilon Borges de Carvalho	06/03/1896	Maranhão, São Luiz	Marianna de Mattos Borges de Carvalho	João Braulino de Carvalho	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Miguel Marques de Souza	24/05/1898	Bahia, Serrinha	Cecília Marques de Souza	Antônio Marques de Souza	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José de Almeida Santos	02/11/1896	Bahia, Salvador	Joana de Almeida Santos	Antônio José dos Santos	1917	1917	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Celso Almino de Queiroz	06/09/1894	Rio Grande do Norte, Natal	Thereza Gomes de Queiroz	Antônio Almino de Queiroz	1917	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Agnello Alves Barreiros	03/10/1896	Bahia, Feira de Santana	Maria Guilhermina Barreiros	Tibricio Alves Barreiros	1916	1921	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Professor da EPBA em 1949. Ingresso na EPBA em 1949. Ministrava a cadeira de Estrada de Ferro e Rodagem
Jovino do Prado Pereira	01/12/1896	Bahia, Juazeiro	Oliva do Prado Pereira	Jovino Antônio Pereira	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Professor da EPBA em 1952. Ministrou a cadeira de Estradas de Ferro e de Rodagem

Paulo de Carvalho Fontes	06/12/1894	Bahia, Salvador	Elvira Fiel de Carvalho Fontes	Paulo Martins Fontes	Não Identificado	1928	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola de Minas de Outro Preto)	Bacharel	Não Identificado
Josué Bapitista de Jesus	30/04/1893	Sergipe, Lagarte	Veutina Hermínia da Conceição	João Baptista de Jesus	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Eurico Moscoso	13/01/1898	Bahia, Salvador	Zulmira Seixas Moscoso	Plínio Moscoso	1917	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Armando de Oliviera Pernambuco	Não Identificado	Rio Grande do Norte, Natal	Elvira Pereira Pernambuco	José de Oliveira Pernambuco	1917	1918	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA	Magistrado	O pai do aluno. Juiz de Direito e em 1882 criou a comarca de Acari- RN
Goutran de Souza	1895	Sergipe, Estância	Maria Freire de Souza	Antônio Poriciano de Souza	1917	1917	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Avila de Vasconcellos Linhares	Não Identificado	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Não Identificado	Antônio da Silveira Linhares	1917	1918	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA.(Egresso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ) e, terminou o 5º ano na Escola de Engenharia de Porto Alegre)	Não Identificado	Não Identificado

Lauro Farani Pedreira de Freitas	15/04/1900	Bahia, Alagoinhas	Mariamina Farani de Freitas	Graciliano Marques Pedreira de Freitas	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	Deputado pela ba, em 1945, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), pela qual concorreu, em 1950, ao Governo da ba; Diretor da Viação Férrea Leste Brasileiro.; Funcionário Público. Construiu uma larga carreira como engenheiro ferroviário. Implantou a fabricação de composições e locomotivas nas oficinas de Aramari, Alagoinhas e São Félix. Construiu uma usina termoelétrica e iniciou a eletrificação ferroviária no Recôncavo; Professor da EPBA em 1943. Ministrou várias disciplinas. Professor de Cosmografia e Geofísica do Ginásio da ba; Desenhista e inspetor de obras de arte. superintendente da Compagnie de Chémins de Fer Fédéraux de L'Est Brésilien, em Salvador; presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da ba e de Sergipe; O nome da Cidade Lauro de Freitas é em sua Homenagem. Morreu em um acidente sério quando candidato ao governo da ba. Em 1935 assessorou o Ministro da Viação e Obras Públicas; O pai do aluno. Secretário do Estado da ba interinamente 1906- 1912. Prefeito da cidade de Alagoinhas depois da proclamação da República.
Octávio dos Reis Gordilho	21/06/1894	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Maria da Glória de Mello dos Reis Gordilho	Joaquim Raul dos Reis Gordilho	1917	1920	Engenheiro Geógrafo	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1893
Carlos Alexandre Porto Carreiro	20/09/1895	Pernambuco, Recife	Maria Uchôa Porto Carreiro	Luiz da Costa Ferreira Porto Carreiro	1917	1923	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Bacharel	Não Identificado
Alcides Moreira Benjamim	07/11/1897	Bahia, Salvador	Alzira Moreira	José Betelho Benjamim	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Desembargador	Não Identificado

			Benjamim							
Carlo Gama de Araujo Ramos	18/09/1900	Bahia, Salvador	Anna Gama de Araujo Ramos	Alvaro de Araujo Ramos	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Maçon de 3º grau. (pai do aluno)
Durval Garcia Lins	04/12/1896	Bahia, Salvador	Evangelina Garcia Lins	Secundino da Silva Lins	1918	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a EPRJ. Dificuldades financeiras	Não Identificado	Não Identificado
Wenefredo Bacelar Portella	13/11/1898	Piauí, Parayba	Roza Rodrigues Bacelar	Viriatto dos Santos Portella	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Funcionário Público. Responsável pela construção do trecho da Estrada de Ferro entre Leopoldo de Bulhões a Anápolis
José Francisco de Freitas	28/09/1893	Bahia, Salvador	Leopoldina Machado de Freitas	Argeu Antônio de Freitas	1918	1922	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Carlos Velloso Gordilho	21/09/1899	Bahia, Salvador	Maria Margarida Gordilho	Pedro Velloso Gordilho	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Guilherme Moreira da Silva Lima	08/10/1900	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Moreira da Silva Lima	Antônio da Silva Lima	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Thomé Barbosa Ribeiro da Silva Passos	28/01/1896	Piauí, Vila Belein	Leandra Maria da Silva Passos	David Barbosa Ribeiro Passos	1919	Não Identificado	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado

Francisco Fernandes Leite	24/02/1898	Bahia, Salvador	Maria Augusta leite	Elias Fernandes Leite	1919	1919	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Advogado	O pai do aluno. Auditor de guerra em 1920
Mario Barbosa de Moura	05/08/1896	Ceará, Fortaleza	Thereza Barbosa de Moura	José Gomes de Moura	1914	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Cônsul	O pai do aluno era cônsul do Paraguay no estado do Ceará
Jadso Couto Maciel	04/06/1897	Bahia, Salvador	Amélia Ferreira Couto Maciel	Pedro Maciel	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Edgcerd Velloso da Silva	19/11/1895	Bahia, Salvador	Rosa Velloso da Silva	Agostinho Herme da Silva	1917	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Renato dos Reis Gordilho	16/01/1897	País: Paris, França	Maria da Gloria Mello dos Reis Gordilho	Joaquim Raul dos Reis Gordilho	1917	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Médico	O pai do aluno é formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1893
Humberto Pacheco da Miranda	31/10/1897	Bahia, Cachoeira	Maria da Glória Gonçalves de Miranda	Joaquim Pacheco Gonçalves de Miranda	1917	1922	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Alves Freire	21/010/1899	Rio Grande do Norte, Natal	Antônia de Meideiros Freire	Avelino Alves Freire	1919	1919	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Coronel do Exército	Não Identificado
Joaquim Guedes Martins	06/07/1898	Ceará, Maranguape	Maria Engênia Guedes da	Florêncio Martins Pereira	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

			Conceição							
Archemino Augusto Jaqueta	30/03/1898	Bahia, Bonfim	Josephina da Motta Jaqueira	Silvério Rodrigues Jaqueira	1919	1921	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Eusebio Gomes de Mello	15/05/1899	Alagoas, Maceió	Candida Gomes de Mello	Antônio Gomes de Mello	1920	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Mario Carmelita da Fonseca	16/07/1898	Pernambuco, Recife	Justina Vidal da Fonseca	Antônio Augusto da Fonseca	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
João Meirelles de Almeida Couto	20/05/1894	Bahia, Santo Amaro	Emília Teixeira Couto	Luiz Meirelles de Almeida Couto	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Raymundo dos Santos Patury	07/10/1894	Bahia, Salvador	Maria Pacifica dos Santos Patury	Manoel Joaquim dos Santos Patury	1914	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Ericssceu Pitombo Jacyobá Cavalcante	22/04/1900	Alagoas, Penêdo	Maria Pitombo Jacyobá Cavalcante	Julio Jacyobá Cavalcante	1920	1923	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
José Antônio Saraiva	26/02/1900	Bahia, Pojuca	Francisca Velloso Saraiva	Luiz Antônio Saraiva	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Vicente de Albuquerque Porciúncula	19/07/1895	Alagoas, Maceió	Ignácia de Albuquerque Porciúncula	Vicente Ferreira da Porciúncula	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Adehmar de Meneses Lessa	11/11/1898	Bahia, Feira de Santana	Cândida Meneses Lessa	Venancio Antônio da Fonseca Lessa	1919	1921	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Augusto Perdigão de Oliveira	19/08/1886	Ceará, Fortaleza	Athilia Brandão de Oliveira	Francisco Perdigão de Oliveira	1919	1921	Engenheiro Geógrafo	Formado	Bacharel	Funcionário Público. Engenheiro dos Correios
Durval da Silva Tinoco	02/04/1883	Bahia, Feira de Santana	Maria da Anunciação Tinoco	Aristides José Tinoco	1921	1922	Engenheiro Geógrafo	Formado	Professor	Não Identificado
Giuseppe Amado	28/02/1901	Sergipe, Estância	Anna Amado	Melckisededa Amado	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Carlos Fernandes de Araújo	24/10/1894	Bahia, Salvador	Elvira Araújo	Francisco de Araújo	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Clovis de Barros Lima	09/01/1900	Pernambuco, Recife	Não Identificado	Manoel de Barros Lima	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Livre de Engenharia de Pernambuco	Não Identificado	Não Identificado
Aguinaldo das Chagas Carneiro	08/01/1904	Bahia, Cachoeira	Tharcilla Chagas Carneiro	Joaquim Baptista Carneiro Sobrinho	1919	1939	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor geral do DER-PA (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Pará)
Nelson Pinto de Almeida	24/08/1897	Bahia, Santo Antônio de Jesus	Maria Brazília Pinto de Almeida	Virgílio Venâncio de Almeida	1919	1923	Engenheiro Geógrafo	Formado	Fazendeiro (Coronel da Guarda Nacional)	Não Identificado

Jefferson Fernandes Balleiro	30/09/1898	Pernambuco, Palmares	Carlote Rios Balleiro	Propórcio Fernandes Balleiro	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Engenheiro	Não Identificado
Rodrigo José Fernandes Filho	17/08/1897	Pará, Santarém	Maria Fernandes	Rodrigo José Fernandes	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Francisco Ferreira da Silva	28/01/1898	Bahia, Salvador	Maria Ferreira da Silva	Joaquim Ferrira Italiano	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio Barreto Filgueira	12/06/1902	Bahia, Mundo Novo	Julia Barreto Filgueira	João Alves Filgueira	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Eunapio Peltier de Queiroz	05/10/1900	Bahia, Valença	Eugênia Peltier de Queiroz	Eunapio Rosa de Queiroz	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Fazendeiro	Deputado em 1945, exercendo importante papel na expansão viária do País e em medidas que beneficiaram os estados localizados no Polígono das Secas. Voltou a se eleger deputado depois 1955; Prefeito de Nazaré e de Ilhéus; Secretário de Viação e Obras Públicas (1951), época em que entrou para a história da hoje Eunápolis, então "64", transformando o pequeno povoado num lugar progressista.; Diretor Presidente da Coelba e da Chesf (Cia. Hidro-elétrica do São Francisco), tendo sido o idealizador do complexo energético de Sobradinho; Funcionário Público. Trabalhou no serviço de topografia e medições que muito contribuíram para a implantação das malhas ferroviária e rodoviária em nosso Estado, especialmente no Recôncavo; O nome da cidade de Eunápolis - Ba é em sua homenagem.
Arthur de Carvalho Magalhães	08/01/1888	Bahia	Não Identificado	Leonel Carvalho Magalhães	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Lecenido de Siqueira Menezes	31/03/1902	Bahia, Salvador	Anna de Carvalho Meneses	José de Siqueira Meneses	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Marechal do Exército	Não Identificado

Oswaldo Cabral Vieira de Campos	06/09/1898	Bahia, Salvador	Bellaniza Cabral Vieira Campos	Francisco Terencio Vieira de Campos	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
João Garcez de Aguiar	26/07/1900	Bahia, Salvador	Maria J. Garcez de Aguiar	Octávio Accioly de Aguiar	1919	1927	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Alvaro Wellington Landulpho Medrado	07/04/1901	Bahia, Castro Alves	Guiomar Lopes Medrado	José Joaquim Landulpho Medrado	1919	1936	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Professor catedrático da EPBA da cadeira de Química Industrial e inorgânica; O pai do aluno. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e SEC. da Agricultura, Ind. Com, Viação e Obras Públicas interinamente nos anos de 1920-1924.
Alberto Japi - Assú	04/07/1900	Bahia, Salvador	Maria Anna Sabrão Japi - Assú	Cleto Ladislau Tourinho Japi - Assú	1919	1922	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Vice-Almirante da Marinha	Não Identificado
Lafayette Pereira Fraga	25/07/1890	Bahia, Muritiba	Thereza Minervina Fraga	Clementino Pereira Fraga	1919	1922	Engenheiro Civil	Não terminou o curso na EPBA	Coronel do Exército	O pai do aluno. Presidente do Conselho Municipal de Muritiba em 1899
Rubem Pires Ferreira	24/05/1899	Bahia, Salvador	Maria Amélia Pires Ferreira	Manoel da Silva Pires	1919	1923	Engenheiro Civil	Formado	Major do Exército	pai do aluno. Lutou na guerra de Canudos.
Almiro Queiroz da Silva	24/02/1901	Bahia, Salvador	Leonor de Queiroz Silva	Eurydes da Silva	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Jayme Spinola Teixeira	22/10/1901	Bahia, Caitité	Anna Spinola Teixeira	Deocleciano Pires Teixeira	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Médico, formado pela Faculdade de Medicina da ba no ano de 1870.	O pai do aluno foi 2º. Cirurgião do Corpo de Saúde da Marinha, funções que exerceu até 1876. Político; membro do "Partido Liberal" no regime monárquico. Eleito Deputado à nossa Assembléia Provincial na legislatura de 1888 a 1889 e era um dos candidatos do mesmo Partido a reeleição nas eleições que se deviam realizar em 7 de dezembro de 1889 para a ligislatura de 1890 a 1891, quando foi proclamada a República. Na República, 1890 nomeado membro e presidente do Conselho Municipal de Caitité, funções que exerceu até 23 de março de 1892. Em 23 de março de 1892 foi nomeado, em

										substituição ao dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima (Ex governador da BA), intendente (Prefeito) do citado município de Caetitê, até janeiro de 1893. Eleito Senador Estadual em 1892 e reeleito em, 1899 a 1904, não o concluindo seu mandato após renunciar ao cargo.
Manoel dos Passos Barros	17/04/1898	Amazonas, Manaus	Clotilde de Salles Barros	José Alexandre Barros	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Diretor Geral do DER/ES (Depto de Estradas de Rodagem do ES); Engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo, deve-se a ele o batismo de diversas localidades como nomes originários do tupi-guarani como Aracê, Indaiá, Iuna, Irupi, Caparaó, Ibitirama, Ibatiba, Manhauçu, Manhumirim, Itarana, Itagassu, etc; Professor. Teve grande empenho na fundação da “Escola Politécnica de Engenharia”, atual “CENTRO TECNOLÓGICO DA UFES” na Universidade Federal do Espírito Santo; Primeiro Presidente da Igreja Cristã Maranata, essa Igreja criou uma Fundação que leva o seu nome no estado do ES.
Enéas Gonçalves Pereira	09/04/1901	Bahia, Salvador	Adelaide Bahiense Gonçalves Pereira	João Gonçalves Pereira	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Professor	Não Identificado
Quintino Barbosa de Figueirêdo	30/04/1899	Minas Gerais	Anna Angélica de Figueirêdo	José Barbosa Primo	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Chefe do Distrito de Terra de Teófilo Ottoni (MG) e de Guaçuí (ES). Chefe do Domínio da União, no Espírito Santo, nos anos 30; Funcionário Público. Engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce em 1942; Professor de Desenho Técnico da Escola Politécnica da UFES; Membro da Associação Mineira e da Associação Espírito – Santense de Engenheiros.

Alvaro Guimarães Santos	08/08/1896	Bahia, Salvador	Maria Cecília Guimarães Santos	Alberto Magno de Freitas	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Walkiria Reis de Freitas	03/04/1900	Bahia, Machado Portela	Ceria Reis de Freitas	Alabero Magno de Freitas	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Julio Alberto de Castro Lima	16/05/1901	Pará, Santarém	Amélia Champion Castro	Francisco de Paula Castro	1919	1919	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Se tornou bancário do Banco Francês do RJ.	Bacharel	Não Identificado
Dirceu Possidio Coelho	14/03/1899	Bahia, Salvador	Carlota Coelho Nascimento	Possidio Nascimento	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Delegados da Ação Integralista Brasileira registrados no Tribunal Regional Eleitoral no período de 23/12/1935 a 08/01/1936
João de Perouse Pontes	05/01/1897	Bahia, Salvador	Alice Amélia Oliveira Pontes	João de Perouse Pontes	1919	1919	Curso Geral	Formado	Capitão da Marinha	Não Identificado
Attila de Siqueira Menezes	22/01/1900	Bahia, Salvador	Anna de Carvalho Menezes	José Siqueira Menezes	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Marechal do Exército, engenheiro, Jornalista	O pai do Aluno foi Prefeito e Senador. Chefe da Comissão de Engenharia da ba; Ajudante de Ordens do Presidente de Sergipe; Encarregado Das Obras Militares de Sergipe; Diretor de Obras Militares da ba; Diretor do Hospital de Caridade de Sergipe; Comandante da Escola Militar do Ceará; Comandante da Brigada Policial do Distrito Federal; Comandante do Terceiro Distrito Militar da ba Alferes;

Tito Livio de San'tanna	09/01/1897	Sergipe, Simões Dias	Maria V. de San'tanna	João Lucas de San'tanna	1919	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Politécnica do Rio de Janeiro(EPRJ)	Não Identificado	Não Identificado
Braulio de Oliveira Martins	25/05/1898	Bahia, Vila Bom Conselho (Atual Cícero Dantas)	Maria Gomes Oliveira	Vicente José Martins	1919	1924	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Antônio de Mello Carvalho	10/05/1902	Bahia, Salvador	Maria Eutália Pereira de Mello Carvalho	Tito de Mello Carvalho	1919	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Gustavo de Souza Martins	05/07/1902	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Dias	Rodolpho de Souza Martins	1920	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Advogado	O pai do aluno. Presidente da Associação Comercial da ba em 1919/1920 e 1923/1924
Mario Prisco Paraiso	05/06/1901	Bahia, Salvador	Helena Oliveira de Souza Paraiso	Francisco Prisco Paraiso	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	O pai do aluno. Presidente da OAB-BA e criou a Caixa de Assistência dos Advogados da ba.
Carlos Cohin Ribeiro da Silva	20/12/1901	Bahia, Mundo Novo	Maria Cohin Ribeiro da Silva	Raymundo Ribeiro da Silva	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Jayme Gonçalves Cerqueira Lima	01/09/1903	Bahia, Salvador	Albertina Gonçalves Cerqueira Lima	Jayme Cerqueira Lima	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Não Identificado
Jorge Oliveira de Souza e Silva	09/11/1901	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Alzira Oliveira de Souza e Silva	Pedro Alexandrino de Souza e Silva	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado

Bertoldo Gurgel	27/06/1892	Rio Grande do Norte, Caraúba	Anna Gurgel de Oliveira	João Gurgel de Oliveira	1919	1939	Engenheiro Civil	Formado.(Egresso da Escola Livre de Engenharia de Pernambuco)	Desembargador	O pai do aluno. Presidente do Tribunal Superior da Relação do Rio Grande do Norte em 1891
Antônio Monteiro da Cruz	25/05/1894	Pernambuco, Recife	Maria da Cruz	Joaquim Monteiro da Cruz	1919	1920	Curso Geral	Não terminou o curso na EPBA	Não Identificado	Não Identificado
Joaquim de Magalhães Cardoso Barata	02/06/1889	Pará, Belém	Gabrina de Magalhães Barata	Antônio Marcelino Cardoso Barata	1920	1920	Curso geral	Não terminou o curso na EPBA. Transferiu-se para a Escola Militar de Realengo do Rio de Janeiro	Major do Exército	Governador no Pará eleito em 1955. Interventor federal no Pará, de 12 de novembro de 1930 a 12 de abril de 1935. Governador no Pará eleito em 1955; Senador em 1945; O pai do aluno. Primeiro administrador das colônias de Monte Alegre - PA; Militar do Exército (Oficial)
Frederico da Costa Nunes	03/08/1898	Maranhão, Grajáhu	Eurydice da Costa Nunes	José Fernandes da Costa Nunes	1919	1926	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
Oscar Alves da Costa	19/11/1894	Bahia, Juazeiro	Pastora Leal Costa	Domingos Alves da Costa	1920	1926	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Não Identificado
José Frederico Martins	21/08/1903	Bahia, Salvador	Maria Adelaide Dias Coêlho Martins	Rodolpho de Souza Martins	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Advogado	O pai do aluno. Presidente da Associação Comercial da ba em 1919/1920 e 1923/1924

Oswaldo Cesar Rios	19/05/1904	Bahia, Salvador	Maria Antonieta Maia Rios	Eduardo Cesar Rios	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Bacharel	Deputado estadual Constituinte pelo Partido Social Democrático - PSD, 1947-1951; reeleito, PSD, 1951-1955 e 1955-1959.; Secretário estadual de Viação e Obras Públicas da BA, 1942-1945; Vice-presidente da Comissão de Viação e Obras Públicas (1947); 1948, 1951, 1955-1956; Diretor da Rede Ferroviária Federal S. A. - R.F.F.S.A., 1928-1968; diretor da Viação Férreo Federal Leste Brasileira, 1956; diretor da Comissão do Vale do São Francisco, 1960, Chefe de Construção da Leste, superintendente da R.F.F.S.A., nos governos de Jânio Quadros e Costa e Silva, 1975; Funcionário Público. Engenheiro de estradas de ferro no Estado de Santa Catarina. Atuou na firma Motor S. A. Brasileira; Como Deputado ocupou várias comissões na Assembléia Legislativa, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas (1955-1956); titular das Comissões: Finanças, Orçamento e Contas (1947-1951, 1953-1954), Administração Municipal (1949), Indústria e Comércio (1950, 1952), Polícia Civil e Militar (1950); suplente da Comissão de Indústria e Comércio (1953).
Simões da Silva Freitas	27/10/1900	Bahia, Salvador	Emilia Simões da Silva Freitas	Ernesto Simões da Silva Freitas	1920	1925	Engenheiro Civil	Formado	Não Identificado	Secretário de Educação e Cultura e Secretário de Saúde Pública e Assistência Social de 1951 - 1955

Fonte: Pastas dos Alunos

Tabela dos Professores da Escola Politécnica da Bahia 1897 – 1920

OBS: Os professores se encontram em ordem alfabética

Professor	Origem	PAI	Atividade Econômica do Pai	Ingresso na EPBA	Disciplinas Ministradas	Hierarquia Docente	Diretor da EPBA	Professor em outras instituições	Instituição de Formação	Informações complementares	Trajetórias Políticas e projetos Capitalistas	RELAÇÕES FAMILIARES OU ATIVIDADE CAPITALISTA
Adolfo Naegeli	Não Informado	Não Informado	Advogado	1897	Tecnologia Química Industrial	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Suíça, Berna	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Affonso Glicério da Cunha Maciel	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Estradas, Arquitetura, Higiene dos Edifícios, Saneamento e construção civil	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. Fiscal da Companhia Carris Elétricos da Bahia	Diretor e fiscal da estrada de ferro de cachoeira e Nazaré. Diretor de obras públicas da Secretária de Agricultura da Bahia (Seagriba), Presidente do conselho municipal "Câmara de vereadores" de Salvador em 1896.	Não Informado
Afonso Cardoso Antunes	Bahia, Salvador	Nicolau Cardoso Antunes	Não Informado	1945	Desenho à Mão Livre e Ornatos	Catedrático da cadeira de Desenho à Mão Livre e Ornatos	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1920	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Agnello Alves	Bahia, Feira de	Tibrcio Alves	Não	1949	Estrada de Ferro e	Assistente	Não ocupou	Não	Formado na	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Barreiros	Santana	Barreiros	Informado		Rodagem.		cargo de Diretor da EPBA	Informado	EPBA em 1921			
Albano da Franca Rocha	Bahia, Salvador	Alfredo Rocha	Não Informado	1928	Topografia e diversas outras disciplinas.	Catedrático	Diretor da EPBA 1950 - 1953	Não Informado	Formado na EPBA em 1918	Foi membro do Conselho Técnico Administrativo a partir de 1932. Nomeado Professor Emérito da EPBA em 1982	Não informado	O pai do Aluno exercia a carreira de Professor
Alexandre Freire Maia Bittencourt	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Construção Civil e outras diversas disciplinas. Arquitetura , higiene dos edifícios e saneamento das cidades, após a reforma de 1901.	Catedrático	Diretor da EPBA em 1909 - 1913	Professor de matemáticas do Colégio São José, em Salvador.	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro em 1867	Membro fundador do IPBA e EPBA. Ocupou do cargo de Presidente do Instituto Politécnico da Bahia em 1913.	Foi engenheiro superintendente e diretor do setor de obras públicas da capital e do estado da Bahia em 1883; dirigiu também a confecção da Carta Geográfica da Província da Bahia, uma remodelação do Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, e ampliação da Companhia das Queimadas, responsável pelo abastecimento de água de Salvador, da qual foi diretor.	Membro da família Maia Bittencourt, de influentes proprietários de terras na região açucareira do Recôncavo baiano, ligada à família Calmon por casamentos.

Alfredo Antonio de Andrade	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1904	Química	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor catedrático de química analítica na Faculdade de Medicina da Bahia em 1919	Médico. Formado na Escola de Medicina da Bahia em 1889	Foi perito químico do Serviço Médico-Legal	Diretor do Laboratório Bromatológico de Saúde Pública. Nomeado, em 1916, chefe dos laboratórios de química (Laboratório de Química Analítica e Laboratório de Química Vegetal) do Museu Nacional, na gestão de Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923). Em função da Lei Orçamentária de 1916, pelo decreto nº 11.896, de janeiro daquele ano, os dois laboratórios se fundiram no "Laboratório de Química".	Não Informado
Alpheu Diniz Gonçalves	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1905	Física Molecular; Ótica aplicada à eng ;Eletro-técnica e Meteorologia.	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Álvaro da Silva Ramos	Bahia, Salvador	Não Informado	Médico	1915	Não Informado	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Agrícola da Bahia - EAB	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Álvaro Pereira Rocha	Bahia, Salvador	Gustavo Pereira Rocha	Advogado	1933	Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e Motores	Catedrático da Cadeira de Mecânica Aplicada, Bombas e	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1908	Não Informado	Não Informado	Não Informado

					Hidráulicos	Motores Hidráulicos						
Alvaro Wellington Landulfo Medrado	Bahia, Castro Alves	José Joaquim Landulpho Medrado	Advogado	1945	Química Industrial e Inorgânica	Catedrático de Química Industrial	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1936	Não Informado	Não Informado	O pai do docente. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública e SEC. da Agricultura, Ind. Com, Viação e Obras Públicas interinamente nos anos de 1920-1924.
Américo Furtado de Simas	Bahia, São Felix	Não Informado	Proprietário/ Negociante	1901	Física, Física Molecular, Ótica Aplicada à Engenharia, Eletrotécnica e Meteorologia após 1901, Mecânica Aplicada, Eletrotécnica, Resistência e Termodinâmica e Motores Térmicos.	Catedrático da cadeira Máquinas Motrizes e Operatrizes em 1913 e Termodinâmica – Motores Térmicos em 1936.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Escola de Belas Artes da Bahia em 1928 e foi seu diretor entre 1941 e a data de seu falecimento.	Formado na EPRJ	Membro do Conselho Técnico Administrativo em 1936. Comissão do Plano da Cidade do Salvador em 1935	É destacada sua participação nos estudos, projetos e construção do bairro de Monte Serrat em Salvador. Tem atuação importante na área de energia, projetando e construindo várias hidroelétricas (a primeira foi projetada em 1907) e elaborando, em 1943 um, "Plano de Utilização das Energias do Estado da Bahia" a pedido do governador estadual General Renato Onofre Pinto Aleixo(1943 - 1945)	O docente participou de vários congressos de Arquitetura e Urbanismo em Salvador na década de 1930, com o intuito de discutir possíveis planos diretores para a cidade.
Antonio Ferrão Muniz de Aragão	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1907	Economia política	Catedrático da cadeira de Economia	Não ocupou cargo de Diretor da	Não Informado	Advogado. (Formado em Direito pela Faculdade de Direito da	Membro do IPBA. Foi jornalista por longo tempo e deixou vários	DEPUTADO ESTADUAL 1907, Deputado Federal 1914 - 1916, Senador Federal 1921 - 1926,	O docente é pertencente a uma das famílias mais tradicionais

						Política	EPBA		Bahia)	trabalhos publicados. Membro da Academia de Letras da Bahia.	Governador da Bahia em 1917 - 1920,	"PROPRIETÁRIOS" da Bahia.
Antônio Figueiredo Souza Júnior	Bahia, Salvador	Antônio Figueiredo Souza	Não Informado	1917	Física	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	O docente teve o seu concurso impugnado para a cadeira de Física	Não Informado	Não Informado
Antônio Gonçalves Gravatá	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1901	Máquinas Motrizes e Operatrizes	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Foi fiscal da empresa Schomoor, no Mato Grosso, encarregada da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Mato Grosso, encarregada da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Trabalhou na implantação do ramal ferroviário de Divinópolis, no desmonte hidráulico da Avenida dos Andradas e Horto Florestal, e na construção de oficinas. Dedicou-se à construção civil, em obras da Igreja Nossa Senhora de Lourdes (1916-1922), da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (1920-1922) e da Igreja Nossa Senhora das Dores (1922), na Avenida	Em 1920, teve matrícula registrada na Diretoria de Obras Públicas da Prefeitura de Belo Horizonte	O docente foi o primeiro diretor-proprietário da Usina de Álcool Motor de Minas Gerais, que produziu combustíveis de base vegetal, principalmente a partir da mandioca.

										do Contorno, o Monumento Comemorativo ao Centenário da Independência (1922-1924) em BH. Sabe-se também que foi autor do projeto da ponte da Ilha das Garças, no Parque Municipal de Belo Horizonte, construída em 1926.		
Antonio Joaquim de Souza Carneiro	Sergipe, Aracaju	Não Informado	Advogado	1904	Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação, Geologia Econômica e Noções de Metalurgia.	Catedrático da cadeira Hidráulica; Abastecimento de Água; Esgoto; Dessecamento; Irrigação e da cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Escola Politécnica de São Paulo (EPSP) 1939, Professor substituto da cadeira de Política Comercial e Regime Aduaneiro Comparado, e logo em seguida toma posse da cadeira de estatística da Faculdade de Ciências	Formado na EPBA em 1904	Contador do Ministério da Fazenda	Não Informado	O Docente casou com D. Laura Coelho de Souza Carneiro teve 8 filhos dentre os mais ilustres Édison de Souza Carneiro, Jornalista, poeta, etnólogo, folclorista e professor (fomado em Direito em Salvador em 1935)e o ex deputado, senador (Rio de Janeiro) e o

								Econômicas da Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1934, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).				Professor e político Nelson de Souza Carneiro (formado em Direito). Sua Neta Maria Laura de Souza Carneiro ex deputada pelo Partido Democratas pelo Rio de Janeiro.
Antonio Luiz freire de carvalho	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Topografia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
Archimedes de Siqueira Gonçalves	Não Informado	Não Informado	Negociante	1905	Química Inorgânica, Descritiva e Analítica, Estradas de Ferro e de Rodagem, Hidráulica: líquido e gases; Abastecimento de Água; Esgotos; Hidráulica Agrícola, Estradas de Ferro e de Rodagem e Pontes e Viadutos	Catedrático da cadeira Estradas de Ferro e de Rodagem	Diretor da EPBA em 1922 - 1934.	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Membro do IPBA. Trabalhou na implantação da teleradiofônico em Salvador	Não Informado	Não Informado

Aristides Galvão de Queiroz	Não Informado	Não Informado	Proprietário	1897	Economia e finanças	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Deputado Federal em 1890, Prefeito de Valença em 1898 - 1899, 1903	O docente era irmão do Marechal Inocêncio Galvão de Queiroz Nasceu em 06 de agosto do ano de 1841 e faleceu em 12 de maio do ano 1903, formado em Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pacificador do Rio Grande do Sul, exerceu vários cargos do exército brasileiro, desde de soldado até Marechal, foi eleito Senador Estadual pelo Estado da Bahia, foi agraciado pelo Governo Imperial, com as condecorações: Ordem de Cristo, São Bento de Aviz, Cruzeiro e Rosa, possuía as Medalhas do Mérito Militar pela campanha: do Uruguai, Paraguai e da Argentina.
Arlindo Coelho Fragoso	Bahia, Santo Amaro	Não Informado	Proprietário	1897	Ministrou diversas cadeiras na EPBA	Catedrático	Diretor da EPBA em 1897 - 1908	Professor catedrático da Imperial Escola Agrícola da Bahia em 1886.	Formado na EPRJ em 1885	Fundador da EPBA e do IPBA, fundou também a Academia de Letras da Bahia em 1917. Escreveu para periódicos, presidente do IPBA 1896 - 1909.	Prefeito de Santo Amaro em 1891 - 1893, Diretor da Secretária de Agricultura (SEAGRIBA) 1896 - 1900, DEPUTADO FEDERAL em 1917 - 1920, Secretário de Agricultura em 1893, Secretário Geral de estado em 1912 - 1916, Auxiliar do Ministério de Viação e Obras Públicas em 1907 - 1908. (Boletim do Ministério)	Não Informado
Arnaldo pimenta da	Bahia,	Não	Proprietário	1943	Resistência dos	Assistente	Não ocupou	Não	Formado na	Não Informado	Prefeito de Salvador	Arnaldo era Primo Do

cunha	Salvador	Informado			Materiais e Grafo-estática		cargo de Diretor da EPBA	Informado	EPBA em 1901		em 1935.	Escrito Euclides da Cunha.
Arquimede s Pereira Guimarães	São Paulo, SP	Não Informado	Não Informado	1929	Química Inorgânica Descritiva e Analítica	Catedrático	Diretor da EPBA 1939 - 1943	Professor e diretor da Escola Agrícola de São Bento das Lages e foi docente na Escola de Agronomia, dirigindo a instituição a partir de 1932. Professor da Faculdade de Odontologia e Farmácia de Sergipe em 1925.	Formado na Escola Politécnica de São Paulo	Foi membro do Conselho Técnico Administrativo. Arquimedes chegou à capital baiana em função do acordo assinado entre o Ministério da Agricultura e a Escola Politécnica da Bahia para implantação do curso de Química Industrial.	Diretoria de Instrução Pública na Bahia em substituição a Anísio Teixeira em 1927, Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo de Lomanto Júnior (1963 - 1967) interino,	Não Informado
Arthur de Sá Menezes	Bahia, Salvador	Argemiro de Souza Menezes	Proprietário	1897	Economia e finanças, Desenho e Construção de Cartas Geodésicas e desenho e Projeto de Mecanismo s	Catedrático . Professor Honorário da EPBA em 1938	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Convidado a ocupar o cargo de Prefeito de Salvador em 1912, por JJ Seabra, portanto, não aceitou. Diretor da Estrada de Ferro Bahia- Minas na década de 1890. Em 1920 presidiu a comissão de Obras Públicas do Estado da Bahia, Secretário "interino" de Agricultura da Bahia, O docente era muito próximo ao Engenheiro Idelfonso Simões Lopes, na qual, foi seu colega de Turma durante a Graduação na EPRJ.	Não Informado

Arthur Hermenegildo da Silva	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1914	Topografia; Estradas; Astronomia e Navegação	Catedrático de Geometria e Trigonometria	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Trabalhou na conclusão e em 1918 em uma das ferrovias baianas que ligara Santo Amaro a Salvador	Não Informado	Arrendou junto ao governo baiano a Estrada de Ferro de Santo Amaro em 1918, se incorporado a União novamente em 1939 com nomeada Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Professor da EPBA em 1914.
Augusto Bittencourt de Carvalho Menezes	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Química	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da IPBA e EPBA e Instituto Geográfico Histórico da Bahia.	Não Informado	Não Informado
Augusto César Berenger	Bahia, Salvador	Não Informado	Médico	1903	Desenho Mecânico	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1902	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Aurélio Britto de Menezes	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1921	Trigonometria Esférica. Astronomia teórica e Prática, Hidráulica, Topografia, Desenho Mecânico, Mecânica Aplicada, Estradas, Geodesia	Catedrático da cadeira de Geodesia Elementar-Astronomia de Campo em 1936 e Geodesia Elementar – Astronomia de	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1914	Não Informado	Não Informado	Não Informado

					Elementar-Astronomia de Campo, Estradas de Ferro e de Rodagem.	Campo em 1942						
Caio Mário Pedreira	Bahia, Salvador	João de Mello Pedreira	Advogado	1947	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1914	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Durval Neves da Rocha	Bahia, Salvador	Alfredo Nunes da Rocha	Não Informado	1943	Resistência dos Materiais e Grafo-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Dyonisio Gonçalves Martins	Bahia	Não Informado	Negociante	1897	Arquitetura e Engenharia Sanitária	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. O docente ajudou nas obras para a construção da Escola Agrícola se iniciaram em 1864 onde, também formulou ainda os estatutos e planos de estudos tanto dos cursos teóricos, de nível superior, como dos práticos, de nível	Diretoria de obras públicas na Bahia, ligado posteriormente a Seagriba.	Não Informado

										secundário		
ELysio de Carvalho Lisboa	Bahia, Muritiba	Bento da Costa Lisboa	Proprietário	1920	Geometria Descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva	Catedrático da cadeira Geometria Descritiva, Elementos de Geometria Projectiva, Perspectiva , Aplicações Técnicas	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Professor da Escola Agrícola da Bahia, cargo exercido interinamente até 1935, quando foi nomeado catedrático.	Formado na EPBA em 1920	Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Engenheiros de São Paulo, da Sociedade de engenheiros da Cidade Salvador. Obras: Evolução da Geometria; Superfícies Retilíneas; Perspectiva Cavaleira; Perspectiva Axonométrica	Prefeito de Salvador, cargo exercido de 01/12/1942 a 31/07/1945, Auxiliar técnico da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, cargo que exerceu de 11/1919 a 08/1920, quando foi nomeado pelo secretário da agricultura da Bahia para estudar as fronteiras do estado ao sul do rio Jequitinhonha, tarefa que cumpriu de 09/1920 a 30/04/1921. Nomeado delegado baiano na comissão mista de demarcação dos limites entre os estados da Bahia e Espírito Santo, cargo exercido de 10/1927 a 04/1929. fiscal do governo estadual junto ao Instituto de Cacau da Bahia, de 03/12/1931 a 05/12/1937; e dirigiu como empreiteiros obras da avenida Jequitaia em Salvador . Em 1945, fez uma visita de três meses a instituições	Como construtor empreiteiro, dirigiu obras na capital e atuou na construção de um trecho da estrada de ferro de Machado Portela a Tremendal, na Bahia, de 10/1923 até 07/1925; e no traçado e na locação da estrada de rodagem ligando Cajueiro a Cipó, de 09/1926 até 03/1927.

											científicas, acadêmicas e industriais americanas, a convite do governo norte-americano; foi diretor técnico da Cia. Industrial de Ilhéus S.A. desde 1947.	
Epaminondas dos Santos Torres	Bahia, Salvador	Não Informado	Negociante	1901	Mineralogia Sistemática Geologia e Paleontologia, construção Civil, Máquinas, Materiais, Navegação, Hidráulica.	Catedrático da Cadeira de Hidráulica e Abastecimento	Diretor da EPBA em 1934 - 1937	Não Informado	Formado na EPRJ	Presidente do IPBA. Membro fundador da Rádio Sociedade de Salvador e Membro do conselho fiscal de Salvador em 1924	Prefeito de Salvador em 1921 - 1924. Durante a Administração JJ Seabra.	Não Informado

Eugenio Ramos Carneiro da Rocha	Não Informado	Não Informado	Negociante	1901	Calculo das Variações e Mecânica Racional	Catedrático da cadeira de Calculo das Variações; Mecânica Racional	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Diretor da Estrada de Ferro Petrolina/Teresina em 1922. Docente era Capitalista “acionista” da Cia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais.	Não Informado
Evandro Soares de Pinho	Bahia, Salvador	Não Informado	Negociante	1907	Desenho Mecânico	Não informado	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1907	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Fortunato Fausto Gallo	Bahia	Não Informado	Proprietário	1897	Máquinas	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Diretor e chefe da locomoção do prolongamento da Estrada de Ferro da Dabia, ligada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas	Não Informado
Francisco de Souza	Alagoas, Piranhas	Não Informado	Proprietário	1905	Astronomia e Calculo de Astronomia	Catedrático da cadeira de máquinas motrizes e perfuratrizes.	Diretor da EPBA em 1907 - 1922	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Prefeito de Salvador em 1928 - 1930. Diretor e chefia de seção da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas	Não Informado
Francisco Lopes da Silva Lima	Bahia, Salvador	Não Informado	Advogado	1897	Geometria descritiva	Catedrático da cadeira Geometria Descritiva.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ em 1884	Membro fundador do IPBA e EPBA. Fiscal da Companhia Carris Elétricos da Bahia	Não Informado	Não Informado

Frederico Ferreira Pontes	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1906	Estabilidade das Construções, Materiais de Construção e verificação experimental da sua resistência; Estabilidade e Tecnologia das profissões elementares e do construtor mecânico, Resistência dos Materiais Construções, Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado	Catedrático da cadeira de Materiais de Construção e verificação experimental da sua resistência e Resistência dos Materiais – Grafoestática.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Secretário da Agricultura, Viação, Ind. e Obras Públicas em 1905 - 1906.	Não Informado
Giuseppe Martina	Francês, Paris	Não Informado	Não Informado	1897	Mineralogia e Geologia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Farmacêutico. Formado na França, Paris	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
Hans Schleier	Bahia, Salvador	Joseph SCHLEIER (Alemão)	Negociante	1897	Mineralogia e Geologia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado

Jayme Vianna	Bahia, Salvador	Carlos Rodrigues Vianna	Médico	1919	Mineralogia e Geologia, Desenho à Mão Livre e Econômica Noções de Mineralogia	Catedrático da cadeira de Noções de Economia Mineralogia	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1917	Não Informado	Não Informado	Não Informado
João Pereira Navarro de Andrade	Bahia	Não Informado	Advogado	1897	Navegação interior e portos de mar	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ em 1893	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
Joaquim Arthur Pedreira Franco	Bahia, Cachoeira	Não Informado	Não Informado	1897	Direito e Estatística	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Docente era capitalista, possui Acionista do Banco de Crédito da Lavoura da Bahia (20 Ações)	Não Informado
Joaquim Licínio de Souza Almeida	Bahia, Salvador	Fernando de Souza Almeida	Não Informado	1922	Portos de Mar, Rios e Canais: projetos e orçamentos	Catedrático da cadeira de Portos de Mar, Rios e Canais: projetos e orçamentos	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Diretor e Presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas em 1947, foi Ministro da Viação e Obras Públicas em 1936	Não Informado
José Allioni	Bahia	Não Informado	Negociante	1897	Geometria Descritiva Aplicada, Química Inorgânica e Analítica	Catedrático da Cadeira de Geometria Descritiva	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA. Projetou a Academia de Belas Artes da Bahia em 1881	Não Informado	Não Informado

José Americano da Costa	Bahia, Salvador	Álvaro Antônio da Costa	Proprietário. Político no Império	1923	Cadeira de Materiais de Construção, Tecnologia e Processos Gerais de Construção	Catedrático de Materiais de Construção, Tecnologia e Processos Gerais de Construção	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1908	Presidente fundador do CREA da 3ª Região, engenheiro do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, construtor de várias estradas de ferro e de rodagem. Como prefeito executou várias obras de construção de ruas, avenidas e estradas de rodagem	Prefeito de Salvador 1932 - 1937, prefeito de Jequié em 1931 - 1932, pode-se citar também a doação do terreno para a construção do Instituto de Cegos da Bahia, recuperação das praças do Campo Grande e da Piedade e embelezamento desses e de outros pontos da cidade do Salvador, com a construção de diversos jardins.	José Americano Costa era filho de Álvaro Antônio da Costa Presidente da Província do Rio Grande do Norte em 1885.
José Antônio da Costa	Bahia	Não Informado	Proprietário	1897	Hidráulica	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador do IPBA e EPBA.	Não Informado	Não Informado
José Antonio Rodrigues Vianna	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1897	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da EPBA	Inspetor do 3º Distrito de Portos Marítimos da Bahia, Delegado fiscal do governo federal junto a EPBA em 1904.	Não Informado
José Gabriel DE Lemos Brito	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1913	Economia Política e Finanças	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Advogado. (Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia)	Não Informado	Não Informado	Não Informado
José Nuno de Barros	Bahia	Não Informado	Negociante	1897	Ministrou diversas cadeiras na	Não informado	Não ocupou cargo de	Não Informado	Formado na Escola Agrícola da	Membro fundador do	Não Informado	Não Informado

Pereira					EPBA		Diretor da EPBA		Bahia - EAB	IPBA e EPBA.		
José Pires do Rio	São Paulo, Guaratinguetá	Não Informado	Não Informado	1912	Hidráulica: líquidos e gases; Abastecimento de água; Esgotos	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Politécnica de São Paulo	Não Informado	Prefeito de São Paulo 1926 - 1929, Deputado Federal por São Paulo 1922 - 1924, foi diretor da Comissão de Obras do Porto do Rio de Janeiro, na construção do Porto do Rio Grande do Sul, na Inspeção de Obras do Nordeste, na Estrada de Ferro Central do Brasil e no Conselho Nacional de Águas e Energia, no Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo na Pasta de 1919 a 1922. Ocupou o Ministério da Fazenda no governo de José Linhares (Presidente Interino após a saída de Getúlio Vargas), de 29 de outubro de 1945 a 1 de fevereiro de 1946, Em 1918, já Inspetor das Estradas de Ferro na Bahia, foi convidado pelo eleito Presidente da República, Epitácio Pessoa, para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo na Pasta de 1919 a 1922, quando transfere residência para São Paulo. Durante sua gestão na capital paulista, foram	Não Informado

											iniciados o projeto e a construção do Parque do Ibirapuera.	
Jovino do Prado Pereira	Bahia, Juazeiro	Jovino Antônio Pereira	Proprietário	1952	Estradas de Rodagem	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1922	Não Informado	Não Informado	O pai do Docente era proprietário e Coronel da Guarda Nacional.
Justino da Silveira Franca	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1899	Trigonometria Esférica, Astronomia Teórica e Prática, Geodésia	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Lauro de Andrade Sampaio	Bahia, Salvador	Joaquim Ribeiro Sampaio	Negociante	1943	Resistência dos Materiais e Grafo-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Não Informado	Não Informado	Não Informado
Lauro de Farani Pedreira de Freitas	Bahia, Alagoinhas	Graciliano Marques Pedreira de Freitas	Advogado	1943	Resistência dos Materiais e Grafo-estática	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor de Cosmografia e Geofísica do Ginásio da Bahia	Formado na EPBA em 1922	Desenhista e inspetor de obras de arte. superintendente e da Compagnie de Chémins de Fer Fédéraux de L'Est Brésilien, em Salvador; presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários da Bahia e Sergipe.	Diretor do Ministério da Viação e Obras Públicas em 1935, em 1950, o docente concorreu ao Governador da Bahia, no entanto, morreu em um acidente aéreo quando candidato. O nome da Cidade Lauro de Freitas é em sua Homenagem.	O pai do docente ocupou o cargo de Secretário Geral do Estado da Bahia interinamente 1906-1912. Prefeito da cidade de Alagoinhas depois da proclamação da República.
Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral	Pará, Belém	José Bransforão da França Amaral	Militar	1917	Geometria Analítica e Cálculo; Geometria Descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva; Cálculo das Variações e Mecânica Racional,	Catedrático da cadeira Geometria Analítica e Cálculo Infinitesimal	Diretor da EPBA em 1947 - 1949	Professor do Ginásio da Bahia e da Escola de Belas Artes da Bahia na cadeira de Matemática. Foi fundador da Faculdade de Filosofia em 1942, onde ocupou a cadeira de estatística aplicada	Formado na EPBA em 1916	Membro do IPBA	Prefeito de Salvador em 1930, Governador da Bahia em 1930 - 1931, Diretor e Fiscal da estrada de ferro de Nazaré, Foi redator e diretor do periódico "O jornal" na década de 1920,	Não Informado

Lino de Sá Pereira	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1906	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor de Estatísticas em Universidades em São Paulo e Rio de Janeiro.	Formado na EPRJ	O docente se tornou uma grande referência nacional na cadeira de Estatística; especialista em “elasticidade” especialidade que adquiriu na Alemanha.	Não Informado	Não Informado
Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1897	Navegação interior e portos de mar	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Membro fundador da EPBA	Não Informado	Não Informado
Manoel Luiz do Rego	Bahia, Salvador	Não Informado	Não Informado	1904	Economia política	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Advogado. Formado na Faculdade Livre de Direito de Recife	Não Informado	Diretor da Companhia Geral Comercial de São Salvador da Bahia, o docente era capitalista. Acionista de várias empresas ligadas ao comércio.	O docente era capitalista. Acionista de várias empresas ligadas ao comércio.
Mário Tarquinio	Bahia, Salvador	Luiz Tarquinio	Negociante/Industrial	1929	Desenho Técnico	Catedrático da cadeira de desenho Técnico	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1915	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Miguel Calmon Du Pin E Almeida	Bahia, Salvador	Antônio Calmon Du Pin e Almeida	Proprietário. Político no Império	1901	Geometria Analítica; Cálculo Diferencial e Integral	Catedrático	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Não Informado	Deputado Federal, Senador Federal, Secretário da Agricultura e da Fazenda no governo Severino Vieira e José Marcelino (1901-1904, 1904 e 1907), Ministro da Viação e Obras Públicas (1907 - 1908) e Ministro da Agricultura (1922 - 1924), Miguel Calmon além de trilhar uma carreira política de prestígio, também era membro atuante da Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade Baiana de Agricultura. Instituições organizadas na sociedade civil com fins de fazer inscrever seus projetos junto a sociedade política, com o fim de elaborar políticas públicas.	A tradicional família Calmon teve como ícone o Primeiro Miguel Calmon "Marques de Abrantes" que foi um dos mais respeitados políticos do Império, os Calmon desde sempre esteve envolvida com uma rede de interesses que se estendia da cultura do açúcar ao comércio e à atividade bancária. Francisco Goés Calmon, o mais velho, foi presidente do Banco Econômico, da Ordem dos Advogados da Bahia e governador da Bahia (1924-1928); Antônio foi deputado federal; Miguel formou-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900.
--------------------------------	-----------------	---------------------------------	-----------------------------------	------	---	-------------	-------------------------------------	---------------	-----------------	---------------	--	---

Miguel Ferreira Dultra	Bahia, Salvador	Não Informado	Proletário	1921	Química Orgânica, Biológica, Bromatológica, Elementos de Bioquímica, Química Industrial Inorgânica e orgânica, Química Analítica parte qualitativa, Noções de Mineralogia e Química Orgânica e Elementos de Bioquímica	Catedrático da cadeira de Química Orgânica e Elementos de Bioquímica	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Engenheiro Químico. Formado PELA ÉCOLE DES INGENIEURS DA UNIVERSITÉ DE LAUSANNE, Suíça	Os estudos do docente na Suíça foram custeados por um tio, já que, sua família era muito pobre e sem condições financeiras. Estudou também no Colégio jesuíta de Campolide em Portugal.	Não Informado	Não Informado
Octávio de Britto Figueiredo	Bahia, Itaparica	Cândido de Souza Figueiredo	Advogado	1936	Estradas de Ferro e Rodagem	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1918	Não Informado	Não informado	Não Informado

Octávio Cavalcante Mangabeira	Bahia, Salvador	Francisco Cavalcanti Mangabeira	Farmacêutico	1905	Cadeira de Navegação Interior precedida do estudo de Hidráulica Fluvial, Portos de Mar, Química Inorgânica Descritiva e Analítica, Analítica para Resistência dos Materiais Grafoestática, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado e Estatística, Economia Política e Finanças.	Catedrático da cadeira de Química Inorgânica Descritiva e Analítica e Estatística, Economia Política e Finanças da Escola.	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Mangabeira foi Benemérito da EPBA e do IPBA, em 1913 foi homenageado com a colocação do seu retrato na galeria do salão nobre da Escola; em 1923, os laboratórios e gabinetes do curso de química industrial foram batizados com seu nome e seu busto em bronze foi colocado no salão nobre. Mangabeira possui muito prestígio junto a Associação Comercial da Bahia, sendo também seu benemérito. Foi eleito em 1930 para a Academia Brasileira de Letras - ABL.	Governador da Bahia em 1947 - 1951, Vereador em Salvador em 1908 - 1912, Deputado Federal em 1912 - 1916, 1916 - 1920, 1920 - 1924, 1945 - 1947, SENADOR FEDERAL em 1951-1956, fazendo no exercício do cargo, Ministro das Relações Exteriores em 1926 - 1930, Octávio Mangabeira é exilado, em 1930 a 1937 pelo movimento de 1930, mas o Estado Novo força-o novamente a exilar-se, retornando apenas com a redemocratização em 1945.	Mangabeira esteve sempre atuante diante das instituições ligadas a sociedade civil na Bahia. A principal dela IPBA e ACBA, no qual, esteve no quadro dos Beneméritos. Seu outro irmão João Mangabeira, teve uma carreira bastante atuante na região do sul Bahia (Ilhéus), Membro da Academia Brasileira de LETRAS
Oscar Freire de Carvalho	Bahia, Salvador	Não Informado	Proprietário	1913	História Natural com desenvolvimento da botânica	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Professor catedrático	Médico. Formado na Escola de Medicina da Bahia	Não Informado	Não Informado	Não Informado

					sistemática, Física, Química; Mineralogia e História Natural			da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo				
Paulo de Mattos Pedreira de Cerqueira	Bahia, Salvador	Álvaro Pedreira de Cerqueira	Não Informado	1928	Física Experimental e Meteorologia, Estatística, Economia Política e Finanças e Física	Catedrático da cadeira de Física	Diretor da EPBA em 1937 - 1939	Não Informado	Formado na EPBA em 1913	O docente se tornou professor Emérito da EPBA em 1962. Presidente do IGHB em 1970 quando faleceu.	Não Informado	Não Informado
Pedro Alexandrino de Souza e Silva	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1897	Mecânica Racional	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro	Membro fundador do IPBA e EPBA. O docente era Major do Exército	Não Informado	Não Informado
Raul Malbouisson	Não Informado	Não Informado	Não Informado	1903	Desenho Mecânico	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPRJ	Gerente da Companhia Valença Industrial na década de 1940.	Não Informado	Não Informado
Salvador Pires de Carvalho Aragão	Não Informado	Não Informado	Militar	1897	Não Informado	Assistente	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na Escola Central do Rio de Janeiro. Major do Exército	Membro fundador do IPBA e EPBA. Major Salvador Pires de Carvalho Aragão, comandante do 5º Corpo de Polícia da Bahia (integrado por sertanejos da zona do São Francisco) e	Deputado Estadual em 1891.	Não Informado

										auxiliar do Coronel Manuel Campelo França, responsável pelo transporte e abastecimento da Quarta Expedição		
Thyrso Simões de Paiva	Bahia, Santo Amaro	Felippe Simões de Paiva	Não Informado	1904	Aritmética e Álgebra, Mecânica Aplicada e Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial.	Catedrático da cadeira de Mecânica precedida de elementos de Cálculo Vetorial	Não ocupou cargo de Diretor da EPBA	Não Informado	Formado na EPBA em 1904	Membro do IPBA	Prefeito de Salvador em 1931 - 1932.	Não Informado
Tito Vespasiano Augusto Cesar Pires	Amazonas, Manaus	Aristides Augusto Cesar Pires	Não Informado	1920	Máquinas Motrizes, Resistência dos Materiais. Grafoestática, Estabilidade das Construções e Construtor Mecânico, Geometria Analítica, Cálculo Infinitesimal, Arquitetura Civil, Higiene dos Edifícios, Saneamento das Cidades, Pontes, Grandes Estruturas Metálicas e em Concreto Armado e Estabilidade das Construções.	Catedrático da cadeira de estudo dos Materiais de Construção	Diretor da EPBA em 1944 - 1946.	Não Informado	Formado na EPBA em 1916	Professor Emérito em 1959.	Não Informado	Não Informado

FONTES: Diversas EPBA. Atas de Congregação da EPBA.